

EDILAN MARTINS DE OLIVEIRA

**NO FRONT DA MEMÓRIA: AS BATALHAS PELOS ESPÓLIOS DA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM BELO HORIZONTE (1945-2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título Magister Scientiae.

Orientador: Luiz Lima Vailati

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

O48n
2021
Oliveira, Edilan Martins de, 1993-
No front da memória : as batalhas pelos espólios da segunda
guerra mundial em Belo Horizonte (1945-2020) / Edilan
Martins de Oliveira. – Viçosa, MG, 2021.
228 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Luiz Lima Vailati.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 222-228.

1. Guerra Mundial, 1939-1945 - Narrativas pessoais
brasileiras - Belo Horizonte (MG). 2. Guerra Mundial,
1939-1945 - Ex-combatentes - Belo Horizonte (MG).
3. Memória coletiva. 4. Interação social. I. Universidade Federal
de Viçosa. Departamento de História. Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 940.548

EDILAN MARTINS DE OLIVEIRA

**NO FRONT DA MEMÓRIA: AS BATALHAS PELOS ESPÓLIOS DA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM BELO HORIZONTE (1945-2020)**

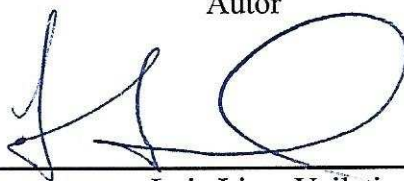
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título *Magister Scientiae*.

APROVADA: 05 de fevereiro de 2021.

Assentimento:



Edilan Martins de Oliveira
Autor



Luiz Lima Vailati
Orientador

Sérgio de Paula - In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Esse foi um trabalho construído por várias mãos, empurrões, puxões de orelha e viagens, muitas viagens de Viçosa para Belo Horizonte. O caminho se faz ao caminhar e, na condição de caminhante, fiz várias descobertas e amizades ao longo do percurso. Contudo, não foram poucas as vezes que o desespero bateu à porta e não conseguia encontrar a luz no fim do túnel. Agradeço a todos que me apoiaram nos momentos de desolação.

Aos meus pais, por terem contribuído na minha formação humana, espiritual, afetiva e intelectual. Ao meu pai, José Silvio, por não medir esforços para promover uma educação digna e de qualidade. Sem sombra de dúvidas, a carreira de docente da minha mãe, Helena, me inspirou a seguir nas trilhas de “Heródoto”. O que dizer, mãe, dos inúmeros livros recitados, do incentivo à leitura na infância, dos momentos nos quais dedicou-se arduamente para que aprendesse a ler e a escrever? Obrigado por tudo, principalmente por ouvir os meus lamentos incessantes. Ao meu irmão, Eric, por sempre estar ao meu lado e ser o meu melhor amigo.

Ao meu orientador, Luiz Vailati, não somente por me orientar nessa missão, mas sobretudo pelo companheirismo e amizade. Aos professores do Departamento de História que marcaram a minha trajetória, seja na graduação e/ou na pós-graduação na UFV: Fábio Hering, Angelo Assis, Patrícia Vargas, Leonardo Civalle, Luana Melo, Thiago Mota, Jonas Queiroz, Fábio Mendes, Gustavo Oliveira e Priscila Dorella. Tenham a convicção de que contribuíram em demasia para o meu processo de amadurecimento intelectual.

Ao professor Francisco César Ferraz, não somente por compor a banca (juntamente com os já citados, Patrícia Vargas e Leonardo Civalle), mas por ter sido um dos pioneiros a atuar numa temática que era praticamente “terra de ninguém” na produção historiográfica brasileira.

Aos colegas da turma do Mestrado pela amizade e companheirismo. Também a Rodrigo Musto, por pavimentar o caminho das pesquisas relacionadas ao envolvimento da FEB no Mestrado em História da UFV e por desenvolver junto comigo o “produto” da dissertação.

A todos os amigos que acompanharam de perto essa luta.

A Reginalda Lopes, pelos incentivos e contribuições em relação ao meu processo de discernimento e busca interior, agradeço imensamente por ter me impelido a ser mais ousado para que pudesse assim alcançar os meus sonhos.

A minha namorada Érica, pelo apoio imensurável, por me alegrar, divertir e ter sido companheira nas horas incertas. O seu jeito simples e sereno tornou essa caminhada mais leve.

Agradecimento especial ao presidente Coronel Pedro Rossi Vieira e aos associados da AECB, levarei sempre comigo as várias vezes a que me foi permitido ficar no “hotel de trânsito” (aquilo gerou uma economia de gastos enorme). Também ao presidente Marcos Renault e ao pessoal da ANVFEB, que abriram as portas e os arquivos para esse trabalho. Sempre me lembrarei dos momentos de confraternização e camaradagem que tive junto com todos vocês nas associações! Esse trabalho é dedicado a Sérgio de Paula (o querido Serjão) que era colaborador/ recepcionista do museu da ANVFEB e me acolheu tão bem, infelizmente ele foi uma das vítimas do coronavírus (COVID-19). Agradeço de modo especial ao meu amigo Nivaldo Luiz, pelo companheirismo e o acolhimento de sempre na AECB. Também sou grato aos veteranos, ex-combatentes e descendentes que tiveram a boa vontade em conceder seus depoimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“E os pobres coitados acham que estão a salvo! Eles acham que a guerra acabou! Apenas os mortos viram o fim da guerra.”

(George Santayana)

RESUMO

OLIVEIRA, Edilan Martins, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2021. **No front da memória: as batalhas pelos espólios da Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte (1945-2020)**. Orientador: Luiz Lima Vailati.

Este trabalho pretende analisar a constituição das narrativas dos veteranos da FEB, ex-combatentes do litoral e descendentes dos soldados que realizaram missões na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O escopo da pesquisa ficará restrito, em especial, às coletividades que formaram uma rede de sociabilidade em torno do simbolismo e da memória da participação do Brasil nesse conflito na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais). Pretende-se compreender os discursos memoriais que foram construídos em meio à fundação e consolidação das associações de ex-combatentes na capital mineira. Assim, também se buscará elucidar como a Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e a Associação Nacional da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) construíram seus projetos institucionais, suas respectivas expressões públicas e as lutas pela memória que realizaram desde o fim do conflito. O trabalho estará ancorado na bibliografia sobre a reintegração social e a memória dos veteranos. Além disso, será baseado na análise de fontes escritas: periódicos; memórias publicadas; atas de reuniões de associações associativas; a legislação sobre os ex-combatentes; declarações orais.

Palavras-chave: Memória. Segunda Guerra Mundial. Reintegração Social. Belo Horizonte

ABSTRACT

OLIVEIRA, Edilan Martins, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2021. **On the front of memory: the battles for the spoils of the Second World War in Belo Horizonte (1945 - 2020).** Advisor: Luiz Lima Vailati.

This work intends to analyze the constitution of narratives of FEB veterans, ex-combatants from the coast, army and descendants of soldiers who carried out missions in World War II (1939-1945). The focus of this research will be limited to these collectives whom form a network of sociability around the symbolism and the memory of Brazil's participation in this conflict in the city of Belo Horizonte (Minas Gerais). It is intended to understand the memorial speeches that were built in the midst of the foundation and consolidation of associations of ex-combatants in the capital of Minas Gerais. Thus, we will seek to understand how the Association of Ex-Combatants of Brazil (AECB) and the National Association of the Brazilian Expeditionary Force (ANVFEB) built their institutional projects, their respective public expressions and the struggles for memory that they carried out since the ending of the conflict. The work will be anchored in the bibliography on social reintegration and in veterans' memory. In addition, it will be based on the analysis of written sources: journals; published memories; minutes of meetings of associative associations; ex-combatant legislation, oral statements.

Keywords: Memory. World War II. Social Reintegration. Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Soldado de Bronze na ANVFEB

Figura 2: Insígnias da FEB posicionadas ao lado da “Cobra Fumando”

Figura 3: “Cobra Fumando” ao lado da letra da “Canção do Expedicionário”

Figura 4: Quadro com imagem do Marechal Mascarenhas de Moraes

Figura 5: Artigos religiosos e fotografias do Frei Orlando

Figura 6: Embalagens de cigarros

Figura 7: Armamentos utilizados na guerra pelos Aliados

Figura 8: Quadro pintado pelo veterano Othon Lopes sobre a batalha de Monte Castelo

Figura 9: Fotografias alusivas ao 10º Batalhão de Caçadores no prédio da AECEB

Figura 10: Veteranos da FEB e litorâneos com suas boinas características.

Figura 11: Pintura no pátio da AECEB

Figura 12: O “Regimento Imortal” desfilando

Figura 13: Descendentes dos litorâneos no Dia da Vitória em 2019

Figura 14: Juscelino na inauguração do conjunto habitacional Presidente Juscelino Kubitschek

Figura 15: O time " 8 de maio " com os jogadores formados por veteranos da FEB no Conjunto dos Ex-Combatentes

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I-UMA EXPERIÊNCIA DO FRONT: MEMÓRIA E IDENTIDADE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA.....	28
1.1-Os brasileiros na linha de Frente: a guerra na perspectiva dos soldados da Força Expedicionária Brasileira.....	28
1.2-Das trincheiras para o solo pátrio: o retorno dos veteranos à terra natal.....	42
1.3-Uma terceira guerra? A reintegração social dos veteranos da FEB.....	56
Capítulo II- MEMÓRIAS EM DISPUTA: A CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES.....	65
2.1-No fogo da memória: a AECB na encruzilhada entre a lembrança e o esquecimento.....	65
2.2-A ANVFEB entre o passado e o presente: a difusão de memória no espaço público.....	85
2.3-Outra contenda? Confrontos de memória entre litorâneos e febianos nas associações.....	112
Capítulo III- ECOS, REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM BELO HORIZONTE.....	128
3.1-Narrativas de memória sobre a FEB: entre o envolvimento no front e a concessão de significados.....	128
3.2-Transmissões e testemunhos: a memória dos descendentes dos litorâneos e febianos...	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
PARTE II.....	169
A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA À LUZ DA MEMÓRIA E A HISTÓRIA.....	169
1.1-Refletindo sobre a constituição da memória no ambiente escolar.....	169
1.2-Breves considerações acerca do material proposto.....	172
1.3-Paradidático O Brasil vai à Guerra: A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.....	173
Fontes documentais.....	220
Referências Bibliográficas.....	222

INTRODUÇÃO

Não me recordo o momento exato que comecei a demonstrar interesse pela temática da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Mas, aos treze anos quando assisti ao filme Pearl Harbor ¹, fiquei abalado com o cenário do bombardeio japonês realizado sobre a base aeronaval americana no Havaí em dezembro de 1941. No ensino médio, lembro de ter ficado bastante impressionado com a invasão da praia de Omaha em Saving Private Ryan². Durante toda a adolescência prevaleceu aquela “atração romântica” e irracional sobre a guerra, típica de jovens, cuja formação psíquica e afetiva ainda se encontravam em processo de formação.

De certo modo, aquele interesse difuso pela guerra, que reverbera tanto em alunos de História, somado ao interesse que possuía pelo entendimento do processo histórico e o desejo por lecionar, contribuíram para que optasse por prestar o vestibular na Universidade Federal de Viçosa para o curso de História. Durante a graduação, possuía enorme afeição pelas temáticas que abraçavam as disciplinas de História Moderna e Contemporânea. Não se tratava mais de um interesse ingênuo ou superficial, mas da necessidade de compreender as ações e concepções de sujeitos no tempo³. Para minha surpresa inicial, no curso não iria ter aprofundamentos sobre a Segunda Guerra Mundial em si, não se tratava de focar na história do evento, de suas batalhas e concepções estratégicas, mas de concebê-la do ponto de vista historiográfico, buscando entender a partir das fontes históricas, como se traçaram interpretações e narrativas distintivas sobre as ideias, sujeitos e acontecimentos relativos àquele evento. Era preciso levar em consideração a operação historiográfica efetuada pelos historiadores⁴.

¹ Pearl Harbor. Direção de Michael Bay. Estados Unidos. Touchstone Pictures: 2001. 1 DVD (183 min).

² Saving Private Ryan. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos. Amblin Entertainment: 1998. 1 DVD (169 min).

³ “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. [...] ‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: dos homens, no tempo”. Para Marc Bloch o historiador deve buscar compreender a diversidade das realizações e ações humanas em diferentes lugares e temporalidades. Ver em: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 54-55.

⁴ O pensamento de Michel de Certeau é importante para relativizar as ideias sobre os objetos de estudo e não criar na escrita histórica uma tendência à produção de verdades definitivas. Certeau coloca que o discurso acadêmico possui um conjunto de regras a serem utilizadas, mesmo estando essa imposição no silêncio. As regras são expressões da instituição e da ordem social na qual a disciplina de História está inserida. A validade de um discurso acadêmico depende da aprovação de outros historiadores. A não aceitação das leis acadêmicas acaba por levar um historiador a ser marginalizado da comunidade científica, o que demonstra um ordenamento de pensamentos científicos, os quais não se devem ser negligenciados. A História como uma escrita depende da passagem do que o historiador realizou em sua prática, para uma elaboração de um texto histórico. Esse processo ocorreria pela própria relação com o limite, a qual a atividade histórica possui. Para ele, a história enquanto uma escrita está submetida a uma ordem cronológica do discurso, a uma arquitetura harmoniosa do texto e ao

Influenciado por outras temáticas no curso e por acreditar que o interesse pela guerra estava ligado às pretensões distorcidas e confusas da adolescência, decidi por abandoná-lo e me concentrar em outros projetos da Licenciatura. Foi no PIBID, ao desenvolver podcasts, juntamente com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio na Escola Estadual Effie Rolfs, que o ideal de pesquisa pela Segunda Guerra Mundial revigorou-se⁵. Decidi, após um intervalo temporal lecionando, preparar um projeto de pesquisa para concorrer ao Mestrado no departamento de História da UFV. Sob os ecos da Nova História Militar⁶, decidi por compreender como o Brasil havia se tornado a única nação latino-americana a enviar tropas para tomarem parte no conflito na Europa. Na medida em que me debruçava na bibliografia especializada sobre as questões geopolíticas e econômicas, começava a esbarrar nos aspectos sociais e culturais daquela breve participação de onze meses, entre 1944 e 1945, por parte do Estado Novo (1937-1945) na guerra travada em terras além-mar.

Diante das questões suscitadas pelas leituras, comecei a me questionar sobre o que teria ocorrido aos cerca de vinte e cinco mil homens que participaram da Força Expedicionária Brasileira⁷, a FEB, na luta dos Aliados (coligação de vários países, formada principalmente por Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra) contra as forças do Eixo (aliança de vários países, formada especialmente por Alemanha, Itália e Japão) estabelecidas no norte italiano. A Segunda Guerra Mundial terminou com a supremacia Aliada em 1945. Junto à FEB que formava majoritariamente o contingente militar, estavam a

fechamento do artigo ou livro, mesmo que se acredite em uma pesquisa histórica, a qual nunca se esgote em suas possibilidades de estudo. Ver em: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁵ A “Rádio História” tratava da elaboração de “gravações radiofônicas” pelos alunos para se representar os conteúdos trabalhados pelo professor em sala de aula. A ideia era tornar o ensino mais atrativo e interativo, de modo que os educandos deixassem de ser meros espectadores para se tornarem atores no processo histórico. Além disso, a meta era contribuir para fornecer um instrumento aos estudos, já que as gravações de acontecimentos sobre a Segunda Guerra Mundial eram em formato mp3 e podiam ser reproduzidas em diferentes dispositivos eletrônicos. Permitiu que houvesse um maior entendimento do conteúdo e que se desenvolvessem habilidades como a oralidade e a interpretação dos alunos. O trabalho foi executado em 2014 durante o período em que participei das atividades de extensão do Programa Institucional de Incentivo à Docência (PIBID), um projeto do Ministério da Educação para incentivar os graduandos a adquirirem experiência em sala de aula.

⁶ Após a 2ª Guerra Mundial, surgiu nos EUA uma corrente historiográfica conhecida como Nova História Militar. A Nova História Militar sofria clara influência da “Nova História Cultural”, então em voga nas universidades americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc. Seu principal objeto de estudo eram as relações entre as instituições militares e a sociedade, pois “como instituição, o Exército reflete a cultura nacional e exerce um impacto sobre ela. Como instituição, [...] o Exército deve ser considerado, também, como uma força social de tempo de paz”. Ver em: MATALOFF, Maurice. **A Natureza e o Escopo da História Militar**. In WEIGLEY, Russell F. (Org). **Novas Dimensões da História Militar (Vol 2)**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.p.483-484.

⁷ A Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) da qual fez parte a Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi criada em 1943 pela portaria ministerial 47-44, sendo constituída por cerca de 25.000 soldados que foram enviados à Itália, em 1944, para se unirem às tropas Aliadas.

recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB) e a Marinha de Guerra, como também membros do Corpo de Saúde do Exército (com destaque para as enfermeiras). Não se tratava mais de entender o curso das batalhas como na adolescência, mas de compreender os significados e as nuances da luta travada nos Montes Apeninos para a coletividade dos ex-expedicionários e a posteridade. Refinava-se, portanto, a atração difusa que me acompanhou durante a maior parte de minha existência.

Foi então que o difícil panorama das relações sociais no retorno dos ex-expedicionários à terra *brasilis*, com a busca pelo reconhecimento simbólico e material, despertou a minha atenção⁸. Tendo ingressado no Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a análise se ajustou no sentido de compreender como se deu o processo de reintegração social dos veteranos da FEB no pós-guerra. Esse grupo que no país constituiu uma pequena parcela em relação à sociedade englobante⁹, ao longo do século passado esteve imerso numa lógica da memória e do esquecimento. Na busca pela cidadania, de difícil acesso ao grosso da população brasileira, os veteranos procuraram lutar incessantemente por suas demandas públicas. Os conflitos ocorridos em meio ao grupo, bem como desse em relação aos poderes públicos, são reveladores para esboçar os entendimentos e a maneira pela qual definiam-se a si próprios por meio da memória sobre o conflito.

Não cabe aqui realizar abordagens minuciosas acerca das especificidades do processo de mobilização, preparação, embarque e dos combates travados pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial. São aspectos que serão analisados no trabalho apenas na medida em que contribuirão na análise de composição das memórias dos veteranos brasileiros. Neste trabalho, se buscará identificar, em meio às lembranças e aos esquecimentos, as narrativas veiculadas pelos veteranos da Força Expedicionária Brasileira e de alguns dos grupos os quais estiveram relacionados aos mesmos durante o período do pós-guerra em Belo Horizonte (Minas Gerais): os ex-combatentes das Forças de Segurança e Vigilância do Litoral (FSVL); o Exército; familiares do grupo em questão. É preciso ter em mente que há uma diversidade de

⁸ Revestiu-se de importância especial nesse sentido a obra do historiador Francisco César Alves Ferraz, por retratar um ramo da História Social pouco analisado na historiografia brasileira: a reinserção social no pós-guerra daqueles que pertenceram à FEB. Ver em: FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000)**. Londrina: Eduel, 2012, 380 p.

⁹ Ibidem, p. 212. A população brasileira da época girava em torno de 40 milhões de habitantes, enquanto a FEB foi composta de apenas 25 mil soldados. Representavam cerca de 0,06% do montante populacional do período.

percepções em torno da Segunda Guerra Mundial e não há uma verdade uníssona acerca do envolvimento e consequências da participação brasileira naquele conflito.

Como pano de fundo da constituição de narrativas pelo contingente expedicionário, tem-se um lento processo de readaptação social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira no pós-guerra. O rápido processo de desmobilização da FEB, o desamparo estatal, a omissão e a apatia política das massas populacionais relegaram grande parte dos veteranos civis (praças) do efetivo expedicionário a uma condição de marginalização social e esquecimento. Não fosse pela escassez de gêneros voltados à subsistência e a difusão daquilo que transcorria na frente de batalha pela imprensa brasileira, naquele período a guerra teria permanecido um assunto distante da maior parte da população¹⁰.

Isso os animou a investir com intensidade num processo que já estava em voga nas grandes potências beligerantes envolvidas no conflito: a constituição de associações de ex-combatentes. Segundo Francisco Ferraz, estavam presentes em vários países e possuíram quase sempre as mesmas funções:

Constituir-se um ponto de encontro, sede de eventos sociais de seus membros; organizar a luta pelos direitos de seus afiliados; representar coletivamente os ex-combatentes; organizar as comemorações e toda expressão de memória de seus feitos¹¹.

Desse modo, os veteranos organizaram a Associação de Ex-Combatentes do Brasil, a AECB. No entanto, diferentemente daquilo que se verificava nas grandes potências beligerantes no pós-guerra, no Brasil as associações se configurariam mais como um lugar de memória¹² e ainda em locais nos quais os veteranos se reuniram para buscar os meios efetivos de assegurarem a sua sobrevivência material e simbólica. Assim, poderiam buscar constituir mecanismos de assistência social e organizar possíveis ações de pressão e negociação política para reivindicarem melhores condições de vida para todos aqueles que haviam prestado o seu “tributo de sangue”.

A legislação de amparo aos veteranos só começaria a surgir a partir de 1946, vários meses após o fim da guerra, muito depois da chegada das tropas brasileiras. E ainda sim, acabaria por estender os benefícios adquiridos pelos cidadãos-soldados da FEB a militares que serviram nas terras brasileiras durante o período bélico ou mesmo àqueles que em nada

¹⁰ Segundo Cytrynowicz, o que se notava era uma passividade contagiante por parte da população com relação ao envio de soldados expedicionários para lutar pelo país. Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp/ Geração Editorial, 2000, p.82,196-197,278-280.

¹¹ Ferraz, Op. Cit., p. 210-211

¹² NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, Pontífica Universidade Católica, n.10, dez/1993.

tinham contribuído para o esforço de guerra na Europa¹³. Isso levou os veteranos por todo o país a se cindirem da AECB, a qual, na concepção de muitos deles, agora estava repleta de “praieiros” e interesseiros¹⁴. Assim, organizaram a Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, a ANVFEB. Somente aqueles que portassem a medalha de Campanha poderiam fazer parte das novas agremiações associativas¹⁵.

As associações de ex-combatentes emergem no Brasil sob inspiração de tendências europeia e americana. Em nações como França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, que desde meados do século XVIII já mobilizavam uma enorme massa de conscritos, já eram um fenômeno presente. Após a Primeira Guerra Mundial, cresceram drasticamente e constituíram-se em pontos de encontro aos ex-combatentes, contribuindo para que os milhões de desmobilizados exercessem pressão política sobre os poderes públicos com a finalidade de garantir que os seus direitos fossem assegurados em legislações específicas e cumpridos pelos órgãos governamentais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, além da expansão das agremiações nos países beligerantes, houve a criação de programas e leis específicos como nos Estados Unidos que visavam cuidar do processo de reinserção social e da formação profissional dos veteranos¹⁶. No Brasil, ao contrário, os outrora combatentes não encontraram condições que propiciassem a propagação de suas reivindicações, levando as associações à necessidade eminente de buscar o desenvolvimento de estratégias para a superação das dificuldades enfrentadas pelo grupo social no pós-guerra.

¹³ **Brasil. Lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949.** Altera os artigos 1º e 6º da Lei Nº 288, de 8 de junho de 1948, que concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra; **Brasil. Decreto Nº 26.907, de 18 de julho de 1949.** Define as diversas situações previstas nos arts. 1º e 6º da Lei Nº 288, de 8 de junho de 1948, na forma da redação dada pela Lei Nº 616, de 2 de fevereiro de 1949. Desse modo, essas foram as primeiras “leis da praia” criadas numa legislação voltada para conceder benesses aos militares e ex-combatentes (não-expedicionários), os quais durante o conflito desempenharam missões no território brasileiro. Cf. MELLO, José Luiz Ribeiro (Org.). **A legislação do ex-combatente: compilada e organizada pelo Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1978.

¹⁴ “Praieiro” era um termo depreciativo que foi direcionado pelos ex-expedicionários aos chamados ex-combatentes, aqueles que não combateram na Europa.

¹⁵ A Medalha de Campanha era distribuída a todos aqueles militares que participaram da campanha da FEB. Era esta medalha que distinguia o veterano da FEB de outros grupos de ex-combatentes.

¹⁶ FERRAZ, Op.Cit, p. 153. Segundo o autor, o Departamento de Guerra americano promoveu estudos voltados à desmobilização e reintegração social dos combatentes, tais análises permitiram ao Congresso aprovar no ano de 1944 o *Servicemen's Readjustment Act*, também conhecido como o G.I Bill of Rights. Essa lei representou um marco nas políticas voltadas aos veteranos de guerra, pois em leis anteriores, o governo dos Estados Unidos concedia pensões aos familiares mortos e incapacitados, e em alguns casos realizavam o pagamento de algum benefício ao soldado que lutou na guerra. Já a partir da lei de 1944 houve uma mudança nessa política, porque o veterano teria possibilidade de estudar em uma universidade, obter empréstimos sem a necessidade de um fiador, e receber durante 52 semanas cerca de \$20 dólares (em valores da época).

Com o retorno dos escalões da FEB ao Brasil, a partir de meados de 1945, foi fundada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) no Rio de Janeiro. Impelidos por manter vivo o espírito de camaradagem e a união desenvolvidos em meio ao front, inspirados pelos traços comuns de uma comunidade imaginada¹⁷ e, motivados por concepções ainda difusas sobre o significado das "Associações de Ex-Combatentes", o desejo por fundar uma agremiação na volta para a terra natal emergiu no final da guerra¹⁸. Passada a fase de breve desmobilização da FEB, tendo sua dissolução ocorrido ainda na Itália, bem como as apoteóticas recepções populares por todo o país, a maior parte dos ex-expedicionários amargaram num difícil desafio: enfrentar não apenas as agruras e os percalços sociais para efetuarem a difícil transição de "cidadãos-soldados" em direção à vida civil, mas também lutar pela sobrevivência material e simbólica juntamente com os outrora companheiros de farda.

Assim, o grosso da FEB tomaria parte numa "terceira guerra", como esboçou Divaldo Medrado, ex-expedicionário belo-horizontino, no final de sua vida¹⁹. Não se tratava mais de combater ao lado de enormes contingentes militares, efetuar ações de patrulha nos gélidos montes italianos ou cavar um foxhole²⁰ e aguardar a chegada do inimigo. Ao contrário, para estabelecerem conquistas no pós-guerra e, inclusive nos últimos anos de suas vidas, foi necessário que adotassem uma postura autônoma em relação ao Estado. Se o mesmo os havia recrutado para tomar parte no esforço de guerra, agora era necessário criar modos de luta e negociação com os poderes constituídos. Ao tomarem parte na ofensiva aliada, os ex-expedicionários, na perspectiva deles próprios, fizeram e vivenciaram plenamente a democracia: realizaram uma experiência que não se refere exclusivamente ao cumprimento de deveres e do acesso a direitos de toda ordem (política, social e econômica), mas do serviço à pátria com a prestação do "tributo de sangue". Numa época em que a cidadania era limitada,

¹⁷ Os soldados estiveram unidos por elementos simbólicos de camaradagem, os quais camuflaram a hierarquia social em relações horizontais, criando um "nós coletivo", um apego que os povos têm das suas imaginações e uma capacidade de morrerem por suas invenções. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p.14.

¹⁸ FERRAZ, op.cit., p. 212.

¹⁹ Segundo Medrado, os combates travados por benefícios e direitos para os veteranos de guerra constituíram a "terceira guerra" da categoria social. Ver em: MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009, p.132.

²⁰ Em tradução literal significa "buraco de raposa". Os soldados americanos cavavam trincheiras, as quais podiam contar inclusive com coberturas de árvores e galhos retorcidos para protegê-los de barragens de artilharia inimiga e permaneciam vigilantes à espera do inimigo. Na concepção de César Maximiano, a expressão mais condizente com a realidade dos expedicionários teria se dado por a "geração dos foxholes". Ver em: MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010, p.101.

a conquista de direitos era vista mais pela concessão de benesses estatais do que fruto de árduas lutas sociais²¹.

Logo, o espírito militar que foi gestado em meio à carnificina da Segunda Guerra Mundial teria de estimular e impulsionar os membros dessa coletividade para se unificarem como categoria social após o conflito. As ligações geradas e criadas durante o processo de seleção, treinamento, embarque, os combates e a desmobilização da FEB foram suficientes para o estabelecimento de uma memória comum, a qual formaria "lembranças coletivas" por excelência. Segundo Maurice Halbwachs:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum²².

Assim, a iniciativa criada em outubro de 1945, no Rio de Janeiro, logo se espalhou pelo Brasil. Influenciados por aquele movimento embrionário, começou a germinar nas grandes capitais e também no interior outros grupos que aspiravam por manter a convivência e o contato entre os veteranos. Nesse sentido, a AECB fundada inicialmente no Distrito Federal deu origem a associações subsidiárias pelo país. As maiores estavam concentradas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente pelo grosso daqueles que contribuíram com o esforço de guerra terem servido em regimentos os quais foram compostos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Unificadas pelo Conselho Nacional dos Ex-Combatentes, que se concentrava e se reunia periodicamente, principalmente na capital Federal, também realizavam convenções nacionais para promoverem o encontro fraternal e deliberarem os assuntos relacionados às aspirações e interesses políticos e sociais afeitos à coletividade.

Com o passar dos anos, a promulgação contínua de leis e decretos (federais, estaduais e municipais), a enorme prodigalidade estatal em conceder e ampliar benefícios e direitos originalmente exclusivos da FEB a militares da ativa, soldados que serviram em zonas de guerra e em áreas litorâneas, cultivaram-se ressentimentos e traumas na memória febianiana da guerra. Além disso, na medida em que a legislação de amparo aumentava, as sessões da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) espalhadas pelo Brasil acolhiam veteranos de diferentes proveniências, principalmente: estrangeiros, litorâneos e militares da reserva das Forças Armadas.

²¹ Ver em: Carvalho, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p.28

Esse movimento contínuo fez com que os portadores da medalha de campanha procurassem a cisão da AECB²³. Em 1963 foi fundado no Rio de Janeiro, o Clube da FEB, o qual após algumas nomenclaturas, passou a se denominar Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB). Do mesmo modo, a ANVFEB originou congêneres por toda a nação, as quais se multiplicaram a partir da década de 1970 e marcaram as tentativas de "delimitação" da memória das lutas travadas na Itália pelos ex-expedicionários em meio ao campo simbólico da Segunda Guerra Mundial.

Embora expresse as disparidades e a insatisfação dos ex-expedicionários para com as outras coletividades de memória que predominaram nas agremiações, a ANVFEB não chegou a adentrar em atritos ferrenhos com a AECB. Ambas as associações buscaram unificar esforços para garantir melhores condições de subsistência e lutar pelo amparo legal de todo o coletivo dos veteranos que se envolveram na maior guerra total da história. Entretanto, as divergências de memória se fizeram expressar em alguns momentos e lugares, seja em comemorações, desfiles e nas reuniões associativas, mas também na distinta indumentária (os afiliados da AECB utilizavam boinas verdes, enquanto os sócios da ANVFEB usavam boinas azuis) e nos depoimentos de veteranos. Ainda hoje, principalmente nos descendentes e agentes de memória que preponderam nas agremiações, é possível perceber resquícios e traços de lembranças ressentidas e traumáticas de épocas passadas. Surgia assim as divisões e distinções de nomenclatura entre os “ex-combatentes do litoral” e os “ex-expedicionários”²⁴.

Deve-se salientar que ao longo deste trabalho serão utilizadas as duas expressões na medida em que contribuam para caracterizar os soldados que compuseram a FEB e os que fizeram parte das Forças de Segurança e do Litoral (FSLV). Assim, no que tange àqueles que combateram no norte italiano, serão colocados em evidência ao longo do texto os termos “veteranos da FEB”, “veteranos” e “ex-expedicionários”. Em relação aos que desempenharam suas missões militares nas costas brasileiras, se empregará o termo “litorâneos” ou “ex-combatentes do litoral”, pois aqueles homens não apreciavam a denominação que lhes era geralmente concedida pelos veteranos da FEB (“praieiros” ou “patos d’água”). Além disso, é preciso distingui-los de outros grupos de ex-combatentes,

²³ A Medalha de Campanha era distribuída a todos militares que participaram da campanha da FEB. É essa medalha que distingue o veterano da FEB do ex-combatente não febianos.

²⁴ Despontou em meio aos outrora combatentes do nazifaziscmo na Itália, a distinção entre “veteranos da FEB” e “ex-combatentes”. Esse termo foi usado a partir da década de 1960 para referir-se tanto aos que efetivamente lutaram na Itália quanto aos que, devido a legislação federal, tiveram suas atividades de proteção do litoral brasileiro, segurança das unidades militares em zonas consideradas de guerra e navegação em áreas de ataque potencial por submarinos inimigos, considerados “serviços de guerra” e equiparados ao serviço dos que estiveram na campanha da Itália.

como os marinheiros que desempenharam missões na Marinha de Guerra e Mercante do Brasil, por exemplo. O termo “litorâneos” é correntemente utilizado atualmente na AECB em Belo Horizonte e, não foram encontrados paralelos semelhantes na historiografia, porém acredita-se que seja uma boa estratégia a ser utilizada para favorecer o entendimento do leitor ao longo do texto.

Fora dos círculos de debate e comemoração, isto é, as Associações e os espaços familiares, predomina um afastamento populacional com relação à temática da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. É consenso de ex-expedicionários e especialistas de que a Força Expedicionária Brasileira foi ignorada pelo mundo e pelos brasileiros²⁵. Segundo Francisco César Alves Ferraz, até o início do século XXI, a temática do envolvimento no front italiano teve pouca importância nos cursos de História e nos livros didáticos²⁶. Para Sirlei de Fátima Nass, o Brasil não teve o seu território ocupado e nem sofreu com o padecimento de vidas humanas, assim a guerra tornou-se um assunto distante na sociedade, o que contribuiu para o esquecimento social da FEB²⁷.

Ferraz aponta para a existência de 1092 publicações (livros, coletâneas de livros, artigos em periódicos científicos e militares, teses e dissertações) ao longo dos 70 anos de pós-guerra em pesquisa recente²⁸. Segundo Ferraz, houve um crescimento significativo na produção somente a partir de meados dos anos 1970, e uma vigorosa produção entre 2006-2015²⁹ (dentre os 1092 estudos, 314 foram elaborados nesse período) em grande parte devido à atuação de autores de extração universitária. Uri Rosenheck propõe que é preciso precaver-se para não incorrer no anacronismo e reconhecer que em certas épocas e tempos a memória da FEB teve um papel de maior importância nos âmbitos pessoal, local e nacional³⁰.

²⁵ Sobre o esquecimento da participação brasileira no maior conflito da história humana. Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp/ Geração Editorial, 2000.p287-320; MAXIMINIANO, Cesar Campiani. **Onde estão os nossos heróis? Uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra**. São Paulo: Edição do Autor, 1995, p.102; NEVES, Luís Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Dissertação (Mestrado em História) _ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992, p. 295.

²⁶ FERRAZ, Francisco César Alves. **Os livros didáticos e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Luso-Brazilian Review Vol. 47, No. 1 (2010), p. 11-39.

²⁷ NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**, Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005, p.17.

²⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. **Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, jul. 2016, p.216.

²⁹ Ibid., p. 219.

³⁰ ROSENHECK, op. Cit, p- 14.

Contudo, de acordo com Dennison de Oliveira, a pequena repercussão social do conflito não fundamenta a omissão e o silêncio da historiografia brasileira, a qual surpreendentemente permaneceu afastada dos dilemas colocados pela história e a memória militar³¹. Na concepção de alguns estudiosos o distanciamento da academia dos assuntos militares esteve ligado à tortuosa relação do Regime Militar (1964-1985) para com os universitários³². De modo que, após o fim daquele período, a FEB permaneceu objeto distante da produção acadêmica. Somente mais recentemente, a partir da década de 1980, os historiadores procuraram fazer incursões na temática da FEB, utilizando os conceitos e métodos da Nova História.

Além disso, grande parte das publicações sobre a Força Expedicionária Brasileira segue um padrão, ainda que não absoluto, de se basearem nos arquivos das associações de veteranos em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. É preciso expandir geograficamente as análises sobre a FEB. Assim, em Minas Gerais, embora alguns tópicos sobre o processo de desmobilização, regresso e a reintegração social dos veteranos tenham sido abordados nas dissertações de Soares³³ e Costa³⁴, prevaleceu a análise das memórias dos ex-expedicionários no que tange ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial com base em depoimentos orais. Belo Horizonte é uma cidade estratégica neste sentido, pois contou com iniciativas organizadas por parte dos veteranos representados nas suas agremiações associativas. Mas também se verificou a existência de veteranos ainda vivos, sendo possível a realização de entrevistas, bem como arquivos que permitiram explorar a problemática da reintegração social. Além disso, a metrópole é a única no estado ainda a contar com a presença das edificações e associados atualmente tanto no que se refere à AECEB quanto a ANVFEB.

Estudo semelhante ao levado a cabo no presente trabalho foi desenvolvido por Rodrigo Musto, que buscou compreender as narrativas de memória encampadas pelos

³¹ OLIVEIRA, Dennison de. **Cultura e poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: o caso da vitória de Monte Castelo**. Revista de Ciências Humanas, Curitiba, Editora da UFPR, n.9,2000.

³² NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**, Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005; ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em História, 2010; FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Edel, 2012.

³³ SOARES, I. **Um narrador de si e da guerra: testemunhos de um praça da Força Expedicionária Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, p.277. 2014.

³⁴ COSTA, Marcos Antonio Tavares da. **A Força Expedicionária Brasileira: memórias de um conflito**. UFJF, 2009. 256p. Dissertação (Mestrado em História).

veteranos da FEB e as associações de ex-combatentes na realidade de Juiz de Fora (Minas Gerais)³⁵. Ele também analisou o processo de repercussão e transmissão de conteúdos de memória a outros grupos (Exército e descendentes de veteranos). Além disso, procurou apreender o processo de ereção de monumentos pelas agremiações no espaço público. As perspectivas utilizadas por esse autor se revelaram de grande valia para a investigação das memórias sobre a Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte. A análise que será empreendida neste trabalho se diferencia, principalmente, no sentido de tentar colocar em evidência a percepção de outra categoria de ex-combatentes envolvida com a guerra no país: as Forças de Segurança e Vigilância do Litoral (FSLV). É preciso enfatizar as aproximações e as disparidades existentes entre os grupos sociais que foram mobilizados pelo Estado Novo (1937-1945) e estiveram imbricados no conflito. Portanto, este trabalho também se propõe a compreender como se constituiu um campo de memórias ligado a Segunda Guerra Mundial na paisagem cultural de Belo Horizonte. Memórias que embora tenham emergido ainda no contexto belicista tenderam a se desenvolver, como será visto, à margem da sociedade e das lembranças oficiais propagadas pelas Forças Armadas, Estado e grupos majoritários no corpo social. Assim, faz-se necessário a análise dos conteúdos de memória propagados pelas agremiações em foco.

As principais fontes utilizadas nesse trabalho serão as atas redigidas nas reuniões que ocorreram na AECB e na ANVFEB. De modo que, suas informações foram cruzadas com depoimentos orais, relatórios anuais e publicações das atividades associativas, memórias e diários publicados por veteranos. Além disso, os periódicos mineiros e cariocas foram importantes para compreender o regresso da FEB ao Brasil e, ao longo de todo o texto, como os discursos foram reverberados por ex-expedicionários, militares da ativa e os ex-combatentes que serviram no litoral brasileiro. As entrevistas realizadas com veteranos da FEB e os litorâneos, dirigentes das agremiações e os descendentes também foram importantes para o aprofundamento do estudo.

A criação de novas tecnologias informacionais nas sociedades contemporâneas tem causado uma modificação nas formas como os fatos transcorrem no tempo presente. A preponderância da efemeridade, em que o novo se torna ultrapassado muito rapidamente, termina por problematizar a identidade das coletividades, que têm os referenciais culturais colocados em evidência. Nessa conjuntura, se testemunha o incremento da produção de

³⁵ MUSTO, R. **O jogo de luz e sombras: os usos e abusos de uma memória sobre Força Expedicionária Brasileira** (1945-2017). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 188.2019.

narrativas de memória como uma maneira de se confrontar a uniformidade de discursos totalizantes, que colocam os grupos sociais numa condição marginal marcada pelo silenciamento de suas expressões. A diversidade de memórias permitiu que emergisse a necessidade da existência de lugares igualmente plurais voltados para a conservação desses passados múltiplos, concedendo valor histórico aos acervos preservados. Perpassando esse processo, se encontram os grupos marcados por memórias traumáticas associadas a “experiências limites” como, por exemplo, a guerra. Essas coletividades procuram lutar para que sejam efetivadas políticas de reparação de caráter material e/ou simbólico pelas instituições as quais julgam responsáveis pelos danos provocados. As lutas pelo reconhecimento público do sofrimento e as mazelas que teriam caracterizado determinados grupos constituem-se em práticas reveladoras da noção do “dever” que as instituições devem portar em relação àqueles marcados por lembranças penosas³⁶.

A discussão que permeia essa questão se propaga, principalmente, a partir dos anos de 1970 nos Estados Unidos e na Europa provocada, especialmente, pelo debate acerca do Holocausto e a Segunda Guerra Mundial, a reboque das lembranças de outros traumas vivenciados durante o século passado. Nas décadas posteriores, o movimento se espalha pelo planeta de modo notável, determinando aquilo que Huyssen colocou como sendo uma “cultura da memória”, a qual tem redefinido as nuances existentes entre passado, presente e futuro³⁷. Como propõe Hartog, se pode afirmar que o mundo contemporâneo é marcado por uma intensa monumentalização do presente e um “passado que não passa”³⁸.

“Ser lembrado” está intrinsecamente associado a uma razão de “existir e pertencer a um grupo social específico, o que na concepção de Rousso, ocorreu a partir do momento em que a memória passou a se transformar “gradualmente em valor” e se tornar um fenômeno histórico de enormes dimensões. Na América Latina, as lutas pela memória e o reconhecimento social demonstram estar associadas com a busca pela divulgação das perseguições e atrocidades cometidas ao longo dos regimes ditatoriais, assim como as discussões dos processos de anistia que transcorreram durante os governos em períodos de redemocratização. Internacionalmente, genocídios ocorridos no passado, do mesmo modo que o término do apartheid na África do Sul gerado concomitantemente ações de memória, com o intuito de minimizar ou ressignificar os efeitos desses traumas e promover a justiça. Assim,

³⁶ Sobre o “dever de memória” ver o trabalho de Luciana Q. Heymann (2007).

³⁷ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

³⁸ Tomando de empréstimo, a expressão cunhada por Henry Rousso. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

esses debates também se desdobraram, recentemente, na instituição da Comissão Nacional da Verdade – em maio de 2012 – com o intuito de apurar os crimes praticados por agentes do Estado entre 1946 e 1988 no Brasil. Assumindo centralidade nesse movimento, coloca-se em evidência a emergência de um “dever de memória” com uma necessidade, quase imperiosa em algumas situações, de lembrar. A partir de então, há uma multiplicação considerável de lugares de memória: monumentos, biografias, celebrações, associações, instituições, como os denominou Nora³⁹. Anteriormente voltados principalmente para a conservação e celebração da memória das elites, passaram a estar numa disputa que envolvia novos atores políticos⁴⁰.

Houve a formação de novos centros de memória e a inauguração de museus, como também a instituição de datas comemorativas, publicações de livros e o aumento do número de exposições. Várias iniciativas são realizadas, na esfera pública ou privada, em acordo com as modificações que possibilitaram às sociedades contemporâneas passarem de um regime marcado pela “história-memória” para o da “história-patrimônio”⁴¹. De tal modo que essa nova configuração adquiriu bastante relevo, especialmente na França, em que não somente os lugares de memória, mas o próprio país foi envolto numa lógica de patrimonialização. Com o processo de instituição de “patrimônios” se impondo rapidamente, arrisca-se nos moldes utópicos de uma narrativa histórica totalizante ou de uma memória que tudo conserva, de transformar tudo em patrimônio. A velocidade que tem se dado os processos de modificação do território nacional, das tradições populares, dos sítios arqueológicos, das paisagens naturais, das espécies animais e vegetais, dos acervos pessoais e os bens culturais em patrimônio, de forma geral, está ligada à formação de uma pluralidade de discursos os quais, tanto atualizam continuamente as lembranças conservadas sobre esses legados, como promovem a consolidação das visões de diferentes coletividades sociais.

Pode-se afirmar que a expansão patrimonial contemporânea, com sua feição marcadamente presentista e a diversidade de manifestações, é resultado dos diversos investimentos e recursos reunidos para dotar de valor histórico esses acervos. A própria onda de patrimonialização acabou por provocar a criação de um discurso que visa atender a demanda geral por arquivamento, o qual perpassa a dimensão da própria existência pessoal,

³⁹ NORA, P. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, 1993.

⁴⁰ HEYMANN, L. Q. **Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, 2011. p. 77-94.

⁴¹ Cf. Nora (1993)

como propõe Artière⁴², mas também a memória dos vários grupos sociais nessa nova conjuntura.

Por conseguinte, a partir da propagação desses lugares de memória expande-se de igual modo os discursos heterogêneos construídos acerca deles e, principalmente, os confrontos por seu domínio e pelas apropriações políticas que podem ser feitas sobre eles. Diagnosticar essa polifonia, assim como os atores ou grupos sociais imersos em uma disputa específica pelo enquadramento de memórias, é papel fundamental na busca pelos usos políticos que o passado pode vir a assumir num determinado presente. Nessa lógica, as celebrações – de outra maneira, definida por Catroga, as ritualizações do passado – se constituem em aspectos fundamentais, pois são importantes na produção de unidade e sentido ao diagnosticar as associações entre passado e presente reveladas através das simbologias⁴³. Por meio de práticas, gestos e símbolos, as comemorações concedem significados e reconhecimento ao passado e o presentificam. Estão atreladas, assim, aos rituais sem os quais não ocorreria o desenvolvimento das funções sociais da memória, especialmente o sentido de continuidade do passado e a ligação afetiva com um grupo em específico. Além disso, as celebrações são caracterizadas pelas tensões, já que perpetuam, na maioria das vezes, as disputas de interesses preponderantes na sociedade. Essas motivações dos grupos podem ser tão plurais quanto a polifonia de narrativas que concedem substância às memórias em conflito. É em meio à confrontação entre duas coletividades, veteranos e a memória coletiva da sociedade brasileira, que a identidade cultural dos outrora combatentes é reorganizada. Ao se deparar com a ambição de veracidade que a memória se apresenta, principalmente quando se trata de um sentimento que permeia a construção da identidade, alguns trabalhos são chaves nesta produção textual para a compreensão desses pontos, como Michael Pollak, Maurice Halbwachs e Alistair Thompson.

Nessa lógica, almejando entender como um lugar no qual predominam elementos fúnebres e a descaracterização do indivíduo, a análise de Pollak problematiza a questão da identidade. Os componentes identitários podem influenciar na definição das trajetórias individuais e na construção de novas redes sociais, além de auxiliarem na análise das narrativas veiculadas pelos veteranos e a comunidade de memória que os cerca. O autor tem como problemática principal a questão de como é possível se conservar a identidade numa

⁴² ARTIÈRE, Philippe. **Arquivar a própria vida** In: Arquivos pessoais. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed. FGV, vol 11, nº 21, 1998.

⁴³ CATROGA, Fernando. **Ritualizações da história**. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando (orgs.). **História da história em Portugal, sécs. XIX – XX**. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.

conjuntura trágica como a de um campo de concentração, no qual indivíduos são retirados de seus lugares, seus contextos familiares, expropriados de suas posses e colocados num universo estranho, hostil e totalitário. Nesse sentido, as experiências por ele analisadas possuem semelhanças com a análise a qual se busca neste trabalho, ainda que com enfoque e num cenário distinto.

Alistair Thomson, em sua análise sobre as memórias de Anzac, colocou o modo como os veteranos australianos da Primeira Guerra Mundial foram tecendo suas narrativas baseando-se nas celebrações públicas⁴⁴. Situação semelhante ocorreu com os veteranos brasileiros, os quais possuem nas datas relacionadas à conquista de Monte Castello, Montese, Castelnuovo e “Dia da Vitória”, a oportunidade de legitimarem sua identidade veterana pela reelaboração de suas narrativas da guerra. A meta do trabalho de Thomson é entender como se deu o paradoxo e as oposições existentes entre o mito nacional e as memórias pessoais, de modo que procurou compreender como se deram as relações entre as memórias públicas e as privadas. Buscar os pontos de contato entre as recordações pessoais dos veteranos que determinam a memória coletiva será fundamental para apreender a realidade cultural do grupo social em questão. Tanto Pollak como Thomson trabalham com a ideia de que a estabilidade da memória é gerada pela tentativa de adequação das memórias pessoais às coletivas, uma forma de acomodação à identidade social ou do grupo, reprimindo as memórias que ainda são dolorosas.

Nessa lógica, a questão que aqui se coloca está em compreender como se constituíram as agremiações associativas de veteranos, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) em Belo Horizonte (Minas Gerais), buscando identificar os projetos institucionais, as suas respectivas expressões públicas, na medida em que isso tudo é fundamental para entender as batalhas de memória nas quais estas estiveram envolvidas. O papel do historiador na problemática será buscar expor as “vísceras da memória”, desconstruindo as narrativas construídas pelas coletividades em estudo. Para isso, serão verificadas as diferenças de como se moldou as narrativas dos ex-expedicionários, dos descendentes, os litorâneos e a instituição militar nesta conjuntura.

No primeiro capítulo será exposta a “experiência limite” da identidade dos veteranos, a qual coloca em evidência principalmente a participação dos mesmos na Força

⁴⁴ THOMSON, Alistair. **Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália**. In: História Oral, nº 4, junho de 2001. p. 85-101. Nesse artigo Thomson faz a conexão entre a memória individual de um ex-combatente australiano e a memória pública sobre os Anzac.

Expedicionária Brasileira. Objetiva-se analisar as imagens que se constroem sobre os combatentes e a participação do Brasil na Guerra, já ainda durante o conflito, e, sobretudo, após o retorno para o país, mostrando que essas imagens e o modo ambíguo com que o poder público se colocou em relação a esse grupo condicionaram desde cedo as lutas de memória encetadas em torno da participação do Brasil na guerra e seus protagonistas. Assim, serão enfatizadas as comemorações apoteóticas que transcorreram nas grandes cidades, também em Belo Horizonte, e a recepção pela população brasileira. Por fim, será ressaltado o processo de reintegração social e profissional dos outrora combatentes no país, marcadamente na capital mineira.

No segundo capítulo, se analisará a constituição das agremiações dos veteranos da Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte e, sobretudo, se procederá à análise da memória da participação no conflito que essas associações constroem. Serão analisadas as narrativas e as cristalizações de memória que prevaleceram em meio às coletividades que se reuniam na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e na Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB). Serão realizadas considerações acerca do esquecimento pelos poderes públicos dos veteranos nos primeiros tempos da associação de veteranos e da polarização política que dividia o grupo, tendo as dificuldades do processo de reintegração social e de concessão da assistência social aos companheiros como pano de fundo nesse processo. Num segundo momento, se abordará a necessidade de propagação dos feitos da FEB pelos veteranos, dado o envelhecimento progressivo no qual se encontravam, assim como as buscas pela inserção de narrativas dos litorâneos (praieiros) no campo de memórias da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Além disso, também será exposta a paisagem cultural em que se fizeram materializar as espacialidades e os bens de pedra e cal das agremiações. Serão feitas descrições acerca tanto da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, quanto da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, que atualmente funciona em instalações da 4ª Região Militar (4ª RM) de Exército na capital.

No terceiro capítulo serão abordadas as narrativas memoriais dos descendentes dos veteranos e ex-combatentes do litoral, assim como da instituição castrense. Torna-se necessário identificar como a memória das coletividades envolvidas com a Segunda Guerra Mundial é representada e transmitida no interior do seio familiar. Além disso, se enfatizará a necessidade do Exército em realizar a apropriação dos feitos da FEB para legitimar a identidade da corporação e, além disso, as conexões que os militares estabeleceram com as associações na capital mineira.

Na segunda parte do texto será exposta a “proposta de intervenção social”, uma das exigências do Mestrado Profissional em Paisagens, Cultura e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Trata-se do trabalho prático da dissertação que, neste caso, foi construído em conjunto com o pesquisador Rodrigo Musto Flores, sob a orientação do orientador Luiz Lima Vailati. Constitui-se de um material paradidático a ser utilizado para fins de complementação das aulas relacionadas à temática da Segunda Guerra Mundial. Mediante a ausência da participação brasileira em livros didáticos e sua abordagem rarefeita nesses materiais, se buscou construir um texto acessível e de fácil leitura principalmente para adolescentes e jovens. Espera-se que esse material, o qual não pretende ser um “manual”, auxilie na formação das novas gerações e contribua para a difusão da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 1: Uma experiência do front: memória e identidade da Força Expedicionária Brasileira

1.1: Os brasileiros na linha de Frente: a guerra na perspectiva dos soldados da Força Expedicionária Brasileira

Correntemente, ao refletir sobre conflitos, soldados, tropas em movimento e Estados em mobilização, vem à tona uma série de valores que se julgam próprios desse distante mundo, apreendido por meio da leitura de livros e jornais ou através de mídias contemporâneas. Assim, a austeridade física e psicológica, o patriotismo, a abnegação, o ódio pelos inimigos e a disciplina constituiriam algumas das categorias pelas quais se analisariam os eventos bélicos. Nesse sentido, os indivíduos que tomaram parte nessas contendidas, seriam então verdadeiros super-heróis, e, ao final da guerra, retornariam totalmente vitoriosos para a terra natal, apenas retirariam a farda e retomariam as suas trajetórias no momento em que as interromperam.

Essa visão romantizada dos conflitos, especialmente as que se referem aos do século passado, são revestidas de importantes significados em nações como a Inglaterra, os Estados Unidos e a França, primeiramente porque o voluntariado foi a base, pelo menos na Grande Guerra (1914-1918), e a fonte principal dos soldados que compuseram as tropas dos exércitos em questão. Esses fatores possibilitariam ao terreno tornar-se ainda mais movediço para perspectivas as quais aspirassem deixar de lado os estereótipos citados, que tanto colocariam em maus lençóis os ex-combatentes e suas lembranças coletivas naqueles tempos. No Brasil, o panorama, dependendo da interpretação, tenderia a ficar ainda mais dramático, já que não ocorreram grandes conflitos no território nacional – ou mesmo externo, excetuando-se a Guerra do Paraguai –, criando maiores dificuldades para o entendimento da guerra e suas consequências sobre os veteranos – e, no que tange à FEB, isso se tornaria ainda mais verídico.

Embora tenham ocorrido grandes manifestações populares nas metrópoles que exigiam a declaração de guerra às forças nazifascistas, prevaleceu o afastamento populacional dos acontecimentos relativos ao envolvimento brasileiro na guerra. Roney Cytrynowicz debruçando-se sobre a realidade paulista, demonstrou que, embora tenham existido abrigos aéreos, blecautes, filas intermináveis para adquirir alimentos para subsistência como o “pão

de guerra” e a substituição de combustíveis fósseis (o gasogênio tornou-se uma alternativa viável), a tônica da guerra era o distanciamento dos assuntos referentes às hostilidades⁴⁵.

Apesar da memória oficial e as narrativas do Alto Comando da FEB propagarem uma narrativa apoteótica da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)⁴⁶, percebeu-se nos depoimentos concedidos pelos veteranos que a memória da guerra era preponderantemente plural e fragmentada. Nos relatos, apreendeu-se que as vivências do front e do retorno dos veteranos – esse silenciado pela memória oficial – possui uma dimensão multifacetada, opondo-se a homogeneidade e a assepsia da narrativa que se pretende uniformizadora e da identidade por ela reivindicada.

Os diálogos estabelecidos mediante a memória oficial e as memórias coletivas transcendem uma relação meramente cordial e harmônica. Vislumbram-se modos de resistência, disputas na memória, políticas, deliberadas ou não, de ‘esquecimento’, cooptações, adaptações, silêncios, ressentimentos, revoltas e todas aquelas características distintivas do tortuoso processo denominado “enquadramento de memória” por Pollak⁴⁷. Em meio a esse, as fronteiras se diluem e se encontram num processo de transformação contínua. Porém, é preciso ressaltar, deve-se transpor a mera crítica do “mito” (a memória oficial) e buscar através da interação com as lembranças coletivas, produzir complexas redes de rememoração do passado e constituição de identidades⁴⁸.

Identificar as narrativas de memória é uma tarefa que deve ser feita com cautela e sensibilidade, é preciso levar em consideração o aspecto permanentemente volátil e instável dessa categoria. Deve-se esmiuçar e descortinar as várias camadas temporais que a compõem, atentando para os eixos nos quais as lembranças se estruturam – é necessário entender qual é a identidade que o veterano reivindica, o que silencia e o motivo de sua ação, além das outras identidades por ele já reivindicadas. Assim, percebe-se que, grosso modo, a memória dos veteranos se alicerçou no decorrer da guerra, em meio ao seu retorno à terra natal e também

⁴⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp/ Geração Editorial, 2000.

⁴⁶ De relatos ditos mais polêmicos como os do Marechal Floriano de Lima Brayner, até os relatos encarados como referências da participação da FEB no front italiano como o “A FEB pelo seu Comandante” livro escrito pelo comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes e o intitulado “O Brasil na Segunda Guerra Mundial” de Manoel Thomaz Castelo Branco. As obras elencadas acima somadas àquelas produzidas pelos correspondentes de guerra Joel Silveira e Rubem Braga embasam, grande parte dos relatos dos ex-combatentes sobre sua experiência na guerra. As percepções dos veteranos da FEB também foram editadas em diversas publicações largamente difundidas pela editora Biblioteca do Exército.

⁴⁷ Cf.: POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

⁴⁸ Cf.: THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as Memórias**. Projeto História, São Paulo: 15 abr. 1997. p. 51-71.

ao longo do pós-guerra. Nessa trajetória, a memória coletiva do grupo assumiu feições identitárias variadas.

Assim, é preciso abordar as vivências compartilhadas pelos veteranos, dada a experiência radical da guerra. A participação na Força Expedicionária Brasileira representava uma ruptura avassaladora com suas trajetórias anteriores, bem como com as expectativas que possuíam acerca das mesmas. O envolvimento no conflito lhes possibilitaria realizar uma tomada de consciência, a partir da luta, seriam movidos pela noção de que eram sujeitos da história – e, desse modo, teriam de lidar com essa identidade, seja de modo pacífico ou conturbado. Nas lembranças e esquecimentos dos veteranos, a experiência da guerra e do pós-guerra assumirá um papel preponderante. É necessário compreender o sentido da participação em um conflito bélico para quem nele tomou parte, buscando analisar as razões pelas quais, a partir dessa vivência, se delineou uma identidade durável e mutável, a qual, também, consistiu na “matéria-prima” com que os veteranos lidaram para produzir ou reorganizar suas próprias lembranças e narrativas.

É preciso ter em mente que a Força Expedicionária Brasileira foi uma divisão de exército constituída por diferentes unidades. Aquelas mais referenciadas nos estudos relativos à Segunda Guerra Mundial são os regimentos de infantaria. A composição da FEB se deu por “divisões ternárias”, em outras palavras, cada formação se dividia em três menores e daí em diante, até termos os Grupos de Combate. Essa era a unidade elementar, contava com cerca de 13 homens, de modo que havia 11 soldados e estava sob o comando de um cabo e um sargento. A junção de três Grupos de Combate resultava num Pelotão, num montante de 41 homens, sob as ordens de um tenente. Três pelotões de soldados adicionados de um Pelotão de Petrechos Leves constituíam uma Companhia, que totalizando 193 homens era comandada por um capitão. Três Companhias de Fuzileiros somados de uma Companhia de Petrechos Pesados (armamentos de maior calibre e poder de fogo) constituíam um Batalhão, o qual era conduzido por um major. Três Batalhões formavam um Regimento de Infantaria, que tinha cerca de três mil homens e era comandado por um coronel. E, por último, os três regimentos que formaram a FEB resultaram na Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), órgãos e unidades de apoio⁴⁹, esteve sob o comando do general Mascarenhas de Moraes.

⁴⁹ Outras composições e unidades militares foram a Artilharia, o Batalhão de Saúde, o Batalhão de Engenharia e o Esquadrão de Reconhecimento. Além disso, as tropas contavam com a presença da Intendência, da Polícia, Companhia de Transmissões e Manutenção e do Quartel General da Divisão. Para prestar outros serviços, havia os integrantes da Justiça Militar, a Banda de Música, a Agência do Banco do Brasil e o Pelotão de Sepultamento. Cf. BONALUME NETO, **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate**, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, p. 134-135.

A FEB foi um exército nacional e contou com a presença de soldados provenientes de todas as partes da nação, de modo que cada regimento apresentou uma composição bastante heterogênea. As unidades militares contavam com uma maior representação dos lugares em que foram criadas e montadas. Houve certas singularidades e especificidades próprias de cada regimento: o 1º R.I., cuja sede ficava no Rio de Janeiro, foi formado preponderantemente por combatentes fluminenses; o 6º R.I estava situado em Caçapava, São Paulo, e congregou mais paulistas; o 11º R.I, oriundo de São João Del Rei, Minas Gerais, contou com uma significativa representação de mineiros. Na concepção de Uri Rosenheck, cada região contribuiu com um número relativo de indivíduos para comporem o efetivo da FEB, sendo enviados para o combate na Itália: 372 provenientes do Norte; 790 do Centro-Oeste; 2.945 do Nordeste; 4.378 do Sul; 15.217 do Sudeste. Segundo o brasilianista, a DIE foi formada por mais de vinte mil homens e teria contado com um montante de 2.947 soldados oriundos do estado de Minas Gerais⁵⁰. Na visão de César Campiani, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Distrito Federal proveram 80,7% dos praças incorporados à FEB⁵¹.

Formada no segundo semestre de 1943, sob a portaria ministerial nº 47/44 que veio desacompanhada do amparo material e psicológico aos comandantes e ao Estado Maior para mobilizar os candidatos à tropa⁵², a FEB era reflexo de uma pretensão estadonovista em figurar num lugar proeminente no jogo político do pós-guerra, assim como espelhava a predominância de membros da caserna no governo ditatorial e populista de Getúlio Vargas⁵³. Ciosos por sua reputação profissional e desejosos pela manutenção do status quo do grupo social no regime varguista, militares do Alto Comando, como Eurico Gaspar Dutra e Góes

⁵⁰ ROSENHECK, Uri. **Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos**. In: Militares e Política, nº 3 (jul –dez. 2008), p.9-10.

⁵¹ MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010, p. 57.

⁵² Segundo o Marechal Lima Brayner, que na época da guerra possuía o posto de coronel, não houve por parte do Ministério da Guerra apoio metódico para uma seleção eficiente de pessoal e mobilização suficiente de recursos para que existisse uma rápida constituição do efetivo militar, ainda no ano de 1943. Prevaleceu o atraso no recrutamento, principalmente no que tange a busca pelos especialistas que eram exigidos em uma moderna tropa de combate. Cf. BRAYNER, Marechal Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.p,31-37.

⁵³ Dirigentes e militares que ocupavam a alta cúpula governamental aspiravam que o Brasil ocupasse uma posição de destaque em meio às nações desenvolvidas e desempenhasse uma maior influência geopolítica no contexto mundial após o término das hostilidades na Europa. Ainda havia a esperança de que afluíssem espólios de guerra e fossem concedidas benesses e vantagens pelas potências vitoriosas da guerra ao governo do Estado Novo. Consolidou-se nesse momento a criação mútua, como atores políticos, de Vargas e das Forças Armadas. Sobre essas questões, ver em: FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 66; Carvalho, José Murilo de. **Vargas e os Militares**. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.p, 342-343;

Monteiro, buscaram articular a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, embora esse processo não tenha ocorrido sem resistências e acordos no governo da época⁵⁴.

Os expedicionários eram jovens provenientes dos morros, engenhos, selvas, pampas, montanhas, praias, choupanas e cafezais. Todos esses lugares e espacialidades, ressaltados na “Canção do Expedicionário”, procuravam dotar a heterogeneidade de indivíduos que iriam compor o efetivo expedicionário de certa unidade e singularidade⁵⁵. Afinal, sob o “manto unificador” do Estado Novo (1937-1945) que havia queimado as bandeiras estaduais e buscado extirpar a fragmentação e as divisões nacionais logo após o golpe⁵⁶, a FEB deveria constituir um símbolo de união e congregação dos povos de toda a nação. Naquela conjuntura, marcada por flagrantes carências e debilidades institucionais e sociais, num país predominantemente rural, que necessitava de apoio internacional para constituir sua indústria de base e sob a propaganda estadonovista, apregoava-se que as tropas expedicionárias seriam formadas com a vanguarda da nacionalidade brasileira e os homens selecionados se tornariam um poderoso baluarte frente às hordas inimigas que ameaçavam a integridade do território nacional⁵⁷. Para propagar esse discurso, havia a influente e eficiente ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual através da censura e vigilância exercidas sobre os meios de comunicação da época, especialmente o rádio e os jornais, conclamava a população e revelava que apenas os “melhores homens” estavam sendo selecionados.

Logo a pretensão do Alto Comando em reunir cerca de cem mil homens na realidade social brasileira revelou-se descabida e utópica. Os problemas ocorridos no processo de seleção psicológica e física revelaram as mazelas do país à época. Os critérios de seleção eram rigorosos e complexos no início, mas foram sendo relaxados, pois se tornava difícil

⁵⁴ Havia uma ala germanófila nos quadros governamentais, que admirava e apoiava veladamente ou explicitamente o nacional-socialismo num momento em que as tropas alemãs empreendiam um avanço relâmpago em diferentes regiões do continente europeu, marcadamente contra as democracias ocidentais. Havia certo deslumbramento com o totalitarismo alemão e suas formas políticas e estéticas. Com o refluxo do Eixo e a maciça presença americana nos negócios e na cultura desde 1940, optaram-se pela adesão política e diplomática à coligação dos Aliados em 1942. Cf. TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.22.

⁵⁵ O hino da FEB foi redigido pelo poeta, ensaísta, tradutor e jornalista Guilherme de Almeida (1860-1969). Ajudou na organização da semana de Arte Moderna em 1922, e chegou a fazer parte da Academia Brasileira de Letras. A letra da canção, conforme o autor, era uma aspiração de tentar mostrar o expedicionário ao mundo e devido a isso procurava reunir características distintivas da nação brasileira. Foi dada ênfase aos regionalismos para indicar uma união nacional. Cf. QUEIROZ, Maria Helena de. **A variedade literária na obra poética de Guilherme de Almeida**. 2003. 202 p. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – UNESP, São Paulo, 2003.

⁵⁶ Sobre a queima das bandeiras estaduais e as tentativas de suplantação dos “regionalismos estéreis” e da lógica federalista pela integração nacional no Estado Novo. Cf. MICELI, Sérgio. **A política cultural**. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

⁵⁷ Sobre os torpedeamentos efetuados pelos submarinos da Kriegsmarine (Marinha Alemã) às embarcações brasileiras na costa litorânea, no território nacional. Cf. BONALUME NETO, Ricardo. Obra citada, p.43-55.

preencher os requisitos exigidos⁵⁸. Para além dos traços que refletiam as debilidades humanitárias e sociais do país, havia a difícil adaptação e convivência nas instalações militares onde o contingente expedicionário iria treinar para a guerra. Segundo Divaldo Medrado, essa foi a “primeira guerra” enfrentada pela FEB, em suas palavras:

A etapa de formação da FEB foi realmente muito difícil e complexa. Os quartéis ficaram abarrotados e, em consequência, os alojamentos, os refeitórios e as instalações sanitárias, que já se mostravam precários, rudimentares e insuficientes aos militares da ativa, não suportaram a sobrecarga advinda da convocação. As filas intermináveis para o uso dessas instalações, criavam um ambiente de descontentamento, que só era contido pela rígida e necessária disciplina, imposta pelo ‘Regulamento Disciplinar do Exército- RDE’. Era comum encontrar os convocados amontoados nos alojamentos, com seus pertences espalhados, sem uniforme, vestidos com as roupas que haviam trazido de casa, estirados nos passeios e até mesmo alojados nas estrebarias. Os convocados, que ainda não haviam recebido uniformes, praticavam instruções em traje civil e isso era motivo de molecagens, praticadas pelos soldados que já se encontravam no quartel há mais tempo; eles se prevaleciam das experiências que possuíam para ‘gozar’ os civis que eram apelidados de ‘paisanos’⁵⁹.

Para muitos dos recrutados, a FEB representava um lugar em que poderiam encontrar trabalho, alimentação e abrigo. Porém, os soldos eram baixos e costumavam atrasar por muito tempo. Havia fortes relações de dependência entre comandantes e comandados, o que acabava por reforçar o patriarcalismo imperante no interior da tropa, num reflexo das relações sociais existentes no país⁶⁰. Houve seguidas amotinacões e revoltas por oficiais de baixa patente, e a repressão foi violenta⁶¹.

Confunde-se com a própria história do recrutamento militar a forma pela qual o serviço militar era visto por uma ótica que procurava depreciá-lo. Somente em 1908, contando com as manifestações de uma Liga Antimilitarista, foi regulamentada a lei que estabelecia o serviço militar obrigatório. Entretanto, o sorteio militar só foi instituído em 1916, numa mobilização levada a cabo por Olavo Bilac, que visava incutir o patriotismo e a disciplina de modo igualitário na nação. Contudo, apenas os analfabetos seguiam sendo recrutados e eram enquadrados numa cidadania que representava mais o cumprimento de deveres do que da

⁵⁸ Exigia-se brasileiros com cinco anos de escolaridade, 26 dentes na boca (essa foi a maior causa de rejeição médica), altura de 1,65m no mínimo, peso mínimo de 60 quilos, e uma saúde aparente boa. Cf. BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate**, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, p.126.

⁵⁹ MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009, p.57.

⁶⁰ O brasilianista Frank McCann realizou uma profunda análise acerca da situação do Exército no momento anterior ao início do conflito. Ver em: **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937** (2007).

⁶¹ Nessa lógica, a disciplina era vista como um castigo, presente na mentalidade popular ao longo do século XIX. Ver em: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política**, 1930-1945. In: A REVOLUÇÃO de 30: Seminário Internacional: Ed. da UnB, 1980, p.111-118.

distribuição justa de direitos⁶². Para solucionar a questão, em 1939, a Lei do Serviço Militar estendia os direitos políticos e civis, condicionando os indivíduos à prestação ao serviço militar, assim como vedava o acesso à Justiça daqueles que não tivessem seu certificado de reservista ou dispensa de incorporação. No âmbito jurídico, pelo menos, havia igualdade entre aqueles que iriam sacrificar-se pela pátria⁶³. Todavia, os homens transformavam-se em “cidadãos-soldados”, pois não possuíam outras vias para escaparem daquela obrigação, era esse contingente que formaria a FEB⁶⁴.

Nessa época, o Exército era a força política mais influente⁶⁵ e, o Ministério da Guerra, comandado por Eurico Gaspar Dutra, pretendia ambiciosamente a formação de um Corpo Expedicionário, com três divisões de infantaria, totalizando 60 mil homens⁶⁶. Logo a tarefa para aglutinar os homens necessários se mostrou árdua demais devido às inúmeras dificuldades obtidas para selecionar aqueles que comporiam o efetivo expedicionário⁶⁷. O recrutamento militar acabava por se constituir num verdadeiro retrato social do Brasil, esboçando as suas mazelas e deficiências sociais. As instalações militares do país eram precárias e insalubres, o treinamento dos soldados estava ultrapassado em suas técnicas e lições, o armamento era obsoleto e originário de vários países⁶⁸.

Apreende-se que a preparação da FEB foi muito escassa e deficiente, além da maioria daqueles que embarcaram terem sido civis ou militares da reserva, com pouca ou quase

⁶² Ibid., p.124.

⁶³ MCCANN, Frank D. **O serviço militar obrigatório**. In: _____. **A Nação Armada**. Recife: Guararapes, 1982, p.47-48.

⁶⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit., p. 59.

⁶⁵ Grande parte do Orçamento anual era destinado às Forças Armadas, ao Exército principalmente. Sobre a influência do Exército na Era Vargas, ver em CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política, 1930-1945**. In: **A REVOLUÇÃO de 30**: Seminário Internacional. Brasília: Ed. da UnB, 1980, p.138.

⁶⁶ Depois de muitas discussões sobre a viabilidade de enviar tal força, ficou acertado que esse Corpo Expedicionário deveria conter três divisões de Exército e uma força aérea, com total de efetivos de 60 mil homens. Tal força seria armada, equipada, treinada pelas forças americanas e a ela subordinada no teatro de operações. CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1960. p 124-125.

⁶⁷ Para se ter uma ideia no total foram efetuadas 107.609 inspeções de saúde para a FEB, nas 10 regiões militares do Brasil. 3.111 oficiais e 63.013 praças caíram na classe “E”. Em todas as regiões, o principal item de exclusão foi “dentadura insuficiente”. Cf. MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: os soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010, p.55. Constatou-se a existência de doenças venéreas entre os convocados e voluntários à tropa. Também, não havia médicos suficientes para realizar a seleção dos candidatos, o que resultou em certa obstrução institucional na realização do processo. BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra: Os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 1995. p. 126

⁶⁸ Segundo o veterano Demócrito Arruda, a “aviação inexistente: algumas dezenas de aparelhos estratégicos de todas as categorias, antiquados, sem campos de pouso, sem oficinas de conserto, sem pessoal de serviço, sem reserva aérea. O Exército era outra salada mista: canhões de campanhas francesas e dinamarquesas, artilharia de costa norte-americana, artilharia antiaérea alemã, fuzis-metralhadoras franceses e fuzis alemães.” Cf. In ARRUDA, Demócrito, et alii, **Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: 2ª. ed., 1949, p. 39.

nenhuma experiência militar –, embora a partir do enfrentamento da guerra junto das outras tropas na Itália e no decorrer das primeiras batalhas, os expedicionários assimilariam ideais e valores peculiares à formação militar. Isso não se baseia apenas em questões técnicas, também de relevância, mas principalmente à constituição de um espírito militar que permite aos soldados combaterem numa guerra⁶⁹. Um “treinamento dessensibilizado” para a atuação no campo de batalha é o objetivo da maioria das formações militares. Assim, a racionalização, a padronização, as relações pessoais hierárquicas, a expressão oral militar, a rotina constituem, por exemplo, elementos cruciais à preparação de um oficial. Uma formação que leva à desumanização e a despersonalização para evitar a derrocada dos soldados em meio às ondas de medo e angústia que correspondem aos conflitos armados⁷⁰. O expedicionário Sebastião Boanerges anotaria em seu diário em 20 de março de 1945:

O comandante americano, socorrista do hospital, falou que terei alta amanhã. Saí do hospital. Visitei alguns hospitais: vi vários sem pernas, sem pés e outras mutilações terríveis, consequência da guerra monstruosa. Todos, quase todos, são brasileiros⁷¹.

Embora pareça radical, essa banalização da morte e da violência permitia a sobrevivência moral e psicológica dos soldados que, não raramente, também a viam com certa ironia e desprezo:

Você acabava abrindo o olho, porque o inimigo está fazendo ataques durante todo o tempo. Toda hora vinha um morteiro, tiro indireto, mas acabamos nos acostumando, inclusive com a morte, passamos a não ligar. É a coisa mais corriqueira que tem, a gente chegava até a dizer: ‘Ah, fulano morreu... Mesmo? Já tinha ido tarde demais’⁷².

No interior dos grupos de veteranos, o silêncio que aflora sobre certas questões concernentes à guerra pode estar ligado a uma série de regras sociais e distorções inerentes às memórias de uma experiência traumática. Murilo Paiva procurava não discorrer muito sobre suas lembranças de guerra a curiosos, “porque foram duros e difíceis demais estes momentos, não gosto muito de recordar esses episódios”. Paiva resume esses momentos preponderantes em “vontade de comer, o inverno e a penúria”⁷³.

Suportar o peso das lembranças traumáticas causadas pela carnificina está ligado àqueles que enfrentaram diversos obstáculos no campo de batalha, inclusive o rigoroso

⁶⁹ A ideia de que os homens em combate estariam unidos por valores e ideais comuns é explorada pelo antropólogo Celso Castro. Cf. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

⁷⁰ KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000, p. 303.

⁷¹ RIBEIRO, Sebastião Boanerges. **Diário de Campanha**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2002. p.62.

⁷² Entrevista realizada com Joaquim Saraiva em 10 de agosto de 2017.

⁷³ Memórias do veterano Murilo Paiva. Acervo da ANVFEB-BH.

inverno dos Montes Apeninos. Para o soldado Othon Arruda Lopes, a guerra era “violência, agressão, crueldade e sacrifício”. E, ainda para esse combatente, ela

Não desenvolve o homem, apenas o diminuí em sua natureza, o problema é que as coisas que eu vi lá ficarão sempre mantidas na minha cabeça. Eu digo que preferia não me lembrar delas, principalmente, quando morria um amigo seu, aquilo ali era triste demais⁷⁴.

As menções a colegas de farda próximos e daqueles que foram atingidos e mortos em ação na guerra, também se constituem num ponto fundante dos relatos dos veteranos sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. A morte dos combatentes da tropa, ainda que em número reduzido⁷⁵, foi convertida no pós-guerra em símbolos eficazes para rememorar e comemorar a participação brasileira no conflito. Esses momentos ressoaram na memória do veterano Joaquim Saraiva, já que ele próprio socorreu vários colegas que perderam as suas vidas e ajudou os feridos a serem encaminhados às enfermarias e hospitais⁷⁶. Ainda segundo o veterano Oswaldo Espeschit, via-se várias pessoas morrerem, pois em várias ocasiões os padioleiros não possuíam tempo suficiente para removerem os corpos, o número daqueles era reduzido na FEB⁷⁷.

No que tange ao envolvimento desses combatentes em operações de guerra, é preciso compreender essas vivências traumáticas transformando-as em narrativas sem correr o risco de ser mal interpretado. Ao reverberarem essas lembranças traumáticas, os veteranos se colocam entre aquilo que podem dizer e o que procuram omitir e guardar para si próprios⁷⁸. Nessa lógica, conforme Bohleber, “A pessoa traumatizada não quer se sobrecarregar novamente ao falar a respeito”. É possível também que “ser indizível” significa que essas memórias traumáticas e suas expressões não devam ser enquadradas à força em uma estrutura narrativa que pudesse falsear seu núcleo e sua verdade⁷⁹.

Também se deve enveredar pelo sentido e significado concedidos à contenda por soldados e suboficiais, o que estaria na formação de disputas para além do conflito, mas, se notaria principalmente nas narrativas de memória a serem valorizadas e reivindicadas após a guerra. Foi a distinção no modo de vivenciar e experimentar a guerra que produziu relações de camaradagem entre os componentes da tropa ou a germinação de um sentimento de ódio e

⁷⁴ Memórias do veterano Othon Arruda Lopes. Acervo da ANVFEB- BH.

⁷⁵ Torna-se necessário ressaltar que em meio a um contingente de mais de vinte cinco mil homens e mulheres, a FEB teve cerca de 400 baixas.

⁷⁶ Entrevista realizada com Joaquim Saraiva em 10 de agosto de 2017.

⁷⁷ Memórias do veterano Oswaldo Espeschit. Acervo da ANVFEB-BH.

⁷⁸ POLLAK, Michael. Op.Cit., p-30.

⁷⁹ BOHLEBER, Werner. **Recordação, trauma e memória coletiva: A luta pela recordação em psicanálise**. In: Revista Brasileira de Psicanálise. Volume 41, n. 1, p. 16, 2007.

ojeriza pelos comandantes e aqueles que estavam na retaguarda sem ciência do que representava estar na linha de frente.

Na FEB, os que ficavam atrás das linhas eram apelidados de “sacos B”, numa referência aos dois sacos concedidos aos combatentes para manterem seus pertences pessoais: o saco A, em que eram colocadas as coisas mais importantes, ia para a vanguarda com os soldados, já o saco B ficava na retaguarda, no Depósito de Pessoal. Nos relatos dos veteranos, tais termos eram correntes, e, na memória não oficial, as vivências de cada um eram valorizadas de acordo com o papel ocupado no front ou na retaguarda. Assim, entre os outrora combatentes, quanto maior o tempo de frequência do soldado na frente de batalha, mais respeitado era o veterano. A variabilidade nos modos de percepção e vivência da guerra eram as principais noções aglutinadoras e indicam os contornos da identidade assumida pelos diversificados grupos que tomaram parte no conflito. Irromperam as disputas de versões que colaborariam para gerar tensões no desenrolar da guerra e nos relatos após o retorno ao Brasil:

O comandante trava a sua batalha num ambiente razoavelmente estável – o ambiente do seu quartel-general, povoado de oficiais do estado-maior que, por razões de eficiência, devem manter uma calma racional; e ele visualiza os eventos e os participantes na batalha, de novo por razões de eficiência, em termos perfeitamente abstratos (...) imensos blocos de seres humanos, intelectualmente imagináveis, que vão para aqui ou para ali, que cumprem (ou falham) o que ele ordena. Ao soldado não é concedida tal visão ordenada e organizada. A batalha, para ele, dá-se num ambiente físico e emocional extremamente instável (...) repentinamente (...) pode não ver mais do que o solo sobre o qual se atirou a fim de se proteger e ficar deitado, imóvel, com a cara colada no chão, durante (...) minutos ou horas; pode sentir sucessivamente aborrecimento, exultação, pânico, raiva, tristeza, confusão, e mesmo essa sublime emoção a que chamamos coragem. E a sua percepção com os seus camaradas soldados flutuará da mesma forma⁸⁰.

Nos momentos conturbados, os combatentes não se vislumbavam como pertencentes e subordinados a uma instituição, mas principalmente ao pequeno grupo no qual estavam vinculados – seja por uma noção de sobrevivência pessoal – já que a existência de cada um estava ligada à do outro, seja por ‘vergonha’, ou medo, de ser desprezado e ridicularizado pelos companheiros. Na perspectiva de Geraldo Taitson, fica em evidência a questão problemática da coragem abordada no seio das tropas:

Não é coragem, ter coragem é mais no calor dos acontecimentos, eu acredito mais na vergonha. Todos nós temos vergonha, a nossa coragem pode se esvaír, a vergonha permanece. Ela faz você virar homem. (...) Você vai passando e recebe uma bofetada, vai se sentar no chão e começar a chorar? É o que poderá fazer, ou poderá reagir e, motivado pela vergonha, será colocado para agir⁸¹.

⁸⁰KEEGAN, John. Op. Cit., **A face da batalha**, p.39-40.

⁸¹ Memórias do veterano Geraldo Taitson. Acervo da ANVFEB-BH.

Percebe-se que a ligação mediante o que se convencionou denominar por “coragem” está profundamente ligada à dinâmica dos grupos militares, onde ela representa vários mecanismos de coerção vertical ou horizontal, que são interiorizados por cada soldado. Em outras palavras, “coragem” e “vergonha” se revelam como nuances semelhantes. A proximidade estabelecida em meio aos soldados dos pelotões era demasiado forte, não é difícil tomar contato nos relatos com histórias de combatentes que após curarem seus respectivos ferimentos, aspiravam por retornarem a linha de frente –, e isso realmente aconteceu na Segunda Guerra Mundial, mesmo com todo o “caráter oficial” que reveste tais casos. Entretanto, eram situações raras já que, na maioria das vezes, após encerrar o tratamento, os soldados almejavam retornar para a terra natal. Em todo caso, acontecimentos como os descritos por Othon Arruda Lopes eram corriqueiros, ele discorre acerca de um combatente que requisita dispensa devido ao começo de uma tuberculose e, se deparando com os médicos ocupados, se sente constrangido e humilhado. Contudo, ele projetaria na doença a sua esperança para arranjar uma motivação em deixar a guerra:

Ao avaliar a distinção da situação entre ele e o ferido, vivenciou mais uma vez, uma certa indisposição, incomodamente ali sentado, recorrendo aos médicos sem nenhum ferimento à tiros. Se encontrava doente, com certeza, porém aquela enfermidade estava o envergonhando-o, diminuindo-o, como uma estratégia ou simulação para a fuga⁸².

A relação de camaradagem que se estabeleceria com a guerra, também pode ser exemplificada na descrição do veterano Geraldo Taitson, ao afirmar que sempre compartilhava de sua comida com a população italiana⁸³. Diante da carnificina representada pela guerra moderna, a aproximação e a reciprocidade verificada nos pequenos grupos eram uma das poucas saídas existenciais aos homens para manterem suas respectivas mentes saudáveis. Em meio às turbulências do combate moderno, preservar a estrutura psicológica intacta era uma missão árdua – a maior prova disso é que, após o conflito, surgiram vários veteranos com transtornos pós-traumáticos⁸⁴.

De um modo geral, as missões levadas a cabo pela FEB na Campanha da Itália contavam com pequenas unidades de tropa para realizá-las, isso também contribuía para o aprofundamento dos laços de camaradagem e as relações de dependência entre os soldados. As ações de patrulha, que essencialmente buscavam realizar o reconhecimento das posições

⁸² Memórias do veterano Othon Arruda Lopes. Acervo da ANVFEB - BH

⁸³ Memórias do veterano Geraldo Taitson. Acervo da ANVFEB- BH

⁸⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit., p. 168.

do inimigo, predominaram naquele campo de batalha. As patrulhas acabavam contribuindo para reforçar o “autocentrimento” na coletividade em questão⁸⁵.

Nesse meio, ficava nítida a divisão entre a guerra dos praças e a guerra das altas patentes na FEB, em que foram constantes os dilemas no alto-escalão, já que houve vários desentendimentos na emissão de ordens, conflitos de autoridade e confusões devido à falta de experiência. Elucidativo dessa questão foi o deslocamento efetuado a pé pelo III Batalhão do 6º Regimento de Infantaria, para ocupar posições na linha de frente e servir como tropa de reserva à outras unidades militares. Chegando ao local determinado, foram designados para substituírem os americanos que estavam entrando em ação. Diante da longa marcha, o estado de exaustão era intenso e muitos se encontravam com bolhas nos pés. O veterano Geraldo Taitson, colocou que “naquele dia o dono daquela ordem deve ter ficado acordado a noite inteira, de tanto que o pessoal reclamou da ordem dele”⁸⁶. Existia uma incessante preocupação dos comandantes em preservar a elevação na moral dos comandados, assim como o espírito militar, fazendo uso contínuo da concessão de condecorações e menções honrosas – atualmente valorizados na lembrança dos descendentes e dos últimos veteranos, mas relegada a certa inferioridade durante o conflito:

Até onde consigo recordar, o combatente do 11º RI não se preocupava com elogios, citações, considerações e outras coisas assim. Ao longo de toda a viagem marítima e durante o início de campanha aquele assunto não entrou em nossas preocupações. A motivação, ao que tudo indica, é o que o soldado estava, inicialmente, muito interessado em conhecer novos lugares e os habitantes daqueles locais, e, depois de um tempo, já na campanha, as suas preocupações eram as seguintes, por ordem de importância, sobreviver, ter o que comer, encontrar um lugar seguro e seco onde dormir, não importando se fosse uma residência ou um amontoado de palha⁸⁷.

Havia momentos em que também preponderavam as críticas direcionadas ao Alto Comando: “Na guerra, não há fujões, nem heroísmos. Há aqueles instruídos e os analfabetos. Os heróis se constituem acidentalmente; em seguida os comandos se encarregam de empolgá-los, conduzindo-os sempre e continuamente para novas missões, até acabar com eles”⁸⁸. Assim, o tratamento dos comandantes acabaria por gerar marcas indelévels e profundas

⁸⁵ Segundo Ernie Pyle, correspondente de guerra americano, esse era um modo de manter a moral das tropas, as ações de patrulha possibilitavam ao soldado se encontrar em pequenos grupos e adquirir certo senso de identidade durante a desagregação provocada pela contenda. Cf.: SOUZA, Túlio. **Instantâneos de um tenente em campanha** In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti e outros. **Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB**, p.204 e 221.

⁸⁶ Memórias do veterano Geraldo Taitson. Acervo da ANVFEB- BH

⁸⁷ RIBEIRO, Sebastião Boanerges. **Diário de Campanha**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2002.

⁸⁸ Medrado, Divaldo. Op. Cit, p.106.

insatisfações nos veteranos. Tanto que, após a guerra, aqueles que pertenciam a reserva do contingente militar organizaram uma coletânea que buscava efetuar críticas contundentes àqueles que figuravam em posições superiores na hierarquia da FEB⁸⁹. Nessa conjuntura, os expedicionários faziam críticas sobre as baixas temperaturas do norte italiano, das dificuldades de movimentação no terreno e pela carência de suprimentos⁹⁰.

Para além de se preocupar com as posições do Alto Comando e a guerra propriamente dita, era nos momentos de folga e descanso que os soldados buscavam deixar os problemas e as amarguras do conflito de lado para tentarem extrair algum proveito da situação calamitosa em que se encontravam. São situações dificilmente consideradas pela narrativa oficial, predomina certo silêncio sobre essas ocasiões, não há muitos aspectos ressaltados nos relatos sobre essa faceta da guerra. Todavia, as diversões e os passeios realizados pelos expedicionários, muitos dos quais por sua condição social e financeira jamais poderiam efetuar tais aventuras se não fosse pela situação belicosa, podem ser notados no testemunho abaixo:

Houve um período lá na Europa, não sei se foi fevereiro ou março de 1945, eu tinha ficado meio estressado, estava cansado de ouvir tiros e tudo mais, né?! Aí o meu comandante, que não me lembro o nome agora, me disse que ia dar 6 dias pra que eu fosse a retaguarda para descansar um pouco. (...) Havia muitos carros se movimentando o tempo todo da vanguarda para retaguarda. Fiquei na beira da estrada a espera do transporte que me levaria até Florença. A primeira coisa que me disseram lá foi ‘Esqueça a guerra, aproveite enquanto puder, divirta-se’. No hotel de trânsito em que fiquei era permitido fazer de tudo: levar garrafas pra dentro do hotel e tudo mais. Todo mundo enche a cara né?! Acho que a única coisa proibida era levar mulher lá para dentro, mas era fácil arrumar lá fora. No hotel tinha baralho, dama, sinuca, piano... Aquele soldado da roça chegava lá e ficava maluco, podia fazer o que quisesse!⁹¹.

Nessas situações os soldados tentavam aproveitar o máximo possível e não era raro vislumbrar combatentes – de todas as tropas – sendo detidos pela polícia militar devido à ocorrência de bebedeiras, arruaças e confusões de todo o tipo. Entretanto, a temática relacionada às folgas já foi submetida ao crivo da memória. Se era admissível à militares, naquela realidade extrema, burlar certas convenções sociais, muitas dessas aventuras nos tempos da guerra seriam posteriormente criticadas pelos veteranos, já que era difícil à população brasileira compreender aquelas atitudes extemporâneas.

⁸⁹ O livro em questão foi organizado pelo veterano Demócrito Arruda e conta com os depoimentos de 16 autores sobre o envolvimento brasileiro na guerra. Cf. In ARRUDA, Demócrito, et alii, **Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: 2ª. ed., 1949.

⁹⁰ Memórias do veterano Othon Arruda Lopes. Acervo da ANVFEB - BH

⁹¹ Entrevista realizada com o veterano Joaquim Saraiva em 10 de agosto de 2017.

Por fim, vislumbrou-se que, em vista das pesadas condições com que tiveram de se deparar no front, os convocados da Força Expedicionária Brasileira foram gradualmente se firmando como um grupo coeso e se transformando em combatentes. Nesse momento, enfrentaram as maiores remodelações identitárias de suas trajetórias de vida, a partir de eventos que deixariam um legado permanente e marcas indelévels em suas respectivas memórias. É preciso ressaltar que, diante do caráter seletivo da memória e da diversidade de construções narrativas que deixaram de ser mencionados, é bem provável que, se tivessem outra oportunidade para concederem ou materializarem seus relatos, os veteranos discorreriam sobre suas vivências na FEB de outros modos. Essa modificação nas narrativas dar-se-á a partir da contínua relação entre as memórias, as representações do passado e o presente dos veteranos. Se a memória é a presença do passado, é preciso permitir que a vida o conduza como se fosse membro de uma orquestra⁹². As memórias são compostas para dar sentido às vivências do passado e do presente⁹³. Alistair Thomson lembra ainda que as linguagens e os sentidos de nossa cultura são utilizados com a finalidade de se forjar e delinear as lembranças, de modo que os indivíduos possam se entender e se sentir bem com elas. Nessa lógica, despontaria um complexo panorama receptivo às negociações, demandas e disputas no presente, para buscar estabelecer sentidos no passado. Assim, os grupos sociais estruturariam suas lembranças coletivas visando moldar a sua identidade no presente.

Embora sejam utilizadas categorias públicas na produção e conformação das lembranças, não necessariamente estas coadunam com os critérios e o sentido público mais amplo. As incompatibilidades, incoerências, memórias não compreendidas ou reconhecidas protelam-se nas lembranças dos indivíduos, buscando outros tempos e espaços, ou ainda válvulas de escape momentâneas, a fim de encontrarem possíveis articulações as quais facilitem às pessoas permanecerem em paz diante de suas experiências passadas e suas demandas presentes⁹⁴. Em resumo, a partir dessa análise, pode-se apreender que a memória consiste em um dos principais capitais simbólicos a serem duramente disputados entre os grupos sociais, indivíduos e as sociedades às quais pertencem.

Não seria diferente com os agora veteranos, após o retorno a terra natal, os expedicionários da Força Expedicionária Brasileira. Como será enfatizado no tópico seguinte, abordando o cenário do retorno da FEB ao Brasil, as peculiaridades e contornos da memória

⁹² ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2011, p.21.

⁹³ THOMSON, Alistair. **Anzac Memories**. Melbourne: Oxford University Press, 1994, p.8.

⁹⁴ Ibidem., p.9.

evidenciarão toda a profundidade de um processo que, apenas por um descaso, pode parecer algo simples.

1.2: Das trincheiras para o solo pátrio: o retorno dos veteranos à terra natal

Na lógica das grandes celebrações cívicas estadonovistas era preciso realizar uma comemoração apoteótica para recepcionar a FEB em seu regresso. À luz de datas marcantes no calendário oficial do governo, que já reunia uma série de acontecimentos e fatos distintivos a serem rememorados e festejados pela nação (como o Dia do Trabalho, o aniversário da repressão à Intentona Comunista e a Inconfidência Mineira), valia a pena enquadrar uma reverência àqueles que retornavam dos combates na Europa. Havia pretensões ritualísticas no Estado Novo desde a instauração do regime, no sentido de propagar a valorização dos ideais cívicos e patrióticos na nação. Mesmo na transição política apregoada no período do regresso da FEB, ainda predominava a imagem de um Getúlio “Pai dos pobres” veiculada pela política trabalhista levada a cabo pelo governo⁹⁵.

Assim, a preparação do desfile da FEB no Rio de Janeiro, então capital federal, esteve recoberta pelo manto estadonovista, cujo ideário postulava a unificação nacional. Longe dos “regionalismos estéreis” e dos “federalismos exacerbados”, os intelectuais do Estado Novo possuíam concepções de mundo embasadas no corporativismo. Num período caracterizado pela lenta e gradual abertura democrática na ditadura varguista, o desfile seria marcado por tendências polissêmicas e seus reais significados políticos ficariam envoltos pelas bandeiras políticas que dele se utilizaram para a construção de suas narrativas coletivas e institucionais.

Programado para ocorrer na chegada dos escalões da FEB, o desfile foi uma iniciativa organizada pelo Estado e o Exército, num flagrante contraste quando da organização da Força Expedicionária Brasileira, em que para além do afastamento populacional das mobilizações, houve omissões e pretensões descabidas por parte da alta cúpula governamental e dos comandantes militares. Porém, o envolvimento dos poderes constituídos e da opinião pública na recepção dos combatentes vitoriosos estava envolto sob fatos desconhecidos da população que estava condicionada apenas à recepção de informações pela imprensa e o rádio: a FEB na prática já não mais existia. Os soldados haviam recebido seus certificados de reservistas antes de embarcarem de volta para o Brasil. Atacados em sua identidade, foram proibidos de

⁹⁵ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro:Editora Relume Dumará, 1994.

usarem as fardas da FEB, que possuíam melhores cortes e eram mais bem costuradas se comparadas à indumentária utilizada pelos militares que serviam no Brasil. Foram instruídos a não concederem entrevistas e não divulgarem os feitos da tropa na Europa. Deveriam manter a compostura, bem como não se deixarem levar pela convulsão eufórica e a êxtase do momento. Os expedicionários foram cerceados pelo Ministério da Guerra e a tropa rapidamente dissolvida, tendo inclusive os cidadãos-soldados recebido seus proventos integrais, tudo isso envolto na lógica da celebração momentânea do retorno dos soldados da FEB.

Assim, no dia 18 de julho de 1945, foi decretado feriado nacional por Vargas. Era preciso que houvesse um comparecimento massivo de populares, para que a celebração figurasse na memória e história nacional como um evento singular:

O presidente da República, (...) considerando ser motivo de regozijo nacional o regresso do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira; considerando a alta significação histórica desse acontecimento;

Decreta:

Art. 1º O dia 18 de julho de 1945, data do regresso do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira, é declarado feriado em todo o território nacional⁹⁶.

Revestido de “alta significação histórica” e “motivo de regozijo nacional”, a FEB vitoriosa deveria ser encampada em meio às façanhas e ações memoráveis da trajetória dos brasileiros. Os funcionários públicos foram estimulados pelos jornais e o rádio, nos dias que antecederiam a chegada da tropa, a comparecerem em massa no evento. As ruas centrais e em torno do cais do porto no Rio de Janeiro foram isoladas para a circulação apenas de pessoas, sendo penduradas flâmulas e estandartes nos postes e prédios com os dísticos da FEB, da Força Aérea Brasileira (FAB) e do V Exército Americano.

Na capital federal houve a mobilização de sindicatos, associações comerciais, representações de escolas e instituições sociais. Os varejistas e comerciantes representados pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro se organizaram para que pudessem “tomar parte nessas legítimas manifestações de gratidão do povo”, enviando mensagens às lojas comerciais para que fechassem suas portas e colocassem faixas que exaltassem o retorno das tropas vitoriosas nas vitrines, afinal era preciso tentar “demonstrar a sua adesão a esse movimento de glorificação dos bravos expedicionários”⁹⁷.

⁹⁶ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19220-18-julho-1945-469602-publicacao-1-pe.html>. Acesso em: outubro de 2019.

⁹⁷ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Seção1, p.1.

Vários foram os atores sociais que participaram direta ou indiretamente dessa celebração cívica: o Exército, o Estado, instituições sociais e a população de um modo geral. Para a construção de uma narrativa singular, se tornava necessário assegurar a participação do povo no regresso da FEB, não como meros espectadores, mas como participantes ativos de um acontecimento histórico que deveria figurar para a posteridade. Uma das estratégias encontradas pelos poderes constituídos para garantir esse envolvimento popular foi através da difusão de informações na imprensa, principalmente por meio da divulgação do trajeto e horários do desfile.

A interdição das ruas e do trânsito pela polícia se iniciou na Avenida Rio Branco e a população foi direcionada a desobstruir as vias centrais do logradouro para o deslocamento das tropas. Os locais geográficos determinados e o simbolismo envolvido no trajeto constituíram-se em pontos cruciais para sua delimitação, assim como as providências e procedimentos operacionais a serem empregados. O desfile começou na Praça Mauá, se dirigiu à Avenida Rio Branco, Praça Paris, Avenida 13 de Maio, Largo da Carioca, Rua Uruguaiana, Avenida Marechal Floriano, Ruas Visconde da Gávea e Marcílio Dias, chegando à estação de trens D. Pedro II. Nesse local, os outrora combatentes puderam reencontrar seus entes queridos. Durante o percurso, os ex-expedicionários estiveram diante de edificações importantes ao cenário nacional, como o Museu Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional. Era preciso considerar o enorme fluxo de pessoas que se movimentaria naqueles logradouros na referida data, e, após o desfile, os ex-expedicionários iriam se dirigir para a estação D. Pedro II. Daí, a bordo de trens, seriam conduzidos aos quartéis, em seguida teriam uma dispensa de 24 horas para retornarem às suas casas, embora os relatos deem mostras de que não foram poucos aqueles que, ansiosos por reencontrarem seus familiares, não cumpriram com os ordenamentos e seguiram em direção às suas casas após o desfile⁹⁸. Estiveram no quartel militar apenas no dia posterior e não sofreram nenhum castigo, haja visto que diante de tantas outras questões a serem solucionadas após o desembarque, tal episódio pode ter sido convenientemente deixado de lado pelos órgãos superiores da hierarquia militar.

Foi construído um “arco do triunfo”, localizado na avenida Rio Branco entre os clubes Naval e Militar. Além disso, o arcebispo metropolitano recomendou que na hora do desembarque da FEB “fossem repicados festivamente os sinos avivando a alegria do povo que

⁹⁸ RIBEIRO, Patrícia da S. **As batalhas de Memória: uma História da memória dos Excombatentes brasileiros**. 1998. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1999, p. 59.

vai saudar os heróis nacionais”⁹⁹. Na data da celebração cívico-militar, o povo tomou as ruas, as pessoas provinham de várias partes do Brasil. Buscavam expressar sua alegria e contentamento com o retorno da FEB:

O povo delirou de patriotismo na saudação aos seus legítimos heróis. Todos os edifícios da Avenida Rio Branco foram enfeitados com grande número de bandeiras das Nações Unidas. Nos postes estavam afixados distintivos do 5º Exército e da “cobra fumando”, havendo numerosas faixas que atravessavam a avenida em toda a sua largura, com frases diversas de saudação à FEB. A passagem de nossos bravos soldados, a população aclamava-os com delírio, atirando-lhes flores e confetis, ao mesmo tempo que espocavam no ar, fogos de artifício. Ofereceu ainda espetáculo soberbo a revoada de mais de cento e cinquenta aparelhos de nossa Força Aérea, que, assim se aliou às manifestações do nosso povo aos valentes soldados da Força Expedicionária, que tão alto souberam elevar o nome do Brasil ¹⁰⁰.

A grande participação popular, que beirava a certa carnavalização por tamanha teatralização, unificou os civis e militares numa grande festa marcada pela euforia e a apoteose¹⁰¹. As ações e os efeitos do que fora vivenciado na capital federal também ecoaram pelos meios de comunicação até grandes cidades como Belo Horizonte. O jornal Folha de Minas repercutiu os acontecimentos daquele 18 de julho de 1945 na capital mineira:

Mesmo o desfile das tropas motorizadas (...) não pôde ser feito em ordem. Os civis, mulheres, subiam aos veículos, escarapitavam-se neles, arrebataavam os capacetes dos soldados e os punham na cabeça, agitando bandeirolas. Moços trepavam pelos canos dos pesados canhões capturados ao inimigo e iam neles montados, os aplausos estrugiam, beijos atirados ao ar, oficiais que largavam os Jeeps se confundiam e se confraternizavam com o povo. Não é possível descrever o espetáculo. O belo-horizontino imagine apenas isto: ter que ir do alto do Cruzeiro ao fim da Pampulha pedindo licença, sendo pisado e empurrado com o vozerio ao seu redor, os vivas e pulos. E isso com aquela exuberância do carioca extrovertido, que salta e dança, ri, abraça e beija. Foi uma festa do coração. E para eles é a pátria afinal. (...) Vários deles no meio do turbilhão, empurrados, pisados, vendo seus distintivos sendo arrancados e ainda empunhando seus fuzis, também eles gritavam ‘Viva o Brasil!’ ‘Viva o Rio!’ ‘Viva Minas Gerais!’ Um ainda era mais preciso, com o fuzil no ar berrava: ‘Viva o Flamengo!’ E outro como a querer lembrar ao povo sua terra natal: ‘Viva Uberaba!’ (...) E a pátria agradecida os recebeu hoje na maior festa popular jamais havida no Rio¹⁰².

Quando foi anunciado pelo sistema de som que o presidente Getúlio Vargas havia chegado e se encontrava no palanque oficial ao lado de outras autoridades como o general Marc Clark (comandante do V Exército), general Eurico Dutra, Governador Benedito

⁹⁹ Folha de Minas, Belo Horizonte, 12 de julho de 1945, p.1.

¹⁰⁰ Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 de julho de 1945, p.1.

¹⁰¹ O ritual do desfile militar se transforma, assim, em um verdadeiro carnaval o que não significa, de forma alguma, a alteração das relações sociais ditadas pelo status quo, mas apenas sua temporária carnavalização. Cf. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

¹⁰² Folha de Minas, Belo Horizonte, 20 de julho de 1945, p.2.

Valadares (Minas Gerais) e o general Mascarenhas de Moraes, houve grande comoção social¹⁰³. Nem as barreiras policiais foram capazes de conter a população:

Primeiro veio uma brigada de guardas-civis comuns para limpar a avenida e colocar o povo nas calçadas. O esforço foi inútil e surgiu quase um batalhão de soldados do Exército, de marinheiros e fuzileiros navais, o qual foi depois reforçado por uma turma de marinheiros americanos. Nada ainda. A multidão engolia os policiais. E quando eles davam fé, também estavam no meio do formigueiro. Então veio a famosa e espetacular polícia de ação rápida. Inútil ainda, pois nada como a massa de bom humor. A polícia especial teve de desistir e por ordem do presidente, iniciou-se o desfile como fosse possível¹⁰⁴.

Os populares procuravam se aproximar o máximo possível do palanque, e, “entre vivas e aplausos, ali permaneceu durante quase vinte minutos”¹⁰⁵, adiando o começo do desfile. Entretanto, a figura de Vargas não transpareceu como seria de se supor nos jornais cariocas e belohorizontinos da época. Seus discursos não foram colocados em destaque e nem enfatizados pela imprensa. Sabe-se que o chefe de governo esteve a bordo do navio “General Meighs” (navio que transportou o 1º Escalão da FEB em seu retorno), porém as matérias jornalísticas enfatizaram apenas o fato que transcorreu naquela data, não houve glorificações e exaltações a Getúlio. Esse esquecimento torna-se ainda mais curioso ao se levar em conta que mesmo os jornais situacionistas não ressaltaram explicitamente as palavras proferidas pelo presidente por ocasião do retorno do contingente expedicionário. A única passagem de Vargas foi reproduzida nos jornais *A Noite* e *A Manhã* e resumia-se a uma curta frase: “A pátria orgulha-se da vossa coragem consciente, da vossa dedicação”¹⁰⁶.

Ao pouco espaço destinado às falas de Vargas na imprensa, contrapôs-se a divulgação de imagens presidenciais daquele momento histórico. Talvez, imagina-se que para compensar a ausência do presidente nas matérias, havia uma profusão de fotos. Ainda assim, vislumbra-se a ênfase a Vargas principalmente nos jornais situacionistas: no Palácio do Catete, em conversas com o comandante da FEB, o general Mascarenhas de Moraes, após o desembarque da FEB; no palanque oficial, em diálogo com autoridades e militares americanos e brasileiros; em outras ocasiões nas quais deveria comparecer o presidente. Embora tenha cumprido suas obrigações protocolares, não houve destaque para seus discursos, os quais marcaram seus quinze anos no poder.

¹⁰³ Estado de Minas. Belo Horizonte, 19 de julho de 1945, p.1.

¹⁰⁴ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p.9

¹⁰⁵ Folha de Minas, Belo Horizonte, 19 de julho de 1945, p.2.

¹⁰⁶ A frase foi mencionada pelos periódicos *A Noite* e *A Manhã* em 19 de julho de 1945. Nesta pesquisa, outros jornais cariocas foram analisados, como: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*. Já os periódicos mineiros constituíram-se do Estado de Minas e *Folha de Minas*. Os periódicos forneceram dados importantes para que fossem tecidas considerações acerca da recepção da FEB no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Em periódicos opositores, como o *Diário Carioca*, houve pouca inclusão de registros fotográficos, o silêncio e a “omissão” de Vargas em meio à comemoração do desfile foram ligados aos percalços políticos pelos quais o Estado Novo estava passando devido à volta da FEB. Esse jornal apontou que o presidente estava procurando aplausos¹⁰⁷, por isso se não fosse a aproximação de quemistas do palanque, estaria obscurecido no evento. Segundo o texto, ele parecia estar “contrariado” e chegou até a bocejar, impaciente com o atraso do desfile, numa posição distinta daquela assumida pelas altas personalidades presentes. Percebe-se que foi construída uma narrativa que buscou silenciar a presença do chefe de Vargas naquela conjuntura.

Contrasta com o enfoque dado a Vargas o espaço concedido às declarações de autoridades civis e militares nos periódicos no que tange ao regresso da FEB. Para além de esboçarem a busca pelo fortalecimento do Exército, revelam traços importantes para as tentativas de perpetuar as tradições e consolidar a identidade de uma instituição que nas décadas anteriores encontrava-se fortemente fragmentada. As versões propagadas demonstravam que a “FEB” se juntaria a outras tradições inventadas que contribuíam para a promoção de uma coesão e solidariedade interna entre os membros da caserna, mas, nesse caso, também seriam úteis para levar a cabo a unificação nacional por meio da vitória comum que havia sido estabelecida. As declarações dos comandantes da Força Expedicionária Brasileira e do V Exército Americano, bem como personalidades militares, na teatralização e nos rituais de regresso dos soldados revelam características distintivas:

Vossos filhos, mães brasileiras, souberam, com incedível bravura, honrar as nossas tradições gloriosas. Combateram como os que melhor fizeram. Foram pelos arrogantes alemães classificados de bravos¹⁰⁸.
General Zenóbio da Costa, comandante de Infantaria.

A Força Expedicionária Brasileira (...) soube cumprir o seu dever. Ela não somente demonstrou o grande preparo técnico, como a coragem, devotamento, o espírito de abnegação e fidelidade de um povo. No desfile de hoje, tão carinhosas manifestações de pareço, de carinho e de afeto da nação inteira devem ter calado fundo no coração dos bravos soldados.
General Mark Clark, comandante do V Exército Americano.

Partistes como uma esperança e regressais como esplêndidos heróis, confirmando o justo e elevado conceito da bravura do nosso povo quando se bate pelas causas que empolgam a humanidade na defesa da dignidade humana e dos sábios postulados da civilização cristã¹⁰⁹.

¹⁰⁷ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 3.

¹⁰⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p. 5. Declaração do general Zenóbio da Costa antes do Desfile da Vitória.

¹⁰⁹ *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 2. Eurico Dutra em declaração à imprensa por ocasião do

General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra

Às tradições da bravura já demonstrada em Tuiuti, Lomas Valentinas, Avaí, juntam-se agora os louros conquistados em Monte Castelo, Massarosa, Camaioire, Pescaglia e Monte Prano. Os nossos soldados repetiram sobre os cumes nevados e nos vales flóridos da península Itálica, as façanhas que os nossos antepassados, há oitenta anos, escreveram nas planícies do Paraguai, honrando assim as memórias gloriosas de Caxias, Osório, Sampaio, Andra Neves e Vilagran Cabrita¹¹⁰.

General Tristão Alencar Araripe, comandante de Infantaria da 4ª Região Militar.

Era preciso enquadrar os louros, as glórias e as conquistas obtidas pela FEB numa sequência narrativa que reverberava a formação da identidade do próprio Exército. Assim como as vitórias e os combatentes da Guerra do Paraguai, as batalhas vencidas e os soldados da FEB também figurariam na louvável sequência narrativa que o Exército objetivava construir desde momentos posteriores a Revolução de 1930. Na verdade, desde a década de 1920 houve iniciativas nesse sentido. A principal delas fez-se sentir pela instituição do culto a Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias, em 1923, proposta por Eugênio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A ideia teve a adesão do ministro do Exército, general Setembrino de Carvalho, que em aviso do dia 25 de agosto (data de nascimento de Caxias) determinou que deveria ser realizado a formatura de tropas do Exército defronte a estátua de Caxias na praça Largo do Machado. Em 1925, o dia de nascimento de Caxias passou a ser o "Dia do Soldado".

Até 1930, as reverências e homenagens a Caxias seguiram uma mesma tônica: flores, discursos e desfiles diante da estátua. De 1901, quando o presidente Campos Sales criou a medalha do mérito militar e delimitou sua entrega no aniversário da batalha de Tuiuti (24 de maio) até 1923, repetiam-se os festejos anuais em honra a Manuel Luís Osório (1808-1879). As homenagens ocorriam defronte a estátua de Osório na Praça XV e em várias partes do país. Segundo Celso Castro, a progressiva substituição de Osório (o herói da Batalha de Tuiuti) por Caxias, deu-se num contexto marcado por polarizações, clivagens e disputas no interior do Exército, sendo as revoltas tenentistas um exemplo maior nesse sentido¹¹¹. Caxias “representaria um antídoto contra a indisciplina e a politização dos militares”¹¹². Após 1930, Caxias e o Dia do Soldado iriam possuir uma relação intrínseca. Caxias passaria a ser visto

regresso da FEB ao Brasil.

¹¹⁰ Folha de Minas, Belo Horizonte, 19 de julho de 1945, p.3. Discurso proferido na Ordem do dia pelo General Alencar Araripe.

¹¹¹ CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, Nº 25, 2000, p. 103-117.

¹¹² Deve-se ter em conta que Caxias possuiu uma intensa atuação político-partidária, o que contradiz com o mito que se pretendia construir.

como integrador e unificador da Pátria. Tornou-se um símbolo para a união entre o Exército e a Nação. Com os seguidos expurgos a que foram submetidos os militares subversivos (a Intentona Comunista em 1935), revolucionários (os participantes do movimento constitucionalista em 1932) e os contrarrevolucionários (os inimigos em 1930), a alta oficialidade, especialmente sob os generais Dutra e Góes Monteiro, buscou dotar as forças terrestres de uniformidade¹¹³.

Nessa lógica, a reprodução do culto a Caxias na Academia Militar das Agulhas Negras (antiga Escola Militar do Realengo) passou por um processo de criação de tradições e símbolos em meio ao “Corpo de Cadetes” (criado em 25 de agosto de 1931) que se transformaram em oficiais: o brasão, os uniformes, o estandarte e o espadim. Desses, o último fazia forte referência a Caxias. A reforma da Escola Militar, levada a cabo por José Pessoa¹¹⁴, esteve ligada a esse processo de formação de um “novo Exército”, já que os militares almejavam propagar um novo espírito militar entre as tropas. O então major José Pessoa efetuou mudanças materiais na Escola e preocupou-se com a criação de mentalidades homogêneas no corpo de oficiais. Para ele, política e disciplina militar eram coisas que não deviam se misturar¹¹⁵. A transferência da Escola Militar do Realengo para Rezende está ligada ao fato de Pessoa vislumbrar a capital Federal como um lugar de “agitações políticas”¹¹⁶.

As tradições do Exército, especialmente o culto a Caxias, revestem-se de importante sentido no momento do regresso da FEB. Primeiramente, a Comissão de Homenagens ao contingente expedicionário foi liderado pelo general José Pessoa, que já possuía um bom trânsito entre a oficialidade e os civis. A amalgamação do “Exército da FEB” ao “Exército de Caxias”, ou pelo menos as tentativas empreendidas por meio da organização do desfile, indicam o objetivo daquele comandante de promover, como na Escola Militar em Rezende, uma “mentalidade homogênea” entre o Exército e a Nação, os quais estariam unidos em laços indissolúveis após a vitória sobre o nazifascismo. Uma segunda questão que pode ser

¹¹³ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política, 1930-1945**. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

¹¹⁴ José Pessoa era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, cujo assassinato desencadeou a Revolução de 1930. Sobre sua contribuição na invenção das tradições do Exército e na oficialização do culto a Caxias, ver artigo de Celso Castro (1994). Para uma biografia de José Pessoa, cf. CÂMARA, Riram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.

¹¹⁵ CASTRO, Celso. **Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar**, Estudos Históricos 14, julho-dezembro de 1994, p. 231-40.

¹¹⁶ A mudança do Rio de Janeiro para Rezende seria concretizada em 1944 e a nomenclatura atual da Escola seria dada em 1951. Ibid., p. 234.

apontada contrasta com a busca pela acomodação da FEB na narrativa de culto ao duque de Caxias. Enquanto patrono do Exército, Caxias era visto pelos soldados da FEB como enquadrado numa "realidade metafísica", distante do mundo dos soldados, e, no cotidiano soldadesco, era visto mais como representante da "temida disciplina" que prevalecia nos quartéis do que da liberdade, integridade e união nacional¹¹⁷.

As narrativas de exaltação à figura dos veteranos da FEB como dignos representantes da nação, também encontravam respaldo nos feitos dos grandes líderes militares. Chama atenção à abordagem efetuada pelos periódicos ao comandante da FEB, o general Mascarenhas de Moraes, e ao comandante do quinto Exército americano, o general Mark Clark. De fato, predominava a "história-batalha" e acreditava-se que os acontecimentos eram realizados por grandes personagens históricas. Os líderes seriam aquelas personalidades que conduziram a coletividade da nação para a conquista do bem comum, numa história teleológica. Embora os expedicionários tenham ganhado as páginas dos jornais, percebeu-se que suas "vozes" estavam ausentes ou em matérias menores se comparadas àquelas de seus líderes. Por vezes, páginas inteiras dos periódicos eram dedicadas a abordar a trajetória desses "heróis".

No que se refere ao general Mark Clark, vale a pena indicar as imagens adornadas que sua figura adquiriu em meio aos rituais organizados para comemorar o regresso da tropa expedicionária. No programa de recepção em homenagem ao general Mark Clark constava a visita desse chefe militar aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Acompanhado de oficiais americanos e brasileiros, partiria do Rio de Janeiro em direção a Belo Horizonte no dia 20 de julho de 1945. Em sua chegada ao país, Mark Clark expressou à imprensa que teve "o maior interesse em vir ao Brasil, (...) afim de conhecer o povo que mandou tão ótimos guerreiros para a Itália" ¹¹⁸. Contrapondo essa perspectiva, em suas memórias o comandante do V Exército americano revelou certo temor no que tange a ação da FEB em combate. Provavelmente, no texto publicado em 1950, como apregoa Halbwachs¹¹⁹, suas memórias já tivessem deixado de estabelecer vínculos e pontos de contato sólidos o suficiente com os brasileiros da forma pela qual havia se conectado cinco anos antes quando no Brasil:

¹¹⁷ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit.p. 73-75.

¹¹⁸ Folha de Minas, Belo Horizonte, 16 de julho de 1945, p. 4.

¹¹⁹ HALBWACHS, Maurice. Op. Cit, p. 19.

Sem dúvida, o desempenho dos brasileiros era de importância tanto política, quanto militar. O Brasil foi o único país da América Latina a enviar uma força expedicionária para tomar parte na guerra europeia, e, naturalmente, estávamos ansiosos por oferecer-lhes tôdas as oportunidades de se saírem bem. Ao mesmo tempo, havia considerável diferença no treinamento deles, e achamos importante fazê-los entrar em ação aos poucos. Tínhamos sempre em mente que um revés daquelas tropas acarretaria desagradável reação política nas Américas. Os alemães pensavam de igual modo e (...) envidaram esforços para tirar proveito da inexperiência de combate dos sul-americanos ¹²⁰.

No entanto, em 1945 suas lembranças e atos estavam atrelados à memória popular e dos militares que celebravam a vitória comum dos Aliados. Em Belo Horizonte, foi esperado no aeroporto da Pampulha por autoridades civis e militares, além de outras destacadas figuras da sociedade brasileira. As continências de estilo, no aeroporto, foram prestadas por uma guarda de honra da Base Aérea. Após receber as saudações de praxe, o “chefe da Campanha da Itália”, tomou o automóvel rumando para o centro da cidade¹²¹. Na avenida Afonso Pena, foram formados destacamentos da guarnição federal e da força policial, além de haver a presença de crianças e adolescentes das escolas belo-horizontinas que prestaram ao “bravo militar, carinhosas e entusiásticas homenagens”¹²². As casas comerciais deveriam colocar bandeiras dos Estados Unidos e do Brasil em seus estabelecimentos e o funcionamento do comércio, definido pelo prefeito, seria até às 13 horas daquele sábado, 20 de julho de 1945. Num palanque montado em frente à Igreja de São José, o general Clark e as autoridades de que estava acompanhado, assistiram ao desfile das crianças das escolas e de unidades militares. Nos prédios da avenida Afonso Pena, no trajeto do general, foram lançados serpentinas, flores e confetes. Procurou se constituir uma “demonstração eloquente do quanto é grata aos mineiros a figura do grande militar”¹²³. O povo rompeu os cordões de isolamento que o separavam do palanque oficial e “invadindo-o, tomou nos braços o valoroso comandante (...) carregando-o em triunfo pela rua Espírito Santo, até o hotel” ¹²⁴. Após o desfile das tropas, o comandante americano almoçou no Minas Tênis Clube e em seguida visitou as instalações do 10º Regimento de Infantaria, onde lhe foi oferecido um coquetel. Realizou compras na Feira Permanente de Amostras, sendo saudado pelo povo, e foi homenageado por estudantes do colégio Isabela Hendrix. Além disso, visitou o cassino da Pampulha e o Iate Golfe Clube.

¹²⁰ CLARK, Mark. **Risco calculado**. A história da guerra no Mediterrâneo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970, p. 424.

¹²¹ Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 de julho de 1945, p. 1

¹²² Folha de Minas, Belo Horizonte, 21 de julho de 1945, p. 2.

¹²³ Folha de Minas, Belo Horizonte, 21 de julho de 1945, p.2.

¹²⁴Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 de julho de 1945, p. 2

Torna-se de grande relevância o desejo demonstrado por Mark Clark numa entrevista coletiva concedida aos jornalistas já pela noite daquela data, no final de sua passagem pela capital mineira. Ao expressar sua gratidão pela hospitalidade e benevolência aos mineiros, também fez uma importante alusão ao regresso dos veteranos mineiros da FEB: “Fiquei profundamente emocionado com o que vi hoje em Belo Horizonte. (...) E acho que os soldados mineiros quando regressarem a Minas, serão também recebidos da mesma maneira”¹²⁵. Em seguida, despediu-se e na manhã seguinte deixou Belo Horizonte.

De fato, Minas Gerais se preparou para recepcionar os seus veteranos, grande parte deles tendo servido no 11º Regimento de Infantaria. Foi estampada num título de uma página do *Folha de Minas* que “os expedicionários mineiros terão apoteótica recepção na capital”¹²⁶. Foram constituídas diversas comissões para cuidar da preparação de solenidades religiosas, festejos, homenagens e da hospedagem das tropas em trânsito. A comissão central teria como presidente de honra o governador Benedito Valadares, que supostamente coadunava com a recepção aos soldados mineiros. Após o retorno do efetivo em setembro no 3º escalão, a manchete do *Folha de Minas* em letras garrafais afirmava que “o 11º RI desfilará em Belo Horizonte na próxima semana”¹²⁷. Entretanto, o referido jornal citava que ainda não havia dia definido para que o Regimento condecorado com a cruz de combate de 1ª Classe do Brasil e a Cruz de Guerra da França desfilassem¹²⁸. E, numa iniciativa inédita, o jornal *Folha de Minas*, no dia 20 de setembro de 1945, chegou a publicar o hino do 11º RI em meio ao conteúdo do periódico para animar e incentivar a população por ocasião do regresso da tropa e do desfile que iria ocorrer em Belo Horizonte.

Ocorreriam várias celebrações e seria oferecido um churrasco aos vitoriosos que regressavam à terra natal. Ainda se realizaria um grande show com artistas do Cassino da Pampulha e dos meios radiofônicos no Estádio Paissandu. Foi inclusive divulgada na imprensa uma programação oficial das apresentações relacionadas aos dois dias nos quais a tropa permaneceria em Belo Horizonte, antes de seguir para São João Del Rei. Percebe-se que os shows seriam bem variados e procurariam agradar a todos os gostos:

¹²⁵ *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 21 de julho de 1945, p. 4.

¹²⁶ *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 13 de setembro de 1945, p.5.

¹²⁷ *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 19 de setembro de 1945, p.1.

¹²⁸ Coube ao 11º Regimento de Infantaria a captura de Montese e Turim, após participar do assalto a Monte Castelo e Castelnuovo. Realizaram um avanço de 520 km em apenas 3 dias e impuseram a rendição a 148ª Divisão alemã. Por esse feito, foram condecorados com a medalha francesa pelo general De Gaulle.

1º DIA

- 1) Overture: Orquestra Kolmann;
- 2) José Lino: Canções Mexicanas;
- 3) Januário de Oliveira: Humorista;
- 4) Montero e Felicitas: Bailarinos;
- 5) Os Dominós: Canções Havaianas;
- 6) Rosita de Souza: Música de Câmara;
- 7) Carmen Silva: Sambista;
- 8) Pampulha Balet: quadro Bahia;
- 9) Isa Lita: Canções Patrióticas;
- 10) Cinema.

2º DIA

- 1) Overture: Orquestra Kolmann;
- 2) Alaor Brasil: músicas portenhas;
- 3) Vilma Leal Arnauld: música popular brasileira. ;
- 4) Pacheco e Margot: sketches;
- 5) Flávio de Alencar: músicas brasileiras;
- 6) Cléa Barros: música de Câmara;
- 7) Januário Oliveira: humorista.;
- 8) Trio Mesquitinha: sketches;
- 9) Pampulha Balet: No quadro “Portugal”;
- 10) Cinema.

Fonte: Folha de Minas, Belo Horizonte, 23 de setembro de 1945. p.5.

Além disso, seria promovido em homenagem aos expedicionários do 11º RI pela Federação Mineira de Ciclismo e Motociclismo e o Cicle-Moto Clube de Minas Gerais um grande desfile de motociclistas uniformizados. Haviam se inscrito cerca de 200 motociclistas e as inscrições não paravam de aumentar. As comissões que preparavam o evento haviam requisitado donativos dos populares para acomodar bem aos expedicionários. O objetivo era transformar a chegada dos veteranos a capital numa grande apoteose¹²⁹.

Entretanto, para chocar os ânimos dos belo-horizontinos que esperavam recepcionar as tropas vitoriosas, foi divulgada uma pequena nota no Folha de Minas cujo título era “O 11º R.I. não mais desfilará na capital”¹³⁰. Em seguida, a explicação concedida pelo texto deixava claro que “para facilitar a desmobilização dos expedicionários brasileiros (...) ansiosos por regressarem aos seus lares, o ministro da Guerra, resolveu, por decisão do dia 20 último, cancelar a vinda do 11º RI a Belo Horizonte”. Assim, a não realização do desfile pelo que se pôde depreender da notícia, veiculada num jornal apoiador de Dutra, é que o general procurou boicotar o evento que iria ocorrer, sob o argumento de que os ex-expedicionários estavam “ansiosos para regressarem aos seus lares”¹³¹. Essa seria mais uma das manifestações de omissão do futuro presidente da República em relação àqueles indivíduos, os quais prestaram o “tributo de sangue”.

Além disso, chama atenção a recepção ao general Mascarenhas de Moraes, o comandante supremo da FEB. Ao retornar para o Brasil, após ter participado da ofensiva final na Itália contra os nazifascistas, o “aprisionador da 148ª pisou no solo da pátria coberto de

¹²⁹ Folha de Minas, Belo Horizonte, 23 de setembro de 1945. p.5.

¹³⁰ Folha de Minas, Belo Horizonte, 25 de setembro de 1945, p. 1.

¹³¹ Ibid, p. 2.

glórias e das bênçãos de todos os brasileiros”¹³². Logo que chegou em Recife, deparou-se com casas e ruas ornamentadas durante movimentação do cortejo em direção ao Palácio da Interventoria, local em que foi hóspede do governo do referido estado. Na breve passagem, algumas homenagens foram realizadas, dentre essas, merece destaque a “manifestação de carinho” que lhe fizeram as crianças dos grupos escolares de Recife, que lhe pediram autógrafos. Essa manifestação “tocou de perto o coração do valente cabo de guerra patricio”¹³³.

Já no Rio de Janeiro, teve toda uma página dedicada pelo jornal mineiro Folha de Minas, onde se lia “A homenagem do Povo Brasileiro ao comandante da F.E.B”. No texto principal, fica esboçada a unificação entre a figura do líder com a nação, lógica crucial à construção da narrativa mitológica:

Poderíamos dizer que, com a alma do povo carioca, pulsa o sentimento unânime de todos os brasileiros, solidários nesse pleito de justiça ao valoroso militar. É a esse militar ilustre que o povo vai render as suas homenagens. Nêle se homenageia o Exército, que novos louros conquistou para nossa pátria nas horas mais críticas e nas circunstâncias mais crêspas. E, na efusão dos sentimentos, povo e exército estarão irmanados e confundidos, porque o Exército é a projeção do próprio povo, do povo que luta e vigia, sempre pronto e alerta para defender a Pátria a preço de qualquer risco¹³⁴.

Foi organizada uma grande recepção para o comandante da FEB no aeroporto Santos Dumont, que deveria ser saudado neste local pelo prefeito Henrique Dodsworth, na presença do Ministro da Guerra e autoridades civis, eclesiásticas e militares. Após a recepção, o cortejo seguiria por ruas da capital em direção ao Palácio do Catete, onde o general seria apresentado ao chefe de governo. Muitos populares se concentravam no aeroporto e nas ruas pelas quais o cortejo se movimentaria, a despeito da forte chuva que caía. Entretanto, a figura do herói foi atingida, pois teve de se separar da nação. Desceu no aeroporto de Santa Cruz, distante da aglomeração popular, sendo conduzido já à noite para a sua residência na companhia do ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra.

Segundo Ferraz, talvez possa ter havido uma tentativa por parte de Dutra e das Forças Armadas para impedir que Mascarenhas de Moraes fosse visto como um “salvador da pátria” ou que ele mesmo desenvolvesse pretensões políticas. Na pior das hipóteses, esse poderia ser mais um golpe contra a Força Expedicionária Brasileira, que já se encontrava destituída de seu comandante, haja visto que as tropas haviam sido dissolvidas e reincorporadas ao exército regular. O líder que havia “regressado á pátria aureolado pela glória de haver conduzido á

¹³² Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1945. Seção1, p. 1.

¹³³ Folha de Minas, Belo Horizonte, 10 de julho de 1945, p. 2

¹³⁴ Folha de Minas, Belo Horizonte, 13 de julho de 1945, p.3.

vitória os bravos soldados de Caxias”¹³⁵, eis aí uma imagem interessante atribuída a Mascarenhas. Não havia conduzido o “Exército da FEB”, mas o “Exército de Caxias”.

Em uma cerimônia realizada no Palácio do Exército por ocasião de seu retorno, efetuou uma declaração emblemática aos colegas de farda e às autoridades presentes. Expressou o seu desejo aos companheiros do Alto Comando, de que os feitos da FEB pudessem ser aproveitados no ensino e na formação das tropas regulares do Exército Brasileiro.

A compreensão que tenho desta recepção consiste essencialmente no Exército bem demonstrar a todos os brasileiros que a Campanha da Itália lhes pertence, por ter sido obra de seus próprios meios. A Força Expedicionária Brasileira, síntese do valor da nossa gente, levou para os campos de batalha da Europa a expressão profissional de nossa força terrestre, suas tradições de bravura e todas suas características morais e físicas. (...) Eis aí, Sr. Ministro da Guerra e Srs. Generais, os aspectos essenciais da Força Expedicionária Brasileira. **Cumprida a missão, seus meios serão absorvidos por vários elementos do exército.** A sobrevivência dos seus feitos estará assegurada sem dúvida nos anais de nossas instituições militares, como um esforço patriótico de milhares de soldados de Caxias, a fonte inspiradora da conduta dos Expedicionários ¹³⁶.

Vale a pena observar nesse trecho que havia uma aspiração por parte do general de que os ensinamentos da FEB fossem incorporados ao Exército. Entretanto, como veremos adiante, não foi isso que ocorreu. Havia uma série de planejamentos por parte do Estado Maior do Interior sob o comando do general Anor Teixeira e as pretensões dos americanos para que a FEB não fosse desmembrada¹³⁷. Entretanto, com o desamparo estatal, após a euforia, grande parte dos reservistas e dos militares de carreira do contingente expedicionário ficaram relegados ao esquecimento e a um “ostracismo” na conjuntura social.

Ao investigar o imaginário e as comemorações em torno do retorno da FEB, meu objetivo foi buscar compreender os modos pelos quais os veteranos começaram a ser dignificados na memória oficial, logo após a chegada em terras brasileiras. Tudo isso, em meio às posições e imagens ambíguas do Estado. Por meio de narrativas e alusão à simbologias, as celebrações se converteram em ritos que consagraram aquelas personagens históricas através da encenação dos mitos¹³⁸. Assim, os elementos presentes nos eventos são capazes de garantir a eternidade ao mito, que por meio de processos ritualísticos e da repetição contínua, seguirá reverberando numa determinada cultura histórica os modelos

¹³⁵ Folha de Minas, Belo Horizonte, 13 de julho de 1945, p. 2

¹³⁶ Folha de Minas, Belo Horizonte, 13 de julho de 1945, p.3.

¹³⁷ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit, p. 92.

¹³⁸ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989; ELÍADE, Mircea. **Mito e realidade**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ideais a serem imitados e seguidos pelas coletividades. Se os heróis, no caso os veteranos da FEB, eram a personificação de tais modelos e ideais, então seu papel deve transcender a própria realidade da qual são originários com uma única finalidade: oferecer conforto e esperança aos rumos da sociedade em que se encontram¹³⁹. Assim, cultuado em diferentes tempos e lugares, a figura do herói se prestou a diferentes usos políticos e apropriações nas sociedades. Segundo José Murilo de Carvalho, é preciso se ter em mente que “os heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva (...) Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico”¹⁴⁰.

Entretanto, no caso do processo de construção do mito dos heróis da FEB não foram realizadas ações simbólicas pelo Estado e nem pelo Exército para que as imagens positivas daqueles se perpetuassem no imaginário coletivo. As imagens de admiração e a apoteose popular que ocorreram por ocasião do regresso da tropa expedicionária seriam facilitadoras para manter a memória da guerra mobilizada e viva na sociedade brasileira. No pós-guerra, em meio aos obstáculos enfrentados no processo de reintegração social e nas associações, a tônica dos poderes constituídos foi a omissão e a apatia em relação aos projetos preconizados pelos veteranos. Os outrora “heróis” agora tornaram-se invisíveis e amargaram profundas lutas pela sobrevivência material e simbólica da coletividade em questão.

1.3- Uma terceira guerra? A reintegração social dos veteranos da FEB

Em 1945, após os festejos que foram organizados para o regresso da FEB, e, nos anos subsequentes, os veteranos foram esquecidos pelos poderes constituídos. Saindo da ficção para a realidade, os ex-expedicionários após serem exaltados ostensivamente pela pátria, se tornaram “heróis invisíveis”. O destino dos veteranos da FEB não foi muito diferente daquele dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai. Foram glorificados pelo Exército numa conjuntura política caracterizada pela projeção de militares, num Estado Novo marcado pelo início de uma distensão e abertura política, que contaria com candidaturas de personalidades do Alto Comando para o cargo mais representativo da República. Curiosamente, o outrora ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, agora era presidente dos brasileiros e considerado um “inimigo” pelos veteranos que combateram o nazifascismo.

¹³⁹ CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. Lisboa: Guimarães Ed., 2002.p.30.

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.55.

Deve-se levar em consideração o fato de Dutra ter lançado a sua candidatura pelo Partido Social Democrático (PSD) um dia anterior ao desfile. O que possibilitava essa dupla visão de Dutra naquela conjuntura foi a dissolução da FEB em 6 de julho de 1945, através do aviso nº 217-185, expedido quando as tropas ainda se encontravam no território italiano. Provavelmente, Dutra tenha pensado que os veteranos poderiam constituir-se num grupo político capaz de exercer influências consideráveis sobre o povo e determinar os resultados eleitorais daquele pleito. Embora a grande mídia reverenciasse o combate contra o nazifascismo e fizesse correlações entre a luta empreendida contra o totalitarismo na Europa com a ditadura do Estado Novo, contribuindo para dotar a FEB de um “manto democrático”, não é possível afirmar apenas por essas fontes se havia um real interesse por parte dos veteranos em alçarem voos no campo das relações políticas. E, por mais que existissem pronunciamentos efetuados à imprensa pelos oficiais que se opunham ao governo Vargas, as vozes dissonantes não podem ser tomadas como representativas da mentalidade que vigorava em meio ao coletivo da tropa. As considerações de Manoel Thomaz Castello Branco são de grande valia nesse sentido:

A imensa maioria dos expedicionários até ouvia e participava, nas rodas de conversa que se formavam, dos debates sobre a conjuntura política brasileira, mas preferia as rodas de samba, as animadas partidas de futebol e, sobretudo, aventurar-se nas “tochas” pelas cidades italianas, viagens essas que, às vezes, chegaram até localidades muito mais distantes, como Paris e Berlim¹⁴¹.

A dissolução da FEB fora feita de maneira apressada ainda em território italiano, os expedicionários receberam seus certificados de reservistas, que foram confeccionados numa tipografia em Milão, algumas semanas antes do embarque para o Brasil¹⁴². Sem dizer que uma série de proibições foi emitida pelo Ministério da Guerra no retorno dos ex-expedicionários ao Brasil¹⁴³. Havia um medo equivocado, inflado pelos meios de comunicação, de que os veteranos se insurgissem contra o governo estabelecido e instaurassem o regime democrático de governo ou deporiam Getúlio e seus ministros. Porém, fora entre os oficiais mais politizados na Itália que correram os boatos sobre a crise política que começou a assolar o Brasil no primeiro semestre de 1945, e, mesmo assim, não houve uma iniciativa organizada

¹⁴¹ CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1960.

¹⁴² SALUM, Alfredo Oscar. **Zé Carioca vai à Guerra**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

¹⁴³ Para se ter ideia, uma das proibições que mais atingiu aos ex-expedicionários diz respeito à proibição de que comentassem e concedessem declarações sobre qualquer evento da guerra relacionado à FEB. Tratava-se do Aviso Nº 197-166 publicado em Boletim Reservado do Exército de 11 de junho de 1945. Cf. FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 93-94.

por parte do oficialato da FEB para derrubar Vargas. Isso, porque entre aqueles pertencentes ao Alto Comando da Força Expedicionária havia discordâncias sobre os meios pelos quais se processaria a insurreição, bem como se seria instalado um novo regime de governo com Vargas ou sem Vargas, ainda se a Assembleia Constituinte seria instaurada de imediato ou apenas após a tomada do poder ¹⁴⁴. Se havia quem poderia dar o golpe para desestabilizar o Estado Novo, esses indivíduos eram os militares que ficaram no Brasil como Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, os ex-expedicionários não possuíam reais condições de colaborar na implantação de um novo governo¹⁴⁵. A proposição de Medrado foi muito provocativa nesse sentido:

A minha conclusão é de que tiveram receio da FEB reunida aqui no Brasil. Porque tanta urgência em extingui-la? Porque não perguntaram a todos onde desejariam servir? Já que estávamos regressando de uma guerra, de uma Campanha Vitoriosa. Por estas razões enumeradas, eu, pessoalmente, não tenho dúvidas, da afirmativa acima declarada (...) Por que motivo a extinção da FEB ainda na Itália? Esta medida foi desastrosa e intempestiva. Não encontramos explicação que justifique essa atitude impensada e sem nenhum critério¹⁴⁶.

Na concepção de Divaldo Medrado, a desmobilização atingiu em cheio a moral da FEB¹⁴⁷. Interessante ponderar que o seu relato, colhido pelo projeto de História Oral do Exército, já havia sido fruto de conexões com imagens e lembranças coletivas que preponderavam na própria sociedade e no Exército. No momento da entrevista, que provavelmente passou por revisões ao ser materializada no produto final, uma vez que não há expressões coloquiais, já estava consolidada na memória comum a noção de que a FEB havia corroborado para o reestabelecimento da democracia e os ex-expedicionários possuíam uma constante participação nos desfiles e comemorações do “Exército de Caxias”. Esse “ideal democrático” pode ser apreendido em seu depoimento:

Ao chegarmos ao Rio de Janeiro, a desmobilização dos combatentes ocorreu sem a devida cautela, provocando uma verdadeira catástrofe. Hoje, sei que a principal razão pela qual a FEB foi apressadamente desmobilizada deve-se ao fato de que representava, mobilizada, uma força política autêntica, podendo influir na queda do governo democrático, o que, obviamente, afetaria a outros grupos políticos detentores do poder no país. Esse foi o motivo maior do descaso para com a FEB¹⁴⁸.

Após passarem tanto tempo mobilizados para cumprir a tarefa mais árdua da cidadania, grande parte do efetivo expedicionário não se interessava pelas discussões

¹⁴⁴ Ibidem, p. 97

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ MEDRADO, Divaldo. Op. Cit., 52.

¹⁴⁷ É preciso levar em consideração que a dissolução da tropa combatente foi um processo natural na lógica da desmobilização da tropa. O que é questionado pela historiografia que se debruça sobre a questão foi a rapidez com que fora efetuada.

¹⁴⁸ MEDRADO, Divaldo. Op. Cit., 25.

políticas, mas pretendia unicamente regressar ao convívio social e profissional¹⁴⁹. Os receios de Dutra não encontravam respaldo na coletividade dos veteranos e apenas corroboraram para dificultar o processo de reintegração social dos mesmos, fossem eles militares carreiristas ou civis incorporados às forças terrestres. Nessa lógica, para colocar entraves no caminho daqueles cidadãos-soldados que aspiravam por seguir no serviço ativo do Exército após a guerra, foi instituído o Decreto nº 8.159, em março de 1946. Propunha que os reservistas da FEB para ingressar novamente nas fileiras do Exército, deveriam passar por um processo de treinamento na Escola Militar em Rezende (a Academia Militar das Agulhas Negras). Porém, ao decidirem se submeter a esse processo vexatório, uma vez que possuíam experiência de guerra, seriam admitidos no posto de cadetes. Em outras palavras, todo o aprendizado adquirido nos solos gélidos dos Montes Apeninos seria relegado a uma condição subalterna.

Desde o início da guerra, o Estado Novo contou com o apoio do DIP para conciliar o irreconciliável: unir o ideal de luta pelas liberdades democráticas com as bandeiras filofascistas intrínsecas às estruturas governamentais. A ideia encontrada por Vargas e seus conselheiros foi original, enquanto no âmbito externo apoiava os Aliados, no âmbito interno em nome das “liberdades” mantinha restringidos os direitos sociais (principalmente trabalhistas) para que todos os recursos fossem alocados à chamada “Batalha da Produção”¹⁵⁰. Contudo, naquela conjuntura brasileira as massas populacionais demonstraram uma profunda apatia política, estavam preocupadas mais em sobreviver e angariar os recursos necessários para adquirir bens de subsistência. Para a maioria das pessoas do período, a guerra era um assunto distante, que só aparecia nas rodas de conversa quando havia uma elevação nos preços de alguns produtos devido à sua carência no mercado ou uma substituição desses por outros de “categoria” semelhante. Quando os soldados da FEB embarcaram para a Europa, levaram consigo a mentalidade vigente no Brasil e muitos sequer sabiam a motivação de estarem lutando na Itália contra o “poderoso” soldado alemão¹⁵¹.

Nos Estados Unidos foi instituído um pacote de leis que visava garantir seguridade social aos veteranos, cerca de 15,4 milhões de soldados desmobilizados. O plano aprovado em junho de 1944 (mais de um ano antes do fim da guerra), buscava promover a concessão de empréstimos, facilitar a conquista de um lugar no mercado de trabalho e auxiliar na formação técnica e profissional. O G. I. Bill of Rights, como ficou conhecido, contava com três

¹⁴⁹ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit.116.

¹⁵⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 21.

¹⁵¹ SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 11; 22; 89.

proposições cruciais: a lei assegurava a todos os veteranos que serviram por no mínimo 90 dias um ano integral de estudos e treinamento; os empréstimos, facilitando a aquisição de financiamentos nos bancos; o emprego dos veteranos, diante da quitação de uma compensação aos ex-combatentes desempregados, os que haviam servido por no mínimo 90 dias iriam receber cerca de vinte dólares por semana (o prazo máximo de concessão do benefício seria de 52 semanas). Naquele país, em que houve uma mobilização massiva da população para contribuir com o esforço de guerra, foi solidificada a adesão social às lutas e reivindicações dos veteranos nos anos após o fim do conflito. Imagina-se que aproximadamente 7 milhões e 800 mil (50,5%) dos soldados dos EUA receberam formação educacional ou profissional pela lei, cerca de 2 milhões e 200 mil deles nas universidades¹⁵².

Já no caso do Brasil, os ex-expedicionários foram recepcionados por uma população que não havia contemplado os horrores da guerra, já que o país não fora ocupado e nem tinha passado por sérias crises de abastecimento. Apesar de alguns produtos e insumos de consumo terem sido escassos no mercado, principalmente os importados, a vida das pessoas não fora alterada radicalmente. Grande parte das dificuldades de reintegração social está ligada ao fato de a população civil não ter sido devidamente preparada pelo Estado para recepcionar os soldados expedicionários. O Estado que deveria zelar pelas vidas de todos os cidadãos passou a criar toda uma série de leis para abonar os veteranos no pós-guerra, que na prática não eram cumpridas devido à entraves institucionais ocasionados principalmente por redes clientelistas.

Ficou tangível o afastamento do governo no que se refere às suas obrigações para com os cidadãos-soldados, também deixou a desejar no que se refere a assistência médico-hospitalar. Se no momento da seleção, o que prevaleceu foi o descaso e a rapidez dos procedimentos realizados a fim de se constituir o contingente da FEB, a situação piorou ainda mais após a desmobilização da tropa. É elucidativa a percepção de Joaquim Saraiva, oriundo de Ponte Nova (Minas Gerais) nesse sentido, pois ele próprio havia integrado o Serviço de Saúde da FEB:

E o governo, o que fez? Nada! Deveria ter dado uma licença de 60 dias, para que todos nós pudéssemos visitar a família pra ver as condições de saúde de todos que estavam retornando daquela guerra, que certamente deixaria sequelas imprevisíveis em muitos dos seus participantes, né?! Seria a medida correta a ser tomada por parte do governo, isso ia evitar a penúria sofrida pelo pracinha durante algumas dezenas de anos ¹⁵³.

¹⁵² FERRAZ, Francisco César Alvez. Op. Cit., p.153-154.

¹⁵³ Entrevista realizada com o veterano Joaquim Saraiva em 30 de agosto de 2017.

Destaca-se nessa lógica também a ausência de prestação de amparo psicológico aos soldados que necessitavam encontrar equilíbrio mental no pós-guerra. Nessa situação se encaixava o cabo Amyntas Pires de Carvalho. Nascido em Minas Gerais, sua vida foi marcada por uma característica distintiva se comparado à coletividade dos veteranos da FEB. Carvalho integrou o grupo dos 35 brasileiros os quais foram capturados e mantidos em campos de prisioneiros alemães. Em seu depoimento, Amyntas revelou as agruras e os percalços que enfrentou naquela condição. Foi conduzido para um campo de prisioneiros denominado “Stalag VIIA”, segundo ele, não era possível se sentir humano naquele local. Com a libertação do campo em 1945 pelos americanos, participou do desfile no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1945 e regressou a Belo Horizonte. Indignado com o abandono a que foram relegados os veteranos, possuía a seguinte posição acerca dos significados da desmobilização:

Nesse aodamento oficial para a desmobilização, nenhum cuidado ou preocupação houve para determinar o estado de saúde, físico e mental, bem como o bem-estar dos expedicionários antes de licenciá-los. É bem verdade que, mais tarde, mas com muito atraso, foram tomadas algumas medidas paliativas para dar amparo e assistência às vítimas dessa lamentável omissão. Essas medidas, no entanto, não foram extensivas a todos ¹⁵⁴.

Predominaram também as dificuldades para encontrar emprego e almejar a tão sonhada realização profissional, no caso de Carvalho, dada a sua experiência-limite vivenciada como prisioneiro, isso causava profundo ressentimento tendo em vista às dificuldades do mesmo para reinserir-se na sociedade:

Exteriormente, eu parecia estar inteiro, mas internamente sofria dos males físicos e psicológicos resultantes da guerra. Para começar, meu estômago atrofiou pela fome, nunca voltou ao normal. Muitas vezes a ingestão de alimentos é penosa. Após a desmobilização, voltei a Belo Horizonte e a Nova Lima para o seio de minha família. Minhas várias tentativas para iniciar uma vida civil foram sempre frustradas. Ninguém queria dar emprego a um indivíduo com a estigma de portador de “neurose de guerra”¹⁵⁵.

A legislação de amparo aos ex-expedicionários só começaria a surgir a partir de 1946, vários meses após o fim da guerra, muito depois da chegada das tropas brasileiras, e, ainda sim, acabaria por estender os benefícios que pertenceriam exclusivamente aos cidadãos-soldados da FEB a militares que serviram nas terras brasileiras durante o período bélico ou mesmo àqueles que em nada tinham contribuído para o esforço de guerra na Europa. E, para complicar ainda mais a situação, os militares da FEB só teriam seu tributo de sangue plenamente reconhecido a partir da Constituição de 1988, quando grande parte deles já havia

¹⁵⁴ MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 8. p. 314.

¹⁵⁵ Idem.

falecido¹⁵⁶. Essa foi uma das insatisfações de Medrado, que há alguns anos reverberou seu ressentimento para com essa questão, ao afirmar que “a vida do pracinha só veio a melhorar após a Constituição de 1988, que concedeu-lhe uma pensão correspondente à deixada por um segundo tenente”¹⁵⁷. Como agravante, tem-se o fato de que um grande número de ex-expedicionários desconhecia a existência das “leis de amparo”, pois a maioria deles eram homens analfabetos e habitantes de áreas rurais ou de regiões interioranas, distantes dos grandes centros do país. O senhor Joaquim Saraiva, residente da cidade de Ponte Nova, chegou a afirmar: “só fui conhecer as leis de guerra em 1967”¹⁵⁸. Mesmo aqueles que residiam nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, por vezes sequer imaginavam que havia uma legislação que os ofereceria amparo, muitos não ficaram sabendo das pensões de que tinham direito.

Mas, de um modo geral, a preocupação com as vidas dos expedicionários durante a guerra ficou reservada quase que exclusivamente a seus familiares. No momento do retorno dos escalões da FEB, houve intensa comemoração nas grandes cidades e no interior brasileiro pela chegada das tropas vitoriosas. Entretanto, tão logo a euforia passou e os ânimos populares arrefeceram, os ex-expedicionários voltaram muitas vezes a um estado de letargia ainda pior em relação àquele em que se encontravam antes de serem enviados pelo Alto Comando para lutar no norte da Itália contra as eficientes divisões alemãs da Wehrmacht (Forças Armadas Alemãs). Muitos deles agora eram taxados como “neuróticos” ou “loucos” e ficaram relegados a uma situação de completo abandono, não raro cometeram suicídios (embora isso não tenha sido suficientemente documentado).

Os militares regulares que haviam ficado no Brasil, ou como os ex-expedicionários chamavam, o “Exército de Caxias”, nutriam sentimentos pejorativos (inveja, raiva) em relação aos soldados e oficiais da ativa que haviam ingressado na FEB. As origens de tal desprezo fazem-se detectar no processo de formação da Força Expedicionária Brasileira

¹⁵⁶ **Brasil. Constituição Federal, 1988.** O inciso II do artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias prescreve, para “o ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei Nº 5.315, de 12 de setembro de 1967”, uma pensão especial, “correspondente à deixada por Segundo-Tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos. Em caso de morte do ex-combatente, a viúva ou companheira ou dependente, deveria continuar a receber a pensão, no mesmo valor (inciso III). Os outros incisos apenas davam sequência aos benefícios já em vigor nas constituições anteriores e legislação ordinária, como o direito ao aproveitamento no serviço público (inciso I), assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes (inciso IV), aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço, em qualquer regime jurídico (inciso V) e prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuíam, e para suas viúvas ou companheiras (inciso VI).

¹⁵⁷ MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 8. p. 300.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com o veterano Joaquim Saraiva em 10 de agosto de 2017

marcada por: improvisações, negligências, falhas na seleção dos componentes da DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária) e no esquema institucional marcado pela corrupção e montado para organizar as diretrizes e disposições relativas ao armamento, envio e organização da tropa expedicionária. Por tudo isso, no momento de composição da Força Expedicionária Brasileira, formou-se uma “legenda negra” que desacreditava a moral do soldado e impunha sérias dúvidas com relação a sua capacidade intrínseca de luta e desempenho em combate ¹⁵⁹.

Quando o “Exército da FEB”, a tropa mais bem treinada da América Latina, encontrou o “Exército de Caxias”, os militares de carreira que permaneceram no Brasil, o choque cultural foi inevitável. Se antes os soldados regulares olhavam com desdém para os expedicionários, agora temiam ser ultrapassados nas promoções e bonificações da carreira militar pelo “Exército da FEB”. Para complicar ainda mais a situação, os militares da ativa que haviam se integrado às forças expedicionárias, quando retornaram, ao invés de serem utilizados para corroborar no treinamento de soldados e no aperfeiçoamento da instituição militar, foram transferidos de suas unidades de origem para bases nos lugares mais remotos do país¹⁶⁰. Isso só veio a reforçar o estigma de castigo que o serviço militar possuía na sociedade brasileira desde antes da Guerra do Paraguai e fundamentou a ideia corrente no início do pós-guerra de que a FEB tinha “ido fazer turismo na Europa”, não combater o soldado nazista.

Se não bastasse o afastamento do Estado, que deveria zelar pelas vidas dos ex-expedicionários, a apatia da população com relação aos seus compatriotas, ainda restava a presença marginal da FEB nos livros de História e o interesse pequeno do meio acadêmico no que tange à temática da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Se o tema do envolvimento do Brasil na guerra estava em segundo plano, sequer havia espaço na produção universitária brasileira para tratar da desmobilização e dissolução da Força Expedicionária Brasileira. A academia estava ressentida com os militares, devido às inúmeras perseguições do Regime Militar (1964-1985) aos intelectuais e universitários. A memória das vitórias da FEB havia sido acionada no momento da tomada do poder por alguns febianos que faziam parte da cúpula governista. Mas também, durante os 21 anos em que estiveram no poder as constantes evocações aos feitos dos ex-expedicionários, que haviam lutado contra o nazismo e agora auxiliavam na “cruzada” contra o comunismo, acabaram por fazer parte da propaganda

¹⁵⁹ SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). **A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois – uma visão crítica**. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.50.

¹⁶⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit., p. 139-142.

laudatória ao Regime. Logo, o ódio da academia aos militares da ativa, também fora equivocadamente direcionado aos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, obscurecendo as perspectivas de inclusão dos assuntos relativos à temática nos debates historiográficos.

CAPÍTULO II – Memórias em Disputa: A Constituição e Consolidação das Associações de Ex-Combatentes

2.1- No fogo da memória: a AECB na encruzilhada entre a lembrança e o esquecimento

A trajetória dos veteranos na capital mineira ao longo de 25 anos foi marcada pela união dos mesmos em torno de um único projeto associativo. Não cabe aqui abordar a trajetória institucional da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB), bem como salientar os acontecimentos que marcaram a respectiva seção regional em Belo Horizonte, mas ressaltar a importância do trabalho coletivo dos veteranos em prol da categoria e apontar as dissidências que porventura vieram a ocorrer diante da árdua missão de lutar pelo reconhecimento social.

Todavia, para fins de contextualização, considerando que as principais fontes utilizadas nesse texto foram provenientes daquele lugar de produção de memória, julga-se cabível a realização da exposição e identificação dessa instituição. As associações representavam um ponto de encontro para os veteranos, buscavam assisti-los materialmente, ofereciam apoio psicológico e jurídico, construíam monumentos, por vezes possuíam periódicos próprios (ainda que de periodicidade limitada a intervalos de tempo esparsos) e representavam o grupo diante dos poderes públicos e das diversas organizações sociais.

No Brasil, a AECB surge a partir de uma iniciativa dos veteranos para manter vivo o “espírito febianos” que havia se desenvolvido na preparação, no embarque e durante os combates travados contra o nazifascismo no norte italiano. O antropólogo Celso Castro em suas observações etnológicas realizadas na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), concluiu que predominava em meio aos aspirantes a oficiais um *modus operandi*, isto é, um certo conjunto de práticas sociais as quais moldaram as mentes daqueles indivíduos e, para descrever essas características distintivas, fez uso da noção de “espírito militar”¹⁶¹. Diante das experiências vivenciadas no campo de batalha da Itália, pelas agruras sofridas e os desafios enfrentados, após o fim da guerra os veteranos da Força Expedicionária Brasileira encontravam-se desejosos por manter e aprofundar os laços de camaradagem que se formaram ao longo do conflito.

¹⁶¹ A ideia de que os homens em combate estariam unidos por valores e ideais comuns é explorada pelo antropólogo Celso Castro. Cf. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

Em outubro de 1945, no Rio de Janeiro, deu-se a formação da primeira Associação de Ex-Combatentes. Logo, com o passar dos anos, houve a constituição de seções regionais por todo o país¹⁶². Reuniam-se periodicamente através das chamadas “Convenções Nacionais” e deliberavam sobre os mais diversos assuntos nas mesmas, elegendo também nesses eventos o Conselho Nacional dos Ex-Combatentes, que possuía representantes eleitos pelos delegados das seções. Os assuntos em voga nessas Convenções Nacionais refletiam as demandas dos veteranos, as quais estavam na ordem do dia nas associações, as “teses” colocadas em pauta para discussão giravam principalmente em torno de proposições relacionadas à necessidade de buscarem dar continuidade às obras de assistência e também esboçavam o esquecimento social ao qual o grupo estava relegado.

Chama atenção a insistência das associações na luta para que fosse cumprida a legislação de amparo ao veterano de guerra. Diante da necessidade de formulação de novas teses para serem enviadas à nona Convenção Nacional, seria discutido na AECB – Seção Regional Belo Horizonte que:

Nada mais necessário para o amparo, a assistência social e a coexistência da Associação do que as teses das Convenções anteriores que se encontram no arquivo do Conselho Nacional (...) as leis de amparo quando são assinadas, já há outras proibindo a execução sendo publicadas. A única razão da existência da IX Convenção Nacional, está a de promover esforços para a execução dos decretos e leis que vem amparar, especialmente, àqueles mais necessitados ¹⁶³.

Entretanto, até esse ponto, ocorreram árduos esforços pela agremiação localizada na capital mineira. Formada em janeiro de 1946, a “Associação dos Ex-Combatentes de Minas Gerais”, a AECMG¹⁶⁴, não contava com sede própria e as reuniões transcorreram em salas alugadas que eram quitadas com o auxílio de doações ou em locais emprestados como o auditório da Rádio Guarani e dependências do Conservatório Mineiro de Música. Seguindo uma tendência praticamente nacional, em Belo Horizonte a associação também foi fundada preponderantemente por oficiais de baixa patente da Força Expedicionária Brasileira com o

¹⁶² Em levantamento executado pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), disponibilizado para acesso em “Portal FEB”, é possível identificar 44 agremiações, seja da AECB ou da ANVFEB no território nacional. Os estados concentrados no Centro-Sul do país, marcadamente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, são os da federação que mais possuem associações de veteranos da FEB. Disponível para acesso em: <http://www.portalfeb.com.br/>. Acessado em: 1º out./2019.

¹⁶³ Em Assembleia Geral Extraordinária realizada na entidade, os sócios expressaram sua indignação diante do amontoado de leis de amparo existentes e nenhum apoio dado pelo governo. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 09 ago./1962, p.123

¹⁶⁴ Essa abreviação foi utilizada por sucessivas vezes nas atas analisadas e só mais tarde, após a primeira Convenção Nacional realizada no final de 1946 é que se passaria a utilizar a nova abreviação da “Associação dos Ex-Combatentes do Brasil Seção Regional Belo Horizonte”, a AECB SR BH.

apoio de alguns civis¹⁶⁵. A fundação da AECB ocorreu em Belo Horizonte no auditório da Rádio Guarani, em reunião que contou com a presença de 128 veteranos da FEB. Naquele momento, buscaram eleger representantes provisórios com vistas à realização de eleições num futuro não muito distante. Posteriormente, o quadro permanente também contou com veteranos de baixa patente¹⁶⁶. Ao longo de seu funcionamento, as reuniões ocorreram em diferentes locais, e, quase sempre os ex-expedicionários tiveram de contar com a boa vontade de pessoas e instituições que cediam seus respectivos espaços para que acontecessem as reuniões da associação.

Contavam com a permanente necessidade de comunicar aos associados sobre a realização de atividades na agremiação, o que era feito via imprensa, e, por vezes, era preciso reforçar aos presentes nas deliberações sobre a importância da assiduidade e da unificação em torno das questões da associação. Não é possível mensurar o número exato de participantes nas reuniões, porém pôde-se notar através das reiteradas vezes nas quais membros da Diretoria reafirmaram e conclamaram os veteranos a tomarem parte dos debates semanais que a intermitência e a fluidez eram a regra quando o assunto se referia à frequência nas associações. Apenas quando havia eleições para escolha de novas diretorias, comemorações de datas distintivas da FEB e dadas às demandas por assistência, que ocorria um grande número de associados aos eventos e reuniões da Associação. Ao longo dos meses, diante dos desafios que se colocavam para o grupo, começou a ficar em evidência as barreiras existentes e a ausência da FEB na memória populacional de um modo geral.

Buscaram se unificar essencialmente para lograrem êxito em seu objetivo de auxiliarem aos companheiros enfermos e carentes de apoio financeiro. O apelo constante para que os associados se unissem em torno da prestação da assistência social, além de revelar as divergências e o afastamento dos mesmos do cotidiano da agremiação, é sintomático para apontar que a ela muitos acorriam não para participarem de discussões sociais, mas compareciam às reuniões no sentido de satisfazerem suas aspirações humanas e materiais. Nas comemorações, o apelo dirigido por membros da Diretoria aos vinculados para que participassem das sessões era constante e tornava-se preciso fazer “ver a necessidade de

¹⁶⁵ Francisco Ferraz identificou situação semelhante na análise da AECB-SP, na qual os dirigentes também eram praças e oficiais subalternos da reserva. Cf. FERRAZ, Op. Cit, p. 225.

¹⁶⁶ A diretoria provisória constituída foi formada majoritariamente pelos veteranos Anfrido Ziller (presidente), Juscelino Vale de Matos (vice-presidente) com os serviços da secretaria sendo prestados por Antônio Nascimento. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 01 fev./1946, p.1.

frequência de todos à sede”¹⁶⁷. Era importante fazer com que a entidade “fosse mais fortalecida”¹⁶⁸.

A indignação expressada nos posicionamentos de veteranos com relação ao povo e aos governantes relaciona-se à grande dificuldade obtida para assistir aos companheiros mais necessitados no cotidiano associativo. Diante de possíveis divisões ideológicas ou da existência da militância política havia os sócios que assumiam a posição de que “a associação fora fundada não para a exibição e exaltação de A ou B, não para recreações de outrem, mas para dar assistência moral e material aos expedicionários necessitados”¹⁶⁹. A busca por amparo médico-hospitalar¹⁷⁰, a negociação por subvenções junto às autoridades políticas para manter a balança financeira da associação em certo equilíbrio¹⁷¹, a realização de campanhas sociais, a formulação de memoriais¹⁷², foram algumas das estratégias utilizadas para lograrem êxito na missão de auxiliar aqueles que acorriam à agremiação. De acordo com um relatório do Conselho Nacional dos Ex-Combatentes, os veteranos estavam divididos em três grupos:

O primeiro é constituído por aqueles que, voltando da Itália, permaneceram nas forças armadas ou, ao serem desmobilizados, tinham emprego público do qual se afastaram por consequência da guerra. O segundo, daqueles que carregam em si as cicatrizes da guerra, a neurose, a tuberculose, etc, que precisam ser amparados. O último grupo – o maior – está constituído de ex-combatentes que, deixando a farda e gastando suas economias se viram de um momento para o outro sem emprego ou inadaptados as novas funções civis. Do ponto de vista da Associação, o primeiro grupo, não sentindo o problema dos veteranos de guerra no após guerra, pouco veio se interessando pela sua sorte ou pela sorte da Associação. O segundo grupo nada pode fazer pela Associação, de vez que necessita de seu amparo. O último, na verdade o único que vive as situações das Seções, freqüenta suas reuniões e participa do movimento dos veteranos em defesa de suas reivindicações, pois que sente verdadeiramente o problema do abandono do desemprego e do ostracismo a que foram relegados¹⁷³.

O descaso predominou em relação ao apoio buscado pelos veteranos nas repartições públicas e os insucessos no diálogo com os governantes faziam parte da realidade dos ex-

¹⁶⁷ Ibid., sessão de 03 maio/1946, p.4-6; 15 de jun./1946, p.7-9; 17 de out./1946, p.17; 31 out./1946, p.18-19; 07 nov./1946, p.19-20; 21 nov./1946, p.20-21.

¹⁶⁸ Ibid., sessão de 01 de set./1949, p.75-76.

¹⁶⁹ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 18 de jul./1946, p.11.

¹⁷⁰ Para se ter uma ideia, a procura de tratamento para veteranos tuberculosos era uma questão constante nos primeiros tempos da associação. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 27 de mai./1950, p.14-15.

¹⁷¹ Havia a organização de comissões para irem ao governo do Estado pedir o direcionamento de verbas para a agremiação. Por vezes, a concessão era simplesmente suprimida pelas autoridades governamentais. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 27 de mai./1950, p.14-15.

¹⁷² Os memoriais eram documentos formulados no cotidiano das reuniões das associações para serem direcionados às autoridades públicas e repartições governamentais. Infelizmente, não foram encontrados nos arquivos da AECB, sendo apenas mencionados nas atas. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 05 de ago./1948, p.45-46.

¹⁷³ Relatório do Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil, apresentado ao plenário da 2ª Convenção Nacional. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, p.3, 16 nov.1948.

combatentes no pós-guerra. O ex-expedicionário Divaldo Medrado chegou a atribuir a culpa pela grande quantidade de mortes de veteranos à falta de amparo em que se encontravam os mais necessitados¹⁷⁴. Nesse cenário, algumas medidas que ressoariam na luta da agremiação no espaço público em prol de recursos financeiros para a resolução dos males que acometiam os veteranos não eram bem vistas por estarem atreladas a práticas extremistas ou, na pior das hipóteses, pareceria que a associação estaria mendigando¹⁷⁵. Assim, iniciativas como “a ideia de fundar uma cooperativa com o fito exclusivo de beneficiar a situação dos ex-combatentes”¹⁷⁶ que colocasse “nos diversos cinemas e pontos principais da cidade, cofres com (...) os nomes de nossos colegas tuberculosos”¹⁷⁷, ou ainda “uma campanha com alto falante no centro e nos bairros da capital”¹⁷⁸, foram ações as quais logo malograram. A ponto de que, para conseguirem alcançar soluções efetivas para o grupo social, por vezes cogitassem “colocar os doentes a vista do povo, para que vissem o estado de degradação moral em que os veteranos se encontravam”¹⁷⁹.

No que tange aos pedidos de auxílio formais aos representantes dos poderes públicos, deve-se frisar que o destino de grande parte dos memoriais quase sempre foi a gaveta dos prédios da administração pública, sendo a grande maioria arquivada. E, embora houvesse em certas conjunturas a “boa vontade” do Poder Executivo (principalmente na esfera municipal) para com a agremiação em relação à concessão de subvenções, por vezes essas eram deliberadamente suprimidas¹⁸⁰. Nessa lógica, a outorga de títulos a “benfeitores” e personalidades não era apenas uma forma de homenageá-las pelas boas ações realizadas em prol da associação e dos veteranos, mas, através da estratégia de elaboração de diplomas de reconhecimento, também se esperava que houvesse a continuidade do apoio concedido por parte dos homenageados. Havia inclusive aqueles que mencionaram que a AECB havia se transformado numa “fábrica de diplomas”, sendo contrários à aplicação desse recurso em demasia¹⁸¹.

Apesar das agremiações, como a AECB-BH, buscarem representar os interesses das coletividades envolvidas com a guerra, os sócios tinham atuações e níveis de envolvimento distintos na entidade. Assim como o pesquisador Rodrigo Musto identificou na realidade de

¹⁷⁴ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 07 de out./1948, p.50-52.

¹⁷⁵ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 31 de out./1946, p.14.

¹⁷⁶ Ibid., sessão de 23 de set./1946, p.14.

¹⁷⁷ Ibid., sessão de 24 de out./1946, p.17.

¹⁷⁸ Ibid., sessão de 05 de ago./1948, p.41.

¹⁷⁹ Ibid., sessão de 10 de ago./1946, p.20.

¹⁸⁰ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 27 de mai./1950, p.14-15.

¹⁸¹ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 30 de dez./1971, p.74.

Juiz de Fora que um menor número de associados comparecia nas reuniões ordinárias e um maior número nas sessões solenes e extraordinárias¹⁸², em Belo Horizonte a situação se encaminhou para o mesmo sentido. Nos primeiros tempos da AECB, a predominância de uma intermitência no que tange a presença dos associados leva a inferir que o grupo social se encontrava esparso e fragmentado.

Deve-se levar em consideração que as narrativas memoriais reverberadas nas reuniões da AECB não pairavam sobre acontecimentos peculiares das batalhas travadas na guerra, mas ressaltavam ideais os quais indicavam diferentes significados para o grupo. Assim, nas falas dos oradores e naquilo que os redatores ligados às diretorias da agremiação transpareciam nas atas das sessões, a defesa da democracia e a luta contra o esquecimento do grupo na sociedade foram elementos determinantes para se buscar a unificação em meio ao cotidiano associativo. Segundo o posicionamento de Anfrido Ziller, primeiro diretor da AECB-BH, eles “eram seguidores perspicazes da República e da Democracia brasileira, mas ignorados pela sociedade e pelo povo brasileiro”¹⁸³. Colocações como essa expressavam o desejo de “não esquecer” as lutas travadas contra o nazifascismo no passado e indicavam, na visão dos expedicionários, o “dever de memória” que a sociedade possuía para com aqueles que se sacrificaram na guerra visando proteger a democracia. O emprego contínuo dessa narrativa no cotidiano associativo conscientizava politicamente os veteranos e dotava a participação da FEB no conflito de uma miríade de significados. É a partir dessa conjuntura, de crescimento da demanda dos veteranos em torno do reconhecimento de seu passado, que deve se mencionar a questão de um dever de memória, contrapartida do direito à memória. Defender o dever de memória é “afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento imposto a certos grupos da população, sobretudo quando o Estado tem responsabilidade por esse sofrimento”¹⁸⁴, e está relacionado a lutas por reconhecimento e reparação. Ele surge com força, pois “as tiranias do século XX têm sistematizado sua apropriação da memória e tem aspirado a controlá-la até em seus cantos mais recônditos”¹⁸⁵. Frente a esta tentativa, as memórias dos grupos minoritários têm uma dupla pretensão: a de dar a versão “verdadeira” da história a partir de sua memória e a de reclamar justiça.

¹⁸² MUSTO, R. Op. Cit., p. 64

¹⁸³ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 10 de mar./1946, p.30, AECB-BH.

¹⁸⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. **O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos**. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 21.

¹⁸⁵ TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000, p. 12.

Nas sessões das agremiações, a lembrança dos caídos sempre esteve a guiar as atividades e lutas, moldando as subjetividades e sendo acionada para legitimar a identidade do grupo social. Logo na primeira sessão extraordinária da AECB em Belo Horizonte ocorrida em 10 de março de 1946, o presidente Reny Rabelo “pediu que constasse em ata uma nota de saudade aos mortos da FEB nos campos da Itália” e foi secundado pelo coronel Herculano Assunção que em sua alocação proferiu palavras elogiosas “aos que tombaram pelo ideal democrático”. Segundo Francisco Ferraz, que analisou as fontes da AECB em São Paulo, na concepção dos veteranos “eles não foram à Itália para resolver seus problemas ou os do Exército (...), mas sim constituir-se na vanguarda armada do povo na luta contra o fascismo e por um mundo melhor¹⁸⁶.” Deve-se ressaltar que a luta pelo reestabelecimento da democracia frente ao totalitarismo era utilizada continuamente para justificar as vidas perdidas pela FEB e enfatizar a lógica do “cidadão-soldado”: os indivíduos que não apenas possuíam direitos, mas deviam cumprir com os deveres na República (inclusive a prestação do “tributo de sangue”). Mas, acredita-se que tenha sido uma noção construída postumamente à guerra e que serviu para produzir narrativas excepcionais no interior das associações. Na visão de Boris Schnaiderman (veterano que foi professor da USP), no interior da tropa expedicionária ninguém se animava com os típicos discursos de “defender a pátria”, “lutar pelas liberdades”, “ódio ao inimigo”. O que mais se via era uma passividade contagiante, uma aceitação conformada do que o destino reservara àqueles homens.¹⁸⁷

Nesse sentido, a partir do momento em que se elucida pontos determinantes das narrativas produzidas pelos indivíduos na agremiação, através delas foi possível notar ligações e complementaridade entre eles. Grande parte das narrativas procuram formar uma rede de significados pessoais e coletivos relacionados ao envolvimento da FEB na guerra. De acordo com Maurice Halbwachs, essa associação é dada pelas expressões do indivíduo, o qual ao formular sua consciência sobre o próprio passado, o faz com base em concepções e impressões de outros que fazem parte do mesmo grupo social. Assim, em algumas ocasiões é possível que estejamos “tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros”¹⁸⁸.

¹⁸⁶ FERRAZ, Francisco César Alves. Op. Cit., 2012. p. 236.

¹⁸⁷ Em seu romance histórico, o autor aborda a trajetória da FEB e revela o cotidiano do contingente militar desde o processo de seleção e treinamento no Brasil até o envolvimento na guerra. SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 11, 22,89.

¹⁸⁸ HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p.47

De outro modo, é preciso ressaltar que o processo de recordação e articulação de lembranças relaciona-se principalmente com a pessoa que mobiliza elementos do passado. A autora Ecléa Bosi sugere que por muito “que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. É nesse sentido, que Alessandro Portelli também coloca que:

Não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’(...) Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática¹⁸⁹.

Foi assim que, por ocasião da oitava sessão ordinária da agremiação, o redator da ata tentou materializar as palavras de Oraldo de Moraes Chaves, o qual buscou aconselhar os companheiros para que diante da omissão da população:

Ficassem os expedicionários precavidos contra as insinuações e as incidiosas armações daqueles que procuravam fazer recair sobre as cabeças heroicas e patrióticas dos que regressaram da Itália, mormente daqueles já esquecidos que jazem em Pistóia, a culpa do culto da vida, que no momento suportamos¹⁹⁰.

Os caídos da FEB que estavam sepultados no Cemitério de Pistóia na Itália, eram recordados para fazer jus às batalhas pela sobrevivência simbólica e material da coletividade dos ex-expedicionários no dia a dia da AECB. Aos “heróis anônimos” sepultados e esquecidos na Europa, somavam-se os vivos os quais enfrentaram as agruras do processo de reintegração social e, por vezes, padeceram ao aguardarem pelas benesses sociais num cenário em que a concessão de direitos era mais vista pela lógica de privilégios adquiridos do que fruto de árduas lutas sociais¹⁹¹. Nesse sentido, o veterano Divaldo Medrado apropriou-se da morte do companheiro Oliveira Campos para questionar o andamento referente à legislação de amparo:

¹⁸⁹ Cf. PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.127.

¹⁹⁰ O cemitério de Pistóia foi o local no qual estiveram os restos mortais dos expedicionários que padeceram nos combates. Na década de 1960, com a construção do Monumento aos Mortos no Rio de Janeiro, houve a transladação para o Brasil das ossadas dos mortos da FEB. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 25 jun./1946, p.11-12.

¹⁹¹ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Pediu o companheiro Medrado que fosse registrado em ata um voto de pesar pelo infausto acontecimento, o passamento do veterano Oliveira Campos, tendo ainda feito comentário sobre o andamento lento dos processos de reforma, sendo que muitos deles somente são aprovados quando o companheiro já não mais existe¹⁹².

As celebrações que eram feitas na associação tinham discursos dos sócios que, ao proferirem suas falas, acabavam por fazerem memória das lutas da FEB junto ao grupo social. Nessa lógica, as datas mais importantes contavam, na maioria das vezes, com o envolvimento de membros das Forças Armadas e civis. Um típico caso de culto aos mortos no interior das associações, deu-se através do culto ao falecido Celso Racciopi, cujo nome foi concedido à biblioteca da AECB. A inauguração daquele espaço deu-se num 7 de Setembro, a data da proclamação da independência do Brasil, na qual os ex-expedicionários rememoravam passagens marcantes que provinham das narrativas oficiais e as descreviam em rodas de conversa para os companheiros – eram acontecimentos “vividos por tabela”¹⁹³. Naquela ocasião, Racciopi foi homenageado pelos trabalhos que desempenhou na formação da AECB, chamou a atenção o discurso de seu pai, Vicente Racciopi, ao externar para os presentes que: “no coração de sua família estavam gravados os nomes dos sinceros amigos de seu filho: os associados e todos os ex-combatentes”¹⁹⁴.

A memória, desse modo, ligava os indivíduos verticalmente, a grupos e entidades, e horizontalmente a uma experiência encadeada do tempo (individual e coletivo), colocando-os sob uma ‘filiação escatológica’ assegurada pela perpetuação das gerações e por um impulso de sobrevivência, nem que fosse na lembrança dos vivos¹⁹⁵. A referência à diretoria da AECB-BH reforça a hipótese de que em meio à coletividade não somente os combatentes deveriam ser exaltados, mas também aqueles que contribuíram para preservar a memória da guerra. No caso em questão, essas indicações levam a reflexão de como é possível ultrapassar a filiação exclusivista a uma memória familiar, consubstanciada, entre outras coisas, através do luto, promovendo a identificação com a AECB e processos históricos englobantes. É precisamente o sentimento de pertença de cada indivíduo, família e grupo social a uma história comum que a memória oficial da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, caracterizada pelo culto cívico dos mortos, procurava estabelecer.

¹⁹² Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2. sessão de 17 de ago./ 1950, p.33-34.

¹⁹³ POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul. 1992, p.201.

¹⁹⁴ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2. sessão de 07 de set./ 1950, p.36.

¹⁹⁵ CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009, p.25.

A coletividade dos veteranos visava a edificação e perenização da memória de seus feitos e, nesse sentido, formularam um calendário comemorativo da agremiação. O culto à memória dos mortos da FEB pelas associações e a fixação das celebrações ao calendário cívico da nação, assim como o envolvimento em formaturas concernentes ao 7 de Setembro e em desfiles militares, dão mostras dessa política. Enquanto elemento estruturante da vida coletiva e individual, o calendário se revela como uma forma para obter controle temporal e também para mensurá-lo. De acordo com Jacques Le Goff, o calendário serve para orientar e sistematizar as sociedades. A tentativa dos veteranos da FEB de figurarem suas comemorações num calendário expressa a luta pela sobrevivência simbólica do grupo perante a sociedade englobante. Diante das agruras sofridas ao longo do pós-guerra, viam a necessidade eminente de difundir a memória da guerra para além dos seus círculos de convívio social. Era preciso que fossem notados por diferentes coletividades para valorizarem a si próprios e as batalhas travadas no passado e no presente.

Nas comemorações das datas épicas do calendário dos onze meses que a FEB esteve na Itália e do aniversário de fundação da AECB em Belo Horizonte, Monte Castelo destacou-se na apropriação pelo grupo para demonstrar sua insatisfação e ressentimento diante do povo. A própria luta ocorrida naquela íngreme elevação que compunha os Apeninos contra os alemães instalados em suas posições, que necessitou de quatro investidas para levar os brasileiros à vitória, foi retomada para motivar os veteranos diante dos desafios colocados pelo esquecimento social e incentivá-los a permanecerem unidos no que tange às causas da agremiação. É o que se pode notar no trecho abaixo, em que o assessor jurídico Washington Floriano busca impelir os companheiros a não desanimarem perante os obstáculos que porventura surgissem no caminho:

Terminou concitando os associados a continuamente trabalhando com o mesmo desvelo de até então e que todas as barreiras encontradas deveriam serem enfrentadas como enfrentamos a grande fortaleza 'Monte Castelo' que os alemães julgavam intransponível, que assim, pudéssemos está certo da vitória da nossa entidade, como foi a vitória democrática de armas aliadas contra os regimes opressores¹⁹⁶.

As comemorações públicas sobre a memória da FEB, organizadas pela AECB, se constituirão além de lugares de disputas, situações em que se instala a operacionalização da memória coletiva, e o uso perverso da seleção dessa memória. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de

¹⁹⁶Reunião Extraordinária Comemorativa do 1º Aniversário da AECMG. Cf. AECMG. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 20 jan./1947, p.24-25, AECB-BH.

acontecimentos passados, significações diversas para o uso do presente ¹⁹⁷. Observa-se que os significados atribuídos em algumas dessas comemorações, ainda que veladamente, expressavam a insatisfação e o ressentimento por parte daqueles veteranos.

Por vezes, nas celebrações públicas, algum dos oradores colocava o seu descontentamento diante dos pronunciamentos elogiosos à participação brasileira na Itália, enfrentavam publicamente a questão do abandono que sentiam e exigiam que as falas retóricas passassem para o campo da ação. Foi exatamente isso que fez o coronel Amaral por ocasião da terceira passagem da vitória obtida em Monte Castelo:

Continuando franca a palavra falou o coronel Otávio Couto do Amaral que aqueles discursos eram muito bonitos, entretanto de nada adiantariam sem ação, e não eram eles, discursos que iam minorar a dor dos que se achavam acamados, disse também o orador que o povo é que devia prestar homenagem ao pracinha e não este ao povo, que se nomeasse, naquele momento, uma comissão encarregada de, no próximo ano patrocinar a festa e convidar os expedicionários. O presidente da mesa nomeou então o Cel. presidente da dita comissão ¹⁹⁸.

No entanto, após aquela fala na festa de comemoração da data magna, a iniciativa do coronel em questão malogrou e foi o mesmo admoestado pelo presidente da agremiação por ter adotado “postura tão ousada”¹⁹⁹. A insatisfação pela ausência de reconhecimento seria ponto fulcral e ordenador da identidade dos veteranos, que seria conduzida por sentimentos de desolação e marcaria profundamente a afetividade dos mesmos. Acreditavam que havia uma dívida a ser quitada pelo país, ligada a uma necessidade imperiosa de recordar os feitos dos outrora soldados na defesa da liberdade e da democracia.

Diante da inexistência das testemunhas oculares de um fato histórico, é preciso que se formem sólidos alicerces que possibilitem, de certo modo, sua conservação no porvir. Ao comemorarem os feitos da Segunda Guerra Mundial e os valores neles imbricados, os veteranos buscaram edificar a memória febiana através de uma contínua aproximação com a memória nacional e as narrativas oficiais. Assim, para serem lembrados no espaço social, procuraram participar ativamente das paradas e formaturas militares, e, principalmente, de desfiles da Proclamação da República e do Dia da Independência. A participação nessas solenidades esboça as tentativas do grupo de figurar no imaginário nacional, tendo em vista a importância das mesmas nos ambientes civil e militar.

¹⁹⁷ SILVA, Helenice Rodrigues. **Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória**. In: Revista Brasileira de História, v. 22, no. 44, São Paulo, 2002, p.432.

¹⁹⁸ Sessão Comemorativa da Tomada de Monte Castelo. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 21 fev./1948, p.39.

¹⁹⁹ Ibid., sessão de 18 mar./1948, p.40

A memória nacional ao ser compartilhada, pode vir a constituir um sentimento de pertença e solidariedade social, que se funda na lógica de que há interesses ancorados em aspectos culturais comuns à totalidade dos membros de uma sociedade²⁰⁰. As afinidades político-culturais fundamentam o sentido de que um determinado grupo social fixado a um território específico é responsável por formar a nação. Como propõe Benedict Anderson, é o sentimento de compartilhamento em comum de vivências que definirá a nação como uma comunidade política imaginada. Em sua concepção, isso ocorre porque um indivíduo jamais conhecerá a totalidade dos membros de seu povo, mas carregará consigo a ideia de que faz parte de uma comunhão simbólica por excelência²⁰¹. Nessa lógica, também é esse sentimento de pertença e compartilhamento que se torna uma das características distintivas das corporações militares, engendrando a convivência entre os indivíduos. Além disso, os monumentos carregam, de modo explícito ou implícito, as narrativas de sacrifício pela defesa da soberania nacional que se fazem notar nos discursos memoriais de veteranos da FEB, e expressam valores semânticos inerentes a essa sensação de pertença, dotando-a de uma determinação sacro-familiar. Para tanto, a ligação íntima estabelecida entre as instituições militares e os veteranos podem ser analisadas a partir dessa perspectiva, tendo em vista que, sendo os militares, no senso comum, os guardiões dessa sensação unificadora, essa relação contribuiria para que aumentasse o número de comemorações dos feitos dos brasileiros na contenda. Assim, com o passar do tempo, esse processo asseguraria certa estabilidade dessas lembranças no interior do imaginário social o que, somado à ereção de monumentos e a edificação de lugares de memória, poderia vir a garantir a sacralização e a eternização dos feitos da FEB.

Havia a indignação generalizada entre os veteranos devido à existência do sentimento de que as autoridades não comungavam de seus interesses e, nessa lógica, se encontrariam afastados da lógica do poder (também da memória nacional). Os discursos inflamados reverberados no primeiro número do jornal da AECB intitulado “A Cobra Fumando” refletem o clima geral de pessimismo que era compartilhado pelo grupo social. O jornal foi fundado em 1951 pela diretoria da AECB – BH para “defender a nossa livre opinião e os nossos

²⁰⁰ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 03, jun. 1989.

²⁰¹ ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

direitos”, na expressão dos veteranos²⁰². Chama atenção naquele periódico, os discursos inflamados contra os mandatários do país e um profundo inconformismo em serem preteridos nas nomeações públicas por pessoas privilegiadas na lógica clientelista que predominava nos variados âmbitos estatais, bem como a crítica ferrenha ao descumprimento e inaplicabilidade da legislação de amparo existente:

Venham verificar todos que duvidam destas verdades. Temos provas do escárneo, indiferença e do desrespeito às ordens e leis, por parte dos senhores mandões do Brasil. Podemos mostrar aos que desejarem, o amontoado de leis protetoras dos ex-combatentes ‘dormindo o sono da eterna esperança’ e doutro lado um montão de ofícios de respostas imprecisas e falsas dos pedidos de aplicabilidade de tais ordens e leis. Quando se exige o cumprimento de qualquer dispositivo legal ou se reclama fraude ou negligência de alguma autoridade – (porque ‘errar é do homem’) errar por prazer, é diabólico – mas como dizia, quando se reclama, esses reizinhos, alegam imediatamente: - Vocês têm muito amparo; são uns privilegiados. Não, meus companheiros! Privilegiados são eles os filhinhos de papai; os ‘barriga amarela’. Senão vejamos. – ‘As leis de reestruturação dos coletores; dos Escrivães; dos Tesoureiros; dos Contadores; dos Correios e Telégrafos; e dentre estes e mais vergonhosa é da letra O de penacho para privilegiados do Ministério da Fazenda. São êstes os amparados, os privilegiados, os protegidos. Nós somos o ‘Bode Expiatório’ para todas estas proteções – enquanto isso as ‘Aves de Rapina’ bebem o delicioso suco do Tesouro Nacional e cantam, ‘primeiro os meus depois os de Mateus’. Esperamos amigos. Quem sabe. Plantando dá.²⁰³

Almejando vencerem na luta e assim incluírem suas narrativas na trajetória nacional, buscaram diferentes caminhos para que ficassem em evidência as ações do grupo nessas batalhas de memória²⁰⁴. A motivação colocada pela associação diante da necessidade de não permitir que a memória, ou o sentido da luta da FEB no conflito fosse acometido pelo esquecimento, baseia-se num “dever de recordar”. Segundo Todorov, no que tange às ações e práticas que rodeiam a memória, quando os acontecimentos vivenciados pelo indivíduo correspondem a uma natureza trágica, o direito à recordação se converte numa missão de não perpetuar o esquecimento²⁰⁵.

No imediato pós-guerra, ficaria forte a polarização política entre os veteranos de esquerda e os que possuíam um padrão mais conservador. Seguindo uma lógica praticamente nacional, como abordou Francisco Ferraz, os primeiros acreditavam que as lutas das

²⁰² A Cobra Fumando. Boletim Mensal da Ass. Ex-Combatentes – B. Horizonte. Ano I. nº 1. Belo Horizonte, janeiro de 1951, p. 1.

²⁰³ Ibid., p. 4.

²⁰⁴ “Essa predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos, e que assumiram uma amplitude particular nesses últimos quinze anos na Europa”. As narrativas subterrâneas esperam momentos oportunos, de crise, para colocarem em xeque as versões oficiais. A análise de Pollak é interessante para perceber que, os veteranos constituíam-se num grupo organizado, mas que ao invés do enfrentamento radical em relação às autoridades, cultivaram ressentimentos durante anos a fio no interior das associações. Cf.: POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.2.

²⁰⁵ TODOROV, 2000, Op. Cit., p. 18.

agregações deveriam buscar benesses não somente para a coletividade dos veteranos, mas para todos os cidadãos necessitados da nação; já os segundos não preconizavam combates tão aguerridos, preferiam a negociação com as autoridades civis e visavam somente garantir os meios viáveis à sobrevivência material e simbólica do grupo²⁰⁶. Deve-se levar em consideração que os estatutos da AECB proibiam o posicionamento político e também o desenvolvimento de afinidades partidárias; de acordo com eles, a entidade deveria ser apolítica por excelência. Contudo, devido ao fato de instituições desse gênero sempre se fundarem com base em visões políticas por si só, não foram raras as vezes que com o intuito de estabelecerem a representação dos veteranos, traçaram caminhos oscilatórios entre o embate e o diálogo no debate público.

Logo no período inicial de funcionamento da Associação de Ex-Combatentes no Brasil, buscou-se realizar a primeira Convenção Nacional das várias associações espalhadas pelo país na capital federal no final de 1946. O evento congregaria também os veteranos da FAB e da Marinha Mercante que combateram na guerra. Os principais organizadores daquele evento, a exemplo do tenente-coronel Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, eram militantes da esquerda. A iniciativa possuiu para o governo Dutra um caráter marcadamente comunista, tendo seu governo inclusive negado o espaço que havia sido previamente concedido para realização do evento (o Teatro Municipal) e contribuído para boicotá-lo²⁰⁷. Tiveram de encontrar outro local para que o evento transcorresse, a solução veio de um auditório cedido pela Academia Brasileira de Ciências. Em Belo Horizonte, houve severas críticas às posturas adotadas pela seção do Distrito Federal. O presidente Reni Rabelo comunicou que os belo-horizontinos “havam rompido com a associação do Distrito Federal, ato este que foi acompanhado ainda pelas associações do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte e Pernambuco, permanecendo as demais fiéis a associação do DF”²⁰⁸. Além disso, informou à Assembleia que protestaram contra o fechamento do Teatro Municipal do Rio e disse que o “Senado, a Câmara e o prefeito do Rio de Janeiro foi visitado pelo ex-combatentes”. Por fim, foi apresentada a posição contra o integralismo e o governo nazifascista de Franco. Afinal, estavam indignados com a situação do Teatro Municipal, que dias antes havia sido concedido aos integralistas de Plínio Salgado²⁰⁹.

²⁰⁶ FERRAZ, 2012, Op. Cit., p. 239.

²⁰⁷ FERRAZ, 2012, Op.Cit. p.261

²⁰⁸ Cf. AECB BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 21 de nov./ 1946 , p.19.

²⁰⁹Ibid., p.19.

Na reunião seguinte, o presidente informou que havia recebido uma carta do veterano Bruno Scholzal do Rio Grande do Sul, criticando a atitude da associação de Belo Horizonte em virtude de seu posicionamento na Convenção nacional. Reni Rabelo afirmou que poderia haver uma cisão naquela agremiação (oposição entre comunistas e anticomunistas) e teceu críticas ao “Sr. Pedro Paulo (...) pelo fato de o referido ter-se feito candidato à Assembleia Nacional pelo P.C.B, usando para tal fim o nome da Associação de Ex-Combatentes, afim de fazer sua propaganda”²¹⁰. Apreende-se que o uso da “causa expedicionária” para alcançar determinados ideais ou posições políticas era uma prática condenada na AECB-BH, em se tratando especialmente quando as ações eram desenvolvidas por militantes de esquerda. Nos primeiros anos da AECB-BH (entre 1946 e 1949), prevaleceria o afastamento das políticas do Conselho Nacional, com os redatores das atas reverberando críticas aos representantes do grupo que se encontravam na capital federal. A reaproximação deu-se na medida em que se silenciaram as vozes dos militantes de esquerda naquele espaço.

Deve-se observar que na AECB-BH também houve reprimendas para sócios que expressavam simpatia por partidos políticos conservadores. Isso ocorreu ao associado Antônio Caldeira Vitral, que participou da Convenção da União Democrática Nacional (UDN) em Belo Horizonte e foi demitido do cargo de vice-presidente ²¹¹. No entanto, ficou em evidência a dificuldade que os discursos dos veteranos alinhados com a esquerda possuíam para lograrem êxito em seus intentos na capital mineira, embora tivessem maior familiaridade com a mobilização de grupos²¹². Foi o caso do ex-expedicionário David Lavinski que levou para resolução da entidade o caso de um veterano cego, estando o mesmo mendigando e desamparado pelas autoridades. Na mesma oportunidade, Lavinski falou que havia sido indicado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) como candidato à Assembleia Estadual e “que se fosse eleito tudo faria para amparar os expedicionários”²¹³. Foi proibido de entrar em pormenores relacionados à candidatura naquela sessão, devido ao regulamento proibir a discussão de assuntos políticos. Nas reuniões seguintes, a comissão designada para investigar o caso do veterano cego descobriu que por “informação imprecisa” era falso

²¹⁰ Ibid., p.20.

²¹¹ Ibid., sessão de 25 de jun./ 1946, p.11-12.

²¹² Havia um expressivo envolvimento de veteranos militantes do PCB na organização das seções da AECB pelo país, principalmente entre os primeiros associados. Afeitos aos trabalhos de organização sindical e associativa, esses sócios ocuparam posições nas diretorias das seções e no Conselho Nacional. Cf. FERRAZ, 2012, Op. Cit, p.226.

²¹³ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1. sessão de 09 de jan./ 1947, p.20.

aquele caso. Concluíram que aquele sócio apenas estava tentando divulgar a sua candidatura por um partido comunista.

No mesmo ano em que ocorreu o episódio com Lavinski, aconteceu também o “Desfile do Silêncio”, organizado pela seção do Distrito Federal. Vários veteranos, inclusive feridos e mutilados, participaram daquele movimento que visava entregar memoriais com as reivindicações à Câmara de Vereadores e a Câmara de Deputados. O evento reuniu mais de três mil veteranos que caminharam pelas ruas do Rio de Janeiro, sob o silêncio da multidão que paralisou suas atividades para acompanhar aquele acontecimento. O poder legislativo municipal e federal concedeu a palavra em seus respectivos espaços para que veteranos como Sampaio de Lacerda (presidente da AECB - DF) e Oswaldo G. Aranha (filho do Ministro das Relações Exteriores de Vargas) pudessem expor suas insatisfações com relação às leis mal executadas em prol daquele grupo social. O jornalista José Leal, na reportagem intitulada “O Outro lado da Glória” no jornal O Globo, dez anos após o evento, descreveu aquele momento indicando o estado de calamidade que perpassava os outrora vitoriosos ex-expedicionários no seu retorno à terra natal:

O desfile começou, silenciosamente, dentro da mais perfeita ordem, sem necessidade de vozes de comando. Abriam a manifestação os emblemas, em grande formato, da “Cobra Fumando” e da Associação de Ex-Combatentes. Três grandes painéis apresentavam quadros pintados de maneira impressionante: uma cena de combate sobre a neve, o cemitério de Pistóia, desolado e solene e o regresso triunfal da tropa. Em jipes e automóveis desfilaram os mutilados. A série de faixas era iniciada por um dístico com estes dizeres: - Sêde Bem- vindos, Irmãos Queridos – Isso foi quando regressamos... Logo depois, um cartaz perguntava: - E agora? A resposta vinha mais adiante: - Pracinhas Tuberculosos, - “Pracinhas se suicidam”²¹⁴.

A posição daquele jornalista esboçada num jornal de grande circulação nacional foi elogiada pelos veteranos na capital mineira devido à sensibilidade demonstrada para com a situação social dos mesmos²¹⁵. Aquele enfrentamento radical às autoridades parecia ter surtido efeito, ainda que temporário, com resultados concretos para os veteranos. Houve nomeações em serviços públicos, melhoria no atendimento hospitalar, um maior interesse do poder legislativo pelas causas dos ex-combatentes e aumento no número de afiliações no quadro social da seção do Rio de Janeiro.

Contudo, após alguns meses, sem a repetição de novas manifestações, os veteranos caíram novamente na letargia. Não houve outra mobilização parecida, mesmo porque esses eventos não contavam com o apoio de uma grande parcela dos veteranos, os quais viam com

²¹⁴ LEAL, José. O Outro lado da glória; III – A primeira decepção dos heróis. O Globo. Rio de Janeiro, 12 set. 1957, p. 13.

²¹⁵ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2. sessão de 01 de out./ 1957, p.43.

preocupação as vantagens políticas que os sócios vinculados a visões de esquerda poderiam angariar com movimentos desse tipo. O “Desfile do Silêncio” seria estigmatizado nos anos seguintes pelas direções conservadoras que assumiram a AECB-DF seja por expor a fragilidade dos companheiros mutilados e enfermos à sociedade, mas também por ter sido liderado por comunistas²¹⁶. A ilegalidade do PCB declarada em 1947 também contribuiu para anatematizar a esquerda nas seções da AECB, embora ainda existisse partidários de esquerda naquele meio. Segundo Ferraz, derrotados na eleição do Conselho, hostilizados pelas novas lideranças dos ex-combatentes, perseguidos e colocados na ilegalidade, muitos dos comunistas afastaram-se das associações²¹⁷. Nesse sentido, é elucidativo o entendimento entre as agremiações de veteranos de Belo Horizonte e Juiz de Fora, no que tange a confecção de uma circular em que ficasse nítida a “proibição total de participação em política, bem como não se devia permitir a infiltração de elementos estranhos e políticos nos assuntos dos ex-combatentes”²¹⁸.

Contudo, de acordo com João Moraes, deve-se levar em conta que mesmo com as incessantes perseguições no período republicano da história brasileira, os comunistas ou militantes de esquerda sempre se fariam presentes em meio às instituições militares. Acredita-se que esse teria sido também o cenário dos veteranos de esquerda nas agremiações. Porém, os membros do Exército que tinham ideais ligados à esquerda, após o golpe civil-militar de 1964, foram praticamente removidos da Instituição Castrense. Essa perseguição começou de modo lento e gradual, provocado pela derrota no Levante Comunista perpetuado nos meios militares como Intentona Comunista (1935), que se refletiu nos oficiais de esquerda (fossem eles comunistas, nacionalistas ou progressistas). Foram poucos os militantes de esquerda que conseguiram alçar voos na carreira militar²¹⁹.

Não ocorreriam mais manifestações radicais no espaço público daquele caráter combativo. No lugar de uma lógica mais contestadora, os veteranos se moveram para um diálogo mais contido com os poderes constituídos, adotaram uma postura cerimonial e procuraram participar ativamente das celebrações de datas nacionais. A luta no campo público se daria principalmente pela demonstração de que os ex-combatentes estavam unidos e coesos para enfrentarem as adversidades.

²¹⁶ FERRAZ, 2012, op. Cit, p.239

²¹⁷ Ibid., p.267.

²¹⁸ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2. sessão de 27 de mai./1950, p.14-15.

²¹⁹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 33.

Vale destacar que o anticomunismo foi imperante na agremiação durante toda sua existência, especialmente pelas influências do contexto da bipolarização da Guerra Fria. Havia uma profunda admiração por parte dos veteranos em relação à causa dos poloneses, que se voltavam contra o totalitarismo soviético e propugnavam sua ojeriza e condenação em relação àquele regime. A transcrição em ata de um protesto efetuado pelos poloneses residentes no Brasil, revela o compartilhamento recíproco de ideias e mais uma das formas pelas quais a coletividade dos veteranos possuía conexões com imagens veiculadas por outros grupos na sociedade englobante. Merece ser colocada em evidência a visão de mundo dos poloneses, a qual se segue abaixo:

1939-1949 –Protesto – Nos abaixo assinados homens que vivemos no mundo livre – apelamos para a consciência da humanidade - para o sentimento natural de cada ser humano, para o desejo de verdade, de justiça e de liberdade. Neste décimo aniversário da invasão hitlero-soviética da Polônia, protestamos contra a injustiça cometida para com a nação polonesa. A Polônia denominada pelo presidente Roosevelt a inspiração do mundo, foi a primeira que pegou em armas em defesa da liberdade ameaçada pelo imperialismo dos ditadores Hitler e Stálin. Depois de uma luta de seis anos sustentada pela Nação polonesa ao preço de supremos sacrifícios – as injustas decisões internacionais de Teerã e de Yalta, aniquilaram esta contribuição à causa comum, sem dar ao mundo nem paz, nem segurança, mas entregando a Polônia ao jugo da **escravidão**. O soldado polonês, que lutou ininterruptamente pela vossa e nossa **liberdade** desde setembro de 1939 (...), durante todo o tempo que durou a Segunda Guerra Mundial – em recompensa dos seus esforços foi condenado ao **exílio**. A Nação polonesa, desmembrada pela Rússia Soviética perdeu metade de seu território nacional e, cortadas suas relações com o mundo livre pela Cortina de Ferro do Kremlin, foi entregue ao jugo de uma **ditadura comunista**. O regime imposto à Polónia pela Rússia Soviética, viola sistematicamente os direitos básicos do homem de liberdade pessoal, persegue a religião, escraviza os trabalhadores, e aniquilando as bases da democracia, inculca à nação ódio das democracias Ocidentais. A liberdade, a Independência e a Democracia, são e tem de ser o bem comum de todos os povos do mundo inteiro (...). Protestamos contra a ocupação soviética e das outras nações subjugadas pelos soviets. Clamamos pela justiça – clamamos e queremos uma Polónia livre, unida e independente! Setembro de 1949²²⁰.

Não cabe aqui explorar o pano de fundo da história polonesa, nem sua participação e de seus veteranos no pós-guerra, nem as minúcias da história política brasileira no período. Porém, ao ser transcrita essa passagem no livro de atas, revela principalmente o anticomunismo que vigorava na AECB-BH. Além disso, a oposição entre escravidão e liberdade e entre a democracia ocidental e a ditadura comunista, são imagens que apontam para a existência de uma “posição imunológica” por parte do grupo dos associados em relação àqueles militantes de esquerda atuantes tanto na lógica interna da AECB quanto fora dela. Afinal, os veteranos julgavam-se como legítimos representantes do ideário democrático.

²²⁰ Cf. AECB/ SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1. sessão de 06 de out./ 1949, p.77-79. AECB- BH.

Todavia, embora envergassem a “bandeira da democracia”, não havia espaço para divergências políticas naqueles espaços de recordação. Sequer o debate político era permitido nos estatutos da associação²²¹. No cotidiano associativo, a meta deveria ser a de buscar assistir materialmente e moralmente aos companheiros necessitados.

Embora existisse a nítida proibição de debates políticos no interior da AECB-BH, é preciso ter em mente que as atividades levadas a cabo naqueles espaços de recordação eram eminentemente políticas. Nas associações, a própria luta estava envolta no sentido de que era preciso defender a democracia e a liberdade dos povos, o que fazia dos expedicionários “aqueles que, em plena juventude, arriscaram-se para livrar o mundo do mal e da opressão.”²²² As agremiações eram entidades políticas que, como previam seus estatutos, deveriam preconizar o afastamento de tensões e disputas político-partidárias. De acordo com Sirlei de Fátima Nass, a posição ferrenha que expressava a necessidade imperiosa da associação não se imiscuir em discussões políticas tendenciosas se atrela ao fato dos veteranos da FEB vislumbrarem a si próprios não apenas como indivíduos que se envolveram numa guerra, mas dela participaram para defenderem a ideia de democracia²²³.

Embora a tônica dos primeiros anos tenha sido marcada pela presença de posturas combativas, predominaria a partir dos anos de 1950 uma linha que preconizava a negociação e buscava contar com a boa vontade dos governantes para atingir as metas assistenciais. De um perfil mais contestador na luta por reivindicações, começariam a assumir uma atitude mais conciliatória e até laudatória às instituições governamentais, especialmente no que tange ao Exército. Predominaria uma posição conservadora na AECB sediada na cidade de Belo Horizonte. Se na antiga capital do Brasil fervilhavam manifestações expedicionárias exigindo um tratamento diferenciado, em Belo Horizonte o caminho seguido era outro. O grupo construía a imagem de um herói ordeiro que optou em não participar das agitações e das passeatas, mas que perambulava pelos bastidores dos gabinetes políticos. Esse era o local “apropriado” para as reivindicações do grupo.

Um exemplo para elucidar esse tipo de situação pôde ser notado através da preparação e organização do grupo para a participação nas celebrações da Proclamação da Independência do Brasil, em 1953. Naquela ocasião, tendo o presidente conclamado aos sócios para que

²²¹ O primeiro estatuto foi formulado na I Convenção Nacional da AECB, no final de 1946. Passou por reformulações durante três vezes: em 1954, na V Convenção sediada em Recife, em 1960, na VIII Convenção, em São Paulo, e em 1972, na II Convenção Nacional Extraordinária, realizada em Niterói-RJ.

²²² Cf. AECB/ SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1. sessão de 09 de nov./ 1948, p.55. AECB- BH.

²²³ NASS, Sirlei de Fátima. Op. Cit., p. 100

comparecessem em massa ao desfile do dia 7 de Setembro, houve a manifestação de Jorge do Carmo, que “opinou contrariamente, dizendo que se devia ficar em silêncio (...) a fim de se mostrar que os veteranos de guerra estavam ressentidos com o pouco caso das autoridades quanto aos seus interesses”²²⁴. A sua proposta foi rebatida pelo companheiro Juscelino Matos, que apontou a necessidade do enfrentamento ao poder público e argumentou a necessidade de se expressarem, já “que o silêncio demonstraria ser vencido e não vencedor, dizendo ainda que quem quer vencer, que se exponha à luta (...), o silêncio, a subserviência e sobretudo o desinteresse demonstram para com o veterano de guerra, o fracasso, a vergonha e o medo”²²⁵. É certo que havia a opção de se omitirem em relação às comemorações que procuravam enquadrar narrativas oficiais e laudatórias que visavam exaltar a nação e, nesse sentido, exporem uma crítica mais ferrenha aos poderes públicos. Mas, no geral, e, foi o que ocorreu naquela conjuntura, preferiam lutar se mostrando tanto ao povo quanto às autoridades “numa prova concreta de que os pracinhas se acham fortes e firmes no seu ponto de vista de defensores da liberdade e do Brasil”²²⁶.

A memória é uma atividade que leva em consideração sempre a preservação e eliminação de informações e, assim, elucidando-se determinados pontos de vista, acaba-se por relegar outros posicionamentos para posições subalternas. Nesse sentido, os veteranos muitas vezes reprimiam pensamentos e sentimentos para identificarem-se com contextos englobantes. É necessário elencar os dados e filtrá-los mediante métodos apropriados, que, após um processo de reflexão consciente ou inconsciente, possibilitarão a produção de novas interpretações e indicarão caminhos para os usos que serão concedidos ao passado. Ao recuperar das lembranças, os valores e as narrativas que serviriam de lição para a coletividade, colocava-se em evidência determinados enunciados os quais contribuíram em demasia para as lutas dos veteranos e as tentativas dos mesmos de se verem enquadrados nas narrativas propugnadas pela memória nacional.

Diante do que foi abordado até aqui, os conteúdos que reverberaram num “primeiro tempo” nas memórias dos veteranos organizados em associações de veteranos na capital, foram marcados principalmente pelo esquecimento social a que foram relegados no pós-guerra. Pôde-se perceber que foi se constituindo de modo lento e gradual uma memória traumática em meio à categoria social dos veteranos por se vislumbrarem à margem da

²²⁴ Assembleia Geral Extraordinária.Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2. sessão de 03 de set./ 1953, p.163. AECB- BH.

²²⁵ Ibidem

²²⁶ Ibid, p. 164.

trajetória nacional. A ausência de reconhecimento e da formulação de políticas públicas pelo Estado que visassem amparar plenamente o grupo, esteve relacionada com a formação de sentimentos negativos em relação aos poderes constituídos, marcadamente a nutrição de um ressentimento em meio ao grupo social, formando uma “memória subterrânea” por excelência²²⁷.

Nesse caminho, buscando traçar possíveis saídas e soluções para os dilemas enfrentados nos primeiros anos do pós-guerra, ficou forte a polarização política entre os veteranos que se aglutinaram em distintas posições ideológicas no interior da AECB. As atividades de assistência eram uma grande preocupação dos veteranos especialmente nesse momento e, diante das dificuldades obtidas para lograrem êxito em seus intentos (dados os poucos recursos financeiros de que dispunham), foram levados a assumirem posições que oscilaram entre as críticas ferrenhas e a negociação com as autoridades políticas. Nessa lógica, as comemorações desempenharam papel importante também para concretizar o desejo da coletividade de ser lembrada e figurar nas narrativas apregoadas pela memória nacional.

2.2 – A ANVFEB entre o passado e o presente: a difusão de memória no espaço público

Com o envelhecimento progressivo dos veteranos houve uma grande preocupação em não apenas seguirem reivindicando seus direitos aos governantes, mas principalmente de difundirem a sua memória para as novas gerações e tornar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial mais conhecida do povo brasileiro. Nesse ínterim, também prevaleceu a busca pelas pensões e aposentadorias e a procura por melhores condições materiais para os veteranos na fase final de suas vidas. Preponderaram os conflitos em meio aos ex-combatentes e veteranos, e, concomitantemente à procura de lugares para inserirem suas narrativas para a posteridade, percebeu-se que fizeram uso das mesmas como objeto e instrumento de luta. Ao mesmo tempo que buscavam meios para difundirem suas respectivas representações da guerra, digladiavam-se entre si.

²²⁷ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 03, jun. 1989.

A Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) surge em 1963 no Rio de Janeiro²²⁸, para fazer frente a um processo que já vigorava na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) pelo país: a quantidade expressiva de veteranos não expedicionários que se filiou à agremiação em questão. As chamadas “leis da praia”, assim designadas pelos outrora combatentes da FEB, desde os primeiros decretos até o caráter assumido na Lei nº 5.315 de 1967, permitiram a inclusão de soldados que haviam servido nas “zonas de guerra” e no litoral na definição de “ex-combatente”²²⁹. Com a ampliação da legislação, houve a distribuição de benesses também para homens que não estiveram em missões de combate no Teatro de Operações, isso contribuiu para criar principalmente aos ex-expedicionários a ideia de que existiria um “estigma de privilegiados”²³⁰. Como será visto adiante, no próximo tópico desse texto, isso gerou disputas entre representações de grupos distintos acerca da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

A ANVFEB congregaria apenas os portadores da Medalha de Campanha, com que foram condecorados apenas os combatentes da FEB. Possuí-la era uma condição *sine qua non* para fazer parte do quadro social dessa associação privativa. Suas metas e funções eram semelhantes às da AECB: constituía-se num lugar para encontro dos ex-expedicionários; representava-os politicamente junto às instâncias sociais e governamentais; promovia ações de assistência social; propagava a memória da luta travada na Itália contra o nazifascismo. No entanto, diferentemente de sua congênere, notou-se que a ANVFEB assumiu um padrão mais cultural, embora também houvesse o caráter da assistência e da luta por melhores condições

²²⁸ O nome inicial era “Clube dos Veteranos”, que foi substituído por “Associação dos Veteranos da FEB (AVFEB)”, em 1969, e em 1972, para Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), denominação utilizada até o presente.

²²⁹ Em 1967, quando a Constituição Federal outorgada pelo regime militar prescrevia, em seu artigo 178, para todos os ex-combatentes benefícios e direitos como o aproveitamento no serviço público e sua estabilidade, a aposentadoria integral aos 25 anos de serviço, a promoção em caso de vaga e a assistência médica, hospitalar e educacional àqueles carentes de recursos na verdade estava apenas cobrindo com um verniz constitucional um conjunto de direitos já previstos na legislação ordinária. Os direitos estavam estabelecidos. Faltava apenas estabelecer definitivamente quem teria direito de gozá-los. A definição veio com a Lei Nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. Estabeleceu como beneficiários aqueles que já gozavam dos direitos nas sucessivas leis anteriores, para militares de carreira e civis, e acrescentou mais algumas categorias de beneficiários. Assim, por exemplo, no Exército, o ex-combatente podia ser tanto o expedicionário quanto aquele que integrou qualquer guarnição nas cidades do litoral. Na Marinha Mercante, podia ser o tripulante de navio de transporte de tropa ou abastecimento (o que incluía, então, praticamente toda viagem da frota mercante brasileira entre 1942 e 1945 na zona delimitada de guerra, que se constituía em todo o litoral brasileiro e mais os caminhos fluviais), quanto o “prático”, profissional que recebe o comando dos navios na entrada dos portos e os atraca ao cais.

²³⁰ Constituição da República Federativa do Brasil, 1967, artigo 178; Emenda Constitucional Nº 1, 1969; BRASIL. Lei Nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. In: MELLO, Legislação..., p. 89-92.; BRASIL. Decreto-Lei Nº 61.705, de 13 de novembro de 1967. Regulamenta a execução da Lei Nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, sobre o aproveitamento dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.

para os veteranos e seus descendentes na nova agremiação. A ANVFEB foi fundada em Belo Horizonte no ano de 1973, possuía principalmente oficiais da ativa na composição de sua diretoria, o primeiro presidente foi o general Raphael Tobias de Moraes e Barros²³¹.

Embora a questão da ingratidão pelos poderes públicos ressoasse na ANVFEB, não alcançou a mesma veemência do tempo em que os veteranos eram sócios da AECB. A luta para serem reconhecidos na legislação de amparo foi intensa até a promulgação da Constituição de 1988:

A nossa associação já havia enviado correspondências aos constituintes para sensibilizá-los sobre a necessidade de amparo àqueles que tão relevantes serviços prestaram durante a Segunda Guerra Mundial lutando denodadamente em território italiano em defesa da soberania e segurança da nossa Pátria e que merecem um justo reconhecimento por parte de nossos governantes. O presidente leu um veemente telegrama por ele assinado, dirigido aos membros da Assembléia Constituinte²³².

Contudo, a partir da década de 1990, foram raros os momentos nos quais houve ações reais de contestação aos poderes constituídos ou a formulação de pedidos, como o mencionado acima, dirigidos às personalidades políticas. As insatisfações com o transcurso das atividades governamentais eram expressas preponderantemente no espaço da agremiação, e, ainda sim, deveria se levar em conta a proibição de comentários sobre assuntos políticos nos estatutos da ANVFEB (à semelhança da AECB). As atividades de assistência promovidas pela associação, após a conquista das benesses, praticamente se restringiram ao “Bazar das Senhoras”, organizado pelas esposas e viúvas dos veteranos, cuja renda era destinada aos mais necessitados²³³.

Na análise efetuada, percebeu-se que a seção regional da ANVFEB em Belo Horizonte possuiu como principal meta a difusão de sua memória para a posteridade. Para isso, os ex-expedicionários enfatizariam a importância de transmitir os conhecimentos da FEB às juventudes e ao povo em geral. Concomitantemente, houve uma aproximação gradativa com os meios militares a ponto das grandes comemorações públicas da FEB serem continuamente fomentadas pelas Forças Armadas. É interessante a conceituação dada pelo major Sebastião

²³¹ Os presidentes da ANVFEB, além do general Raphael Barros, foram os seguintes: coronel Cássio Abranches Viotti, coronel José Ferreira Lopes, coronel Odelmo Teixeira Costa, Dr. Fábio Fonseca, coronel Renato Pitanga Maia, major Antônio Dutra Ladeira, tenente coronel Joel Lopes Vieira, capitão Divaldo Medrado, Sr. Marcos Renault. Alguns dos citados ocuparam mais de um mandato na ANVFEB. Percebe-se que, as associações de veteranos começaram a imitar a própria estrutura hierárquica e concepções das Forças Armadas, buscando eleger para a presidência, apenas aqueles que pertencessem às patentes mais altas. FERRAZ, Francisco César Alves. **Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira** In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.384-385.

²³² ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 24 de mar./ de 1987, p.12.

²³³ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 24 de set./ de 1992, p.21.

Veloso ao que viria a ser a “memória da FEB” em suas anotações, em que procurava expressar suas percepções e vivências acerca da “causa expedicionária” e do cotidiano associativo:

Por memória da FEB, compreendemos um conjunto panorâmico de todo um contexto que relembrados, hão de concorrer para perenidade da FEB. Seus feitos precisam ser sempre lembrados. A FEB marcou sua passagem na civilização brasileira, numa época em que o mundo inteiro estava convulsionado por uma hecatombe que ceifou vidas e mutilou muita gente. Neste século, em assuntos que nos dizem respeito, a FEB foi o mais importante acontecimento. Na memória da FEB, há de permanecer a lembrança de todas as horas (boas ou más). Alimentar a memória dos que ainda vivem, eis aí o nosso desafio, essa é uma lembrança muito oportuna²³⁴.

Essa passagem é emblemática, pois é bastante elucidativa para vislumbrar as ambições que figuravam na ANVFEB nas últimas décadas do século passado e ainda correspondem aos seus intuitos no presente. Dada a velhice dos veteranos, era preciso assegurar que os feitos do grupo permanecessem de maneira indelével na sociedade englobante. Não que na AECB não tenham ocorrido ações de vulto, muito pelo contrário, nos primeiros anos foram pensados meios distintos para fazer com que a FEB se tornasse mais conhecida, até um Simpósio sobre a história da Segunda Guerra Mundial chegou a ser desenvolvido²³⁵. Mas, dado o avanço no envelhecimento dos ex-expedicionários e sua “extinção” iminente, era preciso desenvolver estratégias para “perenizar” a FEB nas mentes e corações dos brasileiros.

Portanto, o principal objetivo a ser alcançado era a institucionalização do museu da FEB no espaço público de Belo Horizonte. Afinal, com a passagem do tempo, os veteranos foram tomando consciência da necessidade de deixarem um legado para a posteridade e não caírem no esquecimento. Haja visto que, o monumento possui dois sentidos: uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma “pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte”²³⁶. Para levar à frente a ideia desse projeto, recorreram inclusive às famílias dos veteranos falecidos, no sentido de doarem qualquer objeto ou peça para o museu²³⁷. Também requisitaram às autoridades militares para que envidassem esforços nessa missão, pediram a doação de “material bélico, de Engenharia, de Comunicações, Intendência,

²³⁴ Carta enviada pelo Major Sebastião da Costa Veloso ao presidente da ANVFEB, Sr. Coronel Renato Pitanga Maia. 11-4-83. Anotações do Major Veloso, p. 55-56.

²³⁵ Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 29 de mar./p.171.

²³⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. p.486

²³⁷ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 25 de jun./ de 1985, p.11.

Saúde, etc, para o museu”²³⁸. Além disso, remeteram correspondências para as regionais da ANVFEB que tivessem peças duplicadas em seus museus para possivelmente direcionarem-nas para a capital mineira²³⁹. Repercutiram incessantemente no periódico da agremiação a necessidade da comunidade de memória relacionada à FEB contribuir para a expansão do projeto museal:

Voltamos a insistir, junto aos companheiros, viúvas e familiares dos veteranos, sobre a ampliação e consequente enriquecimento do museu. Você que tem em sua casa guardadas, como lembrança, qualquer coisa relacionada com os acontecimentos da Campanha da FEB na Itália: medalhas, peças de roupa, fardamento, arma, fotografias, ou qualquer outro objeto, faça doação ao nosso Museu. Nossos pósteros precisam ficar sabendo o que um dia fizemos, em defesa da Pátria, nos campos de batalha da Europa²⁴⁰.

Inicialmente cogitou-se a ideia de instalação do museu no quartel do 12º segundo Batalhão de Infantaria (12º BI) ou na Praça da Liberdade, desde que fossem conseguidos recursos públicos para tal fim. Foi cedido um local pela prefeitura que ficava no subsolo do edifício da antiga Câmara Municipal, na Avenida Augusto de Lima²⁴¹. Para alocar o museu naquele logradouro, houve apoio técnico da Colônia Israelita (responsável pela manutenção da memória dos judeus em Belo Horizonte) e de autoridades políticas²⁴². Para agilizar a acomodação daquele espaço de recordação, a Diretoria da ANVFEB passou a ocupar uma pequena parte no local do museu, desempenhando lá os trabalhos associativos.

No início da década de 1990, era uma preocupação corrente para os ex-expedicionários da ANVFEB a necessidade da aquisição de um terreno para a construção da sede da Associação. Além disso, era preciso solucionar problemas ligados ao museu, que necessitava de funcionários da Prefeitura ou do Exército para executarem trabalhos de rotina. Começava a imperar o peso da idade avançada, e, com ela, o destino a ser dado ao Museu da FEB. Era necessário transferi-lo para um local adequado e seguro. Chegou-se a cogitar a cidade de São João Del Rei, para ser incorporado ao museu daquela cidade que era administrado pelo Exército. Isso pareceu à maioria dos sócios uma boa ideia, porém não vingou pela distância de Belo Horizonte²⁴³.

Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte manifestou a intenção de ocupar o imóvel cedido – esquina da avenida Augusto de Lima com rua da Bahia – na

²³⁸ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 24 de mar./ de 1986, p.12.

²³⁹ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 29 de jan./ de 1997, p.41.

²⁴⁰ Boletim Informativo da ANVFEB SR/BH. Belo Horizonte, nº 40, mar. 1993, p. 1.

²⁴¹ Diário Oficial do Município. Decreto Nº 5.035 de 18.03.1986. Cessão de Imóvel à ANVFEB na Avenida Augusto de Lima por prazo indeterminado, nos termos da Lei Municipal nº 2324/74.

²⁴² Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 13 de nov/ de 1986, p.41.

²⁴³ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 08 de mar/ de 1995, p.11.

totalidade de sua área, para desenvolver seus projetos de cultura. O poder público propôs uma transferência, indicando um prédio na avenida Francisco Sales, na capital, para futura sede do museu e da regional da ANVFEB²⁴⁴. Em contrapartida, os veteranos apresentaram uma série de reivindicações que pairavam sobre: a realização de manutenção periódica e fornecimento gratuito de serviços de água e energia elétrica; reparos no imóvel cedido; a assistência de um museólogo para a instalação do espaço museal; a garantia de que em caso de rescisão do contrato de locação, a prefeitura forneceria outro imóvel com área e segurança compatíveis²⁴⁵.

Com o avanço da idade dos veteranos da FEB, que nos idos anos 2000, estavam numa faixa etária de 80 anos, delineava-se o fim da associação na visão dos mesmos e instaurava-se a necessidade de transferir o museu para instalações militares. Pesava também a queda das receitas e aumento das despesas, já que diminuía o número de sócios da agremiação. Acreditavam que eram uma “Instituição em extinção”. Todavia, esperavam chegar ao fim da jornada de suas vidas com resultado positivo nessa empreitada²⁴⁶. Mesmo que tombassem pelo caminho, como alguns que faleceram durante o período do exercício de suas funções, era “preciso trabalhar com muito esforço e acima dos nossos limites”²⁴⁷.

Houve um longo processo de transferência do Museu da FEB para o Exército. Inicialmente, os veteranos acreditavam que bastava conversações com os comandantes da quarta Região Militar (4ª R.M.) instalados em Belo Horizonte e que as questões concernentes ao museu seriam solucionadas na guarnição com sede na metrópole. Almejavam a construção de um prédio em dependências militares, mas foi colocado pelo Alto Comando na capital que as Forças Armadas passavam por crises financeiras e lutavam com dificuldades para realizar a construção do imóvel. Foi proposto alojar o museu e a sede da ANVFEB numa repartição militar e sugerido aos veteranos que, enquanto isso não ocorresse, poderiam ser concedidos soldados para contribuírem nas atividades de rotina da associação²⁴⁸.

Contudo, após muita burocracia, idas e vindas, as iniciativas que visavam abrigar o Museu da FEB nas dependências do 12º Batalhão de Infantaria (12º BI), consideradas encaminhadas e aprovadas pelos veteranos retornaram a eles para a feitura de novas plantas visando a construção do prédio. “Esta notícia causou a todos nós um desapontamento muito

²⁴⁴ Diário Oficial do Município. Lei n.º 7007 de 21 de dezembro de 1995.

²⁴⁵ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 26 de abr/ de 1995, p.14-15.

²⁴⁶ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 28 de jan/ de 2003, p.41.

²⁴⁷ Ibidem

²⁴⁸ Visita ocorrida no dia 17 de janeiro de 2006 pelo General Luis Alfredo Reis Jeff, Comandante da 4ª RM/ 4ª DE ao Museu da FEB. Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 31 de jan/ de 2006, p.38.

profundo”²⁴⁹. Em face do ocorrido, intencionaram mais uma vez por transferir definitivamente o museu para São João Del Rei e levar essa ideia ao comandante da 4ª RM, contudo, isso não foi possível devido às mudanças ocorridas no comando do Exército em Belo Horizonte, bem como ao desejo mais forte de que as instalações permanecessem na capital mineira. Esse foi um dilema constante: a “passagem de comando”. Quando iniciavam conversações com determinadas autoridades militares para a resolução dos problemas do museu, logo o período estabelecido para aquela missão do comandante à frente do Exército se encerrava e os diálogos precisavam se reiniciar novamente com o intuito de não perder os avanços obtidos.

O provável fechamento da “Casa da FEB” no Rio de Janeiro em 2008, analisado por Patrícia Ribeiro, ocorreria em decorrência da “exaustão financeira, do envelhecimento e da redução do quadro de associados”²⁵⁰. A saída encontrada por aqueles veteranos era manter um quadro mínimo de funcionários para dar conta das atividades da associação, especialmente da secretaria, tesouraria e contabilidade. Em sua investigação, Ribeiro descobriu que a possibilidade de transferência do acervo e do museu para o Exército encontrava repulsa em meio a um grupo de veteranos, pois com isso poderia ocorrer a perda das narrativas de memória colocadas pela categoria social e a consequente sobreposição da visão dos militares da caserna acerca da memória da FEB²⁵¹. No entanto, situação diversa ocorria no mesmo período em Belo Horizonte, naquela conjuntura o presidente da ANVFEB SR/ BH esboçou uma diferente interpretação: “Comentou sobre o possível fechamento da ANVFEB, Direção Central no Rio de Janeiro, e disse que mesmo que isso aconteça, não terminaremos os nossos trabalhos. Ressaltou que como nós, poderiam conseguir alguém do Exército para assumir”²⁵².

Embora acreditassem que a saída estava no Exército, percebeu-se que a vislumbravam como uma solução irremediável. O desgaste vinha exatamente da burocracia interminável que causava insatisfação em alguns dos veteranos, a exemplo de Divaldo Medrado:

Continuamos na expectativa, sem saber quando teremos solucionado a transferência do Museu. Para nós é uma guerra que traz incômodo, tornando insuportável esta espera, que parece não ter fim. Não sabemos mais para quem apelar, passando a perder a esperança de assistirmos à realização desta construção, que hoje é nosso objetivo final, uma vez termos a consciência de sermos uma Instituição em plena extinção. As autoridades responsáveis parecem que esqueceram que estão lidando com Homens que tem idade média de 90 anos. Este levantamento foi realizado no ano de 2008. Essa história parece uma brincadeira de ‘pega e pega’. E isto não deve

²⁴⁹Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 30 de jan/ de 2007, p.49.

²⁵⁰ RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em Luto e Luta: Construindo uma memória da FEB**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Rio de Janeiro, p.13.

²⁵¹ Ibid., p.16.

²⁵² Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 29 de abr/ de 2008, p.66.

ser feito com os Pracinhas. (...) Estamos todos desiludidos, entretanto continuamos na luta, mesmo com todas as dificuldades²⁵³.

A partir de 2008, temendo perder o direito de acesso ao imóvel na avenida Francisco Sales e a consequente extinção da associação, os veteranos permitiram a entrada de novos diretores (aficionados pela FEB e descendentes) para conduzirem os trabalhos associativos até que fosse concluída a construção ou transferência do museu ao Exército. Após idas e vindas na burocracia do Estado e dos departamentos Militares, foi criado em 2018 o Espaço Cultural da FEB onde funcionava a 11ª Circunscrição do Serviço Militar (11ª CSM) na área central da cidade. As negociações foram levadas a cabo por descendentes dos veteranos e por aficionados que desempenham funções na ANVFEB, dentre eles, um dos maiores colecionadores de artigos militares no país, o senhor Marcos Renault. Segundo ele, ao longo dos anos a prefeitura foi suprimindo vários dos serviços comprometidos no acordo que firmou com a ANVFEB a partir da transferência da sede para a Avenida Francisco Sales, “principalmente os ligados à manutenção, reparo e concessão de segurança apropriada”²⁵⁴. Finalmente, o “Exército da FEB” encontrava-se definitivamente com o “Exército de Caxias”.

Ao iniciar essa pesquisa, o museu se encontrava na avenida Francisco Sales e, no que tange ao acervo exposto para o público, não há grandes distinções para aquele à mostra atualmente no Espaço Cultural da FEB (rua Tupis). Em cada uma das salas do museu é possível notar a presença de objetos ligados à guerra. Na “3º Sgt Max Wolf Filho” se vislumbram as medalhas (Sangue do Brasil, Cruz de Sangue, Campanha e de Guerra), o roteiro da FEB na Itália, a Canção do Expedicionário, uma enorme fotografia do Marechal Mascarenhas de Moraes e o monumento do soldado de Bronze da FEB. Na “Enfermeira Carlota Mello”, há indumentária utilizada pelo Serviço de Saúde da FEB, também artigos utilizados para tratar os doentes e frascos de remédios. Na “Capitão Divaldo Medrado”, basicamente está exposto o armamento utilizado por brasileiros e soldados de outras nacionalidades na guerra. Na “John Buyers”, objetos que foram utilizados pelos aviadores da Força Aérea Brasileira (FAB) e também fotografias dos pilotos. A “Antônio Alvares da Silva” (Frei Orlando) contém materiais utilizado pelos alemães, inclusive uma bandeira nazista, propositalmente é a menor sala do museu²⁵⁵.

²⁵³ MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009, 147 - 148.

²⁵⁴ Entrevista realizada em 10/11/2019 com Marcos Renault, presidente da ANVFEB SR/ BH.

²⁵⁵ Segundo o presidente da ANVFEB, Marcos Renault, na “sala dos nazistas” a ideia era priorizar os feitos dos brasileiros e não os do inimigo. Marcos Renault. Entrevista. Belo Horizonte, 10 nov./2019.

Dos objetos do museu, vale a pena citar as especificidades e “andanças” do monumento erigido pelos veteranos da FEB. Em 1949, deu-se início à “campanha pró-construção do monumento ao pracinha” na AECB, que foi esculpido em bronze pela “Fundição Artística Lombardi”, empresa paulista²⁵⁶. O monumento seria inaugurado em 15 de Novembro (Proclamação da República) daquele ano, os veteranos foram conclamados a comparecerem com suas famílias e levarem ramalhetes de flores para serem depositados sobre o soldado de bronze. E, os oradores designados pela agremiação (Helbert Wilkie, Antônio Nascimento e Washington Floriano) se propuseram a discorrer acerca das dificuldades ocorridas na Campanha da Itália e realizarem louvores aos mortos²⁵⁷. A programação da inauguração contou, além dos discursos e depósito de flores, com missa campal celebrada por Dom Antônio dos Santos Cabral (arcebispo de Belo Horizonte), a presença de autoridades militares e políticas como o Governador Milton Campos. Naquela ocasião, fez um discurso muito elucidativo o consultor jurídico da agremiação, o Sr. Washington Floriano:

De pé, em atitude firme e ereta reverenciemos a memória de oitenta filhos de Minas Gerais, que tombaram nos campos de batalha em cumprimento dos sacrossantos deveres de defesa da soberania da Pátria, do Direito das gentes e da liberdade dos povos. Corpos empinados, orem almas em genuflexão, exercitemos nossa fé no Senhor e Criador dos Seres e das cousas, em busca de bençãos de perene paz para os que se foram e de novas e permanentes energias para todos nós, a fim de que possamos ser dignos desses heróis, combatendo os traidores da Pátria e toda e qualquer tirania, venha ela de onde vier, tudo para o bem do Brasil²⁵⁸.

A luta dos combatentes do passado e o culto à memória dos mortos deveriam lançar luzes sobre os desafios enfrentados no presente num cenário marcado pela democracia. A escultura do “Soldado de Bronze” representava um combatente em plena progressão, com o fuzil em punho, disposto a enfrentar as adversidades que despontassem pelo seu país. Com o olhar fixo para frente e a baioneta empunhada, avança com coragem e de “peito aberto” para a batalha contra o inimigo. O “movimento” colocado na escultura revela a ideia atemporal de que os brasileiros precisariam de ardor e destemor para encarar os obstáculos do cotidiano em prol do engrandecimento da Pátria. Mais do que isso, o “Soldado de Bronze” era um modelo para ser seguido e imitado por aqueles cidadãos que almejassem servir integralmente ao seu país, numa verdadeira “missão patriótica”. Segundo Piovesan, o fato de perder a vida num conflito militar não deve ser comparado a uma mera morte comum, os monumentos que

²⁵⁶ Em julho de 1949, o monumento já estava pronto, mas ainda não totalmente pago pela AECB. Não foi possível encontrar dados suficientes sobre a empresa em questão. Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 28 de nov./1949, p.71-72, AECB-BH.

²⁵⁷ Ibid., sessão de 03 de nov./1949, p.81.

²⁵⁸ O Diário, 17 de novembro de 1949, p. 5

evocam a memória desses mortos remetem a falecimentos em nome de determinados ideais. Assim, é que os monumentos voltados à essa finalidade, procuram construir uma reflexão acerca das causas da morte, enfatizando um sacrifício que deve ser imitado pelas gerações vindouras²⁵⁹.



Figura 1- “Soldado de Bronze” na ANVFEB (Acervo Pessoal).

Um dos aspectos mais pitorescos em relação ao “Soldado de Bronze” é que não é um monumento tão fixo; em Belo Horizonte transitou e se moveu constantemente. Foi inaugurado em 1949, na Praça Rio Branco, onde se encontra atualmente a Rodoviária. Quando a praça foi remodelada, em 1980, a estátua foi deslocada para a Praça da Assembleia. Seis anos depois, seguiu para a Praça Afonso Arinos, em seguida, para a avenida Francisco Sales, na Floresta, em frente ao museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Percebeu-se que há uma estátua de um soldado em “posição de ataque” e a cidade não soube onde colocá-lo, embora tenha se instalado sempre em pontos de relevância em Belo Horizonte.

O monumento atualmente está posicionado de modo estratégico defronte à imagem do comandante supremo da FEB, o marechal Mascarenhas de Moraes, no Museu da FEB. Assim, como um “bom soldado”, sob o “olhar atento” e compassivo de seus líderes, o brasileiro deveria avançar com ousadia, mas ter disciplina para lutar contra os desafios do Brasil. Embora ainda esteja sobre um pedestal de mármore a inscrição original foi removida. Em sua fundação e ao longo da maior parte de sua existência, continha os seguintes dizeres: “Sejam

²⁵⁹ PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate**. Curitiba: CRV, 2017. p.239.

os vivos dignos dos mortos que, tendo a guia-los a imagem da Pátria distante, lutaram até o fim pela tradição dos nossos antepassados, a honra da Nação e o ideal de Liberdade”²⁶⁰. Contudo, a mesma foi depredada na Praça Afonso Arinos e não se encontra no Espaço Cultural da FEB.

Os veteranos possuíam a posição uníssona de que o monumento nunca recebeu o destaque merecido em nenhum dos lugares em que foi fixado, sendo abandonado pelo poder público, que a exemplo de outros monumentos, não executava reparos, tampouco cuidava dignamente das esculturas²⁶¹. Na memória dos veteranos ressoou principalmente o desrespeito da população ao monumento pelos constantes atos de vandalismo e as depredações perpetradas por “delinquentes” e “bandidos”. Acreditavam que, com isso, era a memória dos mortos que estava sendo vilipendiada. A memória está intrinsecamente relacionada a um culto aos caídos numa reverência que está imbuída de uma dimensão religiosa, que deve ser seguida por todos os descendentes daqueles que já padeceram no sentido de construir postumamente a memória no porvir, para que as glórias do passado possam também ser estabelecidas no futuro²⁶². Na praça Afonso Arinos também foi atacado, numa reportagem foi exibido um garoto em pé sobre a estátua, o que causou indignação da ANVFEB. De acordo com o texto intitulado “Protesto sem Guerra” veiculado no informativo (periódico) da agremiação:

Aquele era um ato condenável por vários e razoáveis motivos: Violência à arte, violência às normas de manutenção do acervo cultural da cidade e, mais a lamentar, é um acinte à memória dos que, no ‘front’ da Itália, na guerra contra o nazifascismo, tombaram em defesa da honra, da liberdade da família brasileira e de todos os povos ameaçados pela loucura nazista. (...) É sabido que os jovens, quando não contidos em seus ilícitos, são levados aos reformatórios, em cujos locais são ‘passados a pronto’ para uma vida de comportamentos condenáveis, destacando-se na liderança de assaltos, de tráfico e toda a série de ações as mais repugnantes e abomináveis²⁶³.

Na Itália, a presença de monumentos e artefatos memorialísticos relembram a libertação daquele país do jugo nazifascista e exaltam a contribuição brasileira para o esforço

²⁶⁰ O general Meira Mattos buscou montar um livro que reunisse várias descrições acerca dos monumentos predominantes nas paisagens cívicas brasileiras nas duas primeiras décadas após a guerra. Realizou levantamentos em vários estados e trocou correspondências com diversas personalidades para estabelecer seus intuítos. MATTOS, J. B. **Os Monumentos Nacionais: A Força Expedicionária no Bronze**. Rio de Janeiro: Imp. Do Exército, 1960.

²⁶¹ Em nota publicada no jornal Estado de Minas, criticavam a transferência da praça Rio Branco para a praça da Assembleia Legislativa e não concordavam com o abandono do Monumento, do qual tinha sido roubado o “florão”. Cf. Estado de Minas, 24 de março de 1983, p. 4.

²⁶² ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2011, p. 15.

²⁶³ Boletim Informativo da ANVFEB SR/BH. Belo Horizonte, nº 123, abr. 2000, p. 3, ANVFEB/ SR BH.

de guerra naquele país²⁶⁴. Porém, embora o mesmo fenômeno ocorra no Brasil e haja uma predominância de bens de pedra e cal nas paisagens cívicas²⁶⁵, percebe-se um esquecimento populacional com relação ao conflito. No entanto, é preciso precaver para considerar que em certos momentos e lugares houve um afloramento de memória relacionada à participação brasileira na guerra²⁶⁶. Entretanto, grande parte dessas ações de memória ficou relegada a coletividade dos veteranos, seus familiares, estudiosos e admiradores da participação brasileira no conflito mundial. Esses agentes de memória buscaram, ao longo de todo o século passado e em tempos atuais, a consagração de lugares, que teriam por meta a difusão dos feitos da categoria, mas também constituir-se em espaços de recordação e representação dos sócios perante as questões políticas e sociais nas quais se encontravam imbricados²⁶⁷.

Diante da “falta de patriotismo do povo” era eminente promover atos que difundissem a memória da FEB e, quem sabe, na visão dos veteranos, assim seria possível incutir lições de civismo na sociedade. Ao longo de sua existência o museu representou um “baluarte” para a ANVFEB no que tange ao desenvolvimento de ações culturais. De certo modo, as principais atividades levadas a cabo no cotidiano associativo atrelavam-se à necessidade de divulgar o acervo do museu e, através dele, os feitos da FEB. Assim, as exposições realizadas em shoppings da capital pretendiam mostrar para numeroso público a atuação da FEB na Itália,

²⁶⁴ O trabalho de Carmen Lúcia Rigoni enfocou as principais obras, nos municípios localizados na antiga Linha Gótica (grande extensão de defesas fortificadas alemãs no norte italiano), como os monumentos: Brasile e Liberazione, em Gaggio Montano (BO); alla Libertà e Max Wolff Filho, em Montese (MO); Monumento di Castelnuovo di Vergato (BO); e o Monumento Votivo de Pistóia (PI). A questão central de seu trabalho foi descobrir o motivo dessa honorificência aos brasileiros, julgando que por aquela região passaram mais de 200 mil soldados, das mais diversas procedências. Ver em: RIGONI, Carmen Lúcia. **Bravos Combatentes da F.E.B.: memórias, monumentos, testemunhos perpétuos de uma história (1995-2005)**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

²⁶⁵ O levantamento dos monumentos da FEB localizado na sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) no Rio de Janeiro dá conta de 192 monumentos erigidos no Brasil até a década de 1980, em 165 cidades. Cf. ROSENHECK, Uri. **Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos**. In: Militares e Política, nº 3 (jul –dez. 2008), p.7

²⁶⁶ O levantamento dos monumentos da FEB localizado na sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) no Rio de Janeiro dá conta de 192 monumentos erigidos no Brasil até a década de 1980, em 165 cidades. Cf. ROSENHECK, Uri. **Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos**. In: Militares e Política, nº 3 (jul –dez. 2008), p.7. Ainda sobre a presença de monumentos da FEB nas paisagens cívicas brasileiras, ver mais informações em: CALIKEVSTZ, Viviane Regina. **Categoria especial da sociedade: estudo do patrimônio cultural e da representatividade social da Força Expedicionária Brasileira – FEB**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017; MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. **“Discurso de uma morte consumada: monumento dos pracinhas”**. In: Paulo Knauss (Org.). **Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1999, pp. 53-73

²⁶⁷ Embora um veterano não conheça mais que alguns poucos companheiros fora da unidade em que combateu, considera todos os companheiros desconhecidos membros da mesma comunidade identitária. Porém, seus familiares, amigos, instituições e até mesmo pessoas que lhes são desconhecidas podem também participar dos esforços de construção e reconstrução contínua dessas lembranças. É esse grupo social ampliado que constitui os “agentes de memória”. Cf. WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel (eds.). **War and remembrance in the Twentieth Century**. London: Cambridge University Press, 1999.

embora alguns veteranos revelassem que muitos procuravam conversar com eles nesses momentos mais por curiosidade em relação aos armamentos da Segunda Guerra à mostra do que por um real interesse no conhecimento da “tradição febiana”²⁶⁸.

Através da participação nos desfiles em comemoração à Independência do Brasil, procuravam cultivar as virtudes cívicas, bem como mostrar-se enquanto “patrimônios vivos” que representavam a sociedade²⁶⁹. Devido ao desconhecimento da população quanto ao papel que o Brasil desempenhou na Segunda Guerra Mundial, eram alvos de escárnios e impropérios. O Major Veloso presenciou fatos dessa estirpe em um desses desfiles:

Estou convencido de que se nós, febianos não nos interessarmos por dar publicidade de nossos atos guerreiros, aí sim cairão ainda mais no ostracismo em que já estamos vivendo. Há tempos reagi violentamente contra uma pessoa que achou ridículo esses ‘velinhos’ desfilar nas paradas. Nem sabem que velinhos são esses, pois seus feitos foram esquecidos²⁷⁰.

As ironias e o desprezo popular levaram alguns veteranos a não participarem assiduamente dos desfiles de 7 de Setembro. Segundo Joaquim Saraiva, “muitos estavam cansados de apenas servirem como ‘vitrine’ para o Estado e serem criticados e zombados pelo povo”²⁷¹. Contudo, Saraiva sempre fez questão de participar dos desfiles em sua região de origem. Situação semelhante foi analisada por Alistair Thomson em meio aos depoimentos de veteranos australianos. Segundo ele, não era atípica a discordância do mito oficial propagado nos desfiles anuais do “Anzac Day” por parte de alguns dos ex-combatentes e, concomitante a crítica efetuada, a participação que se dava pelos mesmos nas comemorações públicas²⁷². O autor também discorre acerca daqueles veteranos que contavam casos e relatavam as vivências da participação em celebrações oficiais (os eventos públicos), como se fossem passagens de suas próprias vidas. São os acontecimentos “vividos por tabela”, descritos por Pollak, resultante da conexão entre as memórias individual e coletiva²⁷³.

Os veteranos da FEB conseguiram executar duas façanhas heroicas, num primeiro momento participaram da contenda, posteriormente conseguiram garantir, com a constituição de um museu, a continuidade da memória febiana; esse fato se tornou reconhecido pela maior parte dos ex-expedicionários. Já o museu especificamente, deve ser apreendido

²⁶⁸ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.4, sessão de 27 de set/ de 1999, p.66.

²⁶⁹ CALIKEVSTZ, Viviane Regina. **Categoria especial da sociedade: estudo do patrimônio cultural e da representatividade social da Força Expedicionária Brasileira – FEB**. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa, 2017. p. 35

²⁷⁰ Anotações do Major Sebastião da Costa Veloso, p. 60.

²⁷¹ Joaquim Saraiva. Entrevista. Ponte Nova (Minas Gerais), 10/agosto/2017.

²⁷² THOMSON, Alistair. **Anzac Memories**, p.7-8.

²⁷³ Cf.: POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**.

eminentemente como um monumento, pois assim foi idealizado pelo grupo belo-horizontino: um monumento aos heróis. Para se ter uma ideia, os nomes das salas no museu remetem diretamente aos expedicionários que prestaram o “tributo de sangue” na guerra e alguns deles desempenharam papéis ativos nas associações de ex-combatentes em Belo Horizonte (como Carlota Melo e Divaldo Medrado). Os monumentos são obras inscritas no tempo e num contexto social, evidenciam, contudo, mais o período de sua criação do que a época que almejam trazer à tona. A utilização de materiais, os estilos de execução privilegiados são indícios do “espírito do tempo”²⁷⁴. A finalidade dos monumentos dentro de uma sociedade está relacionada a manutenção, a evocação e a transmissão de um passado a alguém. Deve-se salientar o surgimento no pós-guerra de edificações que aspiravam por exaltar atores históricos que poderiam representar os heróis ou as vítimas do conflito. O museu assume essa dupla função, uma criação direcionada ao culto dos feitos da FEB e, concomitantemente, uma obra voltada para os caídos brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial; uma intrincada ligação entre o herói vivo e o herói morto que oscilam entre si, ora assumindo um caráter comemorativo, ora ritualístico.

O museu foi organizado de modo a exaltar a trajetória desses “heróis” e glorificá-los através da exposição de longa duração. É interessante observar que o visitante ao adentrar no espaço museal pode logo tomar contato com a simbologia que marca a Força Expedicionária Brasileira. As medalhas com seus respectivos diplomas, insígnias, distintivos do 5º Exército Americano e da FEB foram posicionados estrategicamente ao lado da “Cobra Fumando”, sem dúvida o elemento que destoa os expedicionários dos demais combatentes do conflito:



Figura 2- Insígnias da FEB posicionadas ao lado da "Cobra Fumando". (Acervo Pessoal)

Nesse mesmo ambiente, além do também já destacado “Soldado de Bronze”, encontram-se afixados em quadros o Roteiro da FEB na Itália e a cronologia da Segunda

²⁷⁴ FREIRE, Cristina, op.cit. p.95.

Guerra Mundial. Deve-se observar a importância que os torpedeamentos dos navios mercantes pelos submarinos do Eixo adquiriram nessa narrativa, sendo expostas as manchetes de jornais de época para informar aos visitantes a visão de que o Brasil foi impulsionado a engajar-se no conflito para vingar aqueles que perderam as suas vidas e garantir a integridade territorial do país e, além disso, colocou-se em evidência o número de mortos advindos dos afundamentos. A mobilização dos soldados para tal empreitada é enfatizada num banner com a “Canção do Expedicionário” afixado em uma das paredes nessa sala 3º Sgt Max Wolff Filho ao lado de mais uma imagem da “Cobra Fumando”.



Figura 3- "Cobra Fumando" ao lado da letra da "Canção do Expedicionário". (Acervo Pessoal)

Não menos importante, perante a todos os objetos dispostos nessa sala destaca-se a figura imponente do Marechal Mascarenhas de Moraes ao lado de um banner expondo a sua biografia dedicada ao serviço no Exército Brasileiro.



Figura 4- Quadro com imagem do marechal Mascarenhas de Moraes. (Acervo Pessoal)

A imagem dos torpedeamentos foi largamente utilizada pelo Estado Novo para unificar setores populacionais (principalmente nas metrópoles e grandes cidades) em torno do esforço de guerra e era continuamente ressaltada pelos veteranos em seus depoimentos orais e nas publicações escritas. Essa imagem reveste-se de significado especial na narrativa do

museu ao ser inserida em meio a um “calendário oficial da FEB”. Além disso, implicitamente percebe-se a tentativa de justificar ao visitante as razões pelas quais o Brasil entrou para a guerra na época do conflito. De acordo com Le Goff: “o calendário pode ser entendido como importante instrumento de manipulação da memória coletiva de uma sociedade, é através dele que os detentores do poder impõem uma memória que deve ser inserida no imaginário”²⁷⁵. Ou seja, as comemorações e as cerimônias de uma memória nacional e sua transmissão à sociedade são “a escolha do que deveria ser mantido e celebrado”²⁷⁶. Ao se exporem banners com as datas que marcaram a trajetória da FEB na Europa teve-se a intenção de colocar os expedicionários como detentores de uma posição importante em meio à multiplicidade de acontecimentos que abarcam a história da sociedade brasileira.

Todo o ambiente dessa primeira sala do museu remete a uma necessidade de propagar valores militares (haja vista a exposição permanente num local pertencente ao Exército) e memórias que se constituíram no período da guerra, sendo legitimadas principalmente nas publicações dos oficiais do Alto Comando da FEB no pós-guerra, nomeadamente o livro publicado pelo comandante Marechal Mascarenhas de Moraes que exalta os feitos do contingente expedicionário na Europa²⁷⁷. O discurso homogeneizador que perpassa a sala 3ª Sgt Max Wolff Filho está imerso numa lógica que pretende perpetuar a disciplina, o patriotismo, a coragem e a abnegação que caracterizaram a luta travada no passado. O próprio Sgt Max Wolff Filho foi um paranaense que integrou a 1ª Companhia do 1º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria e desempenhou papel relevante nos combates travados entre novembro e dezembro de 1944 para a tomada de Monte Castelo. É fácil perceber a importância de Wolff e sua condição de ícone, personificada em medalhas, bustos e monumentos, para o Exército Brasileiro²⁷⁸. O general de exército reformado Márcio Tadeu Bettega Bergo, antigo comandante do Centro de Estudos de Pesquisas e História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEEx) em apresentação à obra “Memória, Museu e História: centenário de Max Wolff Filho e Museu do Expedicionário” assim se refere a esse personagem histórico:

²⁷⁵ LE GOFF, J. Documento Monumento ... Op.Cit., p. 485.

²⁷⁶ Ibid. p. 486.

²⁷⁷ MORAES, João B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005.

²⁷⁸ O museu paranaense dedicado à memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Museu do Expedicionário em Curitiba (PR) oficialmente se chama Museu Tenente Max Wolff Filho. A Escola de Sargentos das Armas, estabelecimento do Exército encarregado de formar esse tipo de profissional também tem o nome de Wolff. Finalmente, e apenas para ficar nos exemplos mais importantes, Wolff também dá nome a uma importante unidade do Exército, o 20º. Batalhão de Infantaria Blindado (20 BIB), Batalhão Sargento Max Wolff Filho.

São fartamente conhecidas suas atuações em combate e muito relatados os seus feitos. De todas as anotações, referências e registros se podem depreender suas qualidades e virtudes, que podem ser elencadas como coragem, vontade, determinação, bravura, desprendimento, noção do dever, espírito de sacrifício, disciplina, iniciativa e sangue frio. Max Wolff Filho é um herói e um digno exemplo dos valores militares cultuados por nossa Força²⁷⁹.

Na sala “Carlota Melo”, cujo título faz referência a uma das 73 enfermeiras do Serviço de Saúde da FEB que residia em Belo Horizonte, há a exposição de objetos relacionados ao campo da assistência física, psicológica e religiosa aos expedicionários. Nesse ambiente destaca-se a indumentária das enfermeiras, a presença de utensílios utilizados para cuidar dos ferimentos e realizar intervenções cirúrgicas naqueles que tivessem sido vitimados no campo de batalha ou necessitassem de tratamento médico na retaguarda. Além disso, elucida-se a presença do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAR)²⁸⁰, colocando em evidência alguns artigos religiosos (terços e medalhas, por exemplo) e destacando a figura do capelão capitão Antônio Alvares da Silva, mais conhecido como “Frei Orlando”. Ele morreu vitimado por um tiro acidental de um partigiani (membro da Resistência italiana ao nazifascismo) às vésperas da tomada de Monte Castelo, durante uma visita à linha de frente. Posteriormente, se tornaria patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, de acordo com mensagem veiculada no site oficial do Exército ele foi “além de religioso, um forte, um bravo, um verdadeiro soldado da Cruz de Cristo”²⁸¹.



Figura 5- Artigos religiosos e fotografias do Frei Orlando. (Acervo Pessoal)

²⁷⁹ OLIVEIRA, Dennison. (org.) **Memória, Museu e História** – Centenário de Max Wolff Filho e o Museu do Expedicionário. Rio de Janeiro: CEPHiMEX, 2012, p. 23.

²⁸⁰ Extinto desde a separação entre a Igreja e o Estado em 1891, ressurgiu para prestar apoio espiritual aos militares que se preparavam para o ingresso na Segunda Guerra Mundial. A Capelania Militar foi criada em 1944 e na Europa contou com 25 capelães católicos e dois pastores protestantes.

²⁸¹ Sobre os Patronos do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/frei-orlando-servico-de-assistencia-religiosa> . Acesso em: 25/09/2020.

Na sala, há uma continuidade daquilo que foi apresentado na “Max Wolff Filho”, o público é convidado a conhecer a história desse grupo, que se mostra linear, ou seja, com início e fim nela mesma, o que dá um caráter memorialista à exposição. Embora se destaque a presença das enfermeiras na Divisão de Infantaria Expedicionária, não há uma problematização ou aprofundamento sobre o papel das mulheres naquela conjuntura marcada preponderantemente pelos traços masculinos. A função contemplativa assume uma posição de relevância nesse cenário, e, para se ter uma ideia, não fosse por um quadro contendo as fotos das enfermeiras e as já citadas vestimentas, as mesmas passariam despercebidas na exposição permanente do Museu da FEB.

A “aura heroína” da FEB é exposta principalmente na sala Divaldo Medrado, a qual contém diferentes tipos de armamentos (a grande maioria de origem americana), capacetes e fardas, bem como equipamentos utilizados nos combates pelos soldados da FEB. Há inclusive embalagens de cigarros da época no acervo exposto.



Figura 6- Embalagens de cigarros (parte inferior da imagem) expostos junto a outros itens utilizados na guerra.



Figura 7- Armamentos utilizados no período da guerra pelos Aliados.

A “epopeia dos Apeninos”, maneira pela qual o próprio Divaldo Medrado retrata a luta travada no norte italiano em seu livro de memórias²⁸², teve seu apogeu na elevação de Monte Castelo onde a FEB teve sucessivos reveses e perdeu vários homens entre o final de 1944 e o início de 1945. Nessa parte do museu, há um quadro pintado pelo veterano Othon Arruda Lopes (que assim como Medrado pertenceu ao 11º regimento de infantaria da FEB) que aborda as dificuldades dos expedicionários para subirem o morro e conquistarem aquela posição avançada dos alemães:



Figura 8- Quadro pintado pelo veterano Othon Lopes que retrata a batalha de Monte Castelo.

²⁸² MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009, p.127.

Em novembro de 1944, a FEB é transferida para o centro da linha de frente italiana, próximo à cidade de Bolonha, nas cercanias do Vale do Rio Reno²⁸³. No decorrer desses meses em que aumenta o número de mortos, merecem especial destaque as ações mais custosas da FEB em termos humanos, como os quatro ataques ao Monte Castelo. Os sucessivos e malsucedidos ataques ao Monte Castelo coincidem com o inverno. O período é referido pela maioria dos testemunhos e depoimentos dos ex-combatentes como árduo, penoso, depressivo. Diversas crises marcaram aquela fase da história da FEB e, de forma geral, os combates pela posse daquela elevação foram durante muito tempo objeto de amargas críticas e recriminações por parte dos envolvidos naqueles eventos²⁸⁴. É importante notar que é no decorrer desse período que se dá a conversão dos soldados da FEB, através do duro choque da experiência, de imaturos militares, para a condição de combatentes experientes.

A tomada de Monte Castelo também é referida através da atuação de Divaldo Medrado naquele combate por ter sido ferido em 12 de dezembro de 1944 na região de Abetaia, nas proximidades da elevação, por tiros da famosa metralhadora alemã, a MG 42. Ao ser atingido, teria dito “meus amigos estou ferido, fé em Deus, bala na agulha, dedo no gatilho e metam os peitos para frente”, aquela expressão (além de uma ordem) teria servido como um estímulo para os seus companheiros no combate²⁸⁵. A sua atuação heroica no campo de batalha como a própria conquista de Monte Castelo, combinada às armas expostas, criam certa aura belicista nesse ambiente do museu e revela uma tentativa da comunidade de memória atrelada à FEB de mostrar para um público mais amplo a luta travada pelos expedicionários durante a guerra. Contudo, a mera exposição das armas e dos quadros que fazem referência ao Monte Castelo não contribuem para problematizar o conflito, mas geram certo “processo de heroicização” da FEB a partir da contemplação dos objetos. Além disso, o deslumbre que o visitante pode vir a desenvolver para com as armas expostas, na pior das hipóteses, longe de originar um processo de transmissão de memórias acaba por encerrar a narrativa na sala Divaldo Medrado e valorizando os discursos nacionais sobre a guerra.

A contínua luta dos veteranos para estabilizarem sua memória demonstra o caráter fluido e mutável de que é detentora. Assim, os objetos preservados no museu compõem um

²⁸³ Não confundir com o rio homônimo que fica na Alemanha.

²⁸⁴ BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**: memórias de um chefe de Estado-maior na campanha da Itália, 1943-1945, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

²⁸⁵ A frase foi colocada em destaque em carta enviada pelo soldado Wandick Rezende a Divaldo Medrado quando ele se encontrava no Hospital de Nápoles para cuidar de seus ferimentos adquiridos na linha de frente. A missiva é datada do dia 03/01/45, tendo sido redigida na Itália. Cf. MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009. p.29-30.

plano de conservação e transmissão criado pelos ex-expedicionários. Ao reunir objetos, condicioná-los, efetuar uma pesquisa sobre depoimentos e fotos que remetem à guerra, se organizarem para alcançar suas demandas sociais, a coletividade almeja por uma simbolização ativa e reproduzível que permaneça de modo indelével. Ao edificarem um espaço museal, os veteranos possuíam a meta de figurar num local que engendrasse suas lembranças coletivas e cultivasse a imagem do grupo²⁸⁶. Desse modo, o museu seria de suma importância na missão de reconhecimento da identidade do grupo nas narrativas oficiais. Valor e monumentalidade se intercalam e o museu tornou-se fundamental para uma encenação de valores, já que exalta as imagens das lembranças da coletividade em relação ao porvir. A atemporalidade do museu não é aparente, além disso, o aspecto eterno da monumentalidade não é evidente, mesmo que a ideologia da conservação continue a fundamentar-se nele²⁸⁷.

Fundamentalmente dialético, o museu serve tanto como uma câmara mortuária do passado, em honra aos que morreram na guerra com tudo que acarreta em termos de decadência, erosão e esquecimento, quanto um lugar de ressurreições, embora mediadas e contaminadas pelos olhos do espectador²⁸⁸. No museu, o espectador tem a possibilidade de contemplar aqueles que fizeram a guerra; essa relação entre o visitante e o visitado é um encontro singular, marcado por encantamento e reflexão que pode vir a se traduzir na iniciação do espectador nas narrativas memoriais apregoadas por aquele grupo. A preocupação dos ex-expedicionários não pairava exatamente sobre a necessidade de descobrir o que havia sido encoberto pelo tempo, mas em apreender a urgência do perigo de se perder traços e resquícios ainda atuais os quais atestam um passado que não estaria verdadeiramente morto²⁸⁹, as modificações sociais e a velhice trazida pelo tempo colocavam-nos diante do dilema de perda de referenciais culturais e das suas lembranças²⁹⁰. A sistematização e a edificação do museu revelaram-se, para o grupo, como uma saída para se manterem ativos na sociedade englobante. Ao fixarem suas memórias, alargaram suas possibilidades de interpretarem as suas “histórias de vida”.

De acordo com Poulot, a partir dos anos de 1970, os museus que eram nivelados pela raridade e a preciosidade de seus acervos, passam a ganhar importância principalmente pela

²⁸⁶ Sobre o enquadramento de memórias, ver POLLAK, op.cit.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ 37 HUYSEN, Andreas. **Escapando da Amnesia: o museu como cultura de massa**. In: **Revista do Patrimônio Histórico**. Brasília: IPHAN. n.23, p.36, 1994.

²⁸⁹ NORA, Pierre. Op. cit. p. 13

²⁹⁰ NORA, Pierre. op. cit. p. 12

originalidade envolvida nas exposições²⁹¹. Em meio à lógica do tripé da função museal – preservar, pesquisar e comunicar – verificou-se uma transformação e, atualmente, é possível vislumbrar uma maior proeminência da última função em relação às outras duas, já que era preciso divulgar os acervos para o público visitante:

Em lugar de estar a serviço dos objetos, o museu deveria estar a serviço dos homens. Em vez do museu de alguma coisa, o museu para alguma coisa: para a educação, a identificação, a confrontação, a conscientização, enfim, museu para a comunidade, em função dessa mesma comunidade²⁹².

A propagação dos museus é compreendida também pela necessidade cada vez mais premente das sociedades reagirem à velocidade e à transformação incessante, “o contínuo encolhimento dos horizontes do tempo e do passado”²⁹³. Desde o século passado, os hábitos de consumo, as relações pessoais, as modificações na paisagem têm causado uma sensação de instabilidade, por consequência há uma busca por identidade. Joël Candau considera que há uma:

(...) vertigem patrimonial contemporânea, a paixão memorial pode revelar uma rejeição de representação que fazemos de nossa identidade atual, projetando no passado e, por vezes, ao mesmo tempo no futuro uma imagem do que gostaríamos de ter sido (...) ²⁹⁴

Essa narrativa que associa o mundo contemporâneo a um tempo de instabilidade legitima as práticas memorialistas que buscam criar um elo e uma identidade de grupo. No Museu da FEB também se pôde contemplar esse discurso. Em conversas informais realizadas com agentes do Museu da FEB é possível encontrar também a defesa deste papel do espaço museal como um refúgio para os cidadãos perdidos, o museu seria o local onde poderiam buscar sentido e reforçar os laços identitários. Não raro essa posição também já foi defendida por indivíduos ligados ao poder na metrópole mineira, na visão de um ex-presidente da Fundação Municipal de Cultura, órgão responsável pela gestão dos museus de Belo Horizonte, a função dos museus da cidade é permitir que os cidadãos encontrem sentidos nos símbolos da memória coletiva de sua cidade e do seu povo e lhes concedam significados: “esses elementos lhe dão pertencimento a determinado território e criam vínculos com um

²⁹¹ POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte, Autêntica, 2013. p. 28.

²⁹² MARTINS, Maria Helena Pires. Ecomuseu. In: TEIXEIRA Coelho. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

²⁹³ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 28.

²⁹⁴ CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 18.

passado coletivo da urbe, arrefecendo uma aflição típica da contemporaneidade de se temer um futuro desconhecido”²⁹⁵.

Contudo, não é possível encontrar uma idade de ouro no passado, pois a história da humanidade é feita de lutas, guerras, encontros e desencontros. Se não é possível encontrar conforto nos museus históricos e de cidade, é preciso refletir sobre as suas funções. Francisco Régis propõe “Tratar a cultura em sua constituição conflituosa, dialogar com o passado, não para sentir saudade ou tentar salvá-lo do esquecimento, mas para interpretá-lo como fonte de conhecimento a respeito das nossas idas e vindas nos mapas das temporalidades”²⁹⁶. Aqui, recupera-se Halbwachs, que considera que a memória coletiva tem um papel fundamental na coesão do grupo, pois essa seria produzida por um grupo orgânico, no qual não haveria conflito. Apesar de Oliveira utilizar a ideia de revelação, nos museus históricos públicos o que se vê são construções de memória, a partir de pontos de contato comuns, mas com uma linguagem e uma seleção próprias. Não há uma memória natural revelada nestas instituições, mas há uma intencionalidade de memória. Pierre Nora estabelece uma distinção entre a memória, que para ele é vida, carregada por grupos vivos e, portanto, aberta à evolução, e a história, que seria uma reconstrução. Memória seria continuidade, identidade, história estaria no campo da descontinuidade, o passado da história é o outro. Ao ler Nora, se percebe que os lugares de memória não existem por si, eles têm que ter um conteúdo de memória que interessa. Função simbólica só existe quando se estabelecem relações, portanto, para entender um museu histórico, não é possível simplesmente procurar o sentido nos artefatos preservados, é preciso pensar os sentidos nas relações sociais estabelecidas.

Todorov usa as categorias de memória exemplar e memória singular para tratar destes elementos, defendendo o uso da memória exemplar que deve ser transformada em critérios racionais que permitem o diálogo, estabelecendo comparações entre o passado e o presente. O autor procura distinguir o bom uso do mau uso do passado. O mau uso seria aquele em que o presente ficaria refém do passado, o bom uso permitiria usar o passado para extrair lições para o presente, esta memória deveria ser utilizada pensando no critério da justiça. Ao abrir o olhar sobre a importância de o pesquisador ter em mente os usos que podem ser feitos do passado, Todorov questiona a ideia comum de que preservar é um bem em si mesmo, segundo ele, “o

²⁹⁵ OLIVEIRA, Leônidas (Org.). **O Museu e a cidade sem fim**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2013. p. 67.

²⁹⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.p. 81.

culto a memória nem sempre serve a justiça” e chama os profissionais que trabalham com a memória para assumir a “responsabilidade frente às misérias atuais”²⁹⁷.

As exposições dos museus são resultado de muitas discussões e pesquisas, mas para o visitante do Museu da FEB a aparência é de um conhecimento acabado, como se a única alternativa para apresentar a temática proposta fossem aquelas apresentadas. As indefinições, caminhos diferentes possíveis não aparecem para o público. A força da presença do objeto traz uma aparência muito forte de “realidade verdadeira” para o discurso museológico. Por isso, as discussões de ordem ética e políticas relacionadas às escolhas de memória propostas por Todorov alertam para que se possa analisar o Museu da FEB entendendo as ligações externas à exposição e tentando estabelecer a mediação com o público.

O museu não dispõe de historiadores ou museólogos para mediar as visitas e exporem aos espectadores os sentidos dos objetos expostos. Esse trabalho é realizado por aficionados da trajetória da FEB e descendentes de veteranos de modo voluntário. A falta de capacitação técnica da equipe somada à proximidade afetiva das poucas pessoas que desempenham a função de mediadores não colabora para o desenvolvimento de uma apropriação satisfatória na lógica de uma educação patrimonial. A mediação pode ser compreendida com uma atividade que busca, por meio de saberes reflexivos e críticos, engajar o público²⁹⁸. Mediação pretende partir mais da problemática sociocultural atual do que das disciplinas do conhecimento²⁹⁹. O termo mediação é constantemente discutido nas áreas relacionadas à comunicação. Na área educativa, um difusor do papel do professor como mediador foi Vigotsky:

Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato dele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas e seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento de crianças³⁰⁰.

Vigotsky considera o papel do educador como um colaborador mais capaz auxiliando o educando a alcançar a zona de desenvolvimento potencial. Teixeira Coelho define a mediação cultural como processos de diferentes naturezas cuja meta é promover a

²⁹⁷ TODOROV, Tzvetan. **La memoria amenazada**. Espanha: Ariela, 1995.

²⁹⁸ HONORATO, Cayo. **A formação de mediadores e um currículo da mediação**. Encontro ANPAP, 2013. Disponível em: <<http://www.anpap.org.br/anais/2013/ANAIS/comites/eav/Cayo%20Honorato.pdf>>. Acesso em: 20/09/2020

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ VIGOTSKY, Lev Semenenovich. **A construção do pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

aproximação entre indivíduo e coletividades e obras de arte e cultura³⁰¹. Esta definição está bem próxima da considerada pelos voluntários do Museu da FEB, através da observação participante das visitas realizadas percebeu-se que apreendem a mediação como fator de aproximação do público. Naquele espaço museal, as estratégias de mediação baseiam-se principalmente na própria exposição e em textos de parede. Não foi constada a existência de publicações, principalmente aquelas em formas de guias, equipamentos eletrônicos e propostas de interatividade propriamente ditas.

O trabalho do mediador não é simples, pois ele tem que manter um equilíbrio na hora de buscar estabelecer a relação entre o público e os museus, para não cair naquilo que Bensaude detecta como um papel autoritário. Esse autor, ao tratar da relação entre o conhecimento científico e o público, afirma que os mediadores foram chamados para aproximar a ciência do público. Desta maneira, há um reforço da imagem dos entendidos, como se uma terceira pessoa (mediador) aparecesse para salvar os ignorantes, os não entendidos³⁰². Mas também não se deve cair pelo lado da simplificação, pois o museu deve “conservar elementos do passado e, ao mesmo tempo, conferir-lhe consciência, ou seja, construir uma narrativa, sem reduzir seus visitantes ao silêncio, tampouco ceder aos perigos de uma representação demasiado empática que suscita resposta de cunho afetivo”³⁰³.

Os objetos guardados no Museu da FEB tornaram-se, portanto, referência no espaço e no tempo, carregam um sentido simbólico e apontam sistemas mentais da época em que foram criados e utilizados³⁰⁴. Como já indicado, para os expedicionários de um modo geral, o museu representa um referencial importante não apenas para seus visitantes, mas para o próprio grupo que o utiliza como suporte de suas lembranças, as quais cotidianamente são revisitadas e afirmam sua existência. Cada objeto ali colocado representa uma memória particular que se articula a outras, compondo um mosaico que reflete a memória do grupo. A necessidade de profissionais da memória naquele espaço museal faz-se de grande importância para se tentar estimular entre os visitantes, compostos em sua maioria por alunos de escolas mineiras, reflexões sobre a história da Segunda Guerra Mundial e os silenciamentos do Museu da FEB sobre a memória de outros grupos brasileiros envolvidos no conflito (como os ex-combatentes

³⁰¹ TEIXEIRA COELHO. **Dicionário Crítico de política cultural**. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1999. Verbetes Mediação Cultural. p. 248.

³⁰² BENSAUDE, Vincent Bernadett. A genealogy of the increasing gap between science and the public. *Public Understans. Sci.*, 10, p. 99-113, 2001.

³⁰³ POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 44.

³⁰⁴ FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC: Annablume, 1994. p.5

que serviram nas costas brasileiras e na Marinha do Brasil e os homens que estiveram envolvidos na extração do látex no norte do país, por exemplo). Esses profissionais também poderiam auxiliar nas exposições itinerantes realizadas pelo Museu em shoppings e na promoção de palestras naquele lugar de memória.

Interessante observar que a diretriz do Exército relativa à difusão do patrimônio nos Espaços Culturais aponta para a necessidade de especialização dos voluntários, os quais deveriam procurar se aperfeiçoar seja através do contato com revistas especializadas e bibliografia técnica ou da busca de comunicação com museus civis e militares³⁰⁵. O documento ainda aponta que cada museu deveria ter o seu próprio pessoal especializado, mas que isso fica comprometido pelas “poucas faculdades que oferecem cursos de Museologia no Brasil”³⁰⁶. Isso faria sentido no momento que o documento foi produzido em 2005, já que desde a década de 1940 até o início do século XXI a formação superior em Museologia no Brasil contou apenas com os cursos do Rio de Janeiro e da Bahia. A capacitação básica ou complementar em Museologia ficou a cargo dos cursos de especialização organizados em alguns estados do país, e, também, com cursos de extensão e eventos que procuravam amenizar os gaps e atender as demandas³⁰⁷.

Contudo, o cenário dos cursos de graduação em Museologia reflete que “o século XXI assistiu a um crescimento significativo do campo da Museologia no Brasil”³⁰⁸. Dos 16 cursos de graduação em Museologia existentes em todas as regiões do país, a maioria funciona em instituições públicas de ensino superior. Apenas três cursos são ofertados por instituições privadas. A criação dos referidos cursos de graduação encontra explicação nas ações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em associação a uma conjuntura favorável de instituições de ensino superior e articulações políticas, apoiada pelo programa do governo federal denominado Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual foi vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC. O REUNI foi criado para ampliar o acesso e a permanência na educação superior, bem como para fomentar

³⁰⁵ BRASIL. **Normas para a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural Brasileiro**. DPHCEX, 2005, p. 163. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/Secoes/SPPC/EspacosCulturais/Legislacao/NormasPatrimonio/Normas-de-Preservao-EB.pdf>. Acesso em: 21/09/2020

³⁰⁶ Ibid.

³⁰⁷ DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; RUOSO, Carolina. (2012). Museologia no Brasil e em Portugal: alguns atores e ideias em circulação. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 44, p. 33-52, 2012.

³⁰⁸ SOPHIA, Daniela Carvalho; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. A produção científica da área de museologia no Portal de Periódicos da Capes. **Museologia e Patrimônio**, v. 5, n. 1, p. 125-141, 2012, p.129.

o crescimento do ensino superior público brasileiro³⁰⁹. Além disso, a área da Museologia conta, atualmente, com sete cursos de pós-graduação em funcionamento, avaliados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo seis cursos de mestrado e um de doutorado. A expansão do conhecimento museológico no país, ainda que com um incremento necessário, coloca a necessidade de contratação de profissionais especializados pelos Espaços Culturais do Exército como uma questão eminente.

Originalmente, o museu, do grego mouseion, Templo das Musas, filhas de Zeus com Mnemosine, a memória. Local onde abrigava os mais variados ramos das artes e ciências, sempre manteve vivo um caráter interdisciplinar. Segundo Chagas, ele deve atuar em três campos básicos: na investigação, na preservação e na comunicação³¹⁰. Apesar da comunicação, através das exposições justificar a preservação, deve haver um equilíbrio entre ambos. Infelizmente, no Museu da FEB, a pesquisa e investigação ficam estacionadas em um segundo plano. As exposições sem investigação tornam-se uma mera transmissão. Historicamente, o museu é responsável pela produção do conhecimento e a convergência dos saberes científicos. Não basta guardar o objeto. Sem uma pesquisa permanente, a instituição fica subestimada a um centro de lazer e turismo. Cabe inserir os objetos, reclusos em suas reservas técnicas, como fontes históricas.

Por tudo o que foi abordado nesse tópico, somos levados a refletir acerca das tentativas utilizadas pelas associações, especialmente a ANVFEB, para promover a difusão de memória da FEB. Seriam empregados diferenciados meios para alcançar esse objetivo: a edificação de monumentos, realização de palestras e, não menos importante, a constituição e preservação em museus. Também se buscava empreender reuniões periódicas entre os filhos e netos dos veteranos da FEB, mas, infelizmente, não foram medidas que surtiram efeitos duradouros na lógica do trabalho em prol da memória³¹¹. Como será visto a seguir, os veteranos da FEB se veriam envolvidos em novos conflitos pelas disputas de poder ocorridas com outro grupo social de ex-combatentes na capital mineira.

³⁰⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>. Acesso em: 20 set 2020.

³¹⁰ CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996, p.47.

³¹¹ Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 26 de set/ de 1998, p.05., ANVFEB SR/BH.

2.3 – Outra contenda? Confrontos de memória entre litorâneos e febianos nas associações

Para além do efetivo de 25 mil soldados que fizeram parte do contingente da FEB, no Brasil um grupo superior numericamente foi reunido para atingir os objetivos propostos pelo plano de defesa do litoral brasileiro, organizado pelo comando do Exército em 1941. A partir da declaração de guerra à Alemanha e Itália, o país intensificou o recrutamento militar e passou a contar com uma força de cerca de mais de 100 mil homens³¹². O envolvimento brasileiro no conflito não se relaciona somente aos ex-expedicionários, mas a um enorme número de indivíduos que estiveram ligados de modos diversos às operações bélicas no território nacional e na Itália. Foi exatamente nesse período, como coloca José Murilo Carvalho, que o país obteve uma mudança considerável na doutrina das Forças Armadas, com a expansão e ampliação dos investimentos nos setores militares³¹³.

Na imprensa da época, os militares das Forças de Segurança e Vigilância do Litoral (FSLV) e as missões que desempenhariam nas costas nordestinas praticamente não apareceram. O objetivo principal do plano se associava com a proteção das praias brasileiras, impedindo o desembarque massivo de tropas inimigas no país. Assim, a quantidade de envolvidos com a guerra cresceu enormemente devido à imensidão do litoral brasileiro, exigia-se um grande esforço humano. Esse grupo foi mobilizado e recebeu treinamento semelhante aos dos veteranos da FEB, com vistas de que num primeiro momento desempenhassem seu papel de vigilância no litoral e pudessem se dirigir posteriormente para o front italiano. Contudo, esses militares não tiveram o embarque efetivado, pois a guerra acabou antes de que isso ocorresse.

As missões que foram desempenhadas efetivamente por aqueles homens lhes concederam a alcunha de “praieiros” pelos veteranos brasileiros. Embora as fontes acessadas não possibilitem diagnosticar com exatidão os lugares considerados estratégicos em que se estabeleceram pontos de controle, as cidades que apareceram com uma maior constância foram Natal e Recife, por exemplo. As constantes ameaças dos submarinos nazistas (U-Boat) aos navios mercantes em águas territoriais brasileiras, o inimigo instalado em bases tomadas dos Aliados no norte da África e o temor de uma invasão ao Brasil levaram a formulação de operações que incluíssem a Marinha de Guerra e Mercante, a Aeronáutica e a Força do

³¹² AECB-BH. Relatório Anual de 1975, p. 13.

³¹³ Carvalho, José Murilo de. **Vargas e os Militares**. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999,p. 342-343

Exército que, em missões de patrulhamento e vigilância aérea, marítima e terrestre, procuraram proteger o vasto litoral brasileiro. Os meios de defesa de tão vasta região, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e o Território de Fernando de Noronha, eram constituídos por um “Batalhão de Caçadores” (BC) em cada capital de Estado e de duas baterias de artilharia, uma em Recife e outra em Salvador.

Documentos confidenciais do Alto Comando do Exército já apontavam as fragilidades defensivas do litoral brasileiro em setembro de 1941. Nesse ano, foi formulado um “Plano de Defesa do Exército no Nordeste”³¹⁴, indicando a dimensão do temor militar acerca de uma provável ofensiva nazista no Brasil. A FAB e a Marinha também executariam missões de acordo com a estratégia de defesa que havia sido montada. Os pilotos deveriam realizar voos de reconhecimento e aerofotografias, visando manter a vigilância das regiões patrulhadas. Além disso, a aeronáutica deveria fornecer suporte nos ataques das forças terrestres para repelir possíveis investidas inimigas em locais de importância estratégica e procurar destruir navios que viessem a ser utilizados para desembarque de tropas. Já a Marinha instalaria minas nas águas costeiras, além de oferecer proteção às embarcações mercantes e apoiar as ações de defesa levadas a cabo pela FAB e o Exército. Pôde-se inferir que, ao longo da contenda, o plano de defesa foi executado na maior parte de seu conteúdo: a Marinha desempenhou importante missão ao escoltar navios mercantes brasileiros; a FAB não apenas patrulhou, mas abateu submarinos alemães; houve um aumento considerável de estruturas militares no Nordeste, com a criação de novas edificações e realização de reparos nas já existentes (foram verificadas algumas melhorias em relação ao saneamento básico, por exemplo).

Contudo, várias seriam as dificuldades enfrentadas pelos litorâneos. Prevaleceram vários desafios de adaptação diante das mudanças climáticas com que passaram a conviver. Das altas temperaturas do verão aos vendavais e tempestades contínuos do inverno, os homens padeceram muitas vezes por doenças tropicais (malária, por exemplo) e respiratórias. Muitos dos aperfeiçoamentos realizados nas instalações militares foram insuficientes para superar a condição de insalubridade preponderante, logo as doenças que incidiam de maneira esporádica na tropa se espalharam rapidamente em meio ao coletivo dos militares litorâneos. O ex-combatente Eduardo Collier colocaria em seu depoimento:

³¹⁴ **Plano de Defesa da Região Nordeste**, 01 set 1941. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20/10/2020.

Quem não conhece, não pode imaginar realmente o que sejam as praias do litoral sul do Nordeste. Um ambiente das ilhas dos mares do sul, um encanto pra quem vai veranejar. Outra coisa, porém, é manter aí uma tropa, em missão de vigilância pronta para participar de possíveis embates, abastecida e em boas condições sanitárias durante o ano todo, no inverno e verão³¹⁵.

De acordo com Eduardo Collier houve a transferência do 22º Batalhão de Caçadores (22ºBC), até então sediado em Tamandaré (localizado no sul de Pernambuco), para Maceió. Na visão desse soldado, isso ocorreu, pois, aquela tropa estava abatida com uma gripe que teria acometido grande parte de seus componentes com as chuvas incessantes. O ex-combatente apontou em seu relato a precariedade das instalações, de modo que alguns dos galpões eram forrados com folhagens de coqueiro, por exemplo. Prevalencia a ausência da segurança e padrões básicos de higiene, com a adoção de acampamentos precários pelo coletivo. Muitas vezes tinham de pernoitar em lugares inapropriados, especialmente quando as condições climáticas eram desfavoráveis abrigavam-se em prédios abandonados e necessitavam contar com o apoio de civis.

Privações, medos, ações de patrulha, treinamentos e vigilância marcaram as lembranças dos ex-combatentes que serviram no litoral do Brasil e viveram sob a ameaça de um ataque iminente do Eixo. As lembranças dos litorâneos são perpassadas por conteúdos em que se destacam o medo e a tensão. O ex-combatente Deusedino Benedito relembra o cotidiano nas bases litorâneas:

Eram horas de muita tensão quando você avistava um navio, porque tinha de anotar várias de suas características, como o tipo e o tamanho, e passá-las para os superiores. Tínhamos de enterrar os colegas mortos, assistindo o choro de várias pessoas que viam a gente enterrar jovens como nós, que caíram exercendo seu dever. As noites eram intermináveis e com muita chuva, olhando para o mar adiante e tentando perceber qualquer barulho estranho, sabendo que o inimigo estava lá, no mar, diante de nós. Tínhamos ainda que manter a todo custo o “Blackout”, não deixando que as pessoas das cidades descumprissem as ordens³¹⁶.

Apesar de Deusedino não ter participado das lutas que se desenrolaram no norte italiano contra o nazifascismo, é possível perceber que a morte e a expectativa são características distintivas acerca de suas vivências durante a guerra. O temor de uma ofensiva do Eixo, difundido constantemente nas páginas dos jornais da época, desponta como a causa principal das semelhanças dos sentimentos que também marcaram os soldados da FEB. Ademais, a ansiedade provocada pelas “noites intermináveis” e chuvosas, bem como a morte

³¹⁵ COLLIER, Eduardo. In ARRUDA, Demócrito, et alii, Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: 2ª. ed., 1949.

³¹⁶ Entrevista realizada com Deusedino Benedito em Belo Horizonte no dia 19/09/2019.

de companheiros em serviço, equipara-se de certo modo com aquilo que foi vivenciado pelos ex-expedicionários.

Segundo o ex-combatente José Pavão, o cotidiano no litoral brasileiro era marcado principalmente pela vigilância de navios, aviões ou indivíduos estranhos que transitassem pelo local.

Ao longo do dia havia a vigilância do mar e do céu. Nós aproveitávamos o que a natureza nos fornecia para fazer nossas tarefas, inclusive pegávamos o cipó para subirmos e ficarmos altos nas árvores só observando e fazendo o reconhecimento das áreas. Observávamos se surgia algum submarino ou mesmo dirigível, já que tinha muito naquele tempo, aí fazia um relatório informando quando surgiu um barco e de que jeito ele era. De noite, eram feitos 24 quilômetros de vigilância. Um grupo entrava às 6 da tarde e ia até meia noite, aí íamos revezando em turnos de 6 em 6 horas. Tudo isso era feito em caminhadas pela praia, andávamos com short e o fuzil, e aí íamos tocando a vida por lá³¹⁷.

O discurso de que os militares litorâneos ficaram na praia somente “bebendo água de coco” perpetuado por parte dos veteranos da FEB adquiriu uma legitimidade na memória coletiva sobre o período e relegou a experiência daqueles ex-combatentes a uma condição marginal. Nascido em Nanuque e hoje com 95 anos, o senhor José Pavão é um ex-combatente do litoral que possui orgulho em relatar as suas vivências da guerra. De modo desordenado, o Sr. Pavão relatava sobre as situações que “o enchiam de alegria” e os “tempos bons dos treinamentos e da guarda nas praias”. Se regozijava por ter convivido ao lado dos americanos, que “não deixaram os brasileiros, os militares não mão”.³¹⁸ A conexão com o Exército foi de grande relevância para que Pavão buscasse manter certa continuidade temporal das lembranças da época da guerra. Porém, a partir do silenciamento que se impôs sobre a memória litorânea, a missão encarada por esse ex-combatente atrela-se ao fato de buscar ser eminentemente um agente de memória e buscar o reconhecimento de sua identidade social.

Como propõe Pollak, existem vários grupos sociais quanto memórias coletivas que têm os mesmos referenciais culturais. As vivências comuns dos litorâneos são alicerçadas em pontos de referência que não são arbitrários já que a sociedade englobante ou mesmo a memória nacional podem produzir silenciamentos sobre o passado dos mesmos³¹⁹. Os depoimentos desses ex-combatentes apontam para o fato de que a marginalidade de suas narrativas está intimamente ligada à sentimentos como a vergonha, o medo e a violência. Essa

³¹⁷ Entrevista realizada com o ex-combatente José Pavão em 15/01/2020 em Belo Horizonte/ M.G

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p. 3-15.

memória subterrânea ganha relevo, ainda que sutilmente, na entrevista realizada com Deusedino Benedito.

Uns paisanos não gostavam muito da gente e diziam que nas danças a gente tirava as mulheres deles. Lembro até de um homem que chegou a dar uma facada em um soldado. Eu tava em uma dessas danças e pra evitar uma confusão, cheguei a dar tiros para o alto. Aí, você já viu né?! Todo mundo saía correndo pra tudo enquanto é lado! Aí o meu comandante via e mandava ficar esperto pra não se exaltar, porque senão ele prendia, entendeu?! O paisano não ligava pra gente, achava que éramos abacates do governo. Não era todo mundo né, mas tinha um ou outro que achava que era o dono do pedaço³²⁰.

A colocação de Deusedino Benedito possibilita apreender que havia hostilidade por meio de alguns habitantes das zonas de ocupação militar em relação aos litorâneos. Ainda que pouco capacitados devido ao treinamento deficitário que receberam, eram braços armados do Estado nas regiões monitoradas e detinham certo monopólio do poder sobre a violência³²¹. A partir da fala de Deusedino, infere-se que havia uma disputa por status e posição social entre os civis e alguns desses litorâneos. Além disso, fica em evidência a postura arbitrária e o poder de influência daqueles soldados que desempenhavam o serviço militar sobre os cidadãos locais, assim como os incômodos sentidos por esses em relação aos primeiros.

De acordo com o tenente José Pavão, os menos instruídos nas localidades por onde passou demonstravam certa inquietação com a ostensiva presença dos militares em seu meio, já as pessoas que pertenciam a grupos abastados viam-nos como “gente que os protegeria dos inimigos na guerra”. O ex-combatente tenente Ary Victorino Dias comenta acerca de um acontecimento ocorrido com ele durante o período em que fazia a vigilância em 1943:

Certa vez tinha um dono de um buteco, lá pras bandas de Porto Seguro, aí ele encasquetou que tinha um soldado nosso querendo arrumar intriga e querendo roubar ele em seu estabelecimento. Bom, eu soube do caso junto com mais alguns companheiros e pedi para que ele nos provasse aquilo. Aí ele falou que ciclano disse isso, que Beltrano falou aquilo e ficou emendando conversa com aquilo, sem chegar a lugar algum. Aí eu disse pra ele ‘Camarada, você quer saber de uma coisa? Você tá querendo é arrumar confusão aqui’. Aí teve um companheiro meu, mais forte, que desceu o cacete nele, mas não bateu pra deixar ele entevado não, não chegou a esse ponto. Eles tinham que saber que nós estávamos ali pra garantir a lei e a ordem. Tinha um povo de lá por perto, mas eles sabiam que não podiam se meter com a gente³²².

³²⁰ Entrevista realizada com Deusedino Benedito em Belo Horizonte no dia 19/09/2019.

³²¹ Alguns dos trabalhos feitos sobre a Força Expedicionária brasileira nos trazem muitos aspectos falhos do treinamento direcionado aos militares da FEB e aos que a comporiam futuramente. Mário Amaral, Capitão de infantaria da Reserva, aborda detidamente cada um dos fatores que segundo ele, preponderaram para a falibilidade das tropas como a burocracia desordenada, a movimentação indiscriminada de efetivos, a falta de material e campos de instrução adequados etc. Para saber mais ver em ARRUDA, Demócrito et alii **Depoimento de Oficiais da Reserva**. São Paulo: 2ª ed., 1949

³²² Memórias do ex-combatente Tenente Ary Victorino Dias. Acervo da AECB-BH.

A partir dos depoimentos se notou que havia a constância de certas ações nos lugares ocupados pelas Forças de Segurança e Vigilância do Litoral: a alteração de comportamento dos moradores locais tendo em vista a convivência com os militares; o poder arbitrário das tropas; as mudanças no cotidiano das cidades ocupadas (a proibição de se acender luzes durante o período da noite, por exemplo); as dificuldades de adaptação dos soldados litorâneos nas instalações militares. Embora fuja aos objetivos desse trabalho, deve-se questionar sobre a proporção do poder de que os litorâneos se tornaram detentores numa época em que o Brasil era predominantemente rural e marcado por profundas carências sanitárias, educacionais e sociais. Grande parte dos ex-combatentes que serviram no litoral tinham baixo grau de instrução escolar, viviam no campo e não possuíam um profícuo contato com o poder institucional. Muitos padeceram pelas doenças que se instauraram durante a vigilância do litoral e, devido às privações, também desenvolveriam transtornos pós-traumáticos, como o senhor José Pavão que desenvolveu um medo excessivo de praia e procurou não mais viajar ao litoral após a guerra³²³.

Nos anos sessenta uma crise despontaria no interior das sessões da AECB pelo país levando a uma fragmentação em seu interior. As “leis da praia” colocaram os ex-expedicionários que participaram da Campanha da Itália numa condição marginal naquelas agremiações. Passaram a ser minoria, num cenário que equiparava vários militares que também almejavam solucionar suas questões relacionadas à legislação de amparo. Assim, a luta dos veteranos da FEB passou a ser também a de milhares de ex-combatentes que foram mobilizados para contribuir com o esforço de guerra no front interno.

Antes de tudo, deve-se ressaltar que embora Francisco Ferraz considere que tenha prevalecido uma colaboração mútua nas políticas entre ambas as associações, a AECB e a ANVFEB³²⁴, percebeu-se em Belo Horizonte uma sistemática disputa de poder seja ele simbólico ou econômico – buscado por meio de indenizações e aferimento de pensões. As trocas recíprocas foram mais nítidas entre os dirigentes que buscavam enviar ofícios visando o convite mútuo para a participação em comemorações públicas de relevância no calendário da AECB e da ANVFEB. Ainda na atualidade, os presidentes de ambas as agremiações se convidam mutuamente e buscam participar das atividades levadas a cabo nas instituições. Contudo, nas comemorações é possível perceber uma maior participação de litorâneos nas festividades da FEB do que de ex-expedicionários nas atividades promovidas pela AECB.

³²³ Entrevista realizada com o ex-combatente José Pavão em 15/01/2020 em Belo Horizonte/ M.G

³²⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012, p. 216-217.

Os arquivos audiovisuais dos acontecimentos ligados à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial permitem realizar uma constatação sobre a memória do conflito. Com a intenção de celebrar as batalhas épicas da FEB e a “epopeia dos Apeninos”, as datas comemoradas na memória nacional atrelam-se exclusivamente às vitórias conquistadas pelo contingente brasileiro em terras além-mar. Pode-se dizer que as batalhas de Monte Castelo e Montese, o “Dia da Vitória”, além dos desfiles de 7 de Setembro são ocasiões em que se comemoram eminentemente a memória febianiana na capital mineira. Embora participassem regularmente das celebrações, os feitos dos litorâneos encontravam-se marginalizados.

Para além das diretorias das agremiações, prevaleceu uma “memória dividida” entre ex-expedicionários e ex-combatentes do litoral, revelando a fragmentação de narrativas em meio aos homens que desempenharam suas missões durante o período da Segunda Guerra Mundial³²⁵. Não seria correto afirmar que todos os veteranos possuem antipatia ou sentimentos de hostilidade em relação aos ex-combatentes, posto que, alguns daqueles que lutaram na Itália, fizeram anteriormente a vigilância do litoral e conheceram de perto as dificuldades dessa posição. Além disso, os veteranos da FEB eram inconformados principalmente com aqueles que não correram riscos de vida durante o conflito e gozavam das benesses da legislação. Mais uma vez, o litorâneo Ary coloca que não há vergonha em ter desempenhado a missão no litoral e procura dar uma acepção para o termo “ex-combatente”:

O ex-combatente é aquele que participou da guerra no litoral, também a marinha brasileira que destruiu vários submarinos inimigos. Nenhum de nós deve esconder que é veterano ou ex-combatente. Cada um cumpriu o seu dever, a sua missão. Uns aqui, outros lá fora. Para você ter uma ideia eu servi na região de Porto Seguro, num lugar que tinha poucos moradores. Passei de tudo um pouco lá, mas fiz o que tinha que fazer! Ajudei a proteger o litoral brasileiro e pertenci a um batalhão que partiu de Ouro Preto pra lá em 1943³²⁶.

Em meio aos litorâneos, grupo social subalterno no campo de memórias da Segunda Guerra Mundial no país, também é possível encontrar um tipo de narrativa que possibilite a existência de uma maior coesão e solidariedade aos que constituem essa coletividade. Há aqueles sujeitos que seriam portadores de características distintivas e, portanto, teriam a autorização tácita para representar os demais membros do grupo perante a sociedade englobante. Para além do enquadramento ocorrido na memória nacional, que muitas vezes é

³²⁵ Segundo Alessandro Portelli, o historiador não deve procurar apenas oposições entre campos de memória, mas também dentro deles para definir a pluralidade de diferentes memórias. Cf. PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e Abusos da História Oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.128.

³²⁶ Memórias do ex-combatente Tenente Ary Victorino Dias. Acervo da AECB-BH.

legitimado pelo trabalho realizado pelos historiadores profissionais a partir de um determinado lugar social³²⁷, há as associações, partidos e famílias que também são submetidos a processos de enquadramento. Essas estruturas de comunicação informais, como coloca Pollak, podem vir a compartilhar entre os indivíduos as marcas afetivas das memórias silenciadas durante anos a fio³²⁸. Assim, a dificuldade do tenente Ary Dias em expor seus sentimentos e a resistência em discorrer sobre os conflitos ocorridos entre os litorâneos e os moradores locais, revelam que ele buscou assumir a missão de ser uma testemunha oficial do grupo. No entanto, o ex-combatente não se furta e nem se omite ao relatar sobre as práticas abusivas levadas a cabo pelas tropas do exército, assim como assume taxativamente que, apesar dos erros cometidos, foi eminentemente um soldado litorâneo:

Eu sempre frequentei os desfiles de 7 de Setembro, as paradas, as formaturas e recebi várias medalhas em diferentes comandos. Eu sempre fiquei lado a lado com o pessoal da FEB. Sei que temos os mesmos direitos que eles, recebemos a mesma coisa, porque isso tá na lei. Agora, nós que servimos nas praias, no litoral, nós nunca recebemos apoio nem do Exército e nem de ninguém³²⁹.

A adesão do tenente Ary aos princípios da AECB- BH revelam o sentimento de pertencimento daquele ex-combatente com a agremiação. Tendo comparecido assiduamente nas reuniões, contribuído em demasia para a efetivação das demandas da associação, ocupou vários cargos e exerceu a função de diretor em mandatos sucessivos durante a década de 1990 e a primeira década do século atual. Enquanto agente de memória, o papel desempenhado por ele expressa a íntima ligação existente entre a identidade social dos ex-combatentes e o nível de pertencimento de cada um diante da memória difundida sobre a guerra. As lembranças coletivas desses indivíduos foram alicerçadas em suportes materiais e imateriais, que revelam os pontos de referência ordenadores do grupo em questão. De acordo com Pollak, as associações, enquanto objetos materiais, podem possibilitar a edificação de sentimentos de continuidade em relação ao passado³³⁰.

Ao apontar as oposições e dilemas predominantes em meio às lembranças coletivas de diferentes grupos, assim como a possível existência de narrativas subterrâneas marcadas por esquecimentos, Pollak demonstra a diversidade de memórias que prevalece nas sociedades. Além disso, de acordo com as suas análises, a lógica do enquadramento perpassa tanto a

³²⁷CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques(org). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

³²⁸ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p. 3-15.

³²⁹ Memórias do ex-combatente Tenente Ary Victorino Dias. Acervo da AECB-BH.

³³⁰ POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, Vol.2, n.3,1989.

memória nacional quanto as narrativas elencadas por grupos minoritários, já que ambas são marcadas por limitações e necessitam de determinar pontos de referência para alcançarem sustentação e legitimação social. Nesse percurso, pode ocorrer o silenciamento de memórias tanto por profissionais empenhados na formação do conhecimento quanto por indivíduos componentes de uma coletividade específica, esse foi o caso de alguns dos litorâneos que tiveram as suas vivências quase absolutamente marginalizadas pelas experiências obtidas junto aos ex-expedicionários.

A partir da separação da maior parte dos ex-expedicionários da FEB da primeira agremiação fundada em Belo Horizonte, embora no interior da AECB fosse apregoada a luta pelos ideais que congregavam a totalidade dos ex-combatentes, ficou em evidência a busca por garantir a inserção da memória dos veteranos de outras nacionalidades e principalmente daqueles que serviram nas costas brasileiras no campo de memórias da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tanto na AECB quanto na ANVFEB, houve ataques àqueles que não correram riscos na guerra e não tiveram relação direta com o conflito.

Antes da fundação da ANVFEB, para se ter uma ideia, houve várias críticas ao aumento de ex-combatentes das “zonas de guerra” por parte dos ex-expedicionários. Numa sessão da AECB, o presidente Orlando da Silva comunicou aos sócios que havia sido apresentada na Assembleia Legislativa uma proposição que estendia de modo irrestrito as “nossas vantagens a todos aqueles que aqui ficaram, pediu um voto de desconfiança e que se solicitasse ao parlamentar Joaquim Bento a retirada do projeto aludido, pois o mesmo viria beneficiar a aqueles que nada tinham feito”³³¹. Proposta apresentada para coibir a contínua incorporação de ex-combatentes e oportunistas também foi feita pelo dirigente Orlando da Silva, no sentido de estabelecer uma “jóia” elevada (em torno de cinquenta mil cruzeiros) para aqueles que não chegaram a embarcar para além-mar e desejassem se tornar sócios, a proposta foi recusada pela ampla maioria. Na mesma ocasião, o presidente colocou em pauta “a necessidade de se redigir uma circular para ser enviada às coirmãs no sentido de que se fizesse uma associação para aqueles que serviram em zona de guerra”³³².

Os litorâneos também formularam críticas mais contundentes aos sócios da ANVFEB, embora estivessem em menor número na AECB- BH³³³. A denominação de “litorâneo” foi

³³¹ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 10 de set./1958, p.55, AECB-BH.

³³² Ibid., sessão de 24 de mai./1963, p.134.

³³³ Em consulta às fichas de associados disponíveis na AECB em Belo Horizonte, foi possível constatar, após levantamento inicial que há um número menor das mesmas no que tange aos soldados que serviram nas regiões

utilizada no cotidiano associativo da AECB e ainda o é na atualidade pelos reservistas das Forças Armadas que fazem parte daquela agremiação. Mas, o termo “praieiro” foi utilizado largamente para taxar pejorativamente aqueles que patrulharam as costas brasileiras e guarneceram-nas durante o período da guerra. Não raro foram designados grosseiramente pela expressão “patos d’água” por alguns veteranos da FEB inconformados com o alcance obtido por aqueles em relação às pensões e aposentadorias na legislação de amparo³³⁴. Havia até aqueles que nas sessões pediam para “abolir o termo pejorativo de ‘pato d’água’ atribuído aos amparados pela Lei nº 5.315/1967 na AECB”, ao que receberam como resposta que “esse termo não era usado na nossa Associação, mas por outros da outra entidade que o usam”³³⁵. Na visão dos litorâneos era preciso realçar os méritos das Forças do Exército (as Forças de Segurança e Vigilância do Litoral) na Segunda Guerra Mundial no Brasil, já que sempre os seus feitos foram “ofuscados, diminuídos ou esquecidos em benefício dos irmãos de armas que lutaram no exterior”³³⁶.

O 10º Batalhão de Caçadores (10º B.C) de Ouro Preto, deslocou-se das montanhas de Minas em direção ao Rio de Janeiro, embarcou em navios de transporte para chegar à região destinada na Bahia, que dentre outras cidades se localizava Porto Seguro. Na atual sede da AECB, localizada na região da Pampulha em Belo Horizonte, é possível vislumbrar fotografias daquele contingente, que no pós-guerra teve alguns de seus participantes associados à instituição.



Figura 9- Fotografias alusivas ao 10º BC no prédio da AECB. Acervo pessoal.

litorâneas. Não é possível estimar precisamente a quantidade de veteranos, sejam eles litorâneos ou ex-expedicionários, que se associaram a ambas às associações.

³³⁴ Entrevista realizada com Joaquim Saraiva em 10 de agosto de 2017.

³³⁵ Cf. AECB- BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.4, sessão de 25 jan./1974, p.115.

³³⁶ Revista O Expedicionário. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº 85, jan./1981, p. 4.

De acordo com o depoimento de José Pavão, que ainda participa ativamente das atividades da AECB- BH, depreende-se que a memória dos litorâneos tornou-se marginal em relação aos feitos da Força Expedicionária Brasileira e que a Lei nº 5.315 de 1967 permitiu que se reconhecessem sob o mesmo manto dos febianos:

O Brasil decretou guerra aos alemães, então formou-se a Força Expedicionária Brasileira e o Brasil deu ajuda humana. Mas, pra que? Pra combater os alemães que estava no território italiano, né? Entendeu?! Não foi no Brasil... A Força Expedicionária não tem nada a ver com Brasil. O Brasil somos nós! Nós que defendemos o nosso litoral, nosso Brasil! Fomos para as costas de norte a sul, de sul ao norte. E guarnecer, proteger! Passava noites acordado nessas trincheiras, nessas beiradas de litoral aí... Então, eles hoje... Ah, sou da FEB, e tal, sou da FEB... Quem defendeu o Brasil fomos nós! Então a lei é uma só, compreendeu?! A lei 5.000 e pouco... Fugiu o número agora! O cara que teve na Itália ele se impôs a nós! Eles têm é que agradecer a nós de ir e voltar e encontrar os familiares deles são e salvos por aqui³³⁷.

A posição defendida pelo tenente José Pavão expressa o sofrimento que também passou na defesa do litoral e esboça críticas ferrenhas à FEB que teria lutado não pelo Brasil, mas por povos europeus (no caso os civis italianos). O posicionamento de Pavão, marcado pela dor e o silêncio a que os litorâneos foram submetidos, revela traumas que surgiram em relação aos colegas que também foram mobilizados para lutarem na guerra. O tenente Ary Victorino Dias foi um grande incentivador da causa dos ex-combatentes e foi presidente da seção na capital mineira. Ele integrou o 10º B.C. e em matéria feita pelo Diário da Tarde expôs a dificuldade de se chegar à Bahia naquele tempo e das doenças que afligiam o soldado litorâneo:

Basta dizer que os soldados mineiros foram para o Rio de Janeiro, onde pegaram um navio, que levou quatro dias para chegar a Porto Seguro, parecia-se mais como uma ‘casca de noz’. A travessia, apesar de relativamente curta, foi difícil, pois o tenente enjoou e foi obrigado a se esconder de seus comandados para não afetar o ânimo da tropa. Aqueles que ficaram aqui tiveram de enfrentar, além da tensão de defender a soberania do país, sabendo que submarinos invadiam nossas águas territoriais, o perigo da malária, da febre amarela, além de outras doenças e perigos tropicais que mataram alguns de nossos homens e afetaram outros. O próprio Ary trouxe como recordação de sua importante missão de manter a ‘casa segura’, uma malária³³⁸.

O esquecimento perpassou os litorâneos em meio às narrativas militares e dos feitos da FEB. A inexistência de obras publicadas pelos mesmos na Biblioteca do Exército (Bibliex), em contraposição ao grande número de livros publicados de veteranos da FEB pela editora, dão mostras da tentativa de se construir uma narrativa que objetivasse a sobrevivência e a unificação de uma única memória em torno da Segunda Guerra Mundial. Há uma grande dificuldade para se localizar memórias publicadas por esse segmento de ex-combatentes.

³³⁷ Entrevista realizada com José Pavão em 15/01/2020.

³³⁸ Diário da Tarde, 8 de maio de 1986, p. 9

Contudo, pode-se compreender essa lacuna por um sentimento de ilegitimidade do grupo, que os impediu de compartilhar suas visões e representações acerca da guerra com o público leitor da temática, bem como de expressarem suas opiniões públicas. O desejo de serem lembrados foi reverberado nas páginas do “Diário de Minas”:

Ninguém se lembra dos homens, civis e militares, mulheres e crianças que aqui perderam as suas vidas, quando a bordo dos nossos navios mercantes navegavam em nossas águas e foram surpreendidos por belonaves inimigas e por elas atacados, sem ter qualquer meio de defesa e tiveram o oceano por túmulo, ou tiveram seus corpos arremessados às praias. Ninguém se lembra dos irmãos que aqui ficaram guarnecendo a nossa imensa costa de norte a sul, contra a ameaça de um desembarque inimigo³³⁹.

Se já havia um esquecimento social em relação aos ex-expedicionários, a partir da definição dada pela Lei nº 5.315/1967 começaram a ocorrer “confusões” no que tange ao acesso por parte dos ex-combatentes de um modo geral a serviços sociais. Numa certa ocasião, alguns membros da ANVFEB escreveram a vários estabelecimentos de ensino, declarando ser a agremiação dos veteranos da FEB e, não a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, a autorizada a usufruir das matrículas devidas aos filhos de ex-combatentes. Para solucionar essa questão, a AECB enviou um ofício para todas as escolas com o teor da Lei nº 5.315, visando evitar assim possíveis enganos de seus dirigentes³⁴⁰.

Em outra situação, foi feita uma proposta de oficiar à diretoria da ANVFEB protestando contra a atitude daquela entidade em obstruir o ingresso nas casas de diversões aos amparados pela nova legislação. O assunto inflamou tanto os ânimos que o presidente da AECB deu uma entrevista ao Diário da Tarde em que protestou contra o comportamento da ANVFEB, referente a discursos sobre a limitação do uso das carteirinhas de gratuidade apenas aos ex-expedicionários³⁴¹. Do lado da ANVFEB também havia acusações e críticas à AECB. O fato de a segunda agremiação mencionada ter organizado certa comemoração da Tomada de Montese em São João Del Rei, provocou “constrangimento” nos febianos, que acreditaram estar sendo promovidos à “uma posição de segundo plano”. A solução encontrada foi oficiar à Direção Central da ANVFEB e à coirmã de São João Del Rei, para que cessasse essa “condição vexatória”³⁴².

Não cabe aqui analisar a veracidade ou possíveis inverdades existentes nesses acontecimentos. No entanto, o caráter acusatório entre ambas as agremiações esboçado nas

³³⁹ Diário de Minas, 8 de maio de 1982, p. 7

³⁴⁰ Cf. AECB - BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.4, sessão de 01 fev./1974, p.117.

³⁴¹ Diário da Tarde, 17 de julho de 1975, p. 7.

³⁴² Cf. ANVFEB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 19 jul./1975, p.117.

fontes documentais revela uma rivalidade que também reverberou nas comemorações públicas e ainda prepondera na mentalidade de descendentes dos veteranos da FEB e dos ex-combatentes do litoral, como será visto no próximo capítulo. Nas celebrações das datas épicas da FEB, as disparidades podem ser notadas pela distinta indumentária utilizada, entre os boinas verdes (ex-combatentes) e os boinas azuis (ex-expedicionários), o que coloca em xeque a união da coletividade ligada a Segunda Guerra Mundial no país. Embora a Constituição de 1988 tenha amparado a todo o grupo, persistiram as “batalhas de memória”. Abaixo, é possível contemplar os associados da AECB e os pertencentes à ANVFEB, com seus respectivos trajes distintivos:



Figura 10- Veteranos da FEB e litorâneos (ao fundo) com suas respectivas boinas características. Fonte: Acervo ANVFEB.

Com a separação dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB), essa se revelou como um espaço propício principalmente às discussões dos soldados que compuseram as Forças de Segurança e Vigilância do Litoral (FSVL) e atuaram nas zonas de guerra. O prédio atual da AECB, que foi construído em 1992, dá mostras significativas da presença dos litorâneos nas fotos registradas pelos componentes do 10º Regimento de Infantaria, bem como nas pinturas realizadas na agremiação que aludem constantemente ao “tributo de sangue” prestado em conjunto pelo Exército, a Marinha e a Aeronáutica no período da guerra. A ideia é dar a noção de que a AECB valoriza todos aqueles combatentes que desempenharam funções na guerra, embora na imagem sobressaia elementos próprios de regiões litorâneas, como a praia, o soldado em guarda, e o mar.



Figura 11- Pintura no pátio da AECB. Fonte- Acervo Pessoal.

É preciso levar em consideração que as especificidades das disputas pelo passado (equivalentes a disputas pelo poder) entre a AECB e a ANVFEB possuem uma feição predominantemente política. E, ao se dar uma maior notoriedade a uma determinada narrativa dos fatos e relegando a outra à marginalidade, os ressentimentos podem vir a irromper. Isso caracteriza de modo excepcional as lembranças e identidades dos indivíduos. Há um profundo silenciamento das narrativas dos litorâneos em relação àquelas propugnadas pelos veteranos da FEB, de modo que os depoimentos colhidos daqueles que ficaram no Brasil expressam certa insatisfação diante da valorização das batalhas travadas na Itália (principalmente Montese e Monte Castelo) na memória nacional. Em contrapartida, alguns desses litorâneos revelaram a sua decepção por não terem embarcado para a Itália e participado efetivamente da guerra na Europa³⁴³. Isso demonstra o poder exercido pela memória febianas sobre aqueles homens que foram responsáveis pela vigilância do litoral.

Há uma quantidade considerável de espaços museais sob a gestão do Exército Brasileiro em que os acervos expostos buscam destacar a memória febianas e conceder aos feitos dos expedicionários um lugar proeminente na tradição militar. Esses museus geralmente são constituídos no interior de Organizações Militares (O.M), como Olinda, Rio de Janeiro, Caçapava e São João Del Rei, que buscam por meio dos objetos materiais apontar elementos concernentes simultaneamente à trajetória da O.M e a memória febianas. Armamentos,

³⁴³ Ao final da entrevista realizada, Deusedino Benedito argumentou que gostaria de ter tido envolvimento em “pelo menos uma batalha” na Itália.

fotografias, mapas e equipamentos utilizados na guerra travada pelo contingente expedicionário na Europa são colocados em evidência nessas instituições. É uma situação que se repetiu no Espaço Cultural da FEB em Belo Horizonte, que se localiza no interior de uma organização militar. Raramente é possível se identificar nesses espaços museais aspectos ou objetos relacionados aos esforços desprendidos pelos militares que integraram as fileiras do Exército Brasileiro com a finalidade de patrulharem o litoral.

Os depoimentos dos litorâneos também não aparecem nas publicações da Biblioteca do Exército (BIBLIEX), o que sugere a marginalidade de certos grupos envolvidos com a Segunda Guerra Mundial no país. A editora valorizou sobremaneira as memórias escritas pelos veteranos da FEB e permitiu a exposição das experiências daqueles soldados para um público mais amplo. Esse desaparecimento dos litorâneos sugere que há um certo abandono por parte do Exército em relação às narrativas propugnadas por essa categoria de ex-combatentes. Adiciona-se a isso, a enorme dificuldade para se encontrar obras escritas pelos litorâneos, questão que acaba por agravar a compreensão das práticas e condutas sociais dessa coletividade naquele período histórico. Desse modo, torna-se possível contemplar mais uma vez o poder exercido pelos enquadramentos da memória nacional sobre as representações existentes acerca do conflito, que embaraçaram os litorâneos e os coibiram de publicar as percepções que possuíam sobre a guerra³⁴⁴. Assim, pode-se afirmar que há na memória oficial do Brasil uma considerável distinção de valor entre as experiências de guerra dos que permaneceram patrulhando o litoral do país e as vivências dos militares que combateram em solo italiano.

Embora na memória nacional prevaleça a noção de que há apenas um segmento de ex-combatentes, os veteranos da FEB realizam suas práticas sociais (comemorações e expressões públicas) de modo singular, o que demonstra a pluralidade do grupo diante das vivências da contenda. Deve-se esclarecer sobre a acepção de “ex-combatente”, que designa não somente os veteranos da FEB que lutaram em terras além-mar contra o nazifascismo, mas também aqueles que protegeram as costas brasileiras. A Lei nº 5.315/1967 possibilitou que houvesse a

³⁴⁴ Ao frequentar Associações de Veteranos da FEB, é comum se deparar com obras custeadas, na maioria das vezes, pelos próprios veteranos, divulgando as suas experiências individuais e de grupo. Na ANVFEB de Belo Horizonte e Juiz de Fora foi possível perceber, além da publicação de obras com recursos próprios, há uma significativa valorização de seu museu e de sua história, além de um constante movimento de reativação da memória de guerra por meio de cerimônias comemorativas e encontros mensais. Em contrapartida, nas associações de ex-combatentes, essas práticas não foram observadas. Esta associação não parece se preocupar com a divulgação de nenhum tipo de memória, mas sim em garantir os direitos legais daqueles que patrulharam o litoral, uma vez que os principais serviços existentes nela e a assistência jurídica aos ex-combatentes e familiares.

igualdade jurídica entre os ex-expedicionários e os litorâneos, ocorrendo uma extensão das vantagens destinadas originalmente aos primeiros para os segundos. Desse modo, a classificação de “ex-combatente” passou a estar voltada para todos os indivíduos mobilizados pelas Forças Armadas do Brasil para contribuírem com o esforço de guerra. Percebe-se que há uma heterogeneidade de memórias e distintas versões de coletividades sobre a Segunda Guerra Mundial no país, cada grupo construiu uma narrativa distintiva acerca da maneira que seus membros auxiliaram na defesa da soberania e na manutenção da segurança nacional.

Salienta-se que os veteranos da FEB compõem uma coletividade específica dentre os grupos envolvidos com a guerra: nem todo ex-combatente pode ser considerado como um veterano, mas os veteranos são ex-combatentes. Veteranos são aqueles que serviram nas batalhas ocorridas na guerra travada na Itália nazifascista, já todos os indivíduos os quais desempenharam suas tarefas no território brasileiro (seja no litoral ou no interior) foram classificados como “ex-combatentes”. A disparidade entre essas coletividades possibilita compreender a ocorrência de disputas e conformações preponderantes entre eles, bem como as razões pelas quais foram abordados de modo homogêneo na memória militar. Se os veteranos apontam as mazelas, os deveres e as alegrias vivenciadas durante a jornada de preparação, de embarque, das batalhas na Itália e da volta ao país; os litorâneos ressaltam o cotidiano marcado pela tensão constante, o medo e o senso de responsabilidade diante da necessidade eminente de proteger as praias brasileiras. Nessa lógica, ainda no interior de cada grupo, há uma homogeneidade relativa, foram coletividades compostas por indivíduos que possuíram proximidade nas vivências, mas essas foram apropriadas e experienciadas de modo singular.

CAPÍTULO III – ECOS, REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM BELO HORIZONTE

3.1 – Narrativas de memória sobre a FEB: entre o envolvimento no front e a concessão de significados

Ao longo do tempo, a história da FEB foi escrita preponderantemente por militares do Alto Comando, que materializaram seus relatos acerca dos feitos daqueles milhares de homens brasileiros envolvidos com a luta no front italiano durante a Segunda Guerra Mundial. Essas narrativas históricas acerca do envolvimento do país na guerra foram elaboradas por meio de livros já clássicos nos estudos relacionados à temática, um deles é a FEB pelo seu Comandante do outrora general João Batista Mascarenhas de Moraes³⁴⁵, que expõe sua visão sobre os fatos que se desenrolaram na Campanha da Itália. A Bibliex, a editora Biblioteca do Exército, também patrocinou e incentivou a produção de outros estudos, a maioria esmagadora deles redigido por oficiais e militares de alta patente que pertenceram à FEB ou ainda contendo versões apologéticas à FEB – o livro intitulado *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*³⁴⁶, por exemplo. Além dessas, outras obras de expressão que ajudaram na construção dessa memória de guerra são dignas de destaque. São publicações que surgiram propiciamente em datas comemorativas que:

[...] acendem novamente o interesse no tema da II Guerra. Nas comemorações de 40 anos da vitória Aliada, surgiu uma nova fornada de livros publicados pela Bibliex e algumas obras das editoras comerciais e independentes. O cinquentenário do fim da guerra trouxe mais algumas publicações ao mercado, como **A Nossa Segunda Guerra**, de Ricardo Bonalume Neto, uma nova edição do livro do general Octávio Costa, **50 Anos Depois da Volta**, e meu próprio livro, **Onde Estão Nossos Heróis**. Outras manifestações recentes do interesse na FEB foram duas novelas televisionadas pela Rede Globo e os filmes produzidos por Erik de Castro, **Senta a Pua** e **A Cobra Fumou**. Além de filmes e livros, o interesse pela participação brasileira na guerra denota-se por uma série de outras atividades, como jogos de guerra, os programas de ‘história viva’ nos quais escolas convocam veteranos para palestrar com os alunos, plastimodelismo e o colecionismo de artefatos militares.³⁴⁷

Não foram muitos os livros e produções que buscaram contestar a narrativa oficial colocada acerca desse momento histórico brasileiro, mesmo porque o Brasil se encontrava

³⁴⁵ MORAES, J.B. Mascarenhas de. **A FEB Pelo Seu Comandante**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

³⁴⁶ Fundação Cultural do Exército. **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Vols. 1 a 8. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001

³⁴⁷ MAXIMIANO, op. cit. p. 16.

sobre os auspícios do Regime Militar, o que muito provavelmente seria um obstáculo para aqueles que almejassem narrar sua interpretação sobre os fatos de maneiras distintas. Um desses ousados escritores foi o coronel Floriano de Lima Brayner³⁴⁸, talvez o único oficial de alta patente da FEB que tenha acrescentado fatos novos sobre sua memória oficial vigente, embora orientado por um viés pautado pelo ressentimento pessoal, em tom acusatório e autocondescendente, porém, sem questionar os valores institucionais que tanto influenciaram as obras sobre a campanha brasileira³⁴⁹. Outra obra que ganhou destaque por contrariar a versão oficial dos fatos foi Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira, de um ex-cabo do 11º R.I. chamado Leonércio Soares³⁵⁰. Em seu livro de 1984 esse autor expôs episódios de terror sofridos pela FEB que destoam de atitudes heroicas e corajosas de outras versões. Soares traz à tona fotos de soldados barbudos e enlameados com legendas como “entrada do túnel asqueroso sob o velho cemitério de Bombiana,” mostrando uma história crítica e “vista de baixo”. Muito certamente por essa razão não encontrou patrocínio para seu livro, isso fez com que seus raros exemplares ficassem desconhecidos até mesmo pelos ex-combatentes.

Na grande maioria das vezes as críticas a essa historiografia militar arraigada partiram de autores civis. Dentre estes que escreveram sobre a história brasileira na Segunda Guerra Mundial, nenhum outro causou tamanho estardalhaço como o jornalista global William Waack com seu livro *As duas faces da Glória*, de 1985³⁵¹. O livro de Waack:

Baseado na pesquisa em arquivos militares americanos, ingleses e alemães, propôs-se a desmentir e corrigir ‘muito do que se vem dizendo nos últimos quarenta anos sobre a participação de brasileiros na Segunda Guerra Mundial’. Suas principais ‘correções’ foram o redimensionamento do valor das ações brasileiras na campanha da Itália, principalmente em Monte Castelo, e a publicação de críticas pesadas às tropas brasileiras, feitas no calor dos combates, pelos relatórios dos aliados americanos. Contrastando a documentação consultada na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos com algumas memórias e relatos selecionados de expedicionários brasileiros, Waack tentou mostrar que a visão dos aliados americanos e dos inimigos alemães, a respeito dos expedicionários brasileiros, era predominantemente negativa, e ficaria bem distante da autoglorificação que, em sua opinião, era constante nas obras dos expedicionários brasileiros³⁵².

Embora uma obra inovadora e ousada naqueles anos finais de Regime Militar brasileiro, que contribuiu com a historiografia por trazer à tona novas fontes que romperam

³⁴⁸ O livro é **A verdade sobre a FEB**. Civilização Brasileira, 1968.

³⁴⁹ MAXIMIANO, op. cit. p. 19.

³⁵⁰ SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Edição do Autor, 1984.

³⁵¹ WAACK, William. **As duas faces da glória. A FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

³⁵² FERRAZ, op. cit. p. 353

com o tom glorificador das Forças Armadas brasileiras, *As Duas Faces da Glória* sofreu nos últimos anos pesadas críticas de historiadores e demais pesquisadores brasileiros por trazer informações equivocadas e muitas vezes inverídicas escritas por um pesquisador diletante; aliás, um jornalista, cuja leitura das fontes, técnicas empregadas na pesquisa e redação diferem bastante de um trabalho historiográfico profissional. Ora, se a historiografia oficial da Guerra contraposta pelo livro de Waack acentua o heroísmo e a mitificação de seus personagens; a versão apresentada por esse autor também é digna de críticas pelo seu parcialismo e excesso de confiança em fontes que mereceriam análise mais acurada. Se as tropas brasileiras eram tão ruins como alega Waack, teriam ficado em regiões mais tranquilas do front italiano, cuidando apenas da proteção de territórios conquistados ou realizando operações de patrulha e guarda, como aconteceu com a 92ª Divisão de Infantaria americana, composta por militares negros que sofriam preconceito e desconfiança por parte dos comandantes de seu país.

Muito pelo contrário, a FEB desempenhou seu papel na Itália que foi designada para missões de extremo perigo e complexidade, lutando ao lado de divisões de elite do Exército norte-americano, como a 10ª de Montanha, a 1ª Blindada ou a 88ª de Infantaria, cumprindo as missões que lhe foram designadas pelo V Exército dos Estados Unidos. O general Mark Clark também deu total confiança a FEB, como afirma o embaixador norte-americano Wernon A. Walters, à época major do V Exército: “Mark Clark não hesitou em incorporar a FEB e depois colocá-la entre a 10ª Divisão de Montanha e o Batalhão C, Nissei, demonstrando que sabia identificar tropas que eram boas de brigas”³⁵³.

Como exemplo dos deslizes e imprudências de Waack se pode citar sua convicção em negar que a FEB não combateu tropas de elite alemãs na Itália, o que é desmentido por fontes arqueológicas pertencentes à prefeitura de Montese, que mostram insígnias de soldados da SS; “pelo menos dez membros da Waffen-SS entre os alemães mortos em Montese”³⁵⁴. Embora tenha atraído críticas bem fundamentadas nos últimos anos, o livro de Waack alcançou tamanha repercussão entre os ex-combatentes brasileiros que muitos pesquisadores do assunto que trabalham com história oral alegam grande resistência dos mesmos em falar sobre sua experiência na Guerra por temerem que suas versões sejam usadas em obras que arranhem sua imagem como o referido livro. Segundo FERRAZ:

³⁵³ SIQUEIRA, op. cit. p. 222

³⁵⁴ MAXIMIANO, op. cit. p. 208.

A aparição do livro de Waack criou um ressentimento que se tornaria permanente entre os ex-combatentes. Vários pesquisadores da história da participação brasileira na Segunda Guerra - historiadores profissionais e amadores, jornalistas, etc. - relatam que uma das primeiras preocupações dos ex-combatentes, quando são contatados, é saber se o pesquisador irá falar 'bem' ou 'mal' da FEB, se a pesquisa, o livro ou a reportagem será contra ou a favor da FEB e dos expedicionários³⁵⁵.

Durante a pesquisa, também foi possível sentir essa desconfiança ao abordá-los para coleta de depoimentos destinados à confecção deste trabalho, principalmente por parte dos veteranos da FEB. Logicamente esse fato é comum e tem a ver também com uma relação de confiança que deve existir entre pesquisador e entrevistados, mas no primeiro contato, alguns deles, chegaram a fazer perguntas sobre a espécie de trabalho que seria executado e como eles seriam abordados. Muito comumente outros se negam a falar, seja pelos traumas ou pela desconfiança fermentada por aquele jornalista. Outro importante autor que destaca essa barreira imposta pelo livro de Waack, tecendo severas críticas ao mesmo, é Ricardo Bonalume Neto, ao dizer que:

O impacto do livro de Waack foi grande entre os ex-combatentes que se sentiram feridos em seu amor-próprio (colocando na balança, o livro dele fala mais 'mal' do que 'bem' da FEB). Esse impacto foi realçado por uma característica típica brasileira: dar excessiva importância ao que os estrangeiros dizem do país, num espetáculo de provincianismo infundável³⁵⁶.

Se por um lado houve uma historiografia que alimentou uma memória histórica de glorificação ou mitificação das Forças Armadas e seus militares (como afirma Waack com razão), por outro houve uma “contra-memória oposicionista” oriunda especialmente do meio universitário brasileiro, que atrelava a imagem dos veteranos de guerra ao regime autoritário vigente por mais de 20 anos no país; associação claramente compreensível, tendo em vista que a maioria dos ex-combatentes brasileiros dava velado apoio àquele regime de governo, até por que sua imagem sempre esteve atrelada às Forças Armadas, fato que era reforçado, especialmente, nos desfiles de 7 de Setembro onde desfilavam.

Durante a trajetória das associações de veteranos em Belo Horizonte, o Exército esteve presente principalmente a partir da década de 1950. Como foi abordado, nos primeiros tempos da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) prevaleceu a polarização política, seja no Conselho Nacional ou na regional em Belo Horizonte. Os militares do “Exército de Caxias” estavam preocupados com o crescimento do comunismo no país, um inimigo interno, até acreditavam que poderiam estar infiltrados na AECB. A presença principalmente de indivíduos do Alto Comando na agremiação era esporádica, limitavam-se a comparecer em

³⁵⁵ FERRAZ, op.cit. p.358.

³⁵⁶ BONALUME NETO. op. cit. p. 13

cerimônias públicas e raramente compareciam nas reuniões as quais transcorriam no cotidiano associativo.

A presença dos militares fazia-se notar principalmente nas comemorações das datas épicas da FEB. Frequentavam os festejos das vitórias obtidas em Monte Castelo (21 de fevereiro) e Montese (14 de abril) constantemente. Também por ocasião da supremacia aliada na guerra na Europa, no dia 8 de maio, procuravam comparecer. E, em praticamente todas as cerimônias enviaram bandas de música (mesmo quando as citadas acima eram organizadas pelos veteranos). As comemorações contavam com o apoio do Exército e eram vistas como meios para intensificar a ligação da memória da FEB e as “proezas” realizadas pelo mesmo no passado. Era preciso fortalecer no imaginário coletivo, a simbiose estabelecida entre os feitos realizados pelos ex-expedicionários com a tradição militar.

Contudo, no que tange às exigências concretas dos veteranos, muito pouco fora feito. Certa vez, o general Niconor Guimarães de Souza fez uma visita em uma das sessões da associação, o que foi motivo de júbilo para os veteranos. Motivou-os a participarem do desfile de 7 de Setembro com suas condecorações e, além disso, comprometeu-se a auxiliá-los em suas reivindicações diante do abandono do poder público³⁵⁷. No entanto, mediante o que a análise permite afirmar, a atuação dos militares no que tange à “causa expedicionária” nesse período pairou sobre as celebrações de datas magnas, raramente houve a organização de ações concretas que visassem minar o sofrimento dos veteranos. Quando muito, eram realizadas medidas paliativas ou emitidos telegramas para contribuir nas atividades de assistência promovidas pelos ex-expedicionários. Esse foi o caso da senhora Alferina Santana, que recebeu um ofício do general Frankilin Rodrigues de Moraes (comandante da 4ª Divisão de Infantaria) para dar entrada de seu marido adoentado no Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro, embora mesmo assim o atendimento a ele tenha sido recusado³⁵⁸.

Adiciona-se a isso, a ideia de que os militares que não desempenharam missões de guerra, temiam ser ultrapassados em suas carreiras pelos expedicionários que regressavam vitoriosos da guerra à pátria. Aqueles ex-expedicionários que optaram por permanecerem engajados no serviço militar foram designados para servirem em unidades distantes de seus lugares de origem e ainda eram vítimas de escárnios, ofensas e ironias por parte dos companheiros de farda. Muitos tiveram de se submeter a condições degradantes e humilhantes, ter de fazer cursos de formação (por exemplo), num suposto processo de

³⁵⁷ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.4, sessão de 02 set./1948, p.47-48.

³⁵⁸ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 18 nov./1957, p.44.

reabilitação às Forças Armadas³⁵⁹. Ainda houve convocações de oficiais ex-combatentes da FEB para estágio sem as regalias que seriam justas³⁶⁰.

Com o passar dos anos, os conflitos com os militares se arrefeceram, pois começaram a tomar consciência de que os veteranos não ofereciam riscos à estabilidade dos mesmos na caserna. Começou a ocorrer uma aproximação lenta e gradual entre ambos, bem como um aumento no compartilhamento de ideais. Em Belo Horizonte, a AECB coadunaria com os posicionamentos do Alto Comando instalado na capital, sendo seus dirigentes continuamente convidados para visitarem instalações militares e os generais da 4ª RM em seus gabinetes. Nessa lógica, também, devido ao progressivo abandono dos veteranos pelos poderes públicos, com o consequente desencanto gerado no grupo social, requisitar apoio aos militares pareceu ser uma boa alternativa. Assim, recorreram em diferentes momentos aos outrora comandantes da FEB para que os amparassem:

Falou a seguir o companheiro Divaldo Medrado e pediu que fosse criada uma comissão para organizar um trabalho para ser apresentado ao exmo. Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes, pedindo uma assistência mais profunda aos veteranos de guerra, a fim de que, com o apoio de S. Excia e de todos os principais dirigentes de nossa administração sejam postos de lado alguns entraves que vêm dificultando, quase que de um modo geral, aos ex-combatentes³⁶¹.

Fez em seguida o Sr. Presidente sua exposição sobre a situação em que se acham vários ex-combatentes, em verdadeiro desamparo, dizendo-nos a necessidade de resolvermos estes problemas. Em seguida, propoz o companheiro Hilton Guerra Viana, que fosse feito um telegrama para o Presidente da república e outro ao general E. Zenóbio da Costa de solidariedade, tendo a diretoria concordado somente com o segundo, em vista de **ser um militar e não um político**, razões estas de ordem estatutária³⁶².

É sintomático o posicionamento de Medrado de que deveria ser levado aos militares da 4ª Divisão de Infantaria os dilemas em torno da preparação para uma grande comemoração. Pois, em sua concepção, a AECB não dispunha dos recursos suficientes devido ao descaso das autoridades. Por isso, era necessário não somente contar com o apoio do Exército, mas fazê-lo “sentir” que os veteranos eram parte do mesmo, de que estavam imbuídos dos mesmos ideais e irmanados pela tradição:

³⁵⁹ FERRAZ, 2012, Op. Cit, 142

³⁶⁰ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 14 ago./1952, p.120.

³⁶¹ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 20 jul./1951, p.156, AECB-BH.

³⁶² Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 23 ago./1954, p.175 (glifos meus).

O presidente, em seguida, apresentou um esboço do programa que desejava realizar no Dia da Vitória (...) O companheiro Divaldo Medrado, especialmente convidado, declarou que é de parecer que uma comissão se encarregasse de ir ao Quartel do Regimento e **deixasse à cargo do Exército a comemoração**, por que a Associação, além de não ter possibilidade de realizar uma festa, pois o comparecimento de autoridades é diminuto, **achava que deveríamos fazê-lo sentir a tomar esta iniciativa**³⁶³.

Além disso, houve a afirmação de uma “legenda negra” em torno do comunismo tanto nos quartéis quanto nas associações. O anticomunismo em Belo horizonte foi o principal elemento de ligação da AECB com o Exército. Não se pode afirmar categoricamente sobre a ocorrência de “caça às bruxas” na agremiação, embora os assuntos políticos “inconvenientes” fossem terminantemente proibidos. Os militares de esquerda não tinham seus pensamentos repercutidos nas atas analisadas, afinal, ali eram reverberadas as posições preponderantes na associação (especialmente daqueles que compunham a diretoria da mesma). Também se deve levar em consideração que alguns veteranos procuravam manter distância de debates que envolvessem temáticas polêmicas no dia a dia da AECB.

Contudo, para se ter uma ideia, os sócios eram incentivados à não lerem livros de determinadas editoras, de que se suspeitava que teriam ligação com o comunismo³⁶⁴. Determinou-se que livros da Editora Ipanema deveriam ser lidos por alguns sócios, os quais deveriam proceder à crítica textual e estabelecerem seus respectivos pareceres³⁶⁵. Deve-se levar em consideração que na biblioteca da AECB havia um grande número de livros e o nível de leitura por parte dos veteranos era baixo³⁶⁶. Por que então submeter uma parcela dos livros a certo crivo literário? Na visão dos veteranos, era preciso fazê-lo para que não fosse aguçada a curiosidade dos sócios por “teorias subversivas”³⁶⁷.

De todo modo, partindo da premissa de que a aversão aos comunistas também era colocada nas assembleias ocorridas na AECB e não somente em reuniões da diretoria, havia certo compartilhamento de opiniões e pensamentos entre os associados. Isso ficou mais nítido a partir da instauração do Regime Militar. As manifestações de apoio ao novo governo resumiram-se basicamente à formulação de acusações em relação aos atos promovidos pelo presidente João Goulart, que “permitiram a infiltração comunista no Brasil”³⁶⁸. Ainda foi

³⁶³ Cf. AECB SR/ BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 24 abr./1962, p.117 (glifos meus).

³⁶⁴ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 08 mar./1956, p.18.

³⁶⁵ Ibid.

³⁶⁶ Segundo Roque Chiavoni, bibliotecário da AECB, havia cerca de 500 livros na biblioteca, mas pouca leitura dos mesmos. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 23 mai./1957, p.38.

³⁶⁷ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 24 abr./1956, p.19.

³⁶⁸ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 03 mar./1964, p.150.

proposto que fosse escrito um manifesto que estabelecia severas críticas ao governo que estava “à serviço de Moscou”. Mas, houve uma discussão entre os associados, entre os partidários da publicação do manifesto e daqueles que discordavam de tal ação. Para solucionar a questão foi feita uma votação, que obteve maioria contrária ao envio³⁶⁹.

O apoio ao Regime Militar pelo que sugere as fontes averiguadas, em algumas situações foi feito de modo velado, já que o regimento interno proibía a interferência em assuntos políticos. Havia “veteranos silenciosos”, se é que assim pode-se dizer, os quais não aceitavam bem a ideia de a agremiação assumir posições em favor de “A” ou “B” no espectro político. Alguns preferiam permanecer neutros e tomarem distanciamento das questões políticas que eram colocadas na ordem do dia na AECB. Talvez essa tenha sido a situação do veterano Ivo Queiroz ao pedir demissão do quadro social da agremiação. O envolvimento da diretoria da AECB numa greve de estudantes indignou aquele sócio. Naquele evento, os dirigentes tentaram intervir em prol dos jovens que ocupavam o prédio da Assembleia Legislativa na negociação com as forças policiais. Esses desejavam reprimir duramente aquele “movimento subversivo”. A carta de demissão daquele sócio causou certo alvoroço na AECB, mas os membros da diretoria afirmaram que não estavam agindo em defesa da causa dos estudantes, apenas desejavam proteger a integridade física dos mesmos. O presidente da AECB redigiu outra missiva e pediu ao Ivo Queiroz para que voltasse a participar das reuniões. Segundo um dos veteranos da diretoria, naquele momento histórico não deveria haver divisões, mas a “união dos associados”³⁷⁰. Nas páginas da revista “O Expedicionário” foi esboçado alguns dos significados ligados à tomada do poder em 1964 pelos militares, era preciso a junção de esforços para que o país progredisse coletivamente:

União de todos. Mais do que nunca, agora, é necessária a união de todos os brasileiros para o serviço da Pátria comum. Estruturada jurídica, social e politicamente a Revolução de 64, justamente, aquela que evitou que o Brasil emergisse no caos e que, gradativamente, vai atingindo a todos os setores em que se divide a nação, precisa da união de todos os brasileiros (...) nos largos horizontes descortinados, já estão à vista a energia nuclear, o predomínio na América do Sul, a supremacia na balança comercial (...) Mais do que nunca é preciso a união de todos. E dessa união sairá engrandecida e projetada a Pátria comum³⁷¹.

Durante os governos militares seriam concedidos diversos títulos honoríficos a militares do Alto Comando, numa clara postura de aproximação com a caserna. Era preciso “mostrar a compatibilidade de ideais e as trocas recíprocas que compartilhávamos com os

³⁶⁹ Ibidem

³⁷⁰ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 01 abr./1966, p.196.

³⁷¹ A referida revista circulou no meio dos ex-combatentes, congregando a AECB e a ANVFEB, entre 1974 e 1994. Cf. Revista O Expedicionário. Rio de Janeiro, Ano II, nº 21, set./1975, p. 1.

companheiros da ativa do Exército. Somos todos pertencentes às glórias de Caxias”³⁷². O general Olímpio Mourão Filho, que deslocou tropas da base em Juiz de Fora para apoiar a tomada do poder no Distrito Federal³⁷³, foi elevado à categoria de presidente de honra da gestão que presidia a agremiação em 1964. Já o havia sido anteriormente em gestões anteriores e novamente foi alçado a mesma posição.

Muitos dos veteranos acreditavam fazer parte da luta pela afirmação e legitimidade dos “ideais da Revolução”, embora na prática não tenham sido sequer convocados para implantá-la. Segundo Ferraz era preciso garantir o sigilo das operações, o IPES e o IBAD não iriam destinar grandes massas de recursos em locais cuja confiabilidade não poderia ser assegurada³⁷⁴. Além disso, deve-se levar em consideração que os veteranos da FEB aglutinados representavam uma pequeníssima parcela da população e não se constituíam numa força política expressiva.

A crença dos veteranos de que faziam parte do regime era reverberada pelos comandantes militares, que afirmavam haver uma continuidade entre os ideais preconizados pela Revolução e os defendidos pela FEB na guerra. No “Dia da Vitória” do ano de 1981, o major Dentista Sebastião Veloso escreveu em seu caderno de anotações:

Comemoração do dia da Vitória, no quartel no 12º BI, com a presença do Gen. Div. Coelho Neto, nosso companheiros veteranos e do Gen. José Teixeira Lopes. A turma, em forma, aparece aí sob o comando do nosso Presidente Dr. Fábio Fonseca, sendo porta-estandarte, o companheiro Castro. É bom saber que os ideais da Revolução estão mais fortes do que nunca!³⁷⁵

Após procura nos jornais da época sobre a passagem das comemorações sobre o nazifascismo em 1981, foi localizado o discurso do general Coelho Neto naquela cerimônia, abaixo segue um trecho de sua elocução:

Hoje, quando mais uma vez, comemora-se o Dia da Vitória, da 2ª Guerra Mundial, quero destacar o valor do soldado brasileiro, do homem de nossa Pátria, nos seus aspectos de disciplina, ordem, bravura, cumprimento do dever, amor à Pátria, espírito de liberdade, ombridade, responsabilidade e inteligência, demonstrados em tantos episódios de nossa vida, em particular nos campos de batalha, em nosso continente, e em campos europeus nos anos 44 e 45 de nosso século atual, quando defendendo a honra e a soberania de nosso país, participamos de memoráveis combates no Teatro de Operações italiano, contra as forças nazi-fascistas. (...) Temos aqui diante de todos, representantes da FEB, em suas unidades de infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, serviços de comunicações que honraram nossas tradições mais caras e que servem de exemplo aos que hoje formam nosso valoroso Exército e Fab (...) A solenidade de hoje, que presido com orgulho, é a reafirmação de nossos ideais como homens livres e, mais ainda, a nossa reafirmação de sempre

³⁷² Cf. ANVFEB SR/BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, sessão de 26 de dez/ de 1974, p.05.

³⁷³ Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 03 mar./1964, p.150.

³⁷⁴ FERRAZ, Op.Cit., p. 277

³⁷⁵ Carta enviada pelo Major Sebastião da Costa Veloso ao presidente da ANVFEB, Sr. Coronel Renato Pitanga Maia em 08 de maio de 1981.

honrarmos nosso Exército, instituição nacional permanente, unidos e coesos de forma monolítica, disciplinados e atentos ao cumprimento de ordem de nossos chefes superiores (...) Aqueles que tentam cindir a nossa coesão, através dos seus atos, palavras ou teses extraídas de Marx ou Lenine não farão o soldado do Brasil abandonar os rumos da revolução de 1964, e, muito menos, as diretrizes de nosso comandante-chefe³⁷⁶.

Deve-se destacar que apesar da existência de passagens como as citadas acima, que apregoam uma posição de destaque à memória da FEB durante o Regime Militar (1964-1985), não houve uma supervalorização dos veteranos e os mesmos não foram enquadrados em políticas específicas que visassem ampará-los legalmente. Mesmo com alguns ex-oficiais da FEB ocupando cargos significativos durante os governos militares, a tônica geral foi dada pelo abandono dos veteranos. Alguns deles ao se encontrarem com os outrora combatentes, almejavam apenas relaxar da rotina, esse parece ter sido o caso do general Humberto de Alencar Castelo Branco durante o período em que foi presidente da República³⁷⁷.

Ao longo da Segunda Guerra, Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a função de Chefe Interino do Estado-Maior da FEB e, desfrutava de destaque junto aos oficiais do Alto Comando do Exército ao ocupar o posto de presidente do Brasil em 1964. Veterano da FEB e considerado crucial na perseguição aos comunistas que se verificou nas agremiações espalhadas pelo país no final da década de 1940, Castelo Branco estava profundamente ligado aos ex-expedicionários. A relação que mantinha com a Escola Superior de Guerra (ESG)³⁷⁸ e a imagem adquirida pela articulação do Regime Militar, constituíam-se em aspectos que o tornavam uma figura fidedigna perante aos grupos marcadamente anticomunistas. Junto com Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva³⁷⁹ e Cordeiro de Farias³⁸⁰, auxiliou no processo que associou a memória febianiana com o Regime Militar após a tomada do poder em 1964. Esse vínculo propiciou a ocorrência de equívocos e na edificação de um amálgama identitário entre

³⁷⁶ Estado de Minas, 9 de maio de 1981, p. 3.

³⁷⁷ Ferraz, 2012, Op, Cit, p. 277

³⁷⁸ A Escola Superior de Guerra surgiu em 1948 e buscava à luz dos estudos estratégicos conduzidos no exército americano, instruir e formar os oficiais brasileiros com base nas doutrinas e teorias da guerra moderna.

³⁷⁹ Foi incorporado ao contingente expedicionário como oficial de informações e inteligência estratégica. Entrou para a Escola Superior de Guerra em 1952 e tornou-se comandante do Conselho de Segurança Nacional ao longo do governo de Jânio Quadros. A partir de 1962 instituiu e chefou o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que esteve ligado à organização para a derrubada de João Goulart da presidência. Criou e chefou o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, ao longo do regime, assumiria outros cargos de importância como: Ministro do Tribunal de Contas (1967) e chefe da Casa Civil da Presidência da República (1974). Se afastou do regime em 1981, após o atentado do Riocentro, por não concordar com as ações levadas a cabo naquela conjuntura.

³⁸⁰ Comandou a artilharia da FEB durante a guerra e, no pós-guerra, comandou a Escola Superior de Guerra a partir de 1949. Foi governador de Pernambuco entre 1955 e 1958. Ocupou o cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas durante o governo de Jânio Quadros. Participou ativamente da derrubada de João Goulart do poder em 1964. Durante o regime civil-militar foi Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais e Ministro do Interior. Se afastou da vida pública em 1966.

a FEB e o Exército. As consequências dessa íntima ligação podem ser sentidas no olhar das gerações durante o período da redemocratização após o fim dos governos militares, quando a memória da FEB, das Forças Armadas e do Regime Civil-Militar foram vistos sob a lógica de uma mistura homogênea. Isso trouxe uma visão depreciativa para a temática de estudos acadêmicos relacionados à temática da FEB, que seria vista pela legenda negra do conservadorismo e do autoritarismo principalmente até o fim da década de 1990.

Contudo, a identificação dos militares com a FEB revela não somente a predominância de certa memória sobre a guerra, mas esboça o alcance dessa visão estigmatizada acerca da heterogeneidade de veteranos que compõem a coletividade da FEB. Ferraz salientou que os oficiais associados à construção do Regime Militar estavam atrelados à ESG e à FEB³⁸¹. Porém, é preciso notar as disparidades preponderantes no interior do grupo dos ex-expedicionários e daquela instituição educacional para não ocasionar visões maniqueístas e, principalmente, encará-los como um todo indissociável. Não se deve dizer que não houve certa atuação e aprovação por parte dos veteranos em relação às ações praticadas ao longo do Regime Militar. Mas, as manifestações foram feitas sutilmente e principalmente por meio de posicionamentos públicos ou diante do grupo reunido na AECB, ocorrendo especialmente durante o governo de Castelo Branco, quando os veteranos almejavam vislumbrar o reconhecimento de suas demandas pelo mandatário do país (já que ele próprio havia servido na Campanha da Itália).

Embora tenha desejado separar seu aparato governamental dos militares que foram denominados de “linha dura”³⁸², as ações implementadas no governo de Castelo Branco visando a solidificação das estruturas do Regime Civil-Militar, estiveram associadas à formação das bases da repressão que se instalaria posteriormente e teria como alvo principal aqueles que possuíam posições políticas ligadas à esquerda (vistos como subversivos na ordem social imposta). A narrativa colocada pelo ideal revolucionário do regime propugnava a necessidade imperiosa do progresso econômico e da luta contra a desigualdade social. O anticomunismo já era um elemento marcante no Estado à época do golpe e dava claros sinais de que o autoritarismo se imporia fortemente nos anos posteriores. A anulação dos direitos

³⁸¹ FERRAZ, Op. Cit, p. 289.

³⁸² A separação e a tipificação entre militares de “linha dura” e “moderados” acaba por não contribuir para apreender a lógica interna do regime civil-militar, marcado por avanços e retrocessos. Essas classificações não contribuem para o entendimento das disparidades e significados concedidos pelos vários grupos envolvidos com os governos militares. Cf. FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004

políticos e remoção dos parlamentares de seus respectivos mandatos; a instituição do Ato Institucional nº2, em 1965, inaugurando o bipartidarismo através do Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional; a decretação da Lei de Segurança Nacional (restringindo as liberdades civis) são aspectos que apontam o início de uma série de práticas de exceção cometidas que também seriam levadas a cabo pelos militares da “linha dura”.

Em 1964, a noção de que havia certa ligação entre o Regime Militar e a memória febiana parecia fazer sentido para os atores sociais envolvidos nesse jogo político. Os militares procuravam se legitimar no Estado e mobilizavam os feitos da guerra para atingirem tal finalidade e concomitantemente estabelecerem uma maior proximidade com os veteranos da FEB (ciosos por alcançarem o cumprimento efetivo da legislação de amparo); já as agremiações incorporaram o anticomunismo visando aprofundar a relação mantida com as Forças Armadas e com esperanças de alcançarem o reconhecimento de seus feitos. Todavia, essa aproximação não foi benéfica para os veteranos da FEB, não houve a efetivação de políticas públicas destinadas a minorar ou sanar a questão social por parte do regime civil-militar. A legislação tardia e inoperante legou os ex-expedicionários a um estado calamitoso, muitos pereceriam sem contemplar os benefícios que lhes seriam concedidos pelas leis de amparo. Para piorar, a FEB passava a estar eminentemente ligada aos estigmas do Regime Militar.

Os ex-expedicionários não mantiveram, contudo, relações de proximidade direta com a tomada do poder em 1964 (excetuando-se alguns poucos oficiais da FEB) e nem uma atuação mais contundente nos governos militares. Segundo Ferraz, o envolvimento da FEB nos episódios que se desenrolaram no regime civil-militar pode ser comparado com a participação da coletividade na trama histórica relativa ao fim do Estado Novo em 1945:

O alheamento da maioria dos expedicionários com relação às crises políticas de 1945 se repetiu em 1964. Embora as lideranças das associações manifestassem apoio ao novo regime, não há registro documentado de massas de ex-combatentes marcando posição, favorável ou não, ao novo governo militar. No máximo, é possível arrolar algumas manifestações de esperança em uma atenção especial aos seus problemas cotidianos, no governo do ex-expedicionário Castelo Branco, por parte de algumas lideranças da AECB³⁸³.

Em ambas conjunturas, a participação de grande parte dos veteranos esteve mais ligada às lutas pela sobrevivência simbólica e material do que às posturas político-partidárias e ideológicas. Nessa lógica, para além da adesão ou afastamento dos ex-expedicionários da cena política, parece que distintos atores sociais fizeram uso da memória febiana e das

³⁸³ FERRAZ, op. Cit, p.291.

associações com a intenção de se afirmarem no contexto social. Para fins de exemplificação, há a associação do Partido Comunista do Brasil (PCB) para fundamentar o seu ideário em 1945, assim como a relação dos militares de 1964 a partir do anticomunismo que se aprofundava demasiadamente. De certo modo, preponderava certo consenso em meio aos ex-expedicionários vinculados às agremiações e às instituições que os representavam, apropriando-se da memória da FEB e maculando-a. Vilipendiada por ter supostamente compactuado com militares da alta cúpula do Exército e omitindo-se de pronunciar diante dos abusos praticados pelo regime, a memória febianiana foi edificada sob a lógica da contradição. O fato é que se os veteranos da FEB não apoiaram tacitamente a política dos militares, pelo menos atuaram sutilmente e silenciosamente nas agremiações com esperanças de alcançarem o reconhecimento pelos sacrifícios exercidos pelo país.

Houve a permanência dos traumas vivenciados ao longo do Regime Militar e a formação de ressentimentos e sentimentos negativos, seja entre aqueles perseguidos pelo regime ou no meio dos próprios militares que tomaram o poder em 1964, que se veem como injustiçados por serem apontados como os únicos que almejavam a efetivação do golpe. Essa constelação afetiva se perpetuou ao longo dos anos e permitiu a construção de lembranças pejorativas sobre a FEB ao relacioná-la diretamente às atrocidades levadas a cabo pelo regime de exceção. Assim, para as gerações posteriores ao Regime Militar, principalmente para aquelas que o experienciaram, a memória da FEB estava intimamente atrelada ao legado de 1964 e era digna de ser desprezada.

Contudo, deve-se levar em consideração que abordar a memória febianiana como homogênea é cair em equívocos, já que as vivências dos comandantes da FEB são distintas das obtidas pelos veteranos civis após a contenda. Além disso, os discursos construídos por essas coletividades também mudam de acordo com a conjuntura histórica em que estão inseridos. Desse modo, tendo em vista a disparidade dos conteúdos esboçados nessas narrativas de memória, acabou-se erroneamente por tratá-las como um todo indissociável e transportar à maior parte dos veteranos o fardo das decisões tomadas pelos outrora comandantes da FEB vinculados com a tomada do poder em 1964.

Embora alguns oficiais tenham se privilegiado pela ordem política e social instaurada, outros foram alvos do aparato repressivo montado pelo regime. Não tardou à vir uma recomendação do Alto Comando na capital mineira para que fosse excluído do quadro social da AECB um veterano que não estava em consonância com a visão política do regime: “O presidente mostra a carteira de gratuidade do companheiro José Pereira cart nº 584, dizendo que foi informado pelo exmo sr. Gen. Cmte. Da ID4 que o referido comp. encontra-se preso

por ser subversivo, propondo a exclusão do mesmo”³⁸⁴. Nessa lógica, junto ao veterano José Pereira, outros de seus companheiros seriam cassados por estarem supostamente ligados à subversão. O brigadeiro Rui Moreira Lima³⁸⁵, que escreveu o livro “*Senta a Pua!*”, como comandante da Base Aérea de Santa Cruz, em Salvador (BA), foi alvo de perseguições e expulso da FAB por se recusar a tomar parte no golpe. Além dele, o brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, quem havia criado o símbolo do “*Senta a Pua*” (avestruz guerreiro), foi demitido da FAB e teve os seus direitos políticos cassados por um período de dez anos, não podendo inclusive trabalhar na aviação civil³⁸⁶. Também foram perseguidos outros veteranos que comungavam com ideais contrários ao Regime como Boris Schnaiderman³⁸⁷ e Jacob Gorender³⁸⁸, que tiveram de dar explicações pelos posicionamentos políticos reverberados publicamente.

No que se refere à legislação de amparo, não houve uma concessão considerável de benefícios ao longo do regime para os ex-expedicionários. Como propõe Ferraz, a Constituição de 1967 “estava apenas cobrindo com um verniz constitucional um conjunto de direitos já previstos na legislação ordinária”³⁸⁹. Destoa dessa lógica a Lei nº 6.592/1978, que possibilitou aos ex-combatentes incapacitados de buscarem meios materiais para sustentarem suas famílias receberem uma “pensão especial equivalente ao valor de duas vezes o maior salário mínimo vigente no país”³⁹⁰, sob a condição de o privilegiado não acumular outras vantagens pecuniárias estabelecidas em lei. Isso originou protestos por parte do grupo, já que os beneficiados seriam somente aqueles que possuíam valores e renda dentro dos limites da pensão. As reivindicações se arrastaram até que a Constituição Federal de 1988 fosse outorgada e garantisse aos ex-combatentes (de acordo com a Lei nº 6.592/78) uma pensão equivalente ao soldo de um segundo tenente do Exército. A problemática da questão paira não somente no fato de que muitos dos veteranos padeceriam sem receberem os benefícios da

³⁸⁴ A “ID4” era a 4ª Divisão de Infantaria. Cf. AECB-BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.4, sessão de 29 out./1971, p.70.

³⁸⁵ Foi um piloto do 1º Grupo de Caça e realizou 94 missões ao longo da Segunda Guerra Mundial.

³⁸⁶ SANTOS, Andréa Paula dos. **À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

³⁸⁷ MARCOLIN, Neldson. **Memórias de Um Ex-Combatente: Entrevista com Boris Schnaiderman**. In: Revista Pesquisa FAPESP. São Paulo, outubro de 2015.p. 26.

³⁸⁸ FREIRE, Alípio e VENCESLAU, Paulo de Tarso. **Memória: Jacob Gorender – O PCB, a FEB e o Marxismo**. In: Teoria e Debate nº 11; julho a setembro de 1990. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-quefazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-jacob-gorender-o-pcb-feb-e-o-marxis>. Acesso em: 01/09/2019

³⁸⁹ FERRAZ, 2012, op.cit, p.193

³⁹⁰ Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6592.htm>. Acesso em: outubro de 2020.

legislação de amparo (após 40 anos da guerra), mas também nas deturpações e deformações das leis. De acordo com Ferraz, “algumas dezenas de funcionários bem remunerados, considerados ex-combatentes pelas ‘leis da praia’, recebiam verdadeiras fortunas em aposentadorias: eram os chamados pracinhas marajás”³⁹¹. Com a divulgação desse fato, os ex-expedicionários se viram em novas polêmicas. Foram acusados injustamente de serem “marajás”, quando na verdade eram outras categorias de ex-combatentes que se viram beneficiadas, principalmente os das chamadas “leis da praia” e que em nada tinham contribuído para o esforço de guerra. Embora os benefícios tenham sido revogados por Fernando Henrique Cardoso³⁹², as disparidades na legislação permitiram que uma minoria continuasse usufruindo dos mesmos³⁹³.

De modo distinto dos ex-combatentes marajás, os ex-expedicionários seguiram tendo as suas pensões relativas às de um segundo-tenente das Forças Armadas, o que foi ratificado na Lei nº 8.059/1990³⁹⁴. Nesse sentido, mesmo para aqueles que gozaram dos benefícios previstos em lei, foi preciso trilhar uma longa estrada. A legislação não contribuiu para a realização de uma política de reparação e o reconhecimento simbólico dos veteranos, embora contribuísse para auxiliá-los materialmente, acabou por formar discursos que os tornaram algozes e vítimas. As discussões provenientes da concessão das pensões especiais revelam as disputas preponderantes na história e memória dos ex-expedicionários.

Desse modo, como foi possível perceber, apreender os simbolismos e as narrativas ancoradas sobre a memória do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial é uma missão árdua e dispendiosa. É preciso compreender, após setenta e cinco anos do término da guerra, a lógica das ligações que prevaleceram entre o Exército, os ex-combatentes e as agremiações, tendo em vista as características distintivas e os signos que possibilitam a edificação das lembranças dessas coletividades. Deve-se ter em mente as apropriações que

³⁹¹ FERRAZ, op. Cit, p.230.

³⁹² O art. 263 do Decreto 2.172, de 05 de março de 1997, baseando-se no inciso XI do artigo 37 e no artigo 248, previstos na Constituição Federal de 1988, limitou a pensão especial à remuneração correspondente a de Ministro de Estado. Salienta-se que na Constituição já constava anteriormente esse teto, o decreto apenas valeu-se de uma determinação legislativa preexistente que não era cumprida. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2172.htm>. Acesso em: junho de 2020.

³⁹³ Em matéria da Revista Época, divulgada em 6 de dezembro de 2010, há a denúncia do uso da “lei da praia” com a finalidade de se conceder pensões as quais oscilavam entre 21 mil reais e 41 mil reais. Os aposentados marajás eram exatamente aqueles que se valiam de deformações nas leis para se beneficiarem, já que não haviam participado da FEB. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI193398-15223,00.html>>. Acesso em: junho de 2020. Em dezembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal divulgou novas informações relativas às pensões especiais de “ex-combatentes”. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?Conteudo=196737&caixaBusca=N>>. Acesso em: junho de 2020

³⁹⁴ Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8059.htm>. Acesso em: junho de 2020

instrumentalizaram essas memórias para atingir diferentes fins, assim como esmiuçar os traumas e ressentimentos, que revelam distorções e fragmentações nesse campo de memórias. A memória febiana não compreende apenas aos ex-expedicionários que “implodiram” e “removeram” Vargas do poder em 1945, nem aos militares do golpe de 1964; também não se refere ao discurso vitimizador que se ancora nas lutas pela reintegração social nos anos após a guerra. A memória da FEB mescla elementos de todas essas narrativas, que não são fechadas em si próprias, mas são marcadas eminentemente por uma heterogeneidade de percepções dos vários atores sociais em jogo. Nesse percurso, a ação das associações tem sido de suma importância para conservar a memória dos veteranos e o simbolismo de suas lutas, ainda mais no presente, diante da diminuição progressiva do número de ex-expedicionários.

A problemática questão da readaptação dos veteranos no pós-guerra segue sendo solenemente ignorada nos eventos oficiais realizados nas unidades do Exército. Diante dos variados caminhos tomados pelos ex-expedicionários após o regresso ao Brasil, alguns “venceram” por participarem da FEB, é possível analisar o modo que algumas memórias individuais recebem notoriedade no meio público e outras ficam esquecidas. Deve-se observar o fato de que as narrativas oficiais podem fazer sentido para os indivíduos, que podem não apenas dar significância às suas experiências, mas refletirem-se numa possível comunhão com seus valores e opções políticas, mesmo após anos a fio de decepções e sofrimento³⁹⁵.

É contraditório o fato de indivíduos que lutaram contra a opressão e a tirania de ditaduras na Europa e pelas democracias ocidentais, servirem e nutrirem afeição por uma ideologia de Estado que cassou direitos políticos e sociais, bem como perseguiu aos seus opositores políticos. O culto à “Revolução de 1964” foi apregoado no interior das agremiações de veteranos em Belo Horizonte e a valorização da memória da FEB ressaltada nos meios militares. Com o fim do Regime Militar, no imaginário popular foi cultivada a imagem da FEB e os militares como parte de uma coisa só. Isso dificultou a difusão de memória almejada pelos veteranos no final de suas vidas, já que sua memória havia sido praticamente “militarizada”.

A proximidade dos veteranos brasileiros em relação ao Exército na procura de apoio institucional acabou resultando em efeitos contrários aos que se esperava alcançar nas entidades dos ex-combatentes. Em decorrência do trauma gerado na população pelo regime militar, houve o silenciamento sobre as referências culturais envolvidas com a temática, assim

³⁹⁵ THOMSON, Alistair. **Anzac memories. Living with the legend**. Melbourne: Oxford University Press, 1994, p.5

as comemorações e monumentos daquele período padeceram com a invisibilidade social ou foram submetidos a críticas contundentes³⁹⁶.

3.2 - Transmissões e testemunhos: a memória dos descendentes dos litorâneos e febianos

Esse trabalho compõe um percurso analítico que visa esmiuçar o cenário que se formou a partir da “memória comunicativa” e da “memória cultural” entre os veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), litorâneos e seus descendentes em Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais. Interessa discutir como os descendentes daqueles homens que serviram na Segunda Guerra Mundial, constroem suas histórias de vida produzidas em situações de entrevista articuladas a discursos do passado familiar, especialmente às experiências de seus pais. Aleida Assman caracteriza essas duas dimensões da memória da seguinte maneira:

A ‘memória comunicativa’ se pratica em forma interativa quando indivíduos e grupos voltam a reviver o passado no presente. A ‘memória comunicativa’ é, em comparação com a ‘cultural’, algo assim como a memória de curto prazo da sociedade, que depende da existência daquelas pessoas que viveram essa época. Ela somente pode ter um alcance aproximado de 80 anos, ou seja, três ou quatro gerações. [...] A ‘memória cultural’, se manifesta na subsistência de textos, imagens, ritos que são próprios de cada sociedade e cada época [...] através de cujas práticas, a sociedade consolida uma imagem de si mesma como tal, e expressa um saber coletivo principalmente do passado no qual o grupo ancora sua idiossincrasia e a consciência de unidade³⁹⁷.

As entrevistas foram realizadas de modo que cada entrevistado narrasse sua história de vida com base nas experiências dos ex-combatentes no pós-guerra, explicitando que isso poderia ser feito de acordo com a sua preferência e no tempo que fosse necessário. Nesta fase, interessava apreender como os entrevistados constroem, para outrem, sua história de vida. Em seguida, foram feitas questões visando esclarecer dúvidas sobre temas mencionados pelo entrevistado e, ao final, foram feitas perguntas relativas ao processo de reintegração social dos veteranos da FEB e dos litorâneos.

³⁹⁶ A historiografia que analisa a temática, também enveredou por caminho analítico semelhante ao do presente trabalho. Cf. NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**, Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005; ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em História, 2010; FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

³⁹⁷ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2011, p.107.

A análise das entrevistas acompanha e se inspira de modo especial nas reflexões de Alessandro Portelli, presentes em artigos e na coletânea intitulada *Ensaio de História Oral*. Para Portelli, a narração oral é constituída e organizada no diálogo entre entrevistado e entrevistador e envolve também experiências e narrativas compartilhadas pelo grupo ao qual pertence o primeiro³⁹⁸. Nessa perspectiva, como foi afirmado anteriormente, se busca apreender a construção da narrativa da história de vida, o lugar e a importância de determinados fatos, processos e, especialmente no caso dos descendentes dos expedicionários, como estabelecem relações entre sua história de vida e as experiências de seus pais, através da memória comunicativa.

A análise dos conteúdos de memória veiculados pelos descendentes dos veteranos da FEB é de suma importância para compreender como as vivências dos pais ressoaram nas experiências e nas construções que os seus respectivos filhos fizeram sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Há convergências e disparidades nos depoimentos colhidos com nove filhos de veteranos, principalmente pela heterogeneidade do público escolhido para compor o cenário dessa pesquisa. O objetivo era identificar o modo pelo qual a memória coletiva se estruturou, através dos possíveis pontos de contato existentes entre a comunidade de memória representada pelos descendentes, levando em conta que a maioria dos pais deles já faleceram.

No percurso para se tomar contato com os conteúdos de memória dos descendentes, evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre entrevistador e entrevistado, deve-se levar em consideração que o historiador assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: “mais do que ‘recolher’ memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações”³⁹⁹. Para Portelli, a diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias dentro de seu círculo imediato.

Procurou-se formar um cenário mais amplo possível na escolha de entrevistados que tivessem perfis distintos entre si, mas em comum o fato de serem irmanados pelo “tributo de sangue” prestado pelos pais nos idos anos da década de 1940. Na escolha dos agentes de memória a serem entrevistados foram utilizados basicamente duas variáveis: a percepção dos

³⁹⁸ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

³⁹⁹ Ibid, p.20

filhos mais engajados em lugares de memória que os pais desempenharam papéis ativos em suas atuações históricas no pós-guerra; o julgamento dos filhos que estavam mais distantes das experiências desenvolvidas pelos espaços de recordação levada a cabo por seus respectivos pais nas associações de ex-combatentes. Foram entrevistados indivíduos ligados às atividades desempenhadas na Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) e na Associação dos Ex-combatentes do Brasil (AECB), mas também aqueles que participavam esporadicamente das ações levadas a cabo nas associações e ainda os que habitaram o bairro Caiçaras (local em que vários veteranos residiram com as famílias).

A maior parte dos entrevistados participou das comemorações do “Dia da Vitória” ocorrida na Praça da Liberdade em Belo Horizonte no ano de 2019. Aquela foi uma oportunidade ímpar para tomar contato com os descendentes, anotar os dados dos mesmos, para posteriormente estabelecer uma comunicação. Naquela ocasião, os familiares de veteranos da FEB, em maior número, compunham o que na visão de seus idealizadores era o chamado “Regimento Imortal”⁴⁰⁰. Devido ao trabalho de memória desenvolvido por aquela instituição, vários foram os que atenderam ao chamado da ANVFEB, divulgado principalmente nas redes sociais, para compor as fileiras do transcurso dos 74 anos da vitória sobre o nazifascismo na Europa.



Figura 12- O "Regimento Imortal" desfilando com fotos dos veteranos estampadas em suas camisetas.
Fonte: Acervo Pessoal.

Os descendentes dos ex-combatentes do litoral também se fizeram presentes naquela parada militar, mas a representação era menor se comparada aos da FEB. Segundo um dos

⁴⁰⁰ Segundo Marcos Renault, presidente da ANVFEB, a iniciativa de congregar os descendentes dos veteranos para os desfiles visava à perpetuação da memória da FEB, já que grande parte dos veteranos já havia falecido. Entrevista realizada em 10/11/2019 em Belo Horizonte.

colaboradores da AECB, houve insistentes contatos com os descendentes dos litorâneos, “mas não houve o comprometimento e o interesse dos mesmos em comparecer no evento”⁴⁰¹. Pode-se pressupor que a menor representação no “Dia da Vitória” esteja ligada também à ausência de canais efetivos para que reverbere as narrativas dos soldados que serviram no litoral em cerimônias militares.



Figura 13- Descendentes dos litorâneos no Dia da Vitória em 2019. Fonte: Acervo Pessoal.

Aquele evento ocorreu pela segunda vez consecutiva em Belo Horizonte, na visão de uma das entrevistadas e idealizadoras do evento, era preciso “mostrar a força da FEB, que estávamos todos juntos e unidos pela bandeira dos veteranos”⁴⁰². É possível perceber na descrição acima, semelhanças com as passagens ditas pelos ex-expedicionários nos primeiros tempos da AECB em Belo Horizonte, de que nas comemorações era preciso mostrar que estavam “vivos e unidos” pela causa expedicionária. Segundo Miriam de Leo, colaboradora da ANVFEB e filha do veterano Leonardo de Leo, “na época eles não tiveram apoio nenhum”. Em sua concepção, após a guerra “as Forças Armadas não deram apoio aos veteranos, então ficou cada um por si e salve-se quem puder!”⁴⁰³, somente com o passar dos anos o Exército passou a apoiar aos veteranos. Na visão dela, atualmente as cerimônias militares tem contribuído para manter a memória da FEB.

Na direção de Miriam de Leo, vai a sua colega Fátima Moreira, que também participa ativamente e dedica várias horas do seu tempo como voluntária na ANVFEB. Segundo ela, o Exército passou a apoiar os veteranos somente nos últimos anos:

⁴⁰¹ Entrevista realizada com Nivaldo Luiz, no dia 15/01/2020. Ele é uma espécie de “faz tudo” no espaço da AECB, reside no local desde 2015.

⁴⁰² Entrevista realizada com Miriam de Léo em 15/05/2020

⁴⁰³ Ibid.

Com relação ao apoio que as Forças Armadas deram ou não, eu diria que, foram ‘muitas flores jogadas e pouca prática’. Agora nos últimos anos, eu diria uma década talvez pra cá, os militares que passaram a integrar as Forças Armadas, eu percebo uma cabeça muito diferente, sabe?! Eu passei a conviver mais com eles, eu não tinha vivência nenhuma nessa área, então são pessoas qualificadas, pessoas que pesquisam, que estudam muito. E muitos deles, muito sensíveis em termos de valorizar, pesquisar, de ir atrás! E, a gente tem visto isso, os últimos generais que passaram por aqui: o general Araújo, o general Schneider, depois general Nolasco e agora general Polsin. Ele tá indo pra reserva no final do mês e a gente tá assim, com um pesar muito grande, porque ele e a esposa dão todo apoio pra nós, tá?! Inclusive em questão de tentar ver verba pra melhorar o museu e, também memoriais em outras cidades⁴⁰⁴.

Ambas desempenham seus papéis ativamente na sede do Museu e da ANVFEB nas dependências da antiga 11ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM) em Belo Horizonte. Suas narrativas são compostas em meio às influências e interconexões estabelecidas com aquele lugar que faz parte o grupo de militares. Chama atenção, o fato de Jaqueline Machado descrever em seu relato que para o Sr. Francisco Ferreira Machado, “o Exército sempre foi uma família, o suporte dele”⁴⁰⁵. E na concepção de seu Fernando Lage, “o Exército não pôde fazer muita coisa, mas sempre deu apoio moral”⁴⁰⁶. Percebe-se que ocorreu uma íntima ligação entre o “espírito febianos” e a Instituição Castrense de tal modo que, há certa consonância entre as imagens construídas pelos veteranos e os descendentes, mas, mais do que isso, a revelação de que as agremiações conseguiram fixar determinadas visões na memória da comunidade em questão. Diante da constituição de um enunciado de grupo, prevalece o sentido de criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos. Assim, a coletividade, ao historicizar sua memória, solidifica e fixa a sua imagem no corpo social assegurando a perpetuação da mesma⁴⁰⁷.

Alguns dos entrevistados relataram que os seus pais eram muito quietos e o silêncio imperava em seus respectivos lares em relação à guerra. Segundo a senhora Ione, o seu pai era muito calado e ela desconhecia as razões⁴⁰⁸. O Senhor Cláudio Nunes argumentou que na adolescência:

O assunto guerra lá em casa não era proibido, mas ele não era falado. Nunca o meu pai proibiu de falar, e nunca falou 'Ah, não fala em guerra!' Meu pai não gostava de ver filme de guerra. Eu, adolescente, rapaizinho novo, eu gostava de ver um seriado que chama 'Combate'. Era um filme, falava sobre a Segunda Guerra Mundial. Mas, meu pai nunca me proibiu de ver não, ele passava, via, ia dormir, mas não falava nada não. Ele só me mandava ir dormir quando era bem tarde.

⁴⁰⁴ Entrevista realizada com Fátima Moreira em 20/06/2020.

⁴⁰⁵ Entrevista realizada em 17/01/2020 com Jaqueline Machado.

⁴⁰⁶ Entrevista realizada em 15/01/2020 com Fernando Lages, filho de Eliseu Lages (veterano da FEB).

⁴⁰⁷ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁰⁸ Entrevista com Ione Fortunato, filha de Romão Fortunato (veterano da FEB), realizada em 15/01/2020.

Nessas situações, de acordo com Pollak deixando de lado as motivações de natureza política, as razões de maior relevância no que tange a esse silenciamento originam-se de fatores pessoais, que podem estar relacionados à uma estratégia traçada pelos veteranos para não perturbarem os filhos com suas trágicas lembranças⁴⁰⁹.

Recordações que eram tumultuadas pelas agruras e dificuldades enfrentadas nos anos após a guerra, luta importante que ressoou nos veteranos, foi no que tange à busca por habitação digna na metrópole belo-horizontina. Na cidade de meados da década de 1940, continuava sem resolução os problemas decorrentes da rápida ocupação do antigo arraial de *Curral D'el Rei* pelos trabalhadores que haviam se envolvido na construção de Belo Horizonte (1897) e aqueles marginalizados no processo de modernização da capital⁴¹⁰. Haja vista a grande quantidade de veteranos necessitados, a questão da obtenção da moradia era um dilema que se colocava dada a dificuldade para encontrar empregos estáveis após a guerra. Foi possível vislumbrar certa esperança no horizonte a partir da eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República. Quando prefeito, observou as bem sucedidas iniciativas levadas a cabo por um empresário mineiro na construção de casas populares através do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI). Kubitschek levou ao então presidente Eurico Gaspar Dutra a ideia de se fundar uma instituição nacional que tivesse como propósito firmar acordos com empresas privadas para construir as ditas casas populares⁴¹¹. O tal empresário era Marcial do Lago, que seria o superintendente da Fundação da Casa Popular (FCP) na administração do presidente Juscelino⁴¹². A FCP, instituída no

⁴⁰⁹ POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 06

⁴¹⁰ Além disso, no clima de otimismo do pós-guerra, o mercado imobiliário aproveitou-se da situação para encarecer as terras existentes, reservando para si o que podia nas zonas suburbanas e na zona rural de Belo Horizonte. A insana disputa comercial pela propriedade de terras condenou os mais pobres a permanecerem em sua vida já atordoada nas periferias e nas elevações da capital.

⁴¹¹ Embora essa versão tenha sido concedida pelo próprio empresário mineiro em questão e não pôde ser submetida ao cruzamento com outras fontes na bibliografia consultada. Cf. AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L.A.G. de. Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro, Centro Edelstein, 2011, p.1.

⁴¹² Marcial do Lago fez carreira no funcionalismo público, prestou concurso para a Previdência Social em 1939, sendo designado para exercer suas funções no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPTEC) em Belo Horizonte. Em 1944, também começou a trabalhar na construção civil. Licenciou-se do IAPTEC para assumir o cargo de auxiliar de gabinete do governador de Minas Gerais (1951-1956). Nesse período, organizou e dirigiu a Construtora Bandeirante, até 1956, quando foi convidado por Kubitschek para assumir a presidência da Fundação da Casa Popular, no Rio de Janeiro. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 27/03/2020. Verbetes CPDOC

período posterior ao Estado Novo⁴¹³, foi uma estratégia política importante para o governo Kubitschek, embora não constasse do “Programa de Metas”⁴¹⁴.

No início de seu governo, Kubitschek visitou o cemitério em Pistóia onde estavam os restos dos soldados da FEB mortos na guerra. No local realizou um discurso buscando estabelecer a coesão de princípios entre aqueles soldados e o seu governo, em sua visão ambos teriam composto igualmente a luta pelos ideais democráticos⁴¹⁵. Ainda em 1956, Kubitschek esteve presente na Associação dos Ex-Combatentes do Rio de Janeiro (AECB-DF) para o início das obras da Casa do Ex-Combatente, realizando discurso que, a exemplo do evento anterior, também reforçava possíveis virtudes intrínsecas aos veteranos:

Vim para estar alguns momentos ao vosso lado, meus bravos amigos, veteranos da campanha da Itália, na hora em que se inicia a construção do edifício que vos servirá de sede definitiva e, também, para renovar diante de vós, antigos soldados da Força Expedicionária Brasileira, o mesmo juramento que fiz, da maneira mais solene, no Campo- Santo de Pistóia, onde descansam os vossos camaradas que não voltaram aos seus lares, pois Deus os recolheu na guerra justa em que se empenharam a favor da liberdade e da democracia, guerra em que se decidia o destino da própria civilização. (...) Espero contar com o vosso entusiasmo, o vosso calor e a vossa fidelidade em favor da Pátria, pela qual vos expusestes a sofrimentos e perigos e quem os heróis de Pistóia dedicaram a própria vida⁴¹⁶.

À primeira vista pode parecer que Kubitschek realmente possuía a intenção de fazer algo pela causa dos veteranos. No entanto, para inserir a demanda da casa própria na pauta do governo, os veteranos necessitaram formar comissões para estabelecerem as negociações diretamente no Rio de Janeiro. À frente das mesmas, no momento em que foi feita a concessão, estava o próprio Marechal Mascarenhas de Moraes⁴¹⁷. Seriam construídas inicialmente duas mil casas em todo o país para os ex-combatentes, houve êxito da seção de

⁴¹³ A Fundação da Casa Popular foi criada em 1º de Maio de 1946 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, através do decreto-lei n. 9218, e subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Foi iniciativa de um governo que sucedeu à administração populista de Vargas e acenava com a casa própria como um meio de angariar legitimidade e alcançar penetração junto aos trabalhadores urbanos. Cf. CEZÁRIO, Cida. **Bairro Presidente Juscelino, 60 anos**. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2018, p. 17.

⁴¹⁴ Parecia não existir possibilidade de meio termo para o novo presidente, e por isso mesmo o apoio da opinião pública seria a única forma de garantir sua manutenção no cargo. Era preciso ousar, e JK ousou ao anunciar seu programa de governo – 50 anos de progresso em 5 anos de realizações, com pleno respeito às instituições democráticas. Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornaram conhecidos como Programa ou Plano de Metas. Na última hora o plano incluiu mais uma meta, a 31ª, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 27/03/2020. Verbetes CPDOC.

⁴¹⁵ Naquela ocasião, ressaltou que iria tomar os veteranos mortos como “modelos, fazendo o que fizestes, que foi cumprir o vosso dever até o fim”. Cf. Juramento de Juscelino. A NOITE. Rio de Janeiro, 18/01/1956. ed. 15219, p. 5.

⁴¹⁶ Discurso de Juscelino na Associação dos Ex-Combatentes do Rio de Janeiro em 1º de Março de 1956. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1956/07.pdf/view>>. Acesso em: março de 2020.

⁴¹⁷ CORREIO DA MANHÃ, 16 de junho de 1956, p. 7.

Belo Horizonte em conseguir encaminhar para a capital uma parcela das casas que foram prometidas a AECB- DF⁴¹⁸. O próprio Marcial do Lago estaria presente numa Assembleia Geral na AECB em Belo Horizonte e anunciaria a construção das casas populares no bairro Caiçaras⁴¹⁹, prometendo entregar até 31 de janeiro de 1958, duzentas unidades, de início⁴²⁰. Na realidade, o projeto de edificação do conjunto residencial naquele bairro previa 635 casas, sendo 435 para os trabalhadores em geral e o restante para os veteranos⁴²¹.

Após terem o direito adquirido, muitos ex-combatentes não quiseram ocupar os imóveis por preconceito de classe ou orgulho. Alguns militares de carreira que tinham participado da guerra sentiram-se inferiorizados porque, segundo eles, a distribuição das residências, dentro do Conjunto, assim como no Exército Brasileiro, deveria obedecer à hierarquia militar e não ser aleatória e livre, como parecia ser o previsto pela FCP⁴²². Nessa linha, segundo Cezário, outros não quiseram pois encontravam-se mais bem instalados na cidade, outros se estabeleceram em suas cidades de origem e não pretendiam morar na capital, ainda havia os que não desejavam ir morar num local tão distante do centro da cidade⁴²³. Em documentos analisados, também pôde se verificar que não foram poucos os veteranos que deixaram de se apossar das casas a que tinham direito⁴²⁴. Apesar disso, na AECB- BH, Marcial do Lago foi visto como “um homem público, que veio reconhecer os nossos esforços na Campanha da Itália, quando lutamos pela liberdade do mundo”⁴²⁵.

⁴¹⁸ A comissão que conseguiu requisitar no Distrito Federal a construção de casas populares também em Belo Horizonte foi composta pelos ex-combatentes Manoel Pedro dos Santos, Divaldo Medrado e Antônio Batista de Assunção.

⁴¹⁹ O Caiçaras formou-se a partir de pequenas vilas: Alto dos Caiçaras, São Geraldo, Vila Araci, Vila Adelaide e Chácara do Tanque, algumas delas já aprovadas na década de 1920, porém pouco ocupadas. Na década de 1950, foi construído o Conjunto Habitacional Presidente Juscelino Kubitschek, de grande importância para a ocupação do bairro “Caiçara Adelaide”. Parte das casas desse conjunto foi destinada a ex-combatentes da Segunda Guerra. A continuidade da abertura da Avenida Carlos Luz, na década de 1970, ligando o Caiçaras à Pampulha, valorizou a região. Até então, quem morava em bairros próximos dali, como nas vilas do Senhor Bom Jesus e Nova Esperança, considerava o Caiçaras como um local muito afastado e isolado, era o “fim do mundo”. A Carlos Luz, ainda hoje, é conhecida pelo nome que recebeu na época da sua abertura, “Catalão”. Seu nome atual foi dado poucos meses depois de sua inauguração Cf. ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Noroeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008, p.24-25.

⁴²⁰ Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 21 de jun./ de 1956, p.20., AECB-BH.

⁴²¹ CEZÁRIO, 2018, Op. Cit, p. 66.

⁴²² Em várias passagens nas atas da AECB entre 1956 e 1958, continuamente esboçaram críticas sobre o processo de distribuição das casas.

⁴²³ CEZÁRIO, 2018, Op. Cit, p. 70.

⁴²⁴ Muitos moravam em regiões mais próximas do centro da cidade, já possuíam a casa própria ou não apreciaram a ideia de residirem em casas geminadas. Relatório das Atividades da Diretoria da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção de Belo Horizonte, Durante à Gestão de 1958, p.2. Belo Horizonte. AECB-BH.

⁴²⁵ Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.2, sessão de 06 de ago./ de 1958, p.55, AECB-BH.

Na inauguração do conjunto residencial, ocorrida no 1º de maio de 1958 (Dia do Trabalho), compareceram o presidente Juscelino Kubitschek e Marcial do Lago (o superintendente da FCP), foram fornecidos ônibus especiais para conduzir a população para o local do evento. O marco comemorativo foi descoberto por Kubitschek, numa cerimônia que ganhou ares populistas, além disso, o bairro construído recebeu o nome da mais alta autoridade do Executivo.



Figura 14- Juscelino na inauguração do Conjunto Habitacional presidente Juscelino Kubitschek. Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Oliveira (descendente do veterano Antônio Oliveira).

O bairro Presidente Juscelino, como ficaria conhecido, teria primeiramente letras do alfabeto e depois números para designar as ruas naquele logradouro. No entanto, nomes de veteranos (principalmente ex-expedicionários) mortos na guerra foram dados posteriormente e colocados pela FCP em placas nas localidades do bairro⁴²⁶. Os nomes foram concedidos pelos próprios veteranos da AECB⁴²⁷.

Naquele bairro, após a sua criação, transcorreram iniciativas que visaram valorizar a memória da FEB em meio aos moradores, formados principalmente pelas famílias dos ex-expedicionários. Por vezes, ocorreram eventos significativos desenvolvidos para os veteranos no “Conjunto dos Ex-Combatentes” pelas associações, como ficou popularmente conhecido o Conjunto Habitacional Presidente Juscelino Kubitschek. Por ocasião do transcurso do dia 16 de julho de 1997⁴²⁸, a ANVFEB organizou uma missa celebrada pelo reverendíssimo padre Lúcio Prado, na Igreja de Nossa Senhora da Rainha da Paz, localizada na região das casas

⁴²⁶ Algumas das ruas passaram a adotar as seguintes denominações: Expedicionário Francisco Teles (antiga rua 2); Iracy Carneiro (antiga rua 3); Expedicionário Wilson Ferreira (antiga rua 4, depois rua 15); Expedicionário Sinval de Melo (antiga rua 8); Expedicionário João Moreira (antiga rua 11); Expedicionário Michel Jacob Cheib (antiga rua 13); Expedicionário Amaro da Silveira (antiga rua 14); Expedicionário Hereny da Costa (antiga rua 16).

⁴²⁷ Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 28 de set./ de 1959, p.82., AECB-BH.

⁴²⁸ Data em que se comemorava a criação da ANVFEB em 1963 e o desembarque do 1º Escalão da FEB, na cidade de Nápoles, na Itália.

populares. Aquele foi um momento importante para reunir a comunidade e mobilizar a memória da guerra:

Foi uma cerimônia religiosa muito bonita e muito comovente, com a participação de 300 pessoas, aproximadamente, entre veteranos, viúvas de veteranos e familiares (...) Durante a celebração da missa, que contou com a participação do Coro da Igreja, os nossos pracinhas participaram da Procissão do Ofertório, conduzindo pelos casais Nagib/ Tereza e Neves/ Iraci, a Patena com o Pão e o Cálice com o Vinho, seguidos da D^a Efigênia que entregou um envelope, contendo o nome e o endereço de todos os veteranos e viúvas residentes no local e uma oferta da nossa S/Regional para as obras sociais da Paróquia, vindo em seguida 7 casais de veteranos e suas esposas, os veteranos conduzindo cada um, uma rosa vermelha, simbolizando o sangue derramado pelos nossos pracinhas, que naquele momento era oferecido ao nosso Pai e as esposas, 7 rosas brancas, simbolizando a paz conquistada, oferecida à Nossa Senhora Rainha da Paz, que foram depositadas no altar⁴²⁹.

As temáticas preponderantes na memória dos veteranos em torno do bairro também estiveram marcadas pelo futebol que era praticado na comunidade. Havia inclusive times diferentes no “Conjunto dos Ex-Combatentes”, um dos veteranos (o “8 de maio”) e outro dos filhos dos veteranos (geralmente não possuía um título específico). Era comum os campeonatos organizados pelos veteranos, sendo a prática futebolística uma atividade esportiva de relevância para os moradores. Em certa ocasião houve a doação de camisas do time dos veteranos para o time de filhos de ex-combatentes, para que pudessem participar das partidas ocorridas devido às comemorações do dia 8 de maio (o Dia da Vitória)⁴³⁰.



Figura 15. - O time " 8 de maio " com os jogadores formados por veteranos da FEB no Conjunto dos Ex-Combatentes. Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Oliveira (filho do veterano Antônio Oliveira).

⁴²⁹ Boletim Informativo da ANVFEB SR/BH. Belo Horizonte, nº 91, jun. 1997, p. 3.

⁴³⁰ Os pais deveriam doar aos seus filhos as camisas para que pudessem participar devidamente das comemorações relacionadas à vitória sobre o nazifascismo na Europa em 1975. Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.3, sessão de 09 de dez./ de 1975, p.166.

Outro conteúdo que ressoou também na memória dos descendentes eram os casos dos veteranos que devido a transtornos pós-traumáticos, as “neuroses de guerra”, realizavam atos insanos e por vezes barbaridades no “Conjunto dos Ex-Combatentes”. Muito provavelmente, esse foi o caso do veterano Azelino Silva Gonçalves, residente no conjunto habitacional, que matou o próprio filho (Ademir) após uma discussão entre ambos. O jornal Estado de Minas noticiou o fato:

No dia do crime, Azelino se preparava para uma pescaria com amigos quando soube que Ademir havia comido os ovos comprados para a pescaria. Por volta das 22h chegou em casa para pegar os apetrechos da pescaria e seu filho menor contou que o irmão tinha feito omelete com os ovos. Azelino afirmou que não se importou com o fato e queria somente pescar. Mesmo assim o filho entrou na casa xingando o pai e na cozinha jogou as panelas para cima. Os dois discutiram e Ademir deu uma paulada na cabeça do pai. Azelino pegou uma tábua atrás da porta e golpeou o filho na cara. Ademir pulou o muro da casa e passou a jogar pedras no ex-combatente que queria sair para encontrar com os companheiros de pescaria. Todos os vidros da casa foram quebrados por Ademir e Azelino não pôde sair, devido às pedras atiradas pelo filho. Azelino acredita que Ademir tenha trancado a porta pelo lado de fora a fim de impedir sua saída. Bastante nervoso, o ex-combatente foi até o quarto, pegou a cartucheira, carregou-a e voltou para sala. No momento que Ademir jogava uma pedra, Azelino disparou pela janela. Sua mulher gritou por socorro e o ex-combatente saiu para a rua com a cartucheira na mão e encontrou o filho caído em frente a sua casa. (...) **Azelino participou das batalhas de Monte Castelo, Montese, Gaba e do Vale do Pó, na Itália, como integrante da Força Expedicionária Brasileira.** Ao voltar da guerra, esteve **internado** por mais de um ano no Hospital Raul Soares para **tratamento mental**. Depois foi transferido para os Hospitais militares de Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Ele disse estar arrependido, ‘apesar de tudo’⁴³¹.

Diante das várias profissões assumidas pelos pais para sobreviver, ou mesmo da necessidade de buscar desenvolver ofícios específicos⁴³², na concepção da senhora Ione Fortunato: “os filhos dos ex-combatentes eram discriminados”. Em seu relato, transpareceu o fato de que devido às “neuroses de guerra” de alguns veteranos, muitos pensavam que os “filhos de veteranos eram doidos”⁴³³. Esse posicionamento revela os possíveis estereótipos com que os filhos foram marcados ao longo de suas trajetórias. Não eram raros os casos de veteranos com distúrbios mentais, no bairro Caiçaras alguns deles se tornaram famosos: o veterano “Jacaré” que, quando perturbado, principalmente por garotos do conjunto, dava tiros para o alto. Segundo Antônio Oliveira, que contou esse fato, vinham patrulhas do Exército para conduzirem esses homens com transtornos pós-traumáticos para tratamento no Hospital Militar do Exército em Juiz de Fora⁴³⁴. Fernando Lages apontou que geralmente eram oficiais

⁴³¹ Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 de abril de 1982, p. 5 (glifos meus).

⁴³² Antes de ser carteiro, o pai de Fernando Lages (o veterano Eliseu Lages) foi sapateiro. O filho chegou a trabalhar junto com o pai para angariar sustento para sua família.

⁴³³ Entrevista realizada com Ione Fortunato em 16/01/2020.

⁴³⁴ Entrevista realizada com Antônio Oliveira em 15/06/2020.

(tenentes) que “vinham em viaturas para recolhê-los e até chegavam a prestar continência para os mesmos em sinal de consideração e respeito”.

Na memória de alguns dos veteranos e dos residentes do bairro, ficou assentado que “o presidente Juscelino Kubistchek era um homem valoroso e que se preocupava com os moradores do conjunto”⁴³⁵. Contudo, havia insatisfação por parte dos veteranos em relação ao fato de terem de quitar as suas casas, na visão deles haviam sido traídos por Juscelino. Na concepção deles próprios, os veteranos e suas famílias foram abandonados pela FCP. O Sr. Fernando Lages dos Santos, filho do veterano Elizeu Mendes dos Santos, relatou com enorme rancor sobre essa situação:

Nós tivemos de comprar, nós compramos e pagamos, com muito sacrifício! O meu pai com 13 filhos, cê imagina?! Todo mês eu tinha que ir até lá pagar, muitos anos fui lá no Edifício Dantez, que fica perto da praça sete. Eram pra serem casas sozinhas, individuais, mas viraram geminadas por questão de economia. São casas até muito boas, a construção delas até foi muito boa, porque naquela época já usaram cimento e barro bons mesmo... A minha mãe mora lá até hoje! (..)Colocou a gente lá, mas não dava também subsídio nenhum pra gente viver, tinha a casa e tinha que pagar a mensalidade... E lá no Cemitério de Pistóia, o Getúlio, quer dizer o Juscelino falou pros ex-combatentes vivos que estavam lá no cemitério, olha vocês foi vão ter uma casa. E simplesmente jogou os veteranos lá, entendeu?! Não posso falar, não posso acusar, mas na minha visão a Fundação da Casa Popular, não fez mais nada, entendeu?!⁴³⁶

O senhor Melane, que viveu no bairro Caiçaras, traçou uma análise semelhante à de Antônio Oliveira e Cláudio Nunes (que também foram moradores do conjunto habitacional). Ele traçou uma comparação entre o sucesso obtido pelos jogadores que foram vitoriosos nos campeonatos mundiais de futebol e o descaso do governo aos ex-expedicionários:

Os veteranos também eram revoltados pelo pouco apoio ou nenhum que receberam do governo. Enquanto que os jogares de futebol, a partir de 58, quando o Brasil ganhou a primeira Copa do Mundo, eram tratados como heróis, eram premiados com terrenos, automóveis. Então por exemplo, quando ganharam o tricampeonato mundial de futebol, O Tostão, o Piasa e o Dario receberam terrenos no bairro Mangabeiras e carros Volkswagen zero quilômetro. O que o pessoal da FEB recebeu? Nada, absolutamente nada!⁴³⁷

Ferraz também abordou a temática em sua obra, chegando à conclusão da enorme insatisfação que os veteranos possuíam com aqueles que eram aclamados como verdadeiros

⁴³⁵ Cida Cezário foi moradora do Conjunto e, em seu livro de memórias, há várias passagens elogiosas à figura de Juscelino Kubistchek. Cf. CEZÁRIO, 2018, p. 22.

⁴³⁶ Entrevista realizada com Fernando Lages no dia 15 de janeiro de 2020.

⁴³⁷ Entrevista realizada com Antônio Carlos Melane Neves, filho de João Rodrigues Neves, no dia 30/01/2020. Melane se tornou um jornalista esportivo de projeção nacional. Trabalhou no Diário da Tarde e no Estado de Minas. Em 1970, cobriu a Copa do Mundo no México e, a partir de então, realizou várias viagens nacionais e internacionais noticiando diferentes competições de distintas modalidades esportivas, especialmente o automobilismo.

heróis da Pátria, enquanto a eles restava o esquecimento⁴³⁸. Segundo Antônio Oliveira (conhecido popularmente no bairro pelo apelido de Quadrado, herdado do pai), “as partidas que fazíamos no campo onde hoje é localizado o prédio do INSS, no Padre Eustáquio”, contribuíram para criarem esses tipos de comparação⁴³⁹. Segundo Cláudio Nunes, há duas características que definem o homem: uma é o futebol, a outra é a guerra. Fernando Lages afirma que naquelas partidas:

Tinha muitas lutas, muita batalha esportiva, muita briga de turma... Aquelas coisas todas de jovem, né?! Mas, no fundo, havia muita interação principalmente dos pais, eles integravam com os que não foram na guerra, eu era artilheiro do meu time, sabe?! Com 16 pra 17 anos, eu fui campeão da cidade! ⁴⁴⁰

O futebol fazia parte da vida dos veteranos e seus filhos no bairro Caiçaras. Cláudio Nunes enfatizou a frequência contínua com que as partidas ocorriam e o envolvimento dos jovens e seus pais no esporte:

E mais a frente tinha as peladas né?! De futebol! Esse era o catalizador dos adolescentes. Nós jogamos sábado e, tinha hora pra começar, não tinha hora pra acabar. Outro dia eu fiz uma conta de quantos jovens que jogavam bola toda semana. Eram 35 jovens! Era sábado e domingo, era todo fim de semana! E, além de tudo, nós tínhamos dois pais jovens que eram mais jovens que a nós. Era o Quadrado, que é o pai do Quadrado, que você vai estar com ele e o Tião que já é falecido, morava na rua 16, e o Tiãozinho que era o filho dele que também jogava bola com a gente. Tinha essa interação dos pais. Não tinha aquela coisa de... Não tinha... Era uma vida muito gostosa no Caiçara!

O sentido de compartilhamento de memórias foi muito forte entre os descendentes de veteranos que residiam no bairro em que foi criado o “Conjunto dos Ex-Combatentes”, o Caiçaras. Daí, os relatos de Fernando Lages, contados pela sua mãe, de que adorava participar das festas promovidas pela Associação dos Israelitas no Conjunto, por ter “muita comida e doces”. Nas falas dos entrevistados, foi ressaltado o fato de que a Associação dos Israelitas (responsável por preservar a memória judaica na capital) possuía uma enorme gratidão aos veteranos por terem auxiliado na libertação da Europa do nazifascismo. Na mesma linha, Cláudio Nunes enfatizou a satisfação que tinha dos tempos de sua juventude e infância, período em que viveu no conjunto habitacional:

⁴³⁸ FERRAZ, 2012, Op, Cit. 182.

⁴³⁹ Entrevista realizada com Antônio Oliveira (Quadrado) no dia 10/07/2020.

⁴⁴⁰ Entrevista realizada com Fernando Lages em 15/01/2020.

Caiçaras foi a melhor coisa que teve na minha vida. Pelo seguinte, porque todos nós que somos contemporâneos que estamos aí na faixa dos 60, 65, 70 anos... Todo mundo era amigo de todo mundo e não tinha que bater na porta pra entrar. A casa do seu vizinho era prolongamento da sua casa. Você não tinha que ficar: Ô, dona Terezinha?! Gritando pra ir na casa de baixo, sabe?! Eu ia lá só pra comer abacate. Mamãe conta que não tinha muro entre as casas, ali era uma família, sabe?! Mas, como eu disse pra você, a gente cresce, a gente casa, cada um segue um rumo diferente... Enquanto nós éramos crianças, era uma maravilha. A rua ainda era de terra, a gente ficava sentado no meio fio, nem era meio fio, ficava sentado em frente da casa mesmo. A gente brincava de roda, a gente brincava de 'pêra, uva ou maçã'. Isso sem falar quando a luz do bairro acabava né?! Costumava muito a luz do bairro acabar, quando era época da lua cheia, a nossa luz era a lua. E, ali a gente brincava, era muita gente, era gente da rua 15, era jovem da rua Cananéia, da rua 8, rua 2, Francisco Teles. (...) . Brincava muito de 'pega ladrão', bolinha de gude.

É interessante levar em consideração a percepção dos filhos acerca dos vários trabalhos que tiveram de ser desempenhados por seus pais durante os “tempos do conjunto”. Segundo Antônio Oliveira, o seu pai assumiu diversos empregos devido às ausências do governo. Em sua visão, a instabilidade foi a tônica de sua trilha profissional até ter o privilégio de acesso à concursos públicos e empregos. Cláudio Nunes relatou as várias profissões que o seu pai precisou assumir:

Meu pai tinha uma banca de biscoitos na feira da Floresta, mamãe falava muito disso, e vendia biscoitos piraquê. Eu lembro porque eu tenho uma caixinha bem antiga do biscoito piraquê. Eu sei que meu pai ele teve várias atividades, mesmo em Santa Teresa, lembro mamãe contando, que ele tinha fábrica de cera, tinha fábrica de sapólio, ele vendia de porta em porta na véspera de natal aqueles cartões de felicitações, vendia brinquedos numa loja que não me lembro mais o nome... Meu pai sempre foi muito atuante profissionalmente, porque eles tiveram 10 filhos! Então ele sempre trabalhou muito. Eu me lembro dele já no Caiçaras, ele foi propagandista de remédio, trabalhava com uma pesquisa de mercado também.⁴⁴¹

Para, além disso, Antônio Oliveira ressaltou que os “filhos de ex-combatentes não podem reclamar, eles tiveram bolsas de estudo integral e estudaram em escolas de qualidade”. Fátima Moreira coaduna com esse pensamento, por ter conseguido se tornar professora de Letras graças à boa formação que obteve no Instituto de Educação onde fez o ginásio. Segundo Ana Paula Gastão, todos os seus irmãos mais velhos estudaram em escolas públicas de excelência na capital⁴⁴². As atas da AECB revelam que, por intermédio das associações, várias foram as bolsas concedidas para os filhos dos veteranos, sendo alguns dos diretores de estabelecimentos de ensino agraciados com títulos honorários.

Melane ficou decepcionado com o apoio concedido pelos poderes públicos às associações, em sua visão, os “privilégios que eram dados eram logo removidos em três ou

⁴⁴¹ Entrevista realizada com Claudio Nunes em 16/01/2020.

⁴⁴² Entrevista com Ana Paula Gastão realizada em 16/01/2020.

quatro anos depois”. E, ainda revelou taxativamente que nunca participou das associações, pois “os movimentos para solucionar os casos dos veteranos nunca surtiram efeito”. Ficou forte em seu relato a percepção dos “primeiros tempos” da AECB, quando a luta por reivindicação era mais forte no grupo dos veteranos, ele mencionou aquela agremiação por diversas vezes em seu depoimento. Em sua visão, quando os últimos veteranos falecerem, “a memória da guerra vai virar cinza, porque ninguém está nem aí, nem para os monumentos, para nada”. Percebe-se, como coloca Kehl, que as narrativas de memória, com o seu poder de estabilizar o trauma em uma rede de representações, não são garantias contra o ressentimento – podem ser, também, veículos do gozo ressentido:

As narrativas que recuperam grandes passagens traumáticas da vida de um grupo ou de uma nação podem assumir, ao longo das sucessivas modificações provocadas pela transmissão, um caráter fabuloso, delirante – por exemplo, ao simplificar a complexidade de um cataclismo social em termos de um confronto entre os bons e os malvados, ou entre algozes cruéis e vítimas inocentes. Uma reconstituição narrativa transformada em fabulação maniqueísta pode servir para alimentar o ressentimento da parte derrotada ou vitimada pela violência da outra⁴⁴³.

Contudo, para Fátima Moreira “as associações tinham um cunho terapêutico”, embora fossem um “clube fechado”. Seu pai era avesso às lutas políticas que ocorriam nas associações, na visão do cabo João Moreira era preciso contar histórias da guerra para as pessoas. Segundo ela, seu pai gostava de dar palestras e, no final de sua vida, começou a achar muito importante o papel do Museu da ANVFEB. Diferentemente de Melane, Fátima Moreira e Miriam de Leo engajaram-se fortemente nas associações, no caso a ANVFEB, no período em que essa instituição assumia uma feição mais cerimonial.

O senhor Cláudio Nunes, que participou esporadicamente da ANVFEB, lembrou as tentativas de um dos presidentes para que os filhos e netos participassem da associação: “eu fui à essa reunião, o Quadrado também, mas depois ninguém falou mais nada. Tinha muita gente que ia só pelo impulso e depois não fazia mais nada”. Ele acredita que quando os últimos veteranos falecerem, a política da ANVFEB deverá ser revista para que sejam incluídos os filhos e netos dos veteranos num novo projeto associativo.

“Ideal associativo” que promoveu diferenças entre os litorâneos e os febianos na capital mineira pôde ser notado no depoimento de Jaqueline Machado Nogueira Reis, filha de Francisco Ferreira Machado que serviu no 10º Batalhão de Caçadores (10º BC) em Porto Seguro e, de Fernando Lages, filho de Elizeu Lages (veterano da FEB). Na visão de Fernando, apenas os piores soldados das forças regulares foram destinados para comporem as Forças de

⁴⁴³ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p.184.

Segurança e Vigilância do Litoral (FSLV). É possível notar a “transmissão do ressentimento” sentido pelos veteranos da FEB no relacionamento com os litorâneos em seu relato:

Eu acho que a maioria que saiu do 11 RI daqui de São João Del Rei, já foi um contingente que tava mais preparado e foram pra guerra mesmo. Mas pra aqueles que serviram Exército, que fizeram CPOR e que não tiveram muita estabilidade enquanto tavam servindo... Preparação de arma, manuseio, essas coisas... Esses foram excluídos para ficar no litoral! Quer dizer, o cara não foi! Não havia desrespeito para com eles, mas eles não foram! Mas eles não foram... Eles não foram lá ganhar tiro nas costas não! (..)E esses combatentes, que também depois na aposentadoria eles passaram a ganhar igualmente aos que foram a guerra. Eu acho até que foi um pouco injusto. Uai, porquê?! O cara que vai no front, vai na luta, vai ganhar tiro nas costas, granada... Igual teve a tomada de Monte Castelo que foi a mais violenta de todas, meu filho! Depois os cara daqui que não foram, não deram nenhum tirinho às vezes, ganhar igual pô?! Foi um pouco desigual!

Nessa batalha de memória, a senhora Jaqueline procurou destacar o mérito dos ex-combatentes de um modo geral no envolvimento do Brasil na guerra. Em sua consideração, destacou o papel assumido por diferentes grupos sociais naquele conflito.

A gente que conviveu com eles sabe do valor dessa experiência, independente se ele teve com uma arma na mão na frente de batalha ou se ele tava simplesmente na guarda costeira. De qualquer forma, ou se ele tava num hospital de base cuidando do doente, qualquer uma dessas pessoas, todos eles tiveram o seu valor. Porque, de certa forma, você veja bem, eles interromperam uma parte da vida deles para pensar exclusivamente no país, no que tava acontecendo naquela época, né?! Então eu espero que isso aconteça, até mesmo a partir de experiências como essa pesquisa sua, tá bom?!⁴⁴⁴

Em sua fala, ainda que veladamente, há uma insatisfação pela falta de reconhecimento dos ex-combatentes do litoral na guerra. Assim como a linha proposta pela AECB na atualidade, embora participe da ANVFEB, a percepção de Jaqueline está em consonância com o posicionamento oficial da AECB sobre a situação dos litorâneos colocada em evidência nos meios de comunicação. Isso leva a crer que qualquer grupo marginalizado pode muito bem, dentro de sua comunidade ou grupo, elaborar suas histórias nos seus próprios termos. Contudo, como coloca Thomson, “essas histórias estarão frequentemente ou sempre em conflito com histórias mais persuasivas de outras pessoas que querem representá-los de formas diversas”⁴⁴⁵.

Em sua análise, Kehl apontou que o ressentimento expressa a indignação dos grupos sociais para quem as promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos nascidos na modernidade não se cumpriram como era esperado. Contudo a atitude ressentida, de

⁴⁴⁴ Entrevista realizada com Jaqueline Machado em 10/06/2020.

⁴⁴⁵ THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as Memórias**. Projeto História, São Paulo: 15 abr. 1997, p. 82.

passividade queixosa, tornaria os indivíduos impotentes como agentes das transformações políticas que pretendem alcançar. A autora argumenta que:

O ressentimento não é, como pode parecer, o primeiro passo para uma efetiva virada no jogo do poder. A passividade da posição ressentida não permite que as pessoas se percebam como agentes das forças que determina suas vidas. O ressentimento é o terreno dos afetos reativos, da vingança imaginária e adiada, da memória que só serve à manutenção de uma queixa repetitiva e estéril⁴⁴⁶.

A origem do ressentimento está relacionada às buscas por realizar certa ligação entre os sentimentos de revolta, insatisfação e a subordinação às situações impostas pelo poder. Nesse sentido, os veteranos, ao se sentirem prejudicados e não enfrentarem as condições colocadas pelo Estado (que lhes oferecia proteção), desenvolveram uma espécie de “revolta submissa”. Segundo Bourdieu, esse tipo de revolta se constituiria numa “forma invertida da inveja que não tem nada a opor ao valor dominante a não ser um antivalor”⁴⁴⁷. Em sua concepção, isso acontece pois os grupos sociais que não superam a posição subalterna na lógica social não almejam engajar-se em lutas para a reparação das origens das desigualdades, de outro modo, buscam apenas tentar mudar a sua própria condição inferior. Isso pode ser notado através das conquistas alcançadas através da legislação de amparo, que os veteranos da FEB não arriscariam perder na confrontação direta com o poder. Ainda mais tendo em vista o descumprimento das mesmas e o afastamento das posições radicais do espectro político. Assim, para o caso dos ex-expedicionários, por serem ressentidos que aspiravam pela ordem, nem que seja na posição de vítimas, há certa conformação com a “revolta submissa” indicada por Bourdieu e a compatibilidade com o conservadorismo:

O ressentimento é uma revolta submissa. A decepção, pela ambição que ali se desvela, constitui uma confissão de reconhecimento. O conservantismo jamais se enganou quanto a isso: sabe ver aí a melhor homenagem prestada à ordem social, a do despeito e da ambição frustrada; assim como sabe descobrir a verdade de mais de uma revolta juvenil na trajetória que conduz da boemia revoltada da adolescência ao conservantismo desencarnado ou ao fanatismo reacionário da idade madura⁴⁴⁸.

Diante da situação exposta entre Jaqueline Machado (descendente de um litorâneo) e Fernando Lages (descendente de um veterano), percebe-se que houve uma transmissão de memórias dos veteranos da FEB e dos litorâneos para seus respectivos descendentes. Um dos meios mais comuns para a ação política originária dos ressentimentos – tomando como exemplo o caso dos litorâneos (praieiros ou patos d’água na visão dos expedicionários) e dos

⁴⁴⁶ KEHL, Maria Rita. Op., cit.195

⁴⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 32.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 79.

próprios veteranos da FEB – é o aprofundamento da coesão entre os membros de um próprio grupo:

Se somos vítimas de indivíduos que nos prejudicam e ferem nossas liberdades, experimentamos e estimamos que estes indivíduos sejam malévolos, enquanto nós seríamos os bons. As forças que me são hostis são nefastas e perversas, enquanto eu próprio sou justo e inocente do mal que me é feito. Portanto, os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações podem ser gratificantes. O ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade efetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com o seu grupo⁴⁴⁹.

O ressentimento emergiria, nesse caso, a partir do momento em que os veteranos e os litorâneos se viram injustiçados num panorama simbólico ancorado sobre a lógica da igualdade, tendo em vista que é “muito mais provável encontrar tal sentimento em um Estado democrático, que os cidadãos acreditam que são pares uns dos outros; nesse caso, a desigualdade social coexiste com a igualdade política⁴⁵⁰.” Ainda a igualdade democrática possibilita a equiparação entre supostos iguais, entre esses, quaisquer diferenças, por menores que sejam, são percebidas como desiguais. A comparação mais dramática é a que se dá entre pessoas de condição social semelhante, no caso os litorâneos e os veteranos da FEB, questão na qual qualquer desigualdade é considerada muito mais injusta que a distância que os separa daqueles que ocupam posições nas repartições governamentais⁴⁵¹.

Nessa lógica, a luta pelo reconhecimento de ambos os grupos, tão característica das sociedades modernas, não oferece respostas efetivas para a injustiça e o ressentimento que são provenientes dela. Deve-se salientar primeiramente que, o reconhecimento de alguns exclui necessariamente o de outros – o reconhecimento se concretiza ao colocar uma minoria em evidência no cenário social. Além disso, o apelo para a realização do reconhecimento, visando seu cumprimento, envolve a disposição de personalidades políticas que estejam em condições de conferir destaque a uma pequena parcela de indivíduos, removendo-os do anonimato geral. Pressupõe, assim, a manutenção da desigualdade que se pretende contestar. A busca pelo reconhecimento determina que os grupos sociais fiquem sobre a tutela e ingerência de

⁴⁴⁹ ANSART, Pierre. **História e memória dos ressentimentos**. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 22.

⁴⁵⁰ Cf. David Konstan, **Ressentimento, história de uma emoção**. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas, Editora Unicamp, 2001, p. 67.

⁴⁵¹ Toqueville auxilia na compreensão de que a democracia não impede o desaparecimento da desigualdade, mas garante a sua desnaturalização. A igualdade nas democracias liberais é baseada em modelos contratuais e ancora-se na ideia de que existirá a negociação autônoma e livre de diferentes grupos no jogo político, no entanto, as profundas desigualdades econômicas corroboram para minar esse processo na prática social. Cf. Alexis de Tocqueville, **A democracia na América**, v.1 (São Paulo/ Belo Horizonte, Edusp/ Itatiaia, 1977), parte 2, cap. V.

instituições e da lógica do Estado para que suas humilhações possam vir a ser reparadas e suas penúrias atestadas. De outro modo, essa busca pode fazer com que os indivíduos defendam o seu papel de vítimas históricas – isso ao invés de subverter, acaba por perpetuar as situações que ocasionaram as visões pejorativas entre os mesmos: se “o ressentimento é o avesso da política, ele só pode ser curado pela retomada do sentido radical da ação política. O ato político implica sempre um risco de desestabilizar a ordem”⁴⁵². Assim, a reparação das injustiças praticadas em relação aos pressupostos igualitários das democracias liberais não se dá pela luta do reconhecimento direcionada aos “mandatários” nem pela vitimização dos desfavorecidos. A saída mais viável para a implantação prática da igualdade democrática se dará quando os indivíduos se reconhecerem e creditarem a si próprios a função de cogestores das ações políticas que visam a transformação social.

O trabalho da ou sobre a memória não pode se equiparar aquilo que Todorov definiu de “abusos da memória”. Como sugere Gagnebin, a memória pode se perpetuar através da transmissão do trauma entre as gerações de uma mesma família, o que acaba gerando forçosamente “a identificação, muitas vezes patológica, (...) com um dos papéis da díade mortífera do algoz e da vítima”⁴⁵³. Portanto, há a necessidade eminente da realização de um trabalho de memória para transpor os traumas coletivos e individuais. Trabalhar a memória é buscar modificar seus conteúdos, de maneira que sejam assimilados ao cotidiano sem serem recalçados. É o trabalho da memória que possibilita o real esquecimento, o desligamento das cargas negativas associadas às percepções das lembranças traumáticas. O ponto crucial abordado por Gagnebin é a impossibilidade desse trabalho ser desenvolvido somente por aqueles que vivenciaram o trauma; é preciso que haja a presença de alguém de “fora” para testemunhá-lo. Esse terceiro agente compõe o campo simbólico através das representações que colocadas na memória podem irromper para novos significados no presente, deixando para trás os grilhões e amarras dos traumas. É insuportável, para as vítimas e seus herdeiros, que uma violência traumática permaneça indizível e desprezada pela sociedade⁴⁵⁴. A obra de Benjamim possibilita o entendimento de que as vivências sociais não podem se dar para além de um contexto de transmissão. É a simbolização do vivido, não o recalque das marcas mnêmicas, que possibilitam que ele se junte ao presente, modificando-o e concedendo sentido

⁴⁵² KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p.195

⁴⁵³ Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas, Editora Unicamp, 2001, p. 92.

⁴⁵⁴ Segundo Kehl, nesses casos o esquecimento fere como uma segunda violência, mais duradoura do que os acontecimentos primeiros que perpassaram os grupos os quais se veem como que na margem da história.

às experiências atuais. A figura do narrador, ainda que relegado a um papel marginal no mundo da informação, faz-se necessária para construir as experiências coletivas de uma determinada comunidade⁴⁵⁵.

Além disso, a escrita de vários relatos pelos veteranos da FEB foi importante para tornar pública a experiência aparentemente intransmissível da guerra. Embora uma parcela do confronto com o real (a crueldade extrema, inimaginável, a morte) permaneça irrepresentável e nenhuma experiência narrada seja idêntica ao vivido, os livros que relatam a trajetória dos veteranos da FEB (especialmente as vivências da Campanha da Itália) não respondem apenas a uma necessidade urgente e vital de seus autores, como também a uma necessidade do mundo depois de 1945. Os litorâneos não encontraram tantas vias para reverberarem suas lembranças. Na psicanálise, a questão acerca da memória paira, sobretudo, sobre o trauma: aquilo que não se consegue esquecer e, em certo sentido, é difícil para se lembrar. Ou, como coloca Jeanne Gagnebin, impossível de transmitir⁴⁵⁶. A autora aborda as dificuldades recorrentes entre os sobreviventes dos campos de concentração nas descrições feitas por Primo Levi em *É isto um homem?*⁴⁵⁷. Ao voltarem daqueles lugares de morte, os agentes sociais nem sempre encontravam pessoas que estivessem dispostas a ouvi-los. Para esclarecer a importância da escuta e a contribuição do outro para a reconstrução da memória, ponto crucial para a assimilação do trauma, Gagnebin procurou desenvolver o conceito de testemunha, que em sua concepção:

Não seria somente aquele que viu com os próprios olhos (o horror) (...). Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e aceita que suas palavras revezem a história do outro. (...) Somente essa tomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não o repetir infinitamente, mas ousar esboçar uma história e inventar o presente⁴⁵⁸.

Para, além disso, em meio a todo esse processo, os descendentes, especialmente os ligados à FEB, ressaltaram continuamente a importância de difusão da memória e patrimônio da participação do Brasil na guerra. Na visão de Miriam de Leo, colaboradora da ANVFEB, a missão de propagar a FEB corresponde a eles próprios:

O trabalho dos filhos de veteranos, trabalhando nos museus, fazendo todas as comemorações, elevando o nome dos pracinhas a público para homenageá-los. A nossa forma maior de lembrar da Segunda Guerra Mundial é homenageando os pracinhas em todas essas comemorações.

⁴⁵⁵ BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

⁴⁵⁶ Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas, Editora Unicamp, 2001

⁴⁵⁷ LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

⁴⁵⁸ Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Op, cit, p.93

Segundo a senhora Ione, que não participa das agremiações, “a memória está fadada ao esquecimento, seria através da comunicação (filmes, vídeos, fotos, cartas, diplomas) que ela iria se espalhar”. É interessante notar que, para ela, a opção de fim da trajetória simbólica dos feitos dos veteranos é algo praticamente inevitável, na ausência da composição de narrativas acerca dessa memória por outros agentes históricos. Contudo, há uma sensação de impotência implícita em seu relato uma vez que credita unicamente à indivíduos exteriores da comunidade que faz parte a possibilidade de continuidade das narrativas memoriais dos veteranos.

Por tudo abordado, deve-se ressaltar que foi um ponto em comum na totalidade dos relatos a necessidade eminente de propagar a memória dos pais (veteranos e ex-combatentes do litoral) e os feitos dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial: a necessidade de edificar monumentos (Antônio Melane); promover reuniões entre os filhos e netos (Cláudio Nunes e Antônio Oliveira); contar histórias da guerra às novas gerações (Fátima Moreira); através de pesquisas (Jaqueline Machado). Pode-se dizer que, há um forte apelo nos descendentes, assim como havia nos veteranos e ex-combatentes do litoral, para perpetuarem os feitos simbólicos da comunidade de memória de que fazem parte.

Ao se buscar apreender a construção da narrativa da história de vida dos entrevistados e como estabelecem relações com as experiências dos pais que vivenciaram o pós-guerra, percebe-se como estabeleceram um marco distintivo entre sua geração e a dos pais. Os filhos, ao narrarem suas histórias familiares, demarcam uma fronteira geracional entre eles e os pais a partir de alguns acontecimentos vividos por esses, especialmente o processo de reintegração social e as lutas pela sobrevivência simbólica e material do grupo após a guerra. O tempo dos filhos, por sua vez, seria marcado pela valorização da trajetória da FEB nos discursos oficiais e o esquecimento das penúrias dos veteranos. O historiador Jean-François Sirinelli⁴⁵⁹, ao refletir sobre a identidade geracional, aponta que “um estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador”. No caso analisado, o acontecimento inaugurador seriam as lutas travadas pelas associações de ex-combatentes em Belo Horizonte em decorrência das dificuldades enfrentadas pelos ex-expedicionários. Muito embora marquem diferenças em relação à geração dos pais – ou exatamente por isto mesmo – o

⁴⁵⁹ SIRINELLI, J.-F. **A geração**. In: M.M. FERREIRA; J. AMADO (ed.), **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.p. 133

passado deles é interpretado como exemplo de conduta, de superação das adversidades vividas no presente.

As lembranças de sofrimento e de dificuldades vividos pelos pais, reproduzidas e interpretadas de maneira mais ou menos intensa nas entrevistas com os filhos, fazem parte de um complexo mítico, criado e tramado por meio de narrativas, mas nem por isso inautêntico, que dá continuidade ao grupo social, que se mantém atribuindo-se uma história sedimentada⁴⁶⁰. A construção das histórias de vida dos entrevistados – e, portanto, de uma memória autobiográfica – é articulada à história familiar, à sua condição de descendentes de veteranos, também em função do fato dos pais terem participado da guerra. Nesse aspecto, a maioria dos entrevistados iniciaram suas histórias de vida a partir de uma memória genealógica, destacando também seu pertencimento à comunidade de memória da FEB, cuja história é valorizada nessas narrativas de si. Além disso, todas as histórias, ao conectarem indivíduo e grupo, remetem àquilo que Alessandro Portelli tão bem formulou: que toda “a história de vida se relaciona com padrões mais amplos e compartilhados da cultura”, e que exatamente esses elementos compartilhados é que fazem qualquer história de vida ser representativa e única⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo, Fundação Editora Unesp, 1998., p.165

⁴⁶¹ PORTELLI, Alessandro. Op. Cit, p. 159.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A meta desse trabalho foi procurar expor distintas percepções sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Longe de pretender abarcar plenamente a multiplicidade de memórias que se constituíram no pós-guerra acerca do evento histórico, optou-se por colocar em evidência o cenário que os veteranos da FEB, os ex-combatentes do litoral e os descendentes reverberaram narrativas distintas.

Diante dessa pretensão, o trabalho pode ter gerado lacunas e deixado margens para a emergência de possíveis questionamentos. A limitação principal da pesquisa foi dada pela dificuldade de se obter depoimentos dos veteranos remanescentes, que apresentam idade avançada e, por vezes, debilidade senil. No entanto, as poucas entrevistas realizadas com os outrora litorâneos e febianos foram de grande valia para compor a narrativa do presente texto, principalmente para destacar as representações elaboradas pelos mesmos acerca das vivências na guerra e, em algum sentido, no pós-guerra.

A pesquisa baseou-se preponderantemente em fontes geradas pelas associações e, nesse sentido, contribuiu para a análise das concepções dos grupos que estavam aglutinados naquelas instituições. Contudo, dadas as limitações do estudo, as vivências dos veteranos e ex-combatentes que não se vincularam às atividades das agremiações revelam-se como uma problemática a ser explorada por novas pesquisas. Nessa lógica, a percepção do ambiente familiar que aqueles homens estiveram imersos, seja através da coleta de depoimentos ou da exploração de acervos particulares, mostra-se ser um importante caminho para a identificação das distintas visões sobre o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

Diante do exposto, percebeu-se que as agruras enfrentadas pelos veteranos da FEB iniciaram-se logo no regresso ao Brasil. Após as comemorações ocorridas na capital federal e em várias cidades pelo país, amargaram no esquecimento social. Mesmo a organização de “desfiles da vitória” foi colocada em segundo plano por autoridades governamentais, a exemplo da obstrução aos intentos da promoção de uma grande parada militar do 11º Regimento de Infantaria em Belo Horizonte. Vale ressaltar que a descontinuidade das comemorações organizadas pelos governantes na capital mineira, corroborou para o progressivo encastelamento da memória dos veteranos nas associações.

Os periódicos revelaram-se de suma importância para aglutinar informações do processo de reintegração social dos veteranos no pós-guerra. O retorno da FEB ao Brasil, a ereção do monumento ao soldado desconhecido e as disputas entre litorâneos e febianos foram algumas das temáticas abordadas nas notícias sobre os acontecimentos que aqueles indivíduos estiveram envolvidos. A memória daqueles grupos sociais foi perpassada pelas

construções elaboradas na mídia impressa com que mantinham contato na capital mineira. Por vezes, discordavam das representações materializadas nos jornais, que não correspondiam com as percepções que possuíam diante da experiência do front e as vivências do pós-guerra.

Se pelo menos inicialmente não havia pontos de contato estáveis entre o Exército e os veteranos da FEB, com o passar do tempo deu-se uma lenta e gradual “militarização” da memória das associações: as correspondências e similitudes estabelecidas pelo anticomunismo; a presença dos militares nos quadros sociais; as comemorações do calendário da FEB organizadas pelo Exército; o acervo da FEB sob a guarda da 4ª Região Militar. Tanto na AECB e na ANVFEB prevaleceria uma aproximação com os militares, de modo que dada a “militarização da memória” da guerra, o Exército se tornaria o principal difusor das ações da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Isso levaria com que as realizações e ações históricas dos brasileiros no conflito fizessem mais sentido para os integrantes da caserna do que para muitos dos civis. Salienta-se que essa constatação não é uma crítica a esse processo ou baseia-se em julgamentos pré-concebidos, mas nas ausências da FEB da memória popular.

Esse trabalho buscou contribuir com a exposição da visão dos litorâneos (mais conhecidos como praiheiros) sobre a missão dos mesmos no conflito. Longe de pretender expor meramente a dualidade de concepções distintas, entre ex-expedicionários e ex-combatentes, procurou-se colocar em evidência as disputas existentes e a memória dividida entre homens que estiveram imbricados no esforço de guerra brasileiro. Tencionava-se também apresentar uma argumentação em profundidade no que diz respeito aos soldados que serviram nas costas brasileiras, porém legaram poucos materiais para serem explorados e as publicações encontradas na AECB não ofereceram dados a partir dos quais seria possível inferir conclusões acerca da participação, retorno e atividades levadas a cabo por esse grupo social. Deve-se salientar que na atualidade os litorâneos são colocados à margem nas narrativas construídas pelo Exército, esse apropria-se continuamente dos feitos da FEB para enfatizar a existência de um espírito e tradição militar da qual os febianos fariam parte de uma unidade indissolúvel.

Nesse sentido, ao destacar como a memória tornou-se objeto de luta entre grupos que pertenceram à coletividade englobante dos brasileiros que estiveram diretamente relacionados com a participação na guerra, se buscou revelar as disparidades existentes no interior desse campo de memória. Se a constituição da identidade passa pela maneira que se retoma o passado, ao fazê-lo o grupo dos ex-expedicionários buscaram formar uma entidade privativa (a ANVFEB) direcionada apenas para valorizar no presente os discursos que retomariam o

“tributo de sangue” prestado nas batalhas contra o nazifascismo. Diante disso, os ex-expedicionários entender-se-iam como os dignos representantes, os reais agentes da memória da Segunda Guerra Mundial. Assim, ao tentar elucidar a trajetória dos litorâneos, esse trabalho pretendeu realçar as presenças de outras impressões e expressões em meio aos silêncios das representações propugnadas no pós-guerra.

De um modo geral, o objetivo da pesquisa foi tentar trazer visibilidade a esses discursos de memória, identificando as características ressaltadas pelos veteranos, ex-combatentes e descendentes nas narrativas produzidas. Era preciso compreender os símbolos e significados conferidos por esses agentes de memória à sua participação ou ligação com os homens que serviram durante o conflito. Na AECB e na ANVFEB foi possível perceber as representações compostas diante das dificuldades para a sobrevivência simbólica e material da coletividade dos homens que deixaram o convívio social para se tornarem cidadãos-soldados, bem como as tentativas para difundirem as experiências da guerra no espaço público belo-horizontino.

Nessa conjuntura, principalmente diante da formação e consolidação da ANVFEB, percebeu-se que foi um lugar que ficou marcado preponderantemente pelas tentativas de preservação e propagação da memória da FEB. O esforço por inserir as narrativas comunitárias na sociedade englobante relacionava-se à necessidade de desenvolver ações (como palestras, viagens, exposições) para possibilitar a assimilação e perpetuação dos feitos do grupo. O objetivo era tentar promover a aculturação (principalmente dos jovens) na esperança de que a trajetória da coletividade não caísse no esquecimento. Porém, os ataques ao “Soldado de Bronze” nos espaços públicos, dão mostras do desconhecimento da população sobre as lutas da FEB durante a guerra. Havia verdadeiras lutas para colocar em evidência os feitos da coletividade em meio ao ambiente citadino.

Se a guerra chegou ao fim em 1945, uma guerra sem fim começou a partir daquele momento para os veteranos e os ex-combatentes. Os bens simbólicos, os “espólios de memória”, foram disputados principalmente com as autoridades políticas e militares e ainda entre os grupos sociais daqueles que serviram à pátria nos tempos da guerra. Resta saber se os descendentes que compõem a comunidade de memória examinada nessa pesquisa, despenderão esforços no sentido de perpetuar a memória da guerra no Brasil. Questão semelhante deve ser colocada sobre a destinação dos arquivos das associações com a “extinção” da categoria social. De todo modo, no front da memória, as batalhas pelos espólios da Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte ainda não possuem um fim iminente.

PARTE II - A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA À LUZ DA MEMÓRIA E A HISTÓRIA

1.1 - Refletindo sobre a constituição da memória no ambiente escolar

O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania possui um âmbito prático, a que este trabalho está submetido, além disso propõe refletir acerca de uma devolução à sociedade dos resultados alcançados ao longo do itinerário acadêmico da pós-graduação. Baseando-se nas discussões efetuadas nesta pesquisa, torna-se necessário promover a sua transposição para o ambiente escolar.

É preciso dar início a esta reflexão delimitando que o espaço escolar, atrelado ao ensino básico, não deve ser visto sob a perspectiva de um mero lugar em que se reproduz o saber acadêmico. Afinal, as práticas e a complexa relação entre materiais didáticos, professores, educandos, lições e programas curriculares corroboram para que as salas de aula possam se constituir como lugares de produção ativa da memória histórica. Desse modo, deve-se atribuir valores e significados às teorias e ações práticas de docentes e alunos no processo de constituição do conhecimento.

Nas disposições elencadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) fica em evidência a conexão essencial a ser estabelecida entre a História e a Memória, a ligação entre esses dois modos de compreensão do passado contribuí no ambiente escolar para a formação de identidades individuais e coletivas e está nas bases fundadoras de um “Direito à Memória”, o qual, segundo os PCN’s:

Faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”.⁴⁶²

As questões contemporâneas do ensino de História, na concepção de Circe Bittencourt, relacionam-se à noção de se buscar atingir a “superação de uma tradição verbalista da história escolar, cuja ênfase recaí, invariavelmente, na aquisição cumulativa de

⁴⁶² BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. (PCN’s). Ensino Médio. Parte IV: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 1998. p.26.

informações factuais sobre o passado”⁴⁶³. A análise das lembranças de variadas coletividades sociais contribuí para a produção de novas perspectivas e posições acerca do conhecimento histórico, distante da mera narração e interpretação factual de eventos e datas distintivas ao longo da história.

Está ligado ao ensino de História a promoção da análise crítica sobre os usos, as apropriações e as formas de transmissão do passado, permitindo ao aluno a orientar-se temporalmente e a desconstruir conceitos, noções engessadas e tidas por naturais, levando-o a se tornar um sujeito do conhecimento⁴⁶⁴. O processo histórico, nesse sentido, se dissocia da memória, por possuir metodologias e teorias peculiares que dialogam com a historiografia e se revela como uma atividade intelectual por excelência. Já a memória, baseia-se na continuidade estabelecida por meio de vivências e lembranças comuns em meio a um grupo social, sendo fruto de construções específicas (seleções, rememorações, negociações, condensações, esquecimentos) e é ponto crucial para organizar e dotar de certa uniformidade a identidade individual e coletiva⁴⁶⁵.

Tomando como base as conclusões e as proposições desta pesquisa é que foi elaborado o presente material paradidático intitulado “O Brasil vai à Guerra: A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial”. O trabalho prático em questão, foi proposto de acordo com as diretrizes elencadas no Currículo Básico Comum (CBC) de Minas Gerais, cujo foco paira sobre as turmas do 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio.

Deve-se levar em consideração que os materiais didáticos possuem variadas funções, seus significados se modificam em vista da conjuntura em que foram produzidos, também os usos e apropriações que fazem deles nos níveis de ensino. A variabilidade e mutabilidade deste tipo de material estão atreladas aos interesses distintos que prevalecem na concepção e distribuição dos mesmos, levando-os a se transformarem em vetores essenciais da língua, cultura e dos valores, constituindo ainda um meio privilegiado para a formulação de uma identidade⁴⁶⁶.

⁴⁶³ CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 66.

⁴⁶⁴ Ibid., p.73.

⁴⁶⁵ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, v. 34, 1992, p.22.

⁴⁶⁶ MONTEIRO, Ana Maria. “Professores e Livros Didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). A História na Escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.18.

O presente material foi elaborado com a finalidade de servir como um complemento ao desenvolvimento das atividades docentes voltadas para a educação básica, portanto seu uso pelos professores é facultativo. O objetivo está em promover reflexões acerca do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial visando aguçar e motivar nos alunos o interesse sobre a temática. Além disso, se busca desenvolver na sala de aula conceitos colocados neste trabalho, como a memória, esquecimento, história e monumento.

Para essa pesquisa, utilizou-se a definição proposta por Circe Bittencourt para os materiais didáticos. A autora buscou um modo de distingui-los e conceituá-los de acordo com seus usos no ensino atual. De acordo com ela, tal classificação foi elaborada originalmente pelos pesquisadores franceses do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP). Nessa concepção, os materiais didáticos são divididos em duas categorias: os suportes informativos e os documentos.

Os primeiros são compostos com o propósito de “comunicar elementos do saber das disciplinas escolares”. Fazem parte da indústria cultural e foram produzidos de antemão para serem utilizados nos meios educacionais, apresentam linguagem direcionada a uma determinada faixa etária e possuem saberes mais técnicos e princípios pedagógicos⁴⁶⁷. Os suportes informativos se constituem por: apostilas dos sistemas de ensino particulares; livros didáticos; dicionários; atlas escolares; mídias elaboradas para a educação escolar. Já os documentos se referem aos materiais originários de outros saberes, que não envolvem o conhecimento escolar e não possuem fins didáticos. Seu emprego no ambiente educacional está ligado à busca dos professores por metodologias de ensino que sejam atrativos e possibilitem maior imersão dos alunos no processo de aprendizagem. Alguns exemplos de documentos são: textos jornalísticos, documentários, filmes, fotografias e pinturas.

Nessa pesquisa consideramos que paradidáticos são livros usados ao longo do processo de ensino e aprendizagem, que não se configuram como aqueles materiais didáticos institucionalizados e adotados oficialmente pelas escolas. Dessa forma, ao adotarmos a conceituação proposta por Bittencourt (2008), consideramos como paradidáticos os livros produzidos com fins educacionais (categoria “suportes informativos”); mas também aquelas obras literárias produzidas sem a intenção necessariamente pedagógica, mas que podem ser utilizadas no ensino (categoria “documentos”).

⁴⁶⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.296.

O material didático exposto neste trabalho poderá ser utilizado na abordagem histórica do Estado Novo (1937-1945), período em que o Brasil esteve sob a ditadura de Vargas e houve a supressão de direitos políticos e civis. Além de permitir ao professor explorar as nuances da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Assim, as manifestações pela declaração de guerra à Alemanha e à Itália após o torpedeamento dos navios mercantes brasileiros, a aliança político-diplomática do Brasil com os Estados Unidos, a mobilização, a campanha da FEB na Itália e o regresso dos expedicionários durante a crise política do regime varguista serão esboçados no material didático elaborado, que apresentará a seguinte disposição.

1.2 - Breves considerações acerca do material proposto

O material paradidático produzido focará o envolvimento da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial tendo como ponto de partida o alinhamento da política externa brasileira com a política externa americana. Tendo uma linguagem acessível para o entendimento de docentes e alunos, poderá ser impresso em formato de revista, integrando dicas de filmes, livros, imagens e sites que visam incrementar e dinamizar o debate sobre a temática no ambiente educacional.

Esta ferramenta de apoio foi organizada para também preencher uma lacuna na maioria dos livros didáticos encontrados: a carência de imagens. Neste texto, as imagens terão um papel crucial para aproximar as mensagens e a narrativa colocada aos leitores em potencial. As personagens históricas, os planos de fundo e as fotos de episódios que marcaram a participação brasileira no conflito serão destacados para facilitar a compreensão e possibilitar uma maior imersão durante a leitura.

Na primeira parte será efetuada uma pequena introdução, que abordará de modo geral a conjuntura política em que o Brasil se encontrava no prelúdio da guerra. Em seguida, se exporá a posição ambígua do governo brasileiro na iminência do conflito, que manteve relações comerciais tanto com os países do Eixo e com os que pertenciam a aliança dos aliados. Discorrer acerca do período anterior a guerra contribuirá para lançar luzes e esclarecer aos alunos sobre o momento político em que o Brasil se encontrava no final dos anos de 1930.

Posteriormente, será destacada a importância que o Nordeste brasileiro assumiu no esforço de guerra dos Aliados, enfatizando a presença americana na região através da utilização de bases aéreas, que tiveram uma função crucial para a vitória aliada. Em seguida,

no capítulo denominado “A Guerra Chega ao Brasil” serão enfatizados os ataques a embarcações brasileiras e os protestos da população, que exigia a declaração de guerra às potências do Eixo.

Objetivando elucidar temáticas que não ficam em evidência nos materiais didáticos tradicionais, se focalizará também em os “Soldados da Borracha”, a participação de trabalhadores na extração do látex na região amazônica. Matéria-prima vital a produção de equipamentos bélicos, mobilizou centenas de homens brasileiros para tomarem parte na “Batalha da Produção”.

Também será enfatizada a constituição da Força Expedicionária Brasileira. Torna-se necessário expor a origem e o perfil social dos combatentes desse contingente militar, bem como indicar seus respectivos níveis de escolaridade, profissões e as regiões em que residiam. Esses dados permitiram não apenas revelar possíveis traços da identidade do grupo que combateu o nazifascismo na Itália, mas também tornará possível realizar um breve diagnóstico sobre o retrato social da população brasileira na época abordada.

Dando sequência, se fará uma análise através dos depoimentos adquiridos nas fontes empregadas no trabalho e também dos relatos de memória publicados por veteranos, assim se destacará a experiência bélica, narrativas sobre momentos marcantes e será ressaltada a participação dos correspondentes de guerra e das enfermeiras brasileiras na Itália. Nessa parte do trabalho serão destacados versões e posicionamentos dos veteranos sobre o desenrolar do conflito na Itália, enfatizando a memória dos ex-combatentes sobre sua participação no conflito.

Consecutivamente, se analisará o processo do regresso da FEB a terra natal, do desfile pela capital federal, bem como as dificuldades enfrentadas pelos veteranos no processo do pós-guerra em sua reintegração social. Para finalizar essa parte, será apresentado um box com indicações de filmes, documentários e livros que podem ser encontrados na internet. Ainda será colocada à disposição do leitor uma bibliografia que se relaciona com a temática abordada no material didático.

1.3 - Paradidático O Brasil vai à Guerra: A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial



O Brasil vai à Guerra



A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Rodrigo Musto Flores
Edilan Martins de Oliveira

Sumário

O Brasil de Vargas.....	04
A Política da Boa Vizinhança.....	06
Trampolim da Vitória.....	11
A Guerra chega ao Brasil.....	13
Soldados da Borracha	16
Você Sabe de Onde eu Venho?	18
A FEB por estado	20
A Cobra vai Fumar?!	21
Do Rio de Janeiro à Nápoles	22
Monte Castelo	24
Montese	26
As Enfermeiras da FEB	28
Com a FEB na Itália	30
Senta a Púa	33
De Nápoles ao Rio de Janeiro	34
A reintegração social.....	37
Intelectuais Brasileiros e a FEB	39
Curiosidades	41
Dicas dos autores	43
Referências Bibliográficas	45

Mensagem dos autores

O material que se segue, foi desenvolvido por Rodrigo Musto Flores e Edilan Martins de Oliveira sob a orientação do professor Luiz Lima Vailati como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania vinculado ao Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Objetivamos com o presente material contribuir com as discussões em sala de aula, sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) entre os anos de 1944 e 1945 na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É importante ressaltar que o presente paradidático foi pensado para atuar como um suporte das discussões em sala sendo que seu uso, pelo professor, é totalmente facultativo.

É necessário considerar também que, não nos preocupamos em compor uma narrativa que se objetive, pura e simplesmente, a valorização de símbolos e heróis pátrios. Nesse sentido, o texto do presente material não almeja tratar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial no campo das chamadas “grandes glórias da nação”. Nosso objetivo principal, é trazer a público uma narrativa embasada nas memórias e impressões dos soldados brasileiros, em demais fontes e pesquisas bibliográficas que foram realizadas pelos autores.

A proposta, portanto, tem como principal objetivo apresentar um texto fluído de linguagem simples que contenha imagens e referências externas com a intenção de motivar no aluno questionamentos e curiosidades sobre o antes, o durante e o depois da passagem da Força Expedicionária Brasileira pela Segunda Guerra Mundial.

**Boa leitura !!!
Os autores.**

O Brasil de Vargas

No que se refere à questão política quando a Segunda Guerra Mundial começou, Getúlio Vargas já estava no seu 9º ano de governo. Durante esse período o Brasil passou por várias mudanças de ordem política e, desde novembro de 1937, se encontrava sob uma ditadura: o chamado Estado Novo.

O Regime getulista promovia perseguições a partidos de oposição, ameaçava os direitos políticos e civis da população e seu governo compartilhava algumas características com os regimes nazifascistas europeus.

Em setembro de 1939 os brasileiros sequer imaginavam que o país poderia tomar parte ativa no conflito. Naquele contexto, o Brasil não possuía um projeto de industrialização efetivo, sua economia era baseada na exportação de produtos primários e, além de flertar com o autoritarismo, estava geograficamente distante do conflito.

Com esse retrato, em certo sentido nada agradável, o Brasil, até pouco tempo antes da declaração efetiva do estado de beligerância, se comportava em sua política externa de forma pendular. Ora cedendo às pressões norte-americanas, ora atendendo às demandas de matéria prima e apoio político dos alemães.

É interessante notar, caro leitor, que a presença do Brasil na Guerra além de ser pouco cogitada pela sociedade da época soava um tanto quanto dissonante aos ouvidos de quem questionava. Como poderia Vargas, chefe de governo em um país ditatorial, fornecer apoio aos Aliados, grupo de países que levantavam a bandeira da liberdade e democracia?

Entretanto, as pressões norte-americanas para um posicionamento contundente do Brasil sobre a Guerra se acentuaram após o ataque a base de Pearl Harbor. Ainda assim, o Brasil mantinha sua posição de neutralidade com relação a Guerra.

Na Europa, o exército alemão conquistava importantes vitórias sobre os países aliados. Desde junho de 1940, por exemplo, que a bandeira nazista já tremulava no alto da torre Eiffel. Antes disso, já haviam sucumbido ao poder de guerra alemão: a Áustria (1938), a Tchecoslováquia (1938) e a Polônia (1939) sendo que Hitler se preparava para atacar a URSS com a chamada operação *Barbarossa*. A *Blitzkrieg* nazista se mostrava difícil de enfrentar.

Na América, o temor de que o Brasil fosse se render às pressões nazistas era grande e, em alguma parte, até desejado pela chamada “ala germanófila” do governo de Getúlio Vargas. Após o ataque japonês à base de Pearl Harbor, as investidas norte-americanas se acentuam. O rompimento de relações externas do Brasil com os países do Eixo só ocorre, com a III Reunião de Chanceleres, no Rio de Janeiro em 1942. Na ocasião, os discursos convergiam para a aprovação de um pacto entre os países americanos que determinasse o rompimento imediato de relações com os países do Eixo.

Entretanto, a recusa de Argentina e Chile em assinar o tal acordo fez com que o Brasil atrasasse seu posicionamento, que veio momentos antes do encerramento da conferência. Getúlio Vargas havia garantido um compromisso com o presidente americano Roosevelt que determinava, mediante o apoio do Brasil aos aliados, o reequipamento e a modernização das Forças Armadas com a tecnologia americana, a qual àquela altura era o que se tinha de mais desenvolvido.

Os discursos do Chanceler brasileiro Oswaldo Aranha marcariam, naquele Janeiro de 1942, o fim das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. A declaração do estado de beligerância daria início, a uma série de ataques promovidos por submarinos alemães a navios brasileiros.



Oswaldo Aranha discursa na III Reunião dos Chanceleres. Fonte: cpdoc.fgv.br

1942

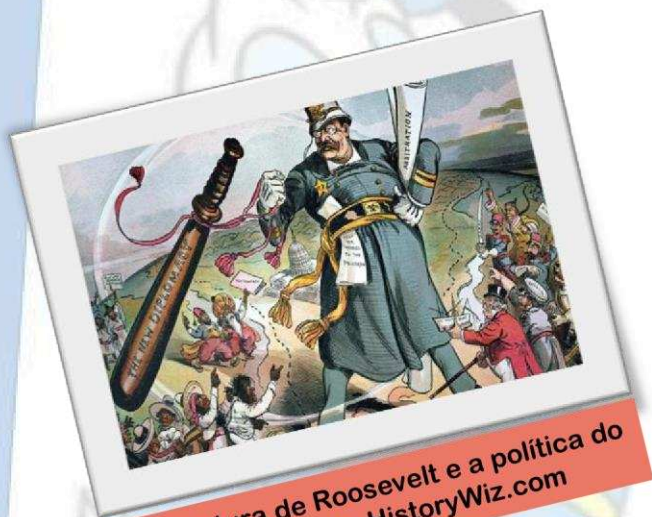
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Agosto
III Reunião dos Chanceleres das Repúblicas Americanas.	Torpedeado o navio brasileiro “Buarque” no litoral dos EUA.	O navio Cayrú é atacado causando a morte de 53 pessoas.	É instalado um destacamento do exército em Fernando de Noronha	Atacado o navio “comandante Lyra”, o primeiro em águas brasileiras	Vão à pique Alegrete, Paracury, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena e Piave.	Atacados os navios Annibal Benévolo, Itagibá, Arará, Baependy e Araraquara. Brasil declara guerra.

A política da boa vizinhança

A convivência com certos aspectos da cultura americana no Brasil é algo indiscutível no nosso tempo. Estamos rodeados por computadores, temos rede Wi-Fi, pedimos comida por *delivery* (entrega), tomamos Coca-Cola, usamos *jeans*, acessamos ao Facebook, assistimos a filmes hollywoodianos e somos informados continuamente no noticiário sobre o cotidiano político e econômico dos Estados Unidos da América. Ao contrário do que parece, os ventos da cultura americana não sopraram espontaneamente para nossas terras tropicais, trazendo consigo padrões culturais e bens de consumo.

Tudo começou na década de 1940. O sucesso das forças alemãs na parte ocidental da Europa, com a conquista da Dinamarca, Noruega, Bélgica e Holanda, e, depois, com a invasão da França, deixava claro aos Estados Unidos que o Ocidente estava ameaçado. De certa forma, tanto a América Central como a América do Sul estavam nos planos do Eixo.

A propaganda germânica mobilizou uma gama de agências oficiais e informais como embaixadas, consulados, clubes, imprensa, linhas aéreas para propagar a ideologia nacional-socialista na América Latina. Além disso, núcleos do partido nazista reuniam militantes alemães e seus descendentes no continente. Não menos importante, a comercialização de equipamentos (principalmente na década de 30), missões de treinamento e ensino para as Forças Armadas de países latino-americanos, bem como a eficiência da blitzkrieg (guerra relâmpago) alemã, causaram um deslumbramento nas cúpulas militares ao sul do Rio Grande (especialmente do Brasil). A Inglaterra, pensava-se, não suportaria, sozinha, a poderosa máquina de guerra nazista. Assim, era preciso formar uma sólida defesa hemisférica no continente, uma “fortaleza”, segundo o presidente Franklin Roosevelt.



Caricatura de Roosevelt e a política do "Big Stick" Fonte: HistoryWiz.com

Entretanto, para lograr êxito no propósito de estabelecer uma firme aliança cultural, econômica e política com as "*Other Americas*" (Outras Américas), seria necessário modificar o panorama de relações bilaterais, ou melhor, os métodos empregados na geopolítica que incluía as nações latino-americanas.

A política do *Big Stick* (Grande Porrete), a qual havia sido idealizada pelo presidente Theodore Roosevelt, pautava-se por uma ingerência nos assuntos do continente. Os americanos, justificavam esse intervencionismo baseando-se na ideia central de que, existindo anomalias políticas em meio aos governos latino-americanos, um país civilizado deveria interferir para mediar e solucionar os conflitos, como uma espécie de "guarda internacional". A imagem que norteava essa *realpolitik*, desde que os Estados Unidos entraram na corrida imperialista no final do século XIX, era profundamente marcada por uma superioridade intrínseca do homem branco, protestante e dominador da natureza selvagem com relação a uma América de índios, negros, mulheres e crianças. Em última instância, essa outra América deveria ser domesticada. Esse racismo foi duramente criticado por intelectuais modernistas brasileiros, a exemplo de Mário de Andrade:

Mas pra que tanta esquivança!
Lá tem boa vizinhança
Com prisões de ouro maciço
Lá te darão bem bom lanche
E também muito bom linche
Mas se você não é negro
O que você tem haver com isso!
No, I'll never be
In color land.

Para a opinião pública dos países latino-americanos, os americanos eram representados por um envaidecido e soberbo Tio Sam com o seu arrojado cavanhaque. Ao mesmo tempo caricata engraçada e avassaladora o Tio Sam, com sua cartola distintiva, parecia uma tentativa de intimidar os países latino-americanos.



O icônico personagem "Tio Sam" Fonte: HistoryWiz.com

No final da década de 20, a política do Big Stick deu sinais de desgaste e os Estados latino-americanos impuseram aos estadunidenses suas exigências nas conferências interamericanas: o direito de autodeterminação dos povos e o princípio da não intervenção. Nesse contexto, Franklin Roosevelt formulou uma política que, em tese, valorizava a igualdade jurídica e estabelecia uma cooperação mútua entre as nações do continente americano, era a política da Boa Vizinhança. A Doutrina Monroe e o princípio da “América para os americanos” (criada pelo presidente James Monroe em 1823, estava coligada às propulsões iniciais imperialistas dos americanos no globo) possuía uma nova roupagem. Livre dos intervencionismos obsoletos do passado, agora permitia ganhar os corações e mentes dos latino-americanos.

Nesse sentido, no prelúdio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os estadunidenses combateram arduamente o comércio compensado proposto pela Alemanha, que consistia na troca de produtos por produtos, não haveria o emprego de dinheiro. Insistiram pesadamente no livre-comércio para recuperar o intercâmbio internacional de mercadorias e revalorizar o dólar. Ambos os países, necessitavam de matérias primas para balancear suas economias na preparação para a carnificina que, naquele tempo, imaginava-se que iria se desenrolar futuramente.

O Brasil mantinha-se equidistante dessa guerra comercial, buscando apenas beneficiar-se materialmente da contenda financeira para buscar concretizar dois projetos estado novistas: o incremento produtivo na indústria de base com a construção de uma siderurgia; a reestruturação das Forças Armadas, as quais foram essenciais para o golpe que permitiu a continuidade de Vargas no poder a partir de 1937.

Mas, em 1940, já com o conflito em andamento, com a supremacia da Wehrmacht (Forças Armadas Alemãs) na Europa, para difundir o American Way of Life (estilo de vida americano) nas Américas foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics (Escritório para Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas), mais conhecido no Brasil como “Birô interamericano” ou simplesmente “Birô”.

O escritório chefiado por Nelson Rockefeller (bilionário americano, sua família era proprietária de uma empresa exploradora de petróleo) para os negócios interamericanos contava com o apoio financeiro de grandes corporações privadas, e, por meio de suas “filiais” espalhadas pelo território latino-americano, atuava difundindo as mercadorias estadunidenses mascarando-as sob o manto democrático-liberal na luta contra o nazi-fascismo.



Carmen Miranda.
Fonte: <https://istoe.com.br/>

O Birô empenhou-se em diferentes áreas estratégicas para fazer valer a presença dos Estados Unidos da América (EUA) frente à influência do Terceiro Reich no continente americano: rádio, cinema, imprensa, esportes, arte, música, literatura, publicações, intercâmbio, educação, finanças, transporte e saúde pública. Perpassando todas essas iniciativas estava uma pesada máquina propagandística para assegurar o pan-americanismo e fazer valer em meio às abissais diferenças de valores entre os norte-americanos e os ibero-americanos uma unidade

espiritual indivisível, que fundava-se na aceitação da democracia e da organização republicana como ideais a serem seguidos, bem como na defesa da liberdade individual, mas também da soberania nacional.

Com efeito, a política da Boa Vizinhança difundiu-se através do Birô por muitas formas, mas a principal foi pela via cultural. No Brasil, se fez notar através dos filmes hollywoodianos os quais deixaram suas visões estigmatizadas de lado para “descobrirem” os brasileiros, isso ficou em evidência na criação do personagem Zé Carioca por Walt Disney. Além disso, Carmem Miranda, a “Pequena Notável”, tornou-se na esfera artística uma autêntica representante da música tropical em terra de Tio Sam.



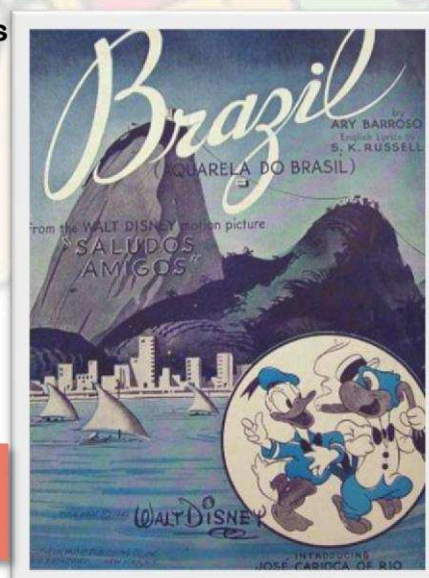
Zé Carioca
Fonte: <https://Disney.com.br>

Nessa lógica, depreende-se que a meta de todos os programas de trocas culturais desenvolvidos era nítida: os americanos davam lições aos vizinhos latino-americanos para que deixassem a sua “infância” (marcada por intervencionismos e nacionalismos), desse modo poderiam alcançar o pleno desenvolvimento nacional. Portanto, os “auxiliavam” no plano político com a propagação de princípios democráticos para suas engrenagens Ditatoriais. Nas relações econômicas, enviaram técnicos com a finalidade “aperfeiçoarem” a exploração de seus recursos minerais e a mão de obra. No âmbito social, o Birô atuou no sentido de “ensiná-los” a terem melhores padrões educacionais, cultivarem hábitos de higiene e buscarem por seus próprios meios alcançar o “sublime bem estar-social.” Após o fim da guerra, a presença latino-americana diminuiu na cultura estadunidense e os estereótipos depreciativos voltaram a circular nos meios de comunicação, bem como a vigorar na política externa dos EUA. No pós-guerra, a política da Boa Vizinhança possibilitou a consolidação do imperialismo cultural (principalmente através da disseminação de produtos da indústria do entretenimento) e a afirmação do americanismo como paradigma cultural em substituição ao modelo francês, o qual dava a tônica das famílias aquinhoadas do país.

Símbolo do progresso econômico e tecnológico para as elites urbanas na “República do Café com Leite”, a França já não era a mesma dos tempos áureos da belle époque. Após ter sucumbido à dominação nacional-socialista em 1940, deixou definitivamente de ser uma referência cultural para aqueles grupos sociais dos grandes centros nacionais que se espelhavam na civilização europeia. A outrora “bárbara” cultura estadunidense agora ditava os rumos culturais da nação brasileira.



Vargas e Roosevelt em Natal, 1943.
Fonte: memorialdademocracia.com



Partitura da Aquarela do Brasil. Composta por Ary Barroso e ilustrada por Walt Disney.
fonte: elpais.com/br.

O Trampolim da Vitória

O comando para execução da “Operação Brasil” o ataque simultâneo de dez submarinos alemães aos portos do Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Recife e Natal seria o início do projeto expansionista da Alemanha em direção a América do Sul. A pequena “matilha” dos submergíveis *U-boat* chegou a se mover para atingir os referidos alvos, no entanto a ordem foi cancelada.

Como sugere o historiador Durval Lourenço Pereira em *Operação Brasil, o Ataque Alemão Que Mudou o Curso da Segunda Guerra Mundial*: mesmo com o corte das relações diplomáticas e do progressivo alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, foi a ação de um único submarino (o U507, comandado pelo capitão Harro Schacht) e não uma diretriz direta de Hitler, que levou o Brasil a declarar guerra ao Nazifascismo em 1942. Temia-se que o ataque não apenas conduzisse os brasileiros ao conflito, mas também outros países latino-americanos.

Após o ataque solitário do U507 aos navios mercantes nacionais, o clima de desconfiança entre Brasil e EUA se dissipou. Entretanto, até então, temendo que o Norte e Nordeste brasileiro caísse em mãos inimigas, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos já havia elaborado pelo menos seis planos (*Pot of Gold e Rainbow I, II, III, IV e V*).

Segundo o historiador Francisco Ferraz, a operação chegou a prever a instalação de cem mil soldados em pontos estratégicos do país.

Porém, o que prevalecia agora era a “Política da Boa Vizinhança” e não mais o temível porrete. Com o alinhamento do Brasil aos Aliados, a empreitada militar nunca saiu do papel.



Soldados são desembarcados de um avião americano na base de Parnamirim. Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/>

Atualmente, ao caminhar pela orla em Natal, é possível chegar a praia de Miami. Nomeada desse modo devido a presença dos estadunidenses por lá há sete décadas, banhar-se em Miami era um dos divertimentos dos dez mil soldados americanos os quais, no intervalo de 1942 a 1945, desempenharam as suas missões na base aérea de Parnamirim e no centro naval de hidroaviões. Espécie de trampolim entre a América e a África, o Nordeste Brasileiro era considerado um dos pontos mais estratégicos do mundo.

De Miami, nos EUA, os caças e as fortalezas voadoras B-17 e B-24 fizeram escalas em Porto Rico, Trinidad e Belém daí partiam para a África e dali para a Europa. Graças a Parnamirim Field, Natal, antes pacata e tranquila, passou a contar em 1943 com até 800 mil pousos e decolagens diários. A vida noturna era frenética, com movimentação intensa nos prostíbulos, bares e boates. As pessoas mascavam chicletes e tomavam Coca Cola, já que a primeira fábrica do refrigerante na América Latina havia se instalado em território brasileiro.

Com o final da guerra , em Natal, as comemorações da vitória dos Aliados foi um fracasso total. Enquanto multidões comemoravam na Times Square de Nova Iorque , em Moscou e na avenida Rio Branco (Rio de Janeiro), ninguém saiu às ruas na já não mais apoteótica Natal. O teatro Carlos Gomes, local no qual seria celebrada a comemoração do “Dia da Vitória” encontrava-se vazio.

Segundo o historiador Gerson Moura no livro “Tio Sam Chega ao Brasil”: “Para preencher seus lugares, os organizadores saíram às ruas com a fim de procurar mendigos e prostitutas.” Para Natal era o fim da tão sonhada modernidade advinda do “american way of life”. Embora seguissem usando as calças de brim, costume que posteriormente se espalhou pelo país, não conviviam mais com os estadunidenses em seu meio. Voltariam a viver novamente no estado de letargia econômica de outrora.



Na volta à Pátria o retrato da mudança nos costumes: em vez de Guaraná, Coca-Cola.
Fonte: <https://segundaguerra.net>.

A Guerra chega ao Brasil

O rompimento diplomático com os países do Eixo, em janeiro de 1942, não passaria despercebido pela Alemanha. Os meses que se seguiram após a assinatura do acordo foram marcados por intensa movimentação de submarinos alemães em águas brasileiras e, também, por vários ataques à navios de transporte de passageiros e navios mercantes de bandeira brasileira.

Os primeiros ataques ocorreram já em fevereiro de 1942 atingindo os navios: Buarque, Olinda, Cabedelo, Arabutã e Cayrú. Uma das controvérsias que se encontra ao recuperar a memória dos ataques a navios brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial reside na crença de que estes foram desferidos pelos próprios americanos, em uma tentativa desesperada de forçar um posicionamento do Brasil favorável aos interesses dos Aliados. O boato, embora falso, se espalhou facilmente e acabou por se fixar no imaginário de muitos brasileiros.

Suposições à parte estima-se que de fevereiro de 1942, data do primeiro ataque, até junho de 1944, data da última ofensiva registrada, tenham sido postos à pique 33 navios brasileiros. Os números de vítimas divergem entre si, mas de acordo com as arquivos da ANVFEB-JF registraram-se cerca de 975 mortos.

Os ataques que mais vítimas fizeram e que marcaram o início de uma série de manifestações da sociedade civil, em favor da declaração de guerra foram os ocorridos entre 15 e 16 de agosto de 1942. Nestas datas, foram postos à pique os navios: Araraquara, Baependi e Aníbal Benévolo. O total de vítimas dessas ofensivas chega a cerca de 551 pessoas.

O Estado brasileiro precisava tomar uma posição contundente sobre o estado de beligerância. A Guerra havia chegado ao litoral brasileiro e, assim, já estava próxima demais para ser ignorada.

Nas grandes cidades brasileiras o assunto era inevitável. Com grande cobertura da opinião pública, a ordem do dia era a Guerra. Os brasileiros questionavam o real motivo das ofensivas promoviam ruidosas manifestações. As ruas das grandes cidades tornaram-se palcos de discursos inflamados e as movimentações e protestos se tornavam, cada vez mais, comuns. A população saía às ruas e exigia um posicionamento mais contundente do governo Vargas.

As grandes manifestações demonstravam a insatisfação da população. Até que em 22 de agosto de 1942 o Brasil, finalmente, declarava guerra aos países do Eixo. Apesar das desconfianças e das simpatias de alguns militares aliados de Vargas com os interesses do Eixo a Guerra, finalmente estava decretada.

Se por um lado a declaração de guerra do Brasil rendia páginas e páginas à Imprensa e atendia ao clamor popular e patriótico, por outro, a participação do Brasil no “Teatro das Grandes Nações” ainda dependia de uma série de fatores para ocorrer.

O Brasil, não possuía um histórico de participação em conflitos externos. A Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, ainda nos tempos de D. Pedro II, não se aproximava em nada das condições inerentes à Segunda Guerra Mundial. A doutrina militar francesa, aprendida pelas Forças Armadas após a I Guerra Mundial, se mostrava ineficiente nos campos de batalhas contra o exército alemão na Europa. O acordo de modernização das Forças Armadas, já citado em outro momento, precisava, mais do que nunca, ser colocado em prática. Além disso, era necessário iniciar a mobilização de centenas de jovens para ingressarem nas fileiras do exército nacional.



Encenação de estudantes contra o Eixo, 1942.
Fonte: cpdoc.fgv.br



Manifestações contra o Eixo, 1942.
Fonte: cpdoc.fgv.br

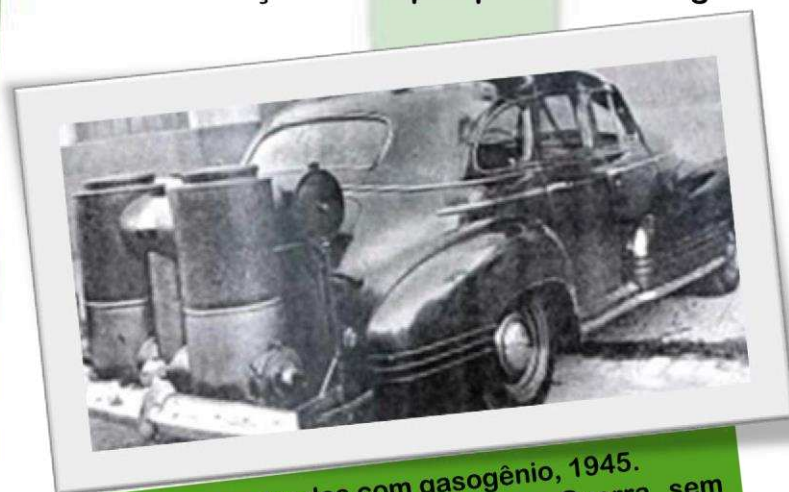
Os conscritos oriundos, em sua maioria, das classes menos abastadas formariam o grupo de cidadãos-soldados, que integrariam as tropas brasileiras em algum cenário da Guerra.

As precariedades dos padrões de recrutamento e seleção de conscritos se acentuavam, mediante as situação socioeconômica do país. A evidente ausência de infraestrutura, armas, equipamentos deficientes sem contar, as

relações de dependência política e econômica entre comandantes e subordinados refletiam o coronelismo da I República.

Os problemas se aprofundavam ainda mais quando se colocava no horizonte, os perigos de se combater e um conflito como a Segunda Guerra Mundial. A criação da Força Expedicionária, em agosto de 1943, projetava o Brasil para o esforço de guerra, mas o abismo entre a participação, ao menos em teoria, e o envio de tropas brasileiras para o *front* ainda continuava quase intransponível.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Estado Novo responsável pela publicidade do regime, se esforçava para ocultar as os pontos contraditórios e manter o esforço de guerra em destaque. Muito embora a memória oficial dê conta de que havia um sentimento de afronta mediante os ataques aos navios brasileiros, alguns historiadores como Roney Cytrynowicz, evidenciam que o clima de guerra era percebido mais pelos inúmeros casos de racionamento, vivenciados pela maioria da população no período, do que pela mobilização de tropas para atuar na guerra.



Carros equipados com gasôgênio, 1945.
fonte: CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.

Após a discussões iniciais, cabia, de fato, a organização do efetivo que iria combater. De acordo com Ferraz, cogitou-se, de início, a estruturação de três divisões e uma força aérea, o que totalizava cerca de 60 mil homens. Entretanto, o projeto suntuoso de participação na Guerra, ainda possuía baixo engajamento de voluntários e continuava ameaçado.

1943

Janeiro	Fevereiro	Março	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Vargas e Roosevelt se reúnem em Natal (RN).	Preso no Brasil, acusado de espionagem Albrecht Gustav Engels.	Vargas aprova o envio de tropas brasileiras para a Europa.	Aprovada a portaria nº 4744. A FEB era oficialmente criada.	Inicia-se o processo de seleção e convocação de soldados para compor a FEB.	O navio "Campo" vai à pique após ataques alemães. 12 pessoas morreram.	Uma comissão de oficiais, chefiada por Mascarenhas de Moraes vai à Itália e à África.

Os Soldados da Borracha

Há um trabalhador brasileiro que labora na selva amazônica do país. Sobrevive da extração do látex. Quase não está na memória. Se Chico Mendes, líder seringueiro, não tivesse sido brutalmente assassinado em 1988, estariam todos esquecidos. A morte de Chico Mendes possibilitou um novo olhar para os problemas ecológicos e condições insalubres de trabalho dos seringueiros. Contudo, esse consistiu apenas em mais um dos males pelos quais esse grupo social foi acometido ao longo da história brasileira.

Enquanto em Natal ocorriam festejos e comemorações e o Nordeste era cobiçado pelas potências beligerantes, a Amazônia ficava em evidência por um cenário obscuro devido aos acordos bilaterais entre Brasil e EUA.

Com o látex em falta, devido a ocupação japonesa nos principais centros produtores na Ásia, os Aliados direcionaram-se para a extração da borracha amazônica. Para abastecer a carência aliada por látex, o governo brasileiro organizou um exército de homens da caatinga nordestina para trabalharem na floresta equatorial. Caminhões abarrotados tomaram as estradas poeirentas e sinuosas que iam do sertão para a mata amazônica. Muitos deles aspiravam pelo recebimento de benesses e acreditaram nas promessas de enriquecimento que lhes foram feitas pelo Estado Brasileiro. Por isso, muitos levaram as suas famílias e vislumbraram possibilidades concretas de prosperidade para os seus entes queridos.

Não há muitas informações sobre o número exato de civis que tomaram parte na chamada “Batalha da Borracha” bem como, a quantidade que padeceu por picadas de animais, doenças respiratórias e a difícil vida na úmida floresta amazônica. Entretanto, calcula-se que milhares de homens abandonaram suas vidas (entre 1941 e 1942) para contribuir na produção dessa matéria – prima essencial ao esforço de guerra.



Cartaz evidenciando a importância da atuação dos soldados da borracha no esforço de guerra brasileiro.
Fonte: <https://www.unicamp.br>.

Supõe-se que metade deles tenha falecido em meio à imensidão da floresta. O ritmo da produção de látex, esteve em consonância com o fracasso dos seringueiros. As toneladas extraídas do produto não foram suficientes para prover os Aliados.

Entre os anos de 1943 e 1945 mais de 30 mil homens migraram, principalmente, da região nordeste do país em direção à floresta amazônica para a extração do látex. A mobilização, seleção e encaminhamento desses trabalhadores cabia ao SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) que fora criado em novembro de 1942.

É importante destacar caro leitor, que a participação dos países latino-americanos na guerra se deu, primeiramente, com o engajamento desses nas campanhas de fornecimento de matérias prima indispensáveis ao esforço de guerra empreendido pelos Aliados.

Apenas em 2014, após um longo percurso judicial, foi aprovado pelos congressistas a quantia indenizatória de vinte e cinco mil reais aos soldados da borracha. A redação do texto, porém, não modificou o montante da pensão vitalícia endereçada à eles, a qual é padronizada pela Constituição em dois salários mínimos. A categoria lutava para ter salário equiparado aos pracinhas que foram à Europa. Atualmente, restam menos de cinco mil recrutados.

O mês da borracha

O sr. Presidente Roosevelt enviou ao sr. Getúlio Vargas um telegrama a propósito da instituição do "Mês Nacional da Borracha". Nesse documento, que é mais uma expressão legítima do espírito pá-americanista, o Chefe do Governo norte-americano põe em destaque a decisão com que o Brasil se lança à batalha da produção, externando o papel saliente que nosso país vem desempenhando na América Latina, como centro abastecedor da luta que se trava em diversas frentes de batalha. Com efeito, a borracha renasce hoje para a guerra, na planície amazônica. Um verdadeiro exército de trabalhadores, procedentes de diversos pontos do país, estabeleceu-se no vale, levando-o ao cumprimento de uma missão que os destinos históricos lhe confiaram. O "Mês da borracha", que é o em curso, não se destina a consagrar tanto o produto quanto os homens dos seringueiros. É a homenagem do Governo brasileiro que, em nome do povo, reconhece a função histórica do trabalho que se desenvolve atualmente na Amazônia. E os resultados dessas atividades, que têm lugar nos recantos mais afastados da vida intensa do país, encontram repercussão não apenas entre o povo e as autoridades do país, mas no seio das nações unidas, cujas indústrias se abastecem do produto do vale do Amazonas. Não foi, pois, sem razão que, em seu telegrama, disse o Presidente Roosevelt: "Cada tonelada de borracha fornecida pelo Brasil é uma aplicação imediata e importante na produção de guerra das nações unidas". E, portanto, a borracha do Brasil uma das matérias primas com que os aliados estão ferindo as potências do "eixo". Cada quilograma de "látex" representa uma parte do esforço do trabalhador dos seringueiros. Mas, cada quilograma é também uma parte dos aparelhos que estão bombardeando os pontos vitais da defesa do "eixo" na Europa.

Dedicando o mês de junho à intensificação da produção da borracha, o sr. Presidente da República, na verdade, intensifica a ofensiva dos aliados contra os totalitários, cada vez mais encurralados na Europa. É uma das manifestações do esforço de guerra do Brasil, esforço que está pesando decisivamente no desfecho da luta.

"Cada tonelada de borracha fornecida pelo Brasil é uma aplicação imediata e importante na produção de guerra das nações unidas."
 Fonte: Folha da Manhã. 04 de Março de 1942.

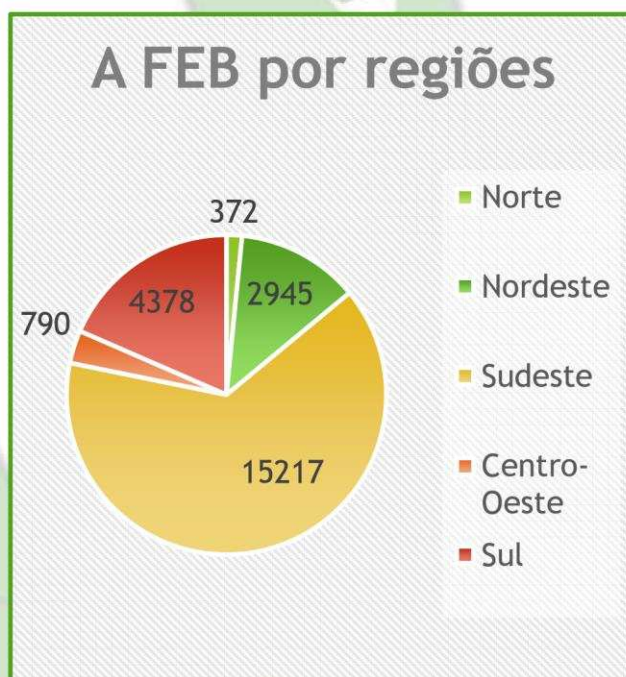
Você sabe de onde eu venho?

As estrofes da Canção do Expedicionário escritas, já em meio à Guerra, por Guilherme Almeida e musicadas por Spartaco Ross se tornaram, ao longo do tempo, um símbolo para os expedicionários brasileiros e ainda continuam a ser executadas nas datas comemorativas e encontros de veteranos da FEB.

Muitos mitos cercam a composição social dos militares da FEB que, apesar das dificuldades inerentes à sua formação, não foi composta por analfabetos, raquíticos ou desdentados. De acordo com o historiador César Campiani, a composição da I Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) contou com membros oriundos de diversas regiões do país entretanto, é notável a preponderância de homens advindos das regiões sul e sudeste, uma vez que, estas localidades, estavam mais próximas das unidades escolhidas para compor a FEB. (Ver Infográfico a FEB por estado)

Conquanto faltem dados mais concisos sobre a composição racial da FEB, por exemplo, podemos, a partir de alguns estudos, apontar de quais núcleos saíram os 25.334 homens que à compuseram. Tomando como modelo o estado do Paraná, a historiadora Adriane Piovezan apontou alguns dados a partir da profissão declarada pelos recrutados daquele estado. Segundo a historiadora, a maioria dos conscritos exerciam atividades ligadas ao núcleo urbano. Entretanto, exercer uma profissão ligada ao ambiente urbano não significava

necessariamente, que o indivíduo habitasse aquele espaço. Nesse sentido, mesmo que morando em zonas urbanas e exercendo atividades nas áreas rurais ou vice-versa, é inquestionável que a maioria dos expedicionários provinham das cidades brasileiras.



Fonte: ROSENHECK, Uri. "Entre a Comemoração do Passado e a Construção do Futuro: os monumentos da FEB e seus contextos."

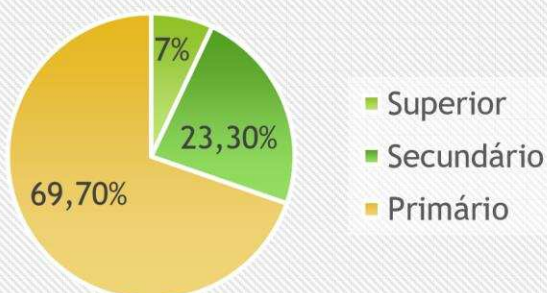
Em se tratando do grau de instrução escolar dos conscritos é um consenso, para a maioria dos historiadores, que a FEB foi composta de pessoas com nível relativo de instrução para a época.

A carreira militar naquele contexto era, apesar dos graves problemas já mencionados, vista para muitos dos expedicionários como uma oportunidade de saída do cotidiano regular das pequenas cidades.

O alistamento obrigatório aparece na memória de alguns veteranos da FEB como, primeiramente, a condição básica para o ingresso no mercado de trabalho. A obtenção do certificado de reservista era de extrema importância de acordo com o veterano José Maria Nicodemos “Era a primeira coisa que eles perguntavam. Você já serviu o exército? Se você não tivesse servido, você não arrumava nada.”

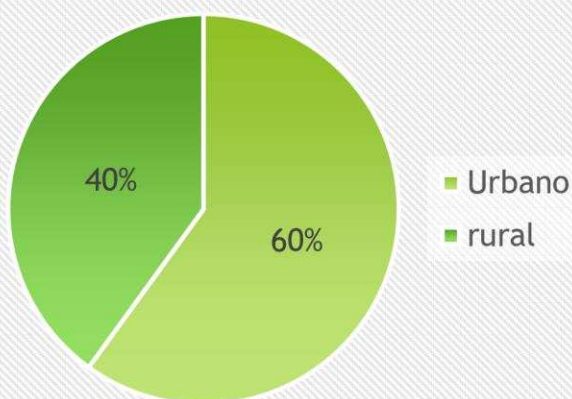
Em uma amostra de dados coletados a partir dos registros de sócios da Associação de Ex-Combatentes do Brasil de São Paulo, Campiani elencou os seguintes dados acerca do grau de instrução dos veteranos da FEB.

Grau de instrução



Fonte: MAXIMIANO, César Campiani. Barbudos, Sujos e Fatigados.

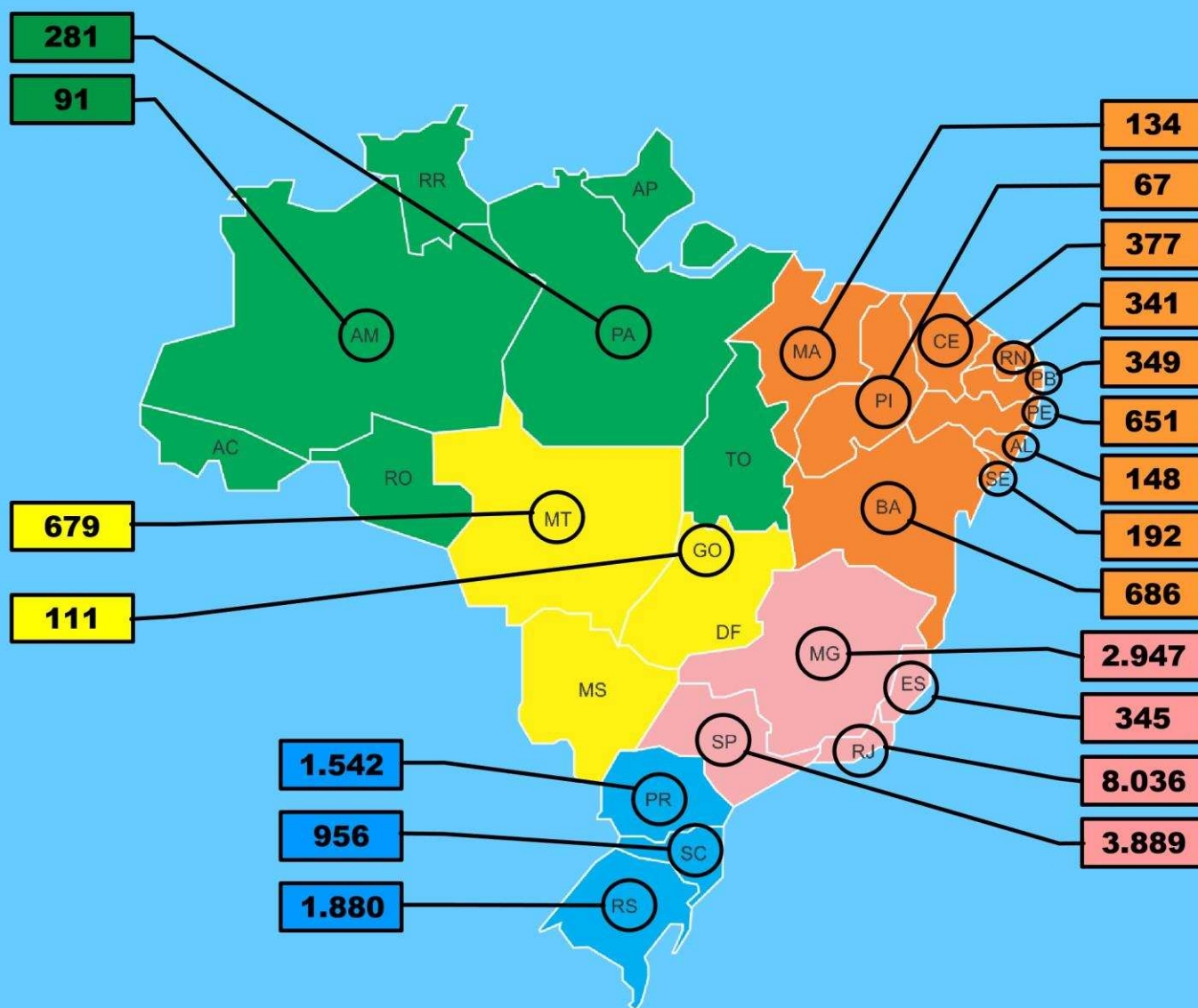
Urbano x Rural



Fonte: PIOVEZAN, Adriane. Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate.

Esses dados servem para entendermos um pouco da composição social da FEB. Na bibliografia e nas obras recomendadas ao final deste material você, caro leitor, terá acesso a outros levantamentos que auxiliarão a delimitar um perfil ainda mais completo dos expedicionários brasileiros.

A FEB por estado



Fonte: Uri Rosenheck – “Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos.”

A Cobra vai Fumar?!

Ao se deparar com o dístico (símbolo) da FEB em sites da internet, livros didáticos, filmes ou documentários muitos já devem ter se perguntado qual é o seu significado. Já vimos por aqui, em outro momento, que a participação da FEB na guerra estava cercada de descrenças e desconfianças que, em parte, faziam certo sentido.



Brasão da FEB.
Fonte: www.eb.mil.br



Primeira página do jornal de campanha "E a cobra fumou" de setembro de 1944. Fonte: <http://conversapiaba.blogspot>.

Como poderia um país sul americano atrasado tecnologicamente, sem um histórico de Guerras em solo estrangeiro, participar de um conflito como a Segunda Guerra Mundial? Não era uma contradição Getúlio Vargas, que governava o país sob uma ditadura, fornecer apoio aos aliados? Estas perguntas e outras, caro leitor, eram repetidas por parte da população e veículos de imprensa brasileiros. O Brasil havia declarado guerra, mas daí a participar do conflito era um longo caminho a percorrer. Os mais descrentes exclamavam aos quatro cantos "Mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na guerra."

Não há uma versão exata quanto a origem da expressão ou que confirme o autor do desenho que fora, já na Itália, afixado nas mangas dos uniformes dos soldados brasileiros. Fato interessante é que a expressão utilizada, em um primeiro momento, com ar de desconfiança acabou se tornando um lema de combate entre os brasileiros na Itália. Quando algo importante estava prestes a ocorrer nas geladas montanhas italianas, os pracinhas já sabiam que "A cobra ia fumar!". O Lema de combate, acabou também nomeando um jornal de campanha que circulava entre os soldados intitulado "...E a Cobra Fumou."



Pracinha posa para foto na Itália.
Fonte: Página "V de Vitória"

Do Rio de Janeiro a Nápoles

A FEB partiu do Rio de Janeiro dividida em 5 escalões. O primeiro, composto por 5000 homens, saiu no dia 02 de julho de 1944 e chegou a Nápoles, na Itália, em 16 de julho de 1944 sendo incorporado ao V Exército Americano.

Na Itália, os expedicionários se depararam com o verdadeiro ambiente da Guerra. Segundo o veterano da FEB José Maria Nicodemos: “Nós desembarcamos em Nápoles, no sul da Itália, após uma viagem de 14 dias e 14 noites. O dia clareando, o navio atracou e ali foi o primeiro retrato da Guerra que eu vi e meus companheiros também viram. Era Impressionante o porto estava todo destruído.”



Brasão do V Exército Americano.



Desembarque dos pracinhas na Itália
Fonte: V de Vitória

A chegada dos brasileiros confundia a população italiana uma vez que, a cor do uniforme brasileiro se assemelhava muito com a do uniforme do exército alemão. Embora, houvesse o escudo com a cobra fumando, e um outro dístico com o nome Brasil, nos ombros de cada soldado alguns italianos que presenciavam o desembarque exclamavam “*Tedeschi, Tedeschi!*” A FEB enfim desembarcava

em zona de guerra. Dali, os brasileiros partiram para um acampamento próximo a Nápoles e a Guerra, enfim, começaria para a FEB...

1944

Fevereiro

O Jornal americano *The New York Times* noticia o afundamento de 18 submarinos do Eixo em águas brasileiras.

Junho

O primeiro grupo de oficiais brasileiros chega a Nápoles na Itália.

Julho

Parte o primeiro contingente da FEB para a Europa com cerca de 5 mil homens.

Setembro

A FEB tem seu batismo de fogo na Guerra conquistando suas primeiras vitórias. Enquanto isso no Brasil, partiam mais dois escalões para a Itália.

Outubro

A FEB segue conquistando importantes vitórias em: *Barga, Lama di Sotto, Lama di Sopra...*

Novembro

Parte do Rio de Janeiro o 4º Escalão da FEB.

Dezembro

O 4º Escalão Chega à Nápoles.

Após a chegada conturbada no porto de Nápoles, os soldados brasileiros ficaram acampados durante cerca de 3 meses recebendo treinamentos juntamente ao V exército americano. Em meados de setembro de 1944, a FEB até receberia sua primeira missão de combate. O chamado “batismo de fogo”, primeiro combate da FEB, se daria em 14 de setembro daquele mesmo ano.

De setembro a outubro de 1944, a FEB desempenhou suas funções ao longo do vale do Rio *Serchio*. A principal missão da FEB na Itália era atuar na chamada Linha Gótica, uma linha de defesa alemã situada na cordilheira dos Apeninos, no norte da Itália. As primeiras vitórias ocorreriam ainda em 1944 quando a FEB sairia vitoriosa em *Camaione*, em 18 de setembro. A cobra estava fumando!

O principal desafio do soldado brasileiro era conviver com o alto poder destrutivo do exército alemão. Por mais que se veicule, de forma errônea, que as tropas alemãs empregadas na Itália eram compostas de soldados cansados, velhos ou prisioneiros de guerra esta afirmação não se sustenta.

A FEB estava inserida na lógica de operações do V exército americano e, assim, cumpriu com as missões que lhe foram atribuídas. O soldado brasileiro com treinamento ineficiente e sem experiência na guerra enfrentou um infante alemão experiente que, de acordo com a historiografia militar especializada, era capaz de transportar um poder de fogo até aquele momento impensável.

As metralhadoras alemãs MG-42, apelidadas de Lurdinhas pelos brasileiros, eram capazes de disparar 1.200 vezes por minuto. Os estilhaços, resultados das explosões de granadas, minas terrestres e outros artefatos feriram, mutilaram e foram responsáveis pelas mortes de muitos brasileiros.

Ainda assim, a FEB enfrentava os alemães prosseguia, se adaptava e seguia conquistando vitórias no *front* italiano. Após as vitórias em *Camaione*, os brasileiros seguiram enfrentando os alemães em *Monte Prato*, *Massarosa*, *Bozzano* e *Monte Prato*.

No final de 1944, A FEB avançava e, naturalmente, sofria os reveses naturais de uma guerra. À medida em que o conflito prosseguia o número de baixas também aumentava, mas os conflitos mais importantes ainda estavam por vir.

Monte Castelo

Mas onde eu vi muito tedesco?
Foi lá no monte do Castelo.
Mas onde eu vi muito Tedesco?
Foi lá no monte do Castelo.
Subindo o monte eu encontrei “sinhá” Lurdinha
“Tava” toda “afobadinha” querendo me pegar
Joguei-me ao solo e comecei a rastejar
Ela farejava, farejava mas nada de me encontrar.

Os pracinhas brasileiros narraram de muitas maneiras as suas experiências durante a Segunda Guerra Mundial os sambas, os relatos escritos, as entrevistas concedidas e os livros de memória estão repletos de detalhes e percepções obtidas por eles na Itália.

A música transcrita acima, de autoria do soldado Natalino Cândido da Silva, chama-se “Sinhá Lurdinha” e narra o temido encontro dos soldados da FEB com a arma alemã MG-42, durante a batalha pelo chamado Monte Castelo. As experiências da Guerra que transformadas em melodia, soavam de forma mais amena aos ouvidos e

transmitiam as memórias que ficaram para sempre presentes na vida daqueles 25.334 jovens envolvidos diretamente com a FEB.



1945

Fevereiro	Março	Abril	Maio	Julho
A FAB, que àquela altura já participava ativamente dos combates, conquista uma importante vitória em <i>Mazzacana</i>. Em 21 de fevereiro de 1945, os brasileiros tomam o Monte Castello.	Em 05 de Março a FEB toma <i>Castelnuovo</i>.	<i>Tomada de Montese, Zocca, Monalto e Collecchio.</i> Em 28 de abril, a FEB capturaria a 148ª D.I. com seus mais de 14 mil componentes.	No dia 08 de maio estava encerrada a guerra na Europa.	No dia 18 de Julho chegava ao Brasil, vitorioso, o 1º Escalão da FEB. Nos meses seguintes chegariam os demais escalões, que seriam recebidos como heróis pela maioria da população.

O chamado Monte Castelo, era um ponto estratégico para os alemães no *front* italiano, os brasileiros, por sua vez, atacavam sempre em desvantagem enquanto os alemães, de suas casamatas no cume da montanha faziam dos soldados da FEB um alvo fácil.

Foram quatro tentativas para a derradeira vitória naquele cenário e quanto mais o inverno italiano se aproximava, mais difícil era para os soldados que tinham que conviver com as baixíssimas temperaturas. O desgaste físico que chegava com o inverno italiano dificultava, ainda mais, o trabalho dos brasileiros que àquela altura, já possuíam certa experiência em combate. Entretanto, juntamente com essas experiências vinham o cansaço, a saudade de casa e o peso pela morte de vários companheiros.

O último ataque realizado à elevação, ocorreu em 21 de abril de 1945 neste dia, os brasileiros da FEB conseguiram, finalmente, a tão sofrida vitória “Até parecia que a guerra havia acabado. Esqueciam-se as dores e os sofrimentos, a perda dos companheiros, para só pensar no futuro, isto é, no que aquela vitória no Monte Castelo haveria de nos proporcionar.” Assim traduziu Walter Petrocello a conquista do Monte Castelo pela FEB. Petrocello, que foi ferido no derradeiro ataque, escreveu em seu relato que a sensação de tomar uma fortaleza que os alemães julgavam inconquistável foi de uma alegria imensa.

O sucesso desse episódio é, sem sombra de dúvidas, a passagem mais conhecida pelo público em geral da atuação da FEB na Itália. Apesar das baixas, as FEB continuou progredindo e os expedicionários ainda enfrentariam grande resistência alemã nas batalhas de *La Serra*, *Caselina* e *Castelnuovo*

Os expedicionários, prosseguiriam na Guerra e enfrentariam, aquela que foi a mais dura batalha da FEB na Itália. A cidade italiana de Montese, hoje um lugar calmo e tranquilo, foi a que mais ceifou vidas brasileiras na campanha da Itália. O perigo que em Monte Castelo vinha das montanhas agora, estava escondido nas vielas e casas da pequena comuna. Os brasileiros seriam, mais uma vez, postos à prova.



Soldados brasileiros com prisioneiros alemães.
Fonte: Costa, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

Montese

“Minha retina e minha sensibilidade não conseguiram esquecer ainda, e talvez não o consiga nunca, este tormentoso período da minha vida. Meses que valeram por uma experiência inteira. (...)

A vida de um combatente é a vida de um condenado a morte. Assim me sentia e, por certo, todos os companheiros.”

Wellington Lacerda.

Os combates travados na cidade de Montese ceifaram a vida de dezenas de brasileiros. A chamada Ofensiva da Primavera, da qual faziam parte os planos aliados para a conquista da cidade italiana, ocorreu no início de abril de 1945. Os brasileiros, nunca tinham enfrentado condições semelhantes às aquelas sentidas em Montese. As vielas, ruas e casarões da cidade escondiam o aparato defensivo alemão que estava pronto para contra atacar e defender a qualquer custo a cidade.

As temidas patrulhas realizadas para identificar onde estavam os artefatos explosivos, pontos de observação e tropas alemãs ceifaram, nas preparações para o ataque um dos personagens mais famosos da FEB, o sargento paranaense Max Wolf Filho.

Os combates em Montese demonstraram que os brasileiros aprenderam e, muito, com os combates travados até ali.

Os ataques se iniciaram na tarde do dia 14 de abril de 1945, as tropas progrediam de casa em casa, viela em viela, desalojando os alemães que seguiam resistindo e contra atacando.



Max Wolf Filho, ao centro e à frente de seu pelotão, momentos antes de ser atingido pelos alemães. Fonte: <https://www.eb.mil.br/>

Segundo Octávio Costa, Montese foi a epopeia mais sangrenta da FEB em toda companhia da Itália. O soldado Antônio Inhan, que foi ferido nessa ocasião, se recorda até hoje de vários companheiros que viu caindo mortos e feridos durante a progressão pelas ruas da cidade. “É muito triste a Guerra. Você ver seus companheiros caindo mortos, companheiros que você estava conversando com ele momentos antes sendo mortos ou feridos. É muito triste.”

A batalha de Montese foi a última grande batalha travada pelos brasileiros na Itália, os combates na pequena cidade se estenderam até o dia 16 de abril de 1945. Muito disputada a cidade era o último ponto de resistência alemã entretanto, a FEB continuou prosseguindo rumo ao norte da península itálica desalojando e vencendo os últimos alemães que àquela altura, já se encaminhavam para a rendição completa.

Vencer os combates em Montese era, para os brasileiros, o reforço das esperanças de retorno com vida e saúde ao Brasil. A saudade de casa apertava e a tristeza pelos mortos e feridos também. Mas antes, os pracinhas ainda viam a rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã em *Fornovo di Taro*. Episódio descrito por muitos dos veteranos brasileiros e que marcou a coroação de uma vitória conquistada à duras penas.



Soldado brasileiro brinca com um prisioneiro alemão. Fonte: <https://www.reddit.com/>

Mussolini, colheu a ira dos *Partigianos* quando, em 28 de abril de 1945, foi brutalmente assassinado juntamente com sua amante Clara Petacci, no norte da Itália. O corpo do ditador, exposto a quem quisesse ver, se tornou uma das imagens mais marcantes do século XX, as fotos acabaram virando *souvenirs* raros dessa Guerra que fora, até aquele momento, a pior já travada.

Adolf Hitler, ditador alemão, não suportou pensar em sua amada Berlim invadida pelo exército soviético e, já sabendo do trágico destino de Mussolini, se suicidou em 30 de abril de 1945, ordenando que as tropas alemãs resistissem. No entanto, estas, não suportaram muito tempo. A Segunda Guerra Mundial acabaria na Europa em Maio de 1945.

As Enfermeiras na FEB

O Exército Brasileiro, não tinha um quadro formal de enfermeiras antes da Segunda Guerra Mundial. Devido aos graves e urgentes acontecimentos, o presidente Getúlio Vargas criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, a fim de incorporá-las ao Serviço de Saúde da FEB (composto por mais de mil pessoas, especialmente 176 médicos de diferentes especialidades). Nesse sentido, as mulheres com formações na área de Enfermagem se voluntariam ou foram convocadas para realizarem o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército.

Após um treinamento realizado às pressas, Selecionou-se o número de 67 mulheres para seguir em direção à Itália. A promoção ao posto de segundo tenente, veio quando elas já desempenhavam as suas funções em meio à Guerra. Entretanto, para que fosse possível permanecer nessa área, tiveram de empreender muitos embates a fim de legitimarem-se como “enfermeiras militares” perante a um contexto predominante masculino. O Exército Brasileiro da época refletia as disparidades e as divisões hierarquizantes entre gêneros e, sendo assim, a inserção dessas mulheres ao meio militar fora extremamente dificultoso.

Segundo Alexandre B. de Oliveira, Tânia Cristina F. Santos *et al*, apesar das dificuldades, a atuação do grupamento de enfermeiras da FEB na campanha da Itália foi notável. A inserção dessas pioneiras no cenário de um conflito mundial era algo simbólico. A aparição dessas mulheres como figuras ativas na vida pública do país, superava uma série de paradigmas que relacionava os papéis sociais das mulheres estritamente à vida privada.

Com efeito, após o conflito, essas pioneiras, depararam-se também com dificuldades para seguirem galgando postos na carreira militar. Receberam seus certificados e foram dispensadas sem razões plausíveis dos hospitais de campanha nos quais desempenhavam a sua missão na Itália.

A formação do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército Brasileiro revelou em seu âmago, por meio do emprego de mulheres na conjuntura bélica, uma nova tomada de papéis pelo gênero feminino no país da década de 1940. Entretanto, o pouco destaque dado a essa participação acabou por esvaziar, em certo sentido, os itens simbólicos dessa participação.

O engajamento dessas mulheres no conturbado esforço de guerra brasileiro, como sugere os autores já mencionados, foi o epicentro não só de quebra nos paradigmas das relações de gênero no interior das forças armadas, mas também um ponto crucial na História da Enfermagem Brasileira.



O Corpo de Enfermeiras da FEB designado para servir num hospital americano atendendo aos doentes e feridos. 16º Hospital de evacuação, Pistóia-Itália. 10/03/1945.

Acervo do Museu Casa de Memória dos Ex-Combatentes, mantido pela Associação dos Ex-Combatentes de Brasília. Fonte:
<http://www.portalfeb.com.br/relacao-nominal-das-enfermeiras-da-forca-expedicionaria-brasileira/>

Com a FEB na Itália

De Ruben Braga correspondente do Diário Carioca.

Você precisa ver como é que Mestre Pracinha está lidando com a neve. Fui ver e encontrei Mestre Pracinha com um capuz branco e um longo capote branco. Só os galochões eram os mesmos do outono, pretos. Mas a neve, que encobriu todo o campo de batalha se encarrega de camuflar os galochões,



Soldados na neve. Fonte: COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

que nela se afundam. Mestre Pracinha é um fantasma branco na paisagem branca. Só destoa o que aparece de sua cara morena, mas não é muito.
(...)

Um fox-hole não é, normalmente, um lugar muito confortável. É, afinal de contas, um simples buraco no chão. Durante os meses do outono o pior inimigo do soldado era a chuva. Agora que o inverno entrou não chove, mas neva. E Mestre Pracinha, aprende a se defender da neve. Aboliu as botinas: usa só os galochões que enche de feno, de panos, de papel. Seu novo capote é forrado de pele – e ele procura forrar também com alguma coisa o seu fox-hole. Arranja madeira, quebra galho nas árvores nuas carrega feno e medita. Organiza lentamente, através de erros e experiências, a sua defesa.
(...)

Mestre Pracinha usa os materiais de que dispõe onde está: tijolos, ou trapos de mantas, ou pedras. Redescobre a lei dos vasos comunicantes e luta contra ela: costroe (sic) pequenas barragens, abre pequenos canais, defende seu abrigo da inundação da neve. E ali, a poucas centenas de metros do inimigo, improvisa um precário conforto. Ajeita um modo de ficar sentado e de manobrar a arma à vontade – e vigia.

Erguer a cabeça alguns centímetros a mais do que o necessário é morte quasi(sic) certa.
(...)



Artilheiros preparando granada. Fonte: COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

Se algum ruído na noite, algum vulto mal divisado faz prever que o inimigo vai tentar um ataque – um desses golpes de mão secos, súbitos e violentos que os veteranos alemães dão para experimentar as posições, matar gente ou colher prisioneiro – o pracinha não se mexe. O inimigo vem, está vindo e ele sabe que deve ficar imóvel. Sente formas vagas



Montese destruída. Fonte: www.eb.mil.br.

que se aproximam, aparecendo por um instante sumindo, ora aqui, ora ali; ouve algum ranger de passos, algum murmúrio ou assovio baixinho. Será, talvez a ilusão dos olhos na brancura da neve sob o luar: talvez a ilusão dos ouvidos no silêncio do intervalo dos canhoneiros?

Espreita. Sabe que se airar agora virá contra sua posição o fogo dos morteiros e ele “talvez” não acerte. A vontade de atirar, em certos instantes, é quase irresistível...

E a vontade de tossir! O Sr. não imagina: logo nessa hora é que a gente se lembra de tossir. As vezes algum outro tosse do lado e então dá uma vontade desgraçada. (...) Mas no instante da minha visita tudo está calmo. Hoje sou um



O cenário das batalhas. Fonte: www.eb.mil.br.

peregrino da Paz: saí as onze horas de um lugar que começaram a bombardear as doze; passei as onze e meia por um outro que tinham bombardeado toda a manhã. (...)

Voltei da frente e agora escrevo depressa para não perder o mensageiro que vai sair. A esta hora lá está o pracinha no seu fox-hole solitário. Não o pintem como um belo herói. Não é o Super Homem.

É exatamente um sujeito – um desses sujeitos não muito fortes, não muito altos, não muito brancos um desses sujeitos como há por aí em qualquer trem de subúrbio, em qualquer sítio do interior - Esse tipo de sujeito comum, mais feio que



Soldados brasileiros.
Fonte: V de Vitória

bonito, mais desajeitado que elegante.

O João da Silva, o Severino Magalhães, o Moacir Ferreira, o José Nunes empregado da Farmácia, o Tico da Leopoldina. Ele está sozinho no seu buraco de neve. Talvez amanhã tenha ordem de atacar, de sair por uma encosta nua, para receber uma rajada e tombar entre explosões de morteiros. Talvez seja atacado, talvez as bombas venham abrir buracos negros na neve em torno dele. Ele já viu companheiros mortos, já viu companheiros feridos esfaqueados. Ele está sozinho em seu buraco na neve, Si (sic) não estivesse em cima da hora do mensageiro sair eu talvez fizesse aqui uma peroração, um apelo.

Que alguém que me lesse pensasse nele- não para mandar cigarros nem pull-overs, isso não é o mais importante. Para ele, agora, tudo importa muito pouco na guerra mandem o que quiserem, o que ele mais quer é carta, mas a tarefa de vocês é outra é maior. Vocês são responsáveis pelo país dele, para onde ele voltará. Vocês, e não ele são responsáveis por uma vida de decência de Liberdade de homem, de justiça social verdadeira. Que o sacrifício dele não seja em vão...



Correspondentes de guerra brasileiros na Itália.
em pé, da esq. a dir.: Rubem Braga (Diário Carioca), Frank Norall (Coord. de Assuntos Interamericanos), Thassilo Mitke (Ag. Nacional), Henry Bagley (Associated Press), Raul Brandão (Correio da Manhã), Horácio Gusmão Coelho (Ag. Nacional); Sentados, da esq. a dir.: Allan Fischer (fotógrafo da Coord. de Assuntos Interamericanos), Joel Silveira e Egídio Squeff (O Globo) e o Cinegrafista da Ag. Nacional, Fernando Stamato.
Fonte: <https://segundaguerra.net/feb-correspondente-de-guerra-2/>

Caro leitor o texto acima, é de autoria do jornalista e escritor carioca Rubem Braga. À época da guerra, o autor, era correspondente do Jornal Diário Carioca sendo que o texto, foi publicado no Jornal Cruzeiro DO Sul – Publicação do Serviço Especial da FEB Nº 2 Ano I

Senta a Púa!

A FEB, não lutou sozinha no *front* italiano. O Brasil também enviou para a Europa o 1º Grupo de Aviação de Caça, criado em dezembro de 1943. O 1º GAC brasileiro integrou o 350th Fighter Group americano e chegou na Itália em 06 de outubro de 1944, com a denominação de 1º Brazilian Fighter Squadron. Chefiados pelo Tenente-Coronel Nero Moura, os 32 pilotos brasileiros iniciaram as operações em 31 de outubro de 1944 finalizando-as em 26 de junho de 1945 quando retornaram para o Brasil.

Os treinamentos, realizados em Orlando nos EUA, começaram quase que imediatamente após a criação do Grupo, em janeiro de 1944. Foi durante esses período que surgiu o clássico emblema utilizado na Itália: o avestruz mau encarado com traços caricaturais criado pelo Capitão Fortunato Câmara de Oliveira. A história, contada por Moreira Lima no livro “Senta a Púa”, diz respeito a dificuldade dos militares em se adaptar aos hábitos alimentares dos americanos. “Comia-se de tudo, inclusive feijão branco com açúcar. Alguém lembrou-se do avestruz, ave que come até prego e nós mesmos passamos a nos chamar de avestruzes.”

Sempre acompanhado pelo famoso grito de guerra “Senta a Púa”, que de acordo com Rui Moreira Lima surgiu ainda no Brasil e passou a fazer parte do palavreado do grupo o símbolo, passou a ser pintado nos aviões utilizados pelos brasileiros os lendários Republic P-47D Thunderbolts.

Os brasileiros, recebidos com certa desconfiança pelos americanos, aos poucos superaram a inexperiência e desempenharam importantes missões durante a Guerra. Foram mais de 5.000 horas de voo em combate e 445 missões desempenhadas pelo o 1º Grupo de Caça que chegou, inclusive, a ser decisivo no ultimo ataque brasileiro ao Monte Castelo.



P-47 Thunderbolts com o Emblema do 1º Grupo de Aviação de Caça. Fonte: <http://www.fab.mil.br>.

Segundo o veterano da FEB José Maria Nicodemos: “No Rio de Janeiro, sem exagero, sem mania de grandeza, sem nada, eu vi a maior recepção que um povo pode dar a um grupo de militares. Era muita alegria eles arrancavam os botões, os distintivos das nossas roupas para guardar de lembrança.”

O regresso à pátria, marcaria a memória dos veteranos da FEB. É claro que as batalhas pela memória, pelo reconhecimento das vitórias e pelos significados daquela participação ainda estavam por iniciar, mas aquele momento era de festa.

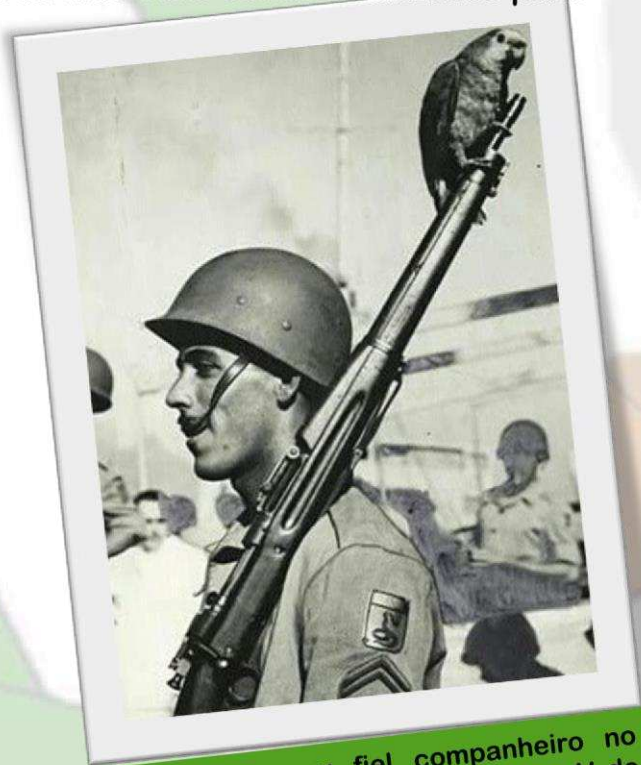
As ruas superlotadas de gente davam o tom daquelas manifestações. Nos Jornais da capital, o que se via eram manchetes que exaltavam o caráter simbólico da participação da FEB na Guerra e a recepção calorosa recebida pelos combatentes.

Os heróis de Monte Castelo e Castelnuovo, os Defensores da Democracia, os heroicos soldados da FEB, estes eram os termos mais comuns utilizados para definir aquele momento.

O herói nacional construído a partir da imagem do pracinha, homem comum; retrato da população brasileira do período; vindo de um país sem tradição em guerras; atrasado tecnologicamente e que, ainda assim, soube passar pelas diversas provações de uma guerra desarmava os críticos da FEB.

A multidão que cercava, abraçava e beijava os soldados não preenchia a saudade que eles sentiam de suas mães, esposas e demais familiares.

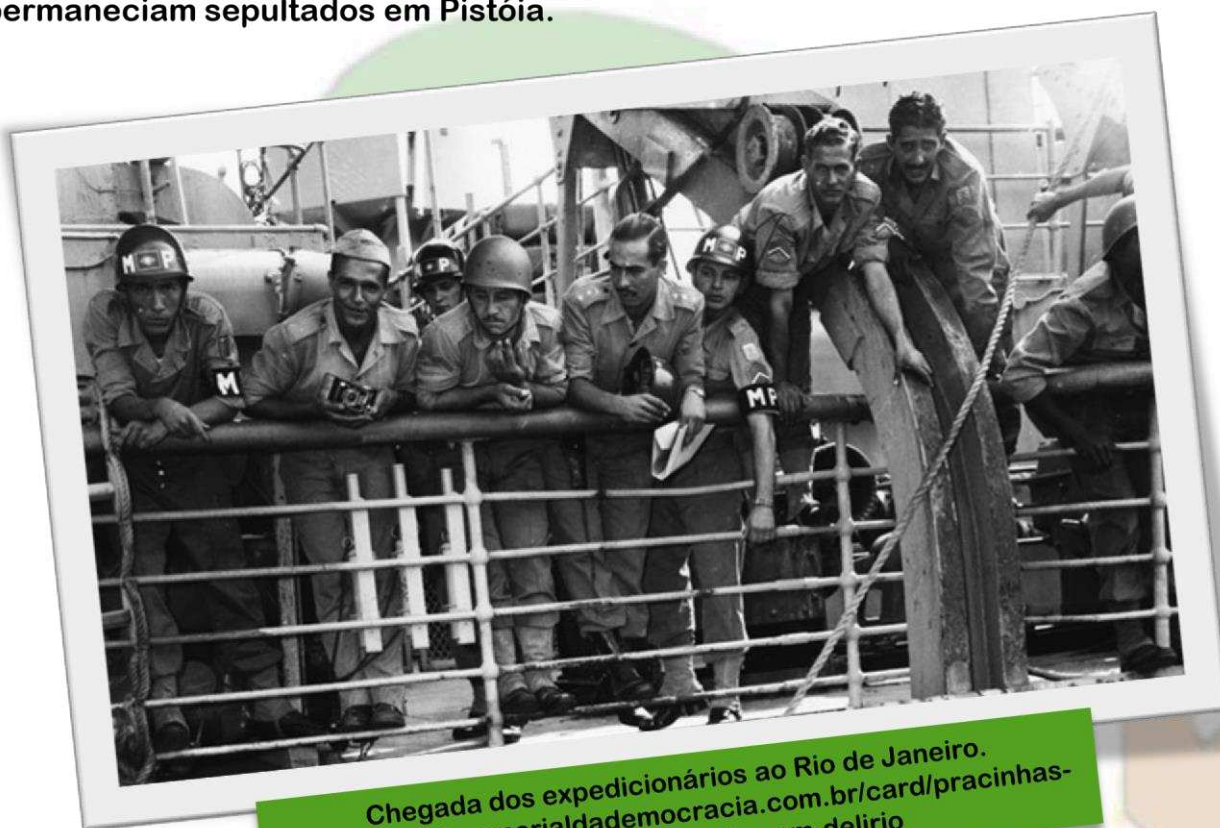
A recepção calorosa não se limitou ao Rio de Janeiro e ocorria, em maior ou menor escala por onde houvesse algum expedicionário que retornasse da guerra. Segundo Boris Schnaiderman: “era esquisito voltar a lucidez cotidiana, ao quarto confortável, a estante de livros, aos bancos da faculdade, ouvir piadas, participar de bailes, ser o centro das atenções...”



Pracinha e seu fiel companheiro no retorno ao Rio de Janeiro. Fonte: V de Vitória.

Aqueles homens lutaram uma guerra e traziam na bagagem além das várias histórias que iriam, a partir dali, atrair a atenção dos espectadores interessados naquela epopeia, o pioneirismo.

O Brasil, com todas as dificuldades que cercaram a formação e envio da FEB para a Itália, se convertia no primeiro país sul-americano a participar de um conflito na Europa. Se o curso do rio da história se alteraria a partir dessa atuação, como afirmaria ao jornal cubano *El Mundo*, ainda era cedo para afirmar. Entretanto, a população que emergiu às ruas para receber os pracinhas pouco se importava com isso. Para os pracinhas, o momento era de festa e de lembrar daqueles tantos companheiros que deram sua juventude na guerra e ainda permaneciam sepultados em Pistóia.



Chegada dos expedicionários ao Rio de Janeiro.
Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pracinhas-recebidos-por-multidao-em-delirio>

O clima de festa e de confraternização cívica prosseguia marcando a memória de muitos veteranos da FEB. Os pracinhas, em seu retorno ao Brasil, representavam as aspirações de grande parte da população que os viam como símbolos. O passado em comum desses homens, que estiveram em combate na Itália, fomentaria uma identidade social pautada nessa experiência comum que seria, em grande parte, utilizada para embasar a existência das associações de veteranos, tema principal do trabalho que originou esse material.



Pracinhas desfilam pela avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1945
Fonte: Costa, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

A guerra com os alemães terminou naquele 08 de maio de 1945, os pracinhas jamais escutariam novamente os assobios dos morteiros, as explosões das bombas ou o riso da Lurdinha, mas para aqueles homens outra guerra estava apenas começando.

A desmobilização abrupta da FEB ocasionou uma série de problemas para esses homens. Segundo o veterano Antônio de Pádua Inhan: “Eles nos deram baixa na Itália. Nossos certificados foram emitidos na Itália, nós já viemos para o Brasil como civis.” O governo falhou em cumprir as promessas realizadas antes da guerra. A reintegração profissional era dificultada, à medida que, os empregadores se recusavam a contratar os veteranos da FEB.

Para alguma parte da população os soldados da FEB passaram de heróis da pátria para neuróticos, aproveitadores, encrqueiros e inconvenientes. A sociedade não soube absorver e receber corretamente seus soldados, muito menos os ônus e as experiências obtidas por eles em combate. Os sobreviventes dessa epopeia, se diluíam entre a população e retornavam como podiam para o convívio social.

Após o fim da maior contenda da humanidade, os veteranos amargaram em um duro processo de marginalização social. Ao longo de todo o século passado sua trajetória foi marcada principalmente pela luta que visava garantir a sobrevivência simbólica e material daqueles que lutaram contra o nazifascismo na Europa.

Logo na chegada ao Brasil foram proibidos de concederem entrevistas e contarem aos populares sobre a experiência de guerra. O uso do uniforme da FEB também foi proibido, o que contribuiu para tornar invisíveis os corpos daqueles sujeitos na sociedade. Além disso, as condecorações as quais possuíam direito não foram entregues durante o conflito, nem imediatamente após o retorno do efetivo ao Brasil, grande parte dos ex-expedicionários receberia suas medalhas e respectivos diplomas muitos anos após o fim da guerra.

As medalhas foram concedidas no cotidiano das associações de veteranos, e, na maioria das vezes, sem a realização de grandes cerimônias militares. Os outrora combatentes da Força Expedicionária Brasileira não haviam se dado conta, mas já em 1945, com o término da guerra, deu-se início aquilo que Divaldo Medrado, veterano que residiu em Belo Horizonte, apontou como a “terceira guerra” dos pracinhas.

A assistência médico-hospitalar, crucial para o tratamento de moléstias, ferimentos e traumas de guerra, foi praticamente inexistente. O veterano Joaquim Saraiva, natural de Ponte Nova (Minas Gerais), que integrou o Serviço de Saúde da FEB, relatou as dificuldades as quais se submeteram os veteranos na busca pelo tratamento para seus respectivos corpos e mentes. Segundo ele, era necessário contar com enorme boa vontade por parte de enfermeiras e médicos no Hospital Central do Exército (HCE), sediado no Rio de Janeiro, para que as carências dos ex-expedicionários fossem sanadas.

A situação se repetia pelas unidades hospitalares instaladas em diversos lugares do país. Se no processo de seleção da FEB revelou-se a omissão do Estado para a garantia de direitos civis, especificamente no que tange o acesso a condições de saúde adequadas pelos cidadãos; após o fim da guerra, ficaram em evidência a má vontade e os abusos cometidos por parte dos poderes constituídos. Não foi pequeno o número daqueles que se suicidaram devido a sequelas psicológicas e “neuroses” da guerra.

Os ex-expedicionários que eram militares da ativa foram dispersos por várias zonas no país e o aproveitamento do aprendizado adquirido em combate se perdeu. Segundo Francisco Ferraz, havia o temor por parte dos militares do Exército Regular de serem ultrapassados nas promoções e patentes pelos veteranos os quais participaram efetivamente da FEB.

Aqueles que combateram na FEB e desejassem permanecer nas fileiras do Exército, deveriam passar por “processos de reciclagem” e, inclusive, realizar cursos junto aos cadetes ingressantes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Soma-se a esse cenário desolador, o fato de que as batalhas épicas da FEB (ver nas páginas acima sobre os combates de Montese e Monte Castelo) não comemoradas na maioria dos quartéis do país nos primeiros anos após a guerra. As Forças Armadas estavam imersas num novo panorama geopolítico e ideológico que colocavam em questão interna ao país, o combate a “inimigos invisíveis”: os comunistas.

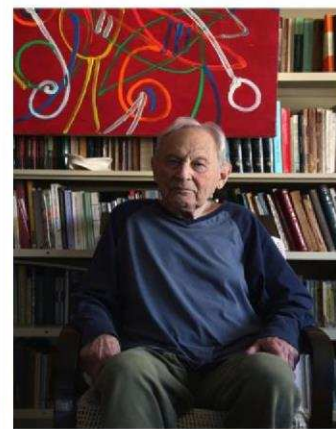
Situação semelhante foi enfrentada pelos veteranos de origem civil. Grande parte era analfabeta ou não possuía um nível elevado de escolaridade. Residiam em áreas rurais ou provinham do interior, a menor parte do grupo morava no meio urbano. Após o retorno apoteótico da tropa ao Rio de Janeiro, os ex-expedicionários civis tiveram enormes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho ou regressar aos antigos empregos. Eram vistos como desajustados ou, na pior das hipóteses, neuróticos. Os efeitos perniciosos da rápida desmobilização da tropa eram corroborados pelo distanciamento da população daquele pequeno grupo de homens e mulheres que se sacrificaram pela nação.

No pós-guerra, a ausência de reconhecimento à categoria social pelos populares, que não haviam contemplado os horrores da guerra, esteve ligada a formação de ressentimentos na coletividade dos veteranos. Nessa lógica, aqueles que não participavam das associações, não encontravam os mecanismos e meios eficazes para se fazerem representar e terem seus direitos reconhecidos na sociedade. Somente com a Constituição de 1988, quando a maior parte dos veteranos já havia falecido, seus direitos foram plenamente assegurados. Foi concedido aos que ainda restavam uma pensão salarial, progressões na carreira militar, assistência médico-hospitalar, facilidades para aquisição da casa própria e amparo estendido às viúvas e familiares dos veteranos.

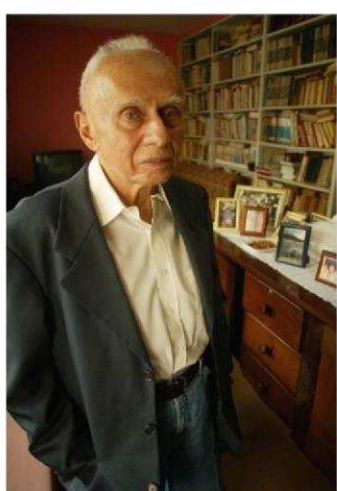
Intelectuais Brasileiros e a FEB

Boris Schnaiderman

Filho de judeus ucranianos Schnaiderman é considerado um dos maiores intelectuais do país. Chegou ao Brasil em 1925, naturalizou-se em 1940 e, para conseguir a validação de sua cidadania, se alistou no exército. Schnaiderman foi o primeiro a traduzir a obra de *Dostoiyesk*, *Os Irmãos Karamasov*, para o português. Serviu como sargento de artilharia na FEB, após seu retorno publicou dois livros sobre sua participação na FEB: *Guerra em Surdina* (1964) e *Caderno Italiano* (2015). Schnaiderman faleceu em 2016 aos 99 anos.



Boris Schnaiderman.
Fonte: epoca.globo.com.



Jacob Gorender.
Fonte: www.folha.uol.com.br.

Jacob Gorender

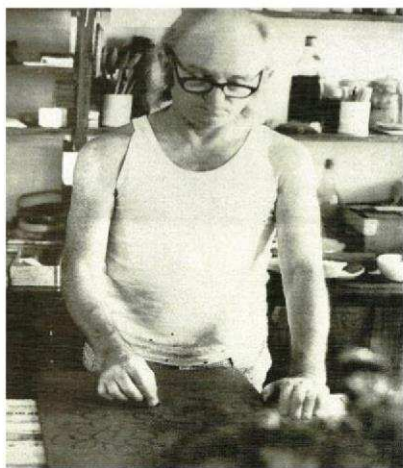
Foi um dos maiores escritores brasileiros cursou direto na faculdade de Salvador e se alistou no exército em 1943. Na Itália, participou de importantes batalhas com a FEB como a de Monte Castelo. Ao fim do conflito, voltou ao Brasil e publicou obras importantes sendo que as principais foram: *O Escravismo Colonial* (1978), *A burguesia brasileira* (1981) e *Combate nas Trevas* (1987). Gorender recebeu título de doutor *Honoris Causa* pela UFBA e chegou a lecionar na USP. Faleceu em 2013.

Clarice Lispector

Escritora e poetisa, Clarice, nasceu na Ucrânia, mas veio para o Brasil ainda jovem no ano de 1922. Clarice Lispector atuou junto ao Corpo de Enfermeiras como voluntária após a guerra, publicou obras como *O Lustre* (1946), *Cidade Sitiada* (1949), *Laços de Família* (1960) entre outras. Clarice Lispector faleceu em 1977.



Clarice Lispector. Fonte: <http://g1.globo.com>.



Carlos Scliar
Fonte: www.gravura.art.br.

Carlos Scliar

Nascido em Santa Maria – RS no ano de 1920, Scliar, foi um importante artista plástico brasileiro. Durante sua atuação junto a FEB trabalhou na redação do jornal *O Cruzeiro do Sul* e também produziu uma série de desenhos que retratavam suas visões do *front*. As obras de Scliar, foram publicados em 1969 sob o título de *Caderno de Guerra*. O artista plástico faleceu em 2001.

Celso Furtado

Celso Furtado foi um economista brasileiro nascido em 1920 no estado da Paraíba. Foi aluno do curso de Direito que concluiu em 1944 pouco tempo antes de ser convocado para lutar com a FEB na Itália. Serviu como Segundo Tenente indo para a Itália, junto com o 5º Escalão, à bordo do navio *General Meigs*. Após a Guerra, Celso Furtado, escreveu o livro *“A Formação Econômica do Brasil”* (1958). Sua carreira como escritor lhe rendeu a eleição para a cadeira número 11 da Academia Brasileira de Letras. Celso Furtado viveu até 2004.



Celso Furtado
Fonte: www.senado.leg.br.

Curiosidades

Por que os soldados da FEB eram chamados de pracinhas?

Não há uma versão oficial de quando o termo “pracinha” passou a ser adotado para designar os soldados da FEB. Entretanto, os meios de comunicação da época (jornais e rádios) passaram a utiliza-lo para se referirem ao soldado brasileiro costume que rapidamente foi adotado pela população. O Termo, possui origem no jargão militar que além de denominar o processo de alistamento “sentar praça” é utilizado para se referir aos militares de baixa patente – “praças”.

Quem eram os Partigianos?

Os *Partisans* italianos eram grupos de resistência armada formados por indivíduos, principalmente comunistas, que se opunham ao regime fascista e a ocupação da Itália pela Alemanha Nazista. Em vários relatos de memória de veteranos da FEB é possível identificar soldados brasileiros e *Partisans* atuando em conjunto em várias missões.



Pracinhas brasileiros se preparando para o embarque para a Itália. Fonte: V de Vitória

O Intercâmbio linguístico da FEB.

A proximidade entre a língua falada pelos soldados brasileiros e o idioma italiano, possibilitou o estreitamento de relações entre esses grupos. Os soldados brasileiros aprenderam a se comunicar rapidamente com a população

e, por consequência desse processo, passaram a incorporar no dia-a-dia expressões faladas pelos italianos e que diziam respeito a atuação na guerra.

Quando os italianos se referiam aos alemães exclamavam: “*Tedeschi!*”, os brasileiros aportuguesaram a expressão e passaram a se referir aos alemães como Tedesco. Outra expressão adquirida pelos brasileiros foi “*paura*” que em italiano significa medo.

Monumentos e Comemorações à FEB na Itália

De acordo com Mário Pereira, guardião do Monumento Votivo de Pistóia, na Itália existem cerca de 50 pontos, entre monumentos em placas, que ressaltam a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Mais importante deles é o antigo cemitério militar brasileiro

sediado na cidade de Pistóia.

Esse marco abrigou os restos mortais dos 468 mortos da FEB sendo transformado, após a transladação dos corpos para o Rio de Janeiro em 1960, em um Monumento Votivo.

Devido a importância da atuação do exército Aliado na Itália todos os anos, entre os

dias 18 a 25 de abril, é realizado na cidade de Montese o festiva *Tri Amici* (Entre Amigos). A iniciativa dessa comemoração é do Ministério da Defesa, Turismo e das Relações Exteriores como uma forma de divulgar a cultura brasileira e comemorar a passagem das tropas da FEB pela Itália. O ritual Cívico-Militar, conta atualmente com a presença de descendentes de veteranos da FEB, entusiastas da participação da FEB na guerra e alguma parte da população das cidades por onde a FEB passou.



Vista do Monumento Votivo de Pistóia
Fonte: www.vivipistoia.it.

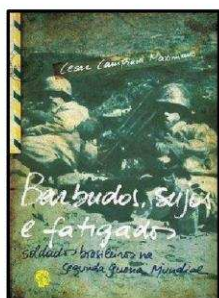
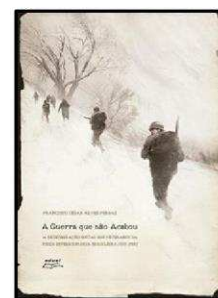


Crianças de Montese homenageando os soldados da FEB
Fonte: <https://olapaazul.com/tag/montese/>



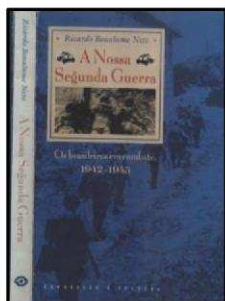
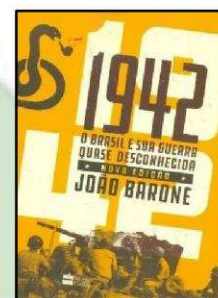
Para Ler

A Guerra Que Não Acabou: A reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira, foi escrito pelo pesquisador e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Francisco César Alves Ferraz. A obra, se tornou referência para muitos pesquisadores que se interessam não só pela participação da FEB na Guerra, mas também pelos ocorridos no conturbado processo de desmobilização da FEB.



Escrito por Cesar Campiani Maximiano pesquisador sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial desde a década de 1980 Barbudos Sujos e Fatigados traz, além da análises de fontes e materiais escritos, uma gama de relatos orais e entrevistas com os próprios pracinhas da FEB. A obra editada, em 2010 pela editora Grua, aborda a epopeia brasileira nos Apeninos italianos desde o seu início, com o processo de convocação e seleção até os ataques e ofensivas das quais os brasileiros participaram na Itália.

João Barone, autor deste livro, é, além de músico na banda Paralamas do Sucesso, pesquisador da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, filho do veterano da FEB João de Lavor Reis e Silva. 1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida já está em sua segunda edição trazendo além de imagens colorizadas, boxes com textos que auxiliam o leitor a que auxiliam o leitor a entender melhor a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.



Ricardo Bonalume Neto, foi repórter da Folha de São Paulo e um dos mais renomados pesquisadores sobre a participação da FEB na Guerra. Bonalume Neto é o autor do livro A Nossa Segunda Guerra Mundial: Os brasileiros em combate que é uma das referências fundamentais para entender a FEB, suas ações e batalhas compreendendo-as no interior do esforço aliado e como peça chave para o sucesso das batalhas contra o exército alemão.



Para Ver

Filme: A Estrada 47

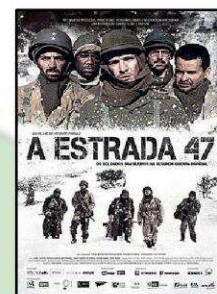
Direção: Vicente Ferraz

Elenco: Daniel de Oliveira, Francisco Gaspar, Ivo Canelas, Júlio Andrade, Richard Sammel, Sergio Rubini e Thogun.

Ano: 2015

Duração: 107 min.

Sinopse: Depois de sofrerem um ataque alemão os soldados Guimarães, Piauí, Laurindo e o Tenente Penha se perdem de seu pelotão e, quando se reúnem, precisam decidir se retornam à sua companhia correndo o risco de enfrentar a corte marcial acusados de deserção, ou se voltam à posição da noite anterior para enfrentar um possível ataque alemão. Tomada a decisão, muito ainda estava por acontecer e a Guerra, ainda estava longe de terminar.



Documentário: O “Lapa Azul”: Os homens do III Batalhão do 11º RI na Segunda Guerra Mundial.

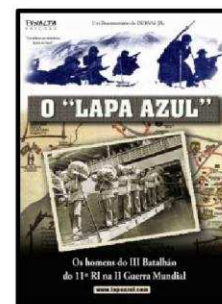
Direção: Durval Jr.

Ano: 2007

Duração: 60 min.

Equipe de Produção: Mauro Pianta, Adriana Rezende, Juliane Nazareth, Alessandro Ribeiro e Fernando Barreto.

Sinopse: Contando com uma série de depoimentos dos ex-integrantes do 11º RI durante a Segunda Guerra Mundial o documentário, é excelente dica para quem quer entender a atuação da FEB pela voz de seus próprios agentes de memória.



Para Navegar

Você também pode pesquisar sobre a FEB em vários sites e plataformas disponíveis na internet como:

- Site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>

- Site da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

<http://www.portalfeb.com.br/anvfeb/>

- Página “V de Vitória” no Facebook.

https://www.facebook.com/vdevitoriabr/?ref=br_rs

- Página da “ANVFEB-JF” no Facebook.

<https://www.facebook.com/Associa%C3%A7ao-Nacional-dos-Veteranos-da-FEB-Juiz-de-Fora>

- Página “Museu da FEB BH” no Facebook.

<https://www.facebook.com/museudafebbh/?ref>



Para Ouvir

Recentemente o órgão de notícias BBC, tornou público os áudios captados pelo correspondente de Guerra da seção brasileira Francis Hallawell. O “Chico da BBC”, como ficou conhecido, captou o talento de muitos expedicionários que durante um show de calouros, trouxeram suas impressões da Guerra em forma de samba e muita descontração.

Você pode ouvir os áudios captados pelos “Chico da BBC” no link:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43385807>



Referencias Bibliográficas

ANVFEB-JF. “Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmos”. Juiz de Fora, 1981.

CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Volume – 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107 – 144.

COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da Volta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. p. 76.

FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000). Londrina: Eduel, 2012.

LIMA, Rui Moreira. Senta a pua. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1980.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.

MORAES, J.B. Mascarenhas de, 1883 – 1968. Memórias. 2º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

PIOVEZAN, Adriane. Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate. Curitiba: CRV, 2017.

RODRIGUES, Agostinho José. Terceiro Batalhão: O Lapa Azul. São Paulo, Ed. das Américas, 1976.

ROSA, Celso. O Espírito da FEB In: O pracinha na Guerra. São Paulo: Café Editora Expressa, 2000.p. 214.

ROSENHECK, Uri. Entre a Comemoração do Passado e a construção do futuro: Os monumentos da FEB em seus contextos. In. Militares e Política, nº 3 (Julho a Dezembro. 2008). p. 07-17. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_03.pdf. Acesso em: 01/07/2019.

SCHNAIDERMAN, Boris. Guerra em Surdina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1964.



FONTES DOCUMENTAIS

Fontes Orais

Ana Paula Gastão. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2020.
 Antônio Oliveira. Belo Horizonte, 15 de junho de 2020.
 Antônio Melane. Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2020.
 Ary Dias. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2019.
 Cláudio Nunes. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2020.
 Fátima Moreira. Belo Horizonte, 20 de junho de 2020.
 Fernando Lages. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2020.
 Ione Fortunato. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2020.
 Jaqueline Machado. Belo Horizonte, 10 de junho de 2020.
 Joaquim Saraiva. Belo Horizonte, 10 de agosto de 2017.
 Deusedino Benedito. Belo Horizonte, 19 de setembro de 2019.
 José Pavão. Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2020.
 Marcos Renault. Belo Horizonte, 10 de novembro de 2019.
 Miriam de Leo. Belo Horizonte, 15 de maio de 2020.
 Nivaldo Luiz. Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2020.

Fontes Impressas

Arquivo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em Belo Horizonte (AECB-BH)

Livros de Atas de Reuniões (1946-1992).
 Revista O Expedicionário (1975-1993)
 Revista A Cobra Fumando (1951)

Arquivo da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira Seção Regional Belo Horizonte (ANVFEB- SR/BH)

Livros de Atas de Reuniões (1974-2012)
 Boletim Mensal (1987-2004)
 Acervo audiovisual (1995-2001)
 Materiais Diversos (estatutos, panfletos e informativos)
 Anotações do Major Sebastião Veloso (1981-1984)

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Noite (junho - julho de 1945)
 Jornal do Brasil (maio- outubro de 1945)
 Diário Carioca (junho – julho de 1945)
 A Manhã (julho de 1945)

Hemeroteca do Arquivo Público Mineiro (APM)

Estado de Minas (1945- 1985)
 O Diário (novembro-1949)
 Folha de Minas (1945-1946)
 Correio da Manhã (junho de 1956)

Diário da Tarde (julho de 1975 e maio de 1986)

Arquivos Particulares

Arquivo pessoal do Sr. Antônio Oliveira.

Memórias escritas de veteranos da FEB

ARRUDA, Demócrito, et alii, **Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: 2ª. ed., 1949.

BRAYNER, Marechal Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1960.

MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009

MORAES, J.B. Mascarenhas de. **A FEB Pelo Seu Comandante**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Oito tomos.

RIBEIRO, Sebastião Boanerges. **Diário de Campanha**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2002

SILVEIRA, Joaquim Xavier. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Edição do Autor, 1984.

VIOTTI, CÁSSIO ABRANCHES. Crônicas de Guerra: **A Força Expedicionária Brasileira na Itália**. Produção Editorial: Alexandre Cardoso. Belo Horizonte, 1998.

Referências Bibliográficas

- ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Noroeste**. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2011.
- BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BENSAUDE, Vincent Bernadett. A genealogy of the increasing gap between science and the public. *Public Understans. Sci.*, 10, p. 99-113, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. (PCN's). Ensino Médio. Parte IV: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res.)sentimento. Indagação sobre uma questão sensível**. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- BOHLEBER, Werner. **Recordação, trauma e memória coletiva: A luta pela recordação em psicanálise**. In: Revista Brasileira de Psicanálise. Volume 41, n. 1, p. 16, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BONALUME NETO, **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **História escolar e memória coletiva: como se ensina?** In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CALIKEVSTZ, Viviane Regina. **Categoria especial da sociedade: estudo do patrimônio cultural e da representatividade social da Força Expedicionária Brasileira _ FEB**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.
- CÂMARA, Riram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.
- CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. Lisboa: Guimaraes Ed., 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política, 1930-1945**. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

_____. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, Nº 25, 2000.

_____. **Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar**, Estudos Históricos 14, julho-dezembro de 1994.

_____. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CEZÁRIO, Cida. **Bairro Presidente Juscelino, 60 anos**. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2018.

CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996

CLARK, Mark. **Risco calculado. A história da guerra no Mediterrâneo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970.

COSTA, Marcos Antonio Tavares da. **A Força Expedicionária Brasileira: memórias de um conflito**. UFJF, 2009. 256p. Dissertação (Mestrado em História).

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp/ Geração Editorial, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; RUOSO, Carolina. (2012). Museologia no Brasil e em Portugal: alguns atores e ideias em circulação. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 44, p. 33-52, 2012.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os livros didáticos e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Luso-Brazilian Review Vol. 47, No. 1 (2010).

_____. **Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, jul. 2016.

_____. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000).** Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira.** In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (orgs.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.384-385.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: SESC: Annablume, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989; ELÍADE, Mircea. **Mito e realidade.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990

HEYMANN, Luciana Quillet. **O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos.** In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos Extremos: O Breve século XX.** 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995

HONORATO, Cayo. **A formação de mediadores e um currículo da mediação.** Encontro ANPAP, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

KEEGAN, John. **A Face da Batalha.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento.** 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LEAL, José. **O Outro lado da glória; III – A primeira decepção dos heróis.** O Globo. Rio de Janeiro, 12 set. 1957

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

LORIGA, Sabina. **A tarefa do historiador**. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MATALOFF, Maurice. **A Natureza e o Escopo da História Militar**. in WEIGLEY, Russell F. (Org). **Novas Dimensões da História Militar (Vol 2)**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

MATTOS, J. B. **Os Monumentos Nacionais: A Força Expedicionária no Bronze**. Rio de Janeiro: Imp. Do Exército, 1960.

MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. “**Discurso de uma morte consumada: monumento dos pracinhas**”. In: Paulo Knauss (Org.). **Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1999.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

_____. **Onde estão os nossos heróis? Uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra**. São Paulo: Edição do Autor, 1995.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, José Luiz Ribeiro (Org.). **A legislação do ex-combatente: compilada e organizada pelo Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1978.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, v. 34, 1992.

MICELI, Sérgio. **A política cultural**. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores e Livros Didáticos: narrativas e leituras no ensino de história**. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). **A História na Escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MUSTO, R. **O jogo de luz e sombras: os usos e abusos de uma memória sobre Força Expedicionária Brasileira (1945-2017)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 188. 2019.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**, Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

NEVES, Luís Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Dissertação (Mestrado em História) _ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, Pontífica Universidade Católica, n.10, dez/1993.

OLIVEIRA, Dennison de. **Cultura e poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: o caso da vitória de Monte Castelo**. Revista de Ciências Humans, Curitiba, Editora da UFPR, n.9,2000.

OLIVEIRA, Leônidas (Org.). **O Museu e a cidade sem fim**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate**. Curitiba: CRV, 2017

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. **Ensaio de História Oral**. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz,2010.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo, Fundação Editora Unesp, 1998.

QUEIROZ, Maria Helena de. **A variedade literária na obra poética de Guilherme de Almeida**. 2003. 202 p. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – UNESP, São Paulo, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

RIBEIRO, Patrícia da S. **As batalhas de Memória: uma História da memória dos Excombatentes brasileiros**. 1998. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

RIGONI, Carmen Lúcia. **Bravos Combatentes da F.E.B.: memórias, monumentos, testemunhos perpétuos de uma história (1995-2005)**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em História, 2010.

ROSENHECK, Uri. **Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos**. In: Militares e Política, nº 3 (jul –dez. 2008).

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SALUM, Alfredo Oscar. **Zé Carioca vai à Guerra**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

SANTOS, Andréa Paula dos. **À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória**. In: Revista Brasileira de História, v. 22, no. 44, São Paulo, 2002

SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.). **A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois – uma visão crítica**. 3ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 1993.

SIRINELLI, J.-F. **A geração**. In: M.M. FERREIRA; J. AMADO (ed.), **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

SOARES, I. **Um narrador de si e da guerra: testemunhos de um praça da Força Expedicionária Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, p.277. 2014.

SOPHIA, Daniela Carvalho; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. A produção científica da área de museologia no Portal de Periódicos da Capes. **Museologia e Patrimônio**, v. 5, n. 1, p. 125-141, 2012.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário Crítico de política cultural**. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1999.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as Memórias**. Projeto História, São Paulo: 15 abr. 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, Tentação do bem – indagações sobre o século XX**. São Paulo: ARX, 2002.

_____. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WAACK, William. **As duas faces da glória. A FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel (eds.). **War and remembrance in the Twentieth Century**. London: Cambridge University Press, 1999.